



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ALISON JORGE ALVES DO CARMO

**DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL:**  
*Autopoiese e Sociabilidade, conceito último e possibilidade primeira.*

Recife

2024

ALISON JORGE ALVES DO CARMO

**DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL:**  
*Autopoiese e Sociabilidade, conceito último e possibilidade primeira.*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU - da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano.

**Área de concentração:** Arquitetura e Urbanismo

**Orientadora:** Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Jesus de Britto Leite

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Carmo, Alison Jorge Alves do.

Desenvolvimento urbano sustentável: autopoiese e sociabilidade, conceito último e possibilidade primeira / Alison Jorge Alves do Carmo. - Recife, 2024.

247f.: il.

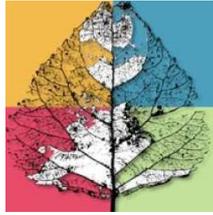
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2024.

Orientação: Maria de Jesus de Britto Leite.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Desenvolvimento urbano sustentável; 2. Sociabilidade urbana; 3. Autopoiese. I. Leite, Maria de Jesus de Britto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**ALISON JORGE ALVES DO CARMO**

**“DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL. AUTOPOIESE E  
SOCIABILIDADE URBANA, CONCEITO ÚLTIMO E POSSIBILIDADE  
PRIMEIRA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para obtenção do título de doutor em  
Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 19/07/2024.

**Banca Examinadora**

---

Profa. Maria de Jesus de Britto Leite (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Fabiano Rocha Diniz (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Kainara Lira dos Anjos (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Jose Esteban Castro (Examinador Externo)  
Universidade de Newcastle

---

Profa. Emilia Wanda Rutkowski (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual de Campinas

---

Dedico este trabalho a meus avós

*José Alcides do Carmo e Maria de Lourdes do Carmo,*

em nome de quem dedico à minha família e todas as Famílias, fonte maior de sustentação da vida.

Dedico também a *Maria de Jesus de Britto Leite, Gilson Miranda Gonçalves,*

*e – in memoriam – a Maria Ângela D’Incao e Ana Clara Torres Ribeiro,*

em nome dos quais dedico a todos os cientistas e pensadores brasileiros que  
tão bravamente já contribuíram para a construção do conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo e por tanto!

À Família, por sempre.

A *Maria de Jesus* e *Gilson Miranda*, pela excelência do aprendizado.

Aos professores e técnicos do MDU, por todo conhecimento e apoio.

Aos que enfrentamos e aprendemos com a Pandemia no ano de 2020.

*“Pra mim, a palavra tempo representa tudo.  
É a amizade, o tempo que eu passei  
compondo, e principalmente as pessoas!”\**

Milton Nascimento

## RESUMO

Esta Tese traz a Hipótese Central da necessidade de maiores conhecimentos para a compreensão e lida com o Desenvolvimento Sustentável em uma *Complexidade Multidimensional* que lhe parece inerente, especialmente quanto à Dimensão Social, e o que diz respeito direto ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*. Tem-se então o objeto teórico da Sustentabilidade, que é analisado a partir de um *Discurso Central* em constante desenvolvimento, de origem ecológica, e que aos poucos abarca a Dimensão Social, mas que chega ao século XX repleto de críticas. *Perspectivas Paradigmáticas e Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade* sugerem novas possibilidades teóricas. Dentre elas, a *Teoria de Santiago* e seu *Conceito de Autopoiese*, que possui estreitas convergências com outras teorias, como em relação ao conceito de *Resiliência*, e que aponta para uma abordagem de integração ontológica entre a Dimensão Biológica e a Dimensão Humana. Objetivamente, adotamos aqui o destrinchamento da *Autopoiese* em quatro dimensões, a partir de nossa anterior pesquisa de mestrado: *Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética*. E originalmente, nesta Tese, propomos quatro qualidades centrais respectivas a essas dimensões autopoieticas, na busca de traduzir esse conhecimento em possíveis noções sociais objetivas: *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade*. Tem-se aí o *Entendimento Autopoietico de Sustentabilidade* que é aplicado em nossa empiria, e que é de outra maneira resumido, com o auxílio de outras teorias, no entendimento da sustentabilidade dos seres/sistemas-vivos, ou *Sistemas Ecológico-Sociais*, através do equilíbrio entre suas *Estruturas* (Espaciais) e *Relações* (Sociais) em seus *Processos* (Urbanos) *Vitais*. Tomamos como *Objeto Empírico* a *Sociabilidade Urbana*, cujos debates encontram a questão do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* no debate maior sobre *Modelos de Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea*, e entendendo ambas Sociabilidade e Sustentabilidade como impactadas por formas de vida modernas. Especificamente, é pela *Sociabilidade Urbana* que avançamos na investigação da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* em sua *Dimensão Social!* Nesse escopo, encontramos a *Sociabilidade Urbana* sendo contemporaneamente abordada em campos do *Desenho Urbano Sustentável*. Junto a isso, lavramos teorias próprias da Sociabilidade que apontam um *Cenário Crítico Atual* de Segregação Socioespacial e um *Cenário Teórico* de ainda impressão no entendimento da *Sociabilidade Urbana*. E mais do que tudo, encontramos em Maria Angela D’Incao a indicação da ocorrência de um *Processo de Restrição da Sociabilidade* na transição entre formas de vida e modelos de cidade tradicionais e moderno-burgueses. Na objetivação da investigação empírica, tomamos o método de pesquisa qualitativo da Autoetnografia, somado a diferentes técnicas de pesquisa, e que é apresentado em bases teóricas, correlações

com a Arquitetura e Urbanismo, e aplicado em narrativas do Autor ligadas à Sustentabilidade e à *Sociabilidade Urbana*. Isso, através de ocorrências também ligadas ao *Espaço Construído* e ao *Espaço Urbano* no cenário da Pandemia da Covid-19, a partir de 2020. Com a Autoetnografia, são evidenciadas minúcias socioespaciais que, ao final, são interpretadas à luz do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*, ilustrando-se aí a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* em sua *Dimensão Social*; também, propondo-se um arcabouço teórico-conceitual possível para a continuidade das pesquisas; e, especialmente, apresentando-se uma possibilidade de abordagem socialmente prática em *Desenvolvimento Urbano Sustentável*.

Palavras-chave: ***Desenvolvimento Urbano Sustentável, Sociabilidade Urbana, Autopoiese***

## RESUMEN

*Esta Tesis trae como Hipótesis Central la necesidad de mayores conocimientos para comprender y abordar el Desarrollo Sostenible en una 'Complejidad Multidimensional' que le parece inherente, especialmente en lo que respecta a la Dimensión Social, y lo que directamente concierne al 'Desarrollo Urbano Sostenible'. Tenemos entonces el objeto teórico de la Sostenibilidad, que se analiza a partir de un 'Discurso Central' en constante desarrollo, de origen ecológico, y que paulatinamente abarca la Dimensión Social, pero que llega al siglo XX lleno de críticas. 'Perspectivas Paradigmáticas' y "Enfoques Contemporáneos de la Sostenibilidad" sugieren nuevas posibilidades teóricas. Entre ellas, la 'Teoría de Santiago' y su 'Concepto de Autopoiesis', que tiene estrechas convergencias con otras teorías, como en relación con el concepto de Resiliencia, y que apunta a un enfoque de integración ontológica entre la Dimensión Biológica y la Dimensión Humana. Objetivamente, adoptamos aquí el desglose de la 'Autopoiesis' en cuatro dimensiones, basado en nuestra investigación de maestría anterior: 'Organización Biológica', 'Cognición', 'Interacción Social' y 'Ética'. Y originalmente, en esta Tesis, proponemos cuatro cualidades centrales correspondientes a estas dimensiones autopoieticas, en la búsqueda de traducir este conocimiento en posibles nociones sociales objetivas: 'Autonomía', 'Distinción', 'Interdependencia' e 'Imprevisibilidad'. Esta es la 'Comprensión Autopoietica de la Sostenibilidad' que se aplica en nuestro empirismo, y que por otra parte se resume, con la ayuda de otras teorías, en la comprensión de la sostenibilidad de los seres/sistemas vivos, o 'Sistemas Ecológico-Sociales', a través del equilibrio entre sus 'Estructuras' (Espaciales) y 'Relaciones' (Sociales) en sus 'Procesos (Urbanos)Vitales'. Tomamos la 'Sociabilidad Urbana' como objeto empírico, cuyos debates encuentran el tema del 'Desarrollo Urbano Sostenible' en el debate más amplio sobre los Modelos de Ciudad Tradicionales, Modernos y Contemporáneos, y entendiendo tanto la Sociabilidad como la Sostenibilidad como impactadas por formas de vida modernas'. En concreto, ¿es a través de la 'Sociabilidad Urbana' que avanzamos en la investigación de la 'Complejidad Multidimensional de la Sostenibilidad' en su 'Dimensión Social'? En este ámbito, encontramos que la 'Sociabilidad Urbana' se aborda contemporáneamente en campos del Diseño Urbano Sostenible. Junto a esto, desarrollamos teorías específicas de Sociabilidad que apuntan a un 'Escenario Crítico Actual' de Segregación Socioespacial y un 'Escenario Teórico' que aún tiene imprecisiones en la comprensión de la 'Sociabilidad Urbana'. Encontramos en particular, en la autora María Angela D'Incao, un indicio de la ocurrencia de un 'Proceso de Restricción de la Sociabilidad' en la transición entre formas de vida y modelos de ciudad*

*tradicionales y moderno-burgueses. Para objetivar la investigación empírica, se tomó el Método de Investigación Cualitativo de la Autoetnografía, sumado a diferentes técnicas de investigación, y que se presenta sobre bases teóricas, correlaciones con la Arquitectura y el Urbanismo, y aplicado a narrativas del Autor vinculadas a la 'Sostenibilidad' y la 'Sociabilidad Urbanas'. Esto, a través de ocurrencias también vinculadas al Espacio Construido y al Espacio Urbano en el escenario de la Pandemia Covid-19, a partir de 2020. Con la Autoetnografía, destacamos detalles socioespaciales que, al final, son interpretados a la luz de la 'Comprensión Autopoiética de Sostenibilidad', que ilustra la 'Complejidad Multidimensional de la Sostenibilidad' en su Dimensión Social; además, proponemos un posible marco teórico-conceptual para la continuidad de la investigación; y, especialmente, presentamos la posibilidad de un enfoque socialmente práctico del 'Desarrollo Urbano Sostenible'.*

*Palabras clave: **Desarrollo Urbano Sostenible, Sociabilidad Urbana, Autopoiesis***

## **ABSTRACT**

*This Thesis brings the Central Hypothesis of the need for greater knowledge to understand and deals with Sustainable Development in a 'Multidimensional Complexity' that seems inherent to it, especially regarding the Social Dimension, and what directly concerns 'Sustainable Urban Development'. We then have the Theoretical Object of Sustainability, which is analyzed based on a 'Central Discourse' in constant development, of ecological origin, and which gradually encompasses the Social Dimension, but which reaches the 20th century full of criticism. 'Paradigmatic Perspectives' and 'Contemporary Approaches to Sustainability' suggest new theoretical possibilities. Among them, 'Santiago's Theory' and its 'Concept of Autopoiesis', which has close convergences with other theories, such as in relation to the concept of Resilience, and which points to an approach of ontological integration between the Biological Dimension and the Human Dimension. Objectively, we adopt here the breakdown of 'Autopoiesis' into four dimensions, based on our previous master's research: 'Biological Organization', 'Cognition', 'Social Interaction' and 'Ethics'. And originally in this Thesis, we propose four central qualities corresponding to these autopoietic dimensions, in the search to translate this knowledge into possible objective social notions: 'Autonomy', 'Distinction', 'Interdependence' and 'Unpredictability'. There is the 'Autopoietic Understanding of Sustainability' that is applied in our empiricism, and which is otherwise summarized, with the help of other theories, in the understanding of the sustainability of living beings/systems, or 'Ecological-Social Systems', through the balance between its (Spatial) Structures and (Social) Relations in its Vital (Urban) Processes. We take 'Urban Sociability' as the Empirical Object, whose debates find the issue of 'Sustainable Urban Development' in the larger debate on Traditional, Modern and Contemporary City Models, and understanding both Sociability and Sustainability as impacted by modern ways of life. Specifically, it is through 'Urban Sociability' that we advance in the investigation of the 'Multidimensional Complexity of Sustainability' in its 'Social Dimension'! In this scope, we find 'Urban Sociability' being contemporaneously addressed in fields of 'Sustainable Urban Design'. Along with this, we develop theories specific to Sociability that point to a 'Current Critical Scenario' of Socio-Spatial Segregation and a 'Theoretical Scenario' that still has an impact on the understanding of 'Urban Sociability'. And more than anything, we find in Maria Angela D'Incao an indication of the occurrence of a 'Sociability Restriction Process' in the transition between traditional and modern-bourgeois forms of life and city models. In objectifying the empirical investigation, we took the Qualitative Research Method of Autoethnography, added to different research techniques, and which is presented on*

*theoretical bases, correlations with Architecture and Urbanism, and applied to the Author's narratives linked to 'Urban Sustainability' and 'Sociability'. This, through occurrences also linked to built space and urban space in the scenario of the Covid-19 Pandemic, from 2020 onwards. With Autoethnography, we highlight socio-spatial details that, in the end, are interpreted in light of the 'Autopoietic Understanding of Sustainability', illustrating the 'Multidimensional Complexity of Sustainability' in its 'Social Dimension'; also, proposing a possible theoretical-conceptual framework for the continuity of research; and, especially, presenting a possibility of a socially practical approach to 'Sustainable Urban Development'.*

**Keywords:** *Sustainable Urban Development, Urban Sociability, Autopoiesis*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Modelo Triádico de Heewon Chang (2008) para Autoetnografias .....	27
Figura 02 – Região de Análise Empírica .....	28
Figura 03 – Representação do <i>Ciclo Adaptativo</i> da <i>Resiliência</i> em Quatro Fases .....	50
Figura 04 – <i>Panarquidade</i> e suas Hierarquias Espaciais e Temporais .....	50
Figura 05 – Graus de Autonomia entre Organismos e Sociedades .....	58
Figura 06 – Vizinhança e visitantes em uma rua de São Francisco .....	101
Figura 07 – Importância das características da rua para moradores de São Francisco .....	102
Figura 08 – Seis ondas de inovação que transformaram a forma das cidades .....	103
Figura 09 – Relação entre a quantidade de atividades em espaços abertos e a quantidade de interações entre pessoas em Melbourne .....	106
Figura 10 – Campo de visão social, de 0 a 100 m .....	108
Figura 11 – Reunir ou Dispersar .....	110
Figura 12 – Integrar ou Segregar .....	110
Figura 13 – Convidar ou Repelir .....	110
Figura 14 – Abrir ou Fechar .....	110
Figura 15 – Los Angeles, cidade para veículos .....	111
Figura 16 – Radburn, separando pedestres e veículos .....	111
Figura 17 – Delft, integrando pedestres e veículos em tráfegos lentos .....	111
Figura 18 – Veneza, separando áreas urbanas de pedestres e veículos .....	111
Figura 19 – Diferentes funções, espaços de borda, acessos e equipamentos públicos promovendo a socialização na cidade do Teerã .....	114
Figura 20 – Eixo viário entre o Cais do Sodré e o Largo do Rato na Cidade de Lisboa .....	115
Figura 21 – Mapa Axial da Vila Tamandaré no Recife desenvolvido por Sintaxe Espacial ....	117
Figura 22 – <i>SSA</i> das entrevistas da Vila Tamandaré no critério Pessoas Envolvidas na Ação...	117
Figura 23 – <i>SSA</i> das entrevistas da Vila Tamandaré reunindo-se todos os critérios aplicados...	117
Figura 24 – Redes sociais de diferentes amplitudes e profundidades em São Paulo e Salvador.	118
Figura 25 – Uso do Solo na Mata do Engenho Uchôa em 1959.....	148

Figura 26 – Uso do Solo na Mata do Engenho Uchôa em 1975 .....	148
Figura 27 – Processo de Ocupação da Região de Análise .....	149
Figura 28 – Primeira fase de ocupação da Região de Análise: Grandes Terrenos .....	150
Figura 29 – Primeira fase de ocupação da Região de Análise: Casario Eclético .....	150
Figura 30 – Segunda fase de ocupação da Região de Análise: Formal, Vila dos Industriários... ..	150
Figura 31 – Segunda fase de ocupação da Região de Análise: Formal, Vila Cardeal e Silva... ..	150
Figura 32 – Terceira fase de ocupação: Informal, ZEIS Ximboré .....	150
Figura 33 – Terceira fase de ocupação: Informal, ZEIS Jd. Uchôa .....	150
Figura 34 – Quarta fase de ocupação: Condomínios Club Verticais .....	150
Figura 35 – Terceira e Quarta fase de ocupação: Comunidade Vilas Boas e Ecoville Residence....	150
Figura 36 – Padrões de Ocupação da Região de Análise .....	152
Figura 37 – Ocupações informais em 1995 ao longo da Linha Ferroviária Ligação Sul .....	153
Figura 38 – Rua André de Albuquerque, Padrão de Ocupação Tradicional .....	153
Figura 39 – Vila das Lavadeiras, Padrão de Ocupação Tradicional .....	153
Figura 40 – Praça das Lavadeiras em dia típico à tarde, em 2023 .....	153
Figura 41 – Praça Heróis da Restauração em dia de domingo no agosto de 2023, às 16h30 ...	153
Figura 42 – Praça das Crianças em dia de sábado no agosto de 2023, às 20h30 .....	153
Figura 43 – Mercado Público de Areias com teto desabado e Ocupações apenas nas laterais....	155
Figura 44 – Conjunto Residencial Ignez Andreazza na Av. Recife .....	155
Figura 45 – Grandes Supermercados desde 2006 na Av. Recife .....	155
Figura 46 – Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h .....	155
Figura 47 – Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h .....	155
Figura 48 – Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h .....	155
Figura 49 – Região de Análise com elementos citados no texto .....	156
Figura 50 – Igreja NSa. da Conceição do Barro, na Av. Dr. José Rufino .....	157
Figura 51 – Terreiro de Umbanda de denominação desconhecida, na rua Olímpio Costa .....	157
Figura 52 – Centro Espírita na Rua Sebastião Grande .....	157
Figura 53 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus na Av. Dr. Vilas Boas .....	157
Figura 54 – Festividade junina em 2023 na Praça Heróis da Restauração .....	157
Figura 55 – Comemoração Familiar na Rua Cambucá, em 2023 .....	157

Figura 56 – Chegada da Romaria a São Severino dos Ramos em 2023, na Vida Jardim Uchôa.	157
Figura 57 – Bicicleteiro de Comidas Regionais .....	157
Figura 58 – Jardins Marizá em 2003, ao início, sua terra arenosa .....	160
Figura 59 – Jardins Marizá em 2019, em contraste a áreas vizinhas .....	160
Figura 60 – Festa de aniversário local com presença dos avós paternos do Autor .....	165
Figura 61 – Foto com avó paterna do autor e conhecidos, provavelmente na Vila Cardeal e Silva.	165
Figura 62 – Viagem ao Rio de Janeiro dos avós paternos do Autor com grupo local .....	165
Figura 63 –Primeira Comunhão do pai e tio do Autor .....	166
Figura 64 – Tia do Autor e seu marido em excursão de piquenique para praia .....	166
Figura 65 - Pais e avó materna do Autor com amigos em churrascaria no bairro de Candeias, Recife	166
Figura 66 – Residência dos avós do autor, sala comercial e antigo Armazém São Jorge .....	167
Figura 67 – Avô do Autor no Armazém São Jorge .....	167
Figura 68 – Foto atual dos fundos da casa e antigo armazém dos avós paternos do Autor .....	167
Figura 69 – Avô do autor em frente à sua casa, junto à sala comercial e ao antigo Armazém.....	168
Figura 70 – Avô do Autor em frente ao duplex no bairro de Areias, na Região de Análise .....	168
Figura 71 – Avô do Autor em frente ao bloco de apartamento em Areias, na Região de Análise....	168
Figura 72 – Avô do Autor em frente ao duplex em Candeias, fora da Região de Análise .....	168
Figura 73 – Planta baixa térrea do Bloco de Apartamentos em Areias .....	169
Figura 74 – Avô do Autor com um irmão na obra de um dos imóveis construídos .....	169
Figura 75 – Aspectos Modernistas do Patrimônio Construído .....	169
Figura 76 – Rua do novo local de moradia do Autor na entrada da Comunidade de Jardim Uchôa.	174
Figura 77 – Rua do novo local de moradia do Autor na entrada da Comunidade de Jardim Uchôa.	174
Figura 78 – Jardim do Edf. João Paulo II em 2020, antes do início dos cuidados pelo Autor.....	174
Figura 79 – Jardim do Edf. João Paulo II em outubro de 2023, sob os cuidados do Autor .....	174
Figura 80 – Árvore da espécie Resedá em recuperação na calçada do Edf. João Paulo II .....	174
Figura 81 – Árvore da espécie Resedá em recuperação na calçada do Edf. João Paulo II .....	174
Figura 82 – Árvore da espécie Resedá em recuperação na calçada do Edf. João Paulo II .....	174
Figura 83 – Armazém de VSM, em Areias .....	176
Figura 84 – Armazém de VSM, com Edf. João Paulo II ao fundo .....	176
Figura 85 – Aparador de mesa dos avós do autor restaurado .....	177

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Síntese Teórica e Empírica da Pesquisa .....	31
Quadro 02 – <i>Desenho Urbano Sustentável</i> a partir de Escalas Espaciais .....	104
Quadro 03 – Características que favorecem a Sociabilidade em Espaços Públicos Urbanos ..	113
Quadro 04 – Indicadores de <i>Desenho Urbano Sustentável</i> em Esferas e Nichos .....	121
Quadro 05 – Primeira Entrevista Semi-Estruturada: Dados Socioespaciais e Perguntas Temáticas	136
Quadro 06 – Respostas Objetivas das Perguntas Temáticas da Primeira Entrevista .....	144
Quadro 07 – Caracterização Social dos Entrevistados da Primeira Entrevista .....	144
Quadro 08 – Segunda Entrevista Semi-Estruturada com Moradores Antigos .....	145

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Saturação Teórica - Perguntas 11 a 13 da Primeira Entrevista - <i>Autonomia</i> .....	140
Tabela 02 – Saturação Teórica - Perguntas 14 e 15 da Primeira Entrevista - <i>Distinção</i> .....	141
Tabela 03 – Saturação Teórica - Perguntas 16 a 18 da Primeira Entrevista – <i>Interdependência</i>	142
Tabela 04 – Saturação Teórica - Perguntas 19 e 20 da Primeira Entrevista – <i>Imprevisibilidade</i>	143

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ONU	Organização das Nações Unidas
DHMAG	Dimensão Humana nas Mudanças Ambientais Globais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (Brasileira)
MMA	Ministério do Meio Ambiente (Brasileiro)
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
<i>HDP</i>	<i>International Human Dimensions Programme</i>
<i>IHDP</i>	<i>International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change</i>
<i>ICSU</i>	<i>International Council for Science</i>
<i>UNU</i>	<i>United Nations University</i>
<i>ISC</i>	<i>International Science Council</i>
<i>RA</i>	<i>Resilience Alliance</i>
<i>IPCC</i>	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
<i>SES</i>	<i>Sistemas Ecológico/Econômico-Sociais (Socio-Ecologic/Economic Systems)</i>
MAG	Mudanças Ambientais Globais
<i>SSA</i>	<i>Smallest Structure Analysis</i> (Técnica utilizada por Muñoz 2018, 2019)
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
VSM	Abreviação do nome da entrevistada na Segunda Entrevista Semi-Estruturada
ASS	Abreviação do nome do entrevistado na Segunda Entrevista Semi-Estruturada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	PRIMEIRA PARTE: <i>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / URBANO</i> .....	20
1.2	SEGUNDA PARTE: <i>SOCIABILIDADE URBANA</i> .....	23
1.3	TERCEIRA PARTE: <i>AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL</i> .....	26
<b>2</b>	<b>CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / URBANO</b> .....	32
2.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	33
2.2	<i>PERSPECTIVAS PARADIGMÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE</i> .....	37
2.2.1	<b>Abordagens Holísticas de <i>Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade</i></b> ....	37
2.2.2	<b>Abordagens Empíricas de <i>Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade</i></b> ....	42
2.3	DIMENSÃO HUMANA NA SUSTENTABILIDADE .....	46
2.4	O CONCEITO DE <i>RESILIÊNCIA</i> .....	48
2.5	<i>AUTOPOIESE E VISÃO ECOLÓGICA AUTOPOIÉTICA</i> DE FRITJOF CAPRA .....	54
<b>2.5.1</b>	<b>O Conceito de Autopoiese</b> .....	55
2.5.1.1	A Organização Autopoiética .....	55
2.5.1.2	A Cognição Autopoiética .....	59
2.5.1.3	A Interação Autopoiética .....	63
2.5.1.4	A Ética Autopoiética .....	65
<b>2.5.1</b>	<b>A <i>Visão Ecológica Autopoiética</i> de Fritjof Capra</b> .....	67
2.5	<i>AUTOPOIESE E VISÃO ECOLÓGICA NA DHMAG E CONCEITO DE RESILIÊNCIA</i> .....	69

<b>3</b>	<b><i>SOCIABILIDADE URBANA</i></b> .....	73
3.1	DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS JUNTO À ANTROPOLOGIA .....	74
3.2	DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS JUNTO À SOCIOLOGIA .....	76
3.3	CENÁRIO CRÍTICO ATUAL DA <i>SOCIABILIDADE URBANA</i> .....	79
3.4	OUTROS FENÔMENOS ATUAIS ASSOCIADOS À <i>SOCIABILIDADE URBANA</i> .....	82
3.5	<i>SOCIABILIDADE URBANA</i> NO PENSAMENTO URBANO DO SÉCULO XX ..	85
3.6	D'INCAO: DA <i>AMPLA SOCIABILIDADE</i> À <i>SOCIABILIDADE RESTRITA</i> .....	90
3.7	SOCIABILIDADE NO PLANEJAMENTO, DESENHO E PESQUISA DO URBANO ...	96
<b>3.7.1</b>	<b>Mudança de Paradigma: <i>Desenho Urbano Sustentável</i></b> .....	98
<b>3.7.2</b>	<b>Pesquisas Empíricas Atuais em Sociabilidade Urbana</b> .....	112
<b>3.7.3</b>	<b>Sociabilidade Urbana: Preceitos Gerais de Análise</b> .....	120
<b>4</b>	<b><i>AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL</i></b> .....	124
4.1	O MÉTODO DA AUTOETNOGRAFIA .....	127
4.2	AUTOETNOGRAFIAS NA ARQUITETURA E URBANISMO .....	131
4.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	134
4.4	CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO DE ANÁLISE .....	147
4.5	NARRATIVAS EM SUSTENTABILIDADE E <i>AUTOPOIESE</i> .....	158
4.6	NARRATIVAS EM SOCIABILIDADE, PATRIMÔNIO FAMILIAR E PANDEMIA	163
4.7	NARRATIVAS SOCIOESPACIAIS GERAIS .....	172
4.8	INTERPRETAÇÃO CONCLUSIVA DA <i>AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL</i> ...	181
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	187
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	197

<b>APÊNDICE A - FORMULÁRIO FÍSICO DA PRIMEIRA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICE B - FORMULÁRIO VIRTUAL DA PRIMEIRA ENTREVISTA .....</b>	<b>210</b>
<b>APÊNDICE C - APROVAÇÃO DAS PESQUISAS NO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPE.</b>	<b>215</b>
<b>APÊNDICE D - RESULTADO DA PRIMEIRA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ....</b>	<b>224</b>
<b>APÊNDICE E - ENTREVISTA VSM, 69 ANOS, COMERCIANTE, MORADORA LOCAL...</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICE F - ENTREVISTA ASS, 80 ANOS, MARCENEIRO, MORADORA LOCAL ....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO A – REPORTAGEM NO BRASIL JÁ NA DÉCADA DE 1990 COM UM CONCEITO ALARGADO DE DESENVOLVIMENTO ORIÚNDO DA RIO-92 .....</b>	<b>239</b>
<b>ANEXO B – REPORTAGEM DO ANO DE 2008 DISCUTINDO A SUSTENTABILIDADE COMO MODO DE SER E AGIR .....</b>	<b>240</b>
<b>ANEXO C – PÁGINA INICIAL DO PORTAL VIRTUAL DA RESILIENCE ALLIANCE</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO D - SISTEMA DE BONDES POR TRACÇÃO ANIMAL NO RECIFE, ATÉ 1912..</b>	<b>242</b>
<b>ANEXO E - SISTEMA DE BONDES ELÉTRICOS NO RECIFE, A PARTIR DE 1914 ...</b>	<b>243</b>
<b>ANEXO F - NOTÍCIAS RESPECTIVAS À REGIÃO DE ANÁLISE E À AV. RECIFE ...</b>	<b>245</b>
<b>ANEXO G - FOLHETO PUBLICITÁRIO QUE EVIDENCIA A INAUGURAÇÃO EM 2006 DE GRANDES SUPERMERCADOS NA REGIÃO DE ANÁLISE .....</b>	<b>245</b>
<b>ANEXO H - NOTÍCIAS SOBRE NOVELA PANTANAL E A QUESTÃO ECOLÓGICA</b>	<b>246</b>
<b>ANEXO I - ESCRITURA DA COMPRA DE UMA CASA EM TAIPA REALIZADA PELO AVÔ DO AUTOR EM 1950, NO BAIRRO DE AREIAS, NA REGIÃO DE ANÁLISE .....</b>	<b>247</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga a **Hipótese Central** de que são necessários maiores conhecimentos para se lidar com o Desenvolvimento Sustentável em uma *Complexidade Multidimensional* que lhe parece inerente, principalmente no que se refere à Dimensão Social, e o que diz respeito direto ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável!* Toma-se assim como **Objeto Teórico** a própria questão da **Sustentabilidade**, que é destrinchada na evolução de seu cinquentenário *Discurso Central de Sustentabilidade*, originalmente ecológico, para uma abordagem integrada a fatores antropológicos, e que hoje se defronta ainda com *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade e Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade*, conforme será explicado no correr do texto. E como **Objeto Empírico**, toma-se a **Sociabilidade Urbana**, que já está inserida em debates do *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, mas também possui uma complexidade que ainda parece carecer de maiores compreensões. No centro das investigações teóricas, aborda-se o *Conceito de Autopoiese* e sua *Teoria de Santiago*, dos cientistas chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1980, 1995), dos quais são apresentados aportes teóricos que contribuem para o entendimento da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* e sua lida social prática. Especialmente, este é um aporte teórico que apresenta estreito diálogo com um segundo corpo teórico atual em Sustentabilidade, o do conceito de *Resiliência*, e que permite entender o Desenvolvimento Sustentável na correlação entre quatro dimensões: *Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética* (Carmo, 2019). E no centro das investigações empíricas, explicita-se com o *Método da Autoetnografia* uma série de *Minúcias Socioespaciais* ligadas à *Sustentabilidade, à Sociabilidade e ao Espaço Construído*, que ilustram enfim a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* e sua ligação com a Sociabilidade, e que são interpretadas conclusivamente à luz da *Autopoiese*, notadamente através dos conceitos de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* que são sugeridos como qualidades centrais relativas àquelas quatro dimensões da ideia de *Autopoiese*. Portanto, uma pesquisa que se apresenta com um **Objetivo Exploratório** e uma **Abordagem Qualitativa**, visando contribuir para o conhecimento do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* na Arquitetura e Urbanismo.

Inicialmente, a pesquisa pretendia investigar a questão da *Família*, motivada por abordagens transdisciplinares atuais que sugerem a necessidade de se melhor compreender questões sociais no campo geral do Desenvolvimento. Não obstante, uma proposta que se mostrou desafiadora, devido à questão da *Família* não apresentar, ainda, uma definição qualitativa precisa nas Ciências do Espaço Construído; uma definição que permita compreendê-la não como número – número de Déficit Habitacional, por exemplo –, mas em suas correlações complexas com o território, o

uso e a ocupação do solo. E correlações complexas, estas, que se apresentam não somente no Espaço, mas também no Tempo, no transcurso das gerações. Com isso, toda essa questão se mostrou em nossa pesquisa como cada vez mais ligada ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, desde o entendimento comum da *Sustentabilidade* no atendimento de necessidades das gerações presentes sem o comprometimento do atendimento das necessidades das gerações futuras. Ademais, este é um debate já corroborado por ricas literaturas, mas que parece estar sendo negligenciado. Friedrich Engels (2019) e o filósofo e economista germano-americano Hans Hermann Hoppe (2018) apontam a possibilidade de o surgimento da Família Monogâmica ter ocorrido em concomitância ao surgimento da Propriedade Privada, no limiar entre a pré-história e a história, e como sendo a primeira Divisão do Trabalho entre homem e mulher, para a geração e criação dos filhos. E ainda outras teorias transdisciplinares corroboram essa discussão. Para citar apenas uma, e que expande o debate para além da Família Monogâmica, sobre sistemas familiares em geral desde um ponto de vista fenomenológico, o psicoterapeuta alemão Bert Hellinger (2006) aborda a *Família* não apenas por modelos de parentesco e moralidade, mas através de possíveis leis sistêmicas que, inclusive, ele reflete algumas vezes à luz das condições históricas da modernidade, e o que nos permite refleti-las no âmbito socioespacial das cidades:

Vivemos num tempo em que as ordens sociais mudam rapidamente, e, se a evolução social promove maior flexibilidade, mobilidade e liberdade pessoal de escolha, aumenta ao mesmo tempo a alienação, a desorientação e a perda de raízes, podendo limitar a sensação de bem-estar gerada por uma integração perfeita. Muitos dos problemas individuais e familiares que as pessoas submetem aos terapeutas são resultado da ruptura de antigas ordens sociais e familiares, bem como da dificuldade de formular novas ordens capazes de resistir à prova do tempo e fomentar o amor. Por exemplo, as ordens tradicionais que definiam os papéis e a divisão do trabalho entre homens e mulheres estão se transformando tão rapidamente que inúmeros casais precisam fazer um esforço enorme para criar outras que se apliquem às suas situações. (Hellinger, 1998, p. 44).

Posteriormente, a questão da Sociabilidade surgiu no decorrer da própria pesquisa, sem fugir às discussões iniciais, mas como temática já melhor inserida em estudos urbanos. Tal como a *Família*, a *Sociabilidade Urbana* se mostra como fenômeno também ligado ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, tanto que, hoje, esse tema já é bastante tratado em abordagens de *Desenho Urbano Sustentável*. Apesar disso, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005) denunciou ao início do séc. XX que faltavam conhecimentos à compreensão da *Sociabilidade Urbana* como fenômeno de acontecimento, como *Gesto-Fio* das interações sociais. E assim, na busca de nossa pesquisa por maiores bases teóricas à compreensão da *Sociabilidade Urbana*, deparamo-nos com um *Cenário Crítico Atual* de Segregação Socioespacial, e com o debate entre *Cidade Tradicional* e *Cidade Moderna* que, na socióloga Maria Ângela D’Incao (1992a, 1992b), é entendido pela ocorrência de um *Processo de Restrição da Sociabilidade*, condizente com um *Processo de Compressão do Espaço-Tempo Moderno* evidenciado por David Harvey (2008).

Tem-se até aí o enredo teórico pelo qual esta pesquisa se afastou do foco ecológico original do Desenvolvimento Sustentável para investiga-lo em sua Dimensão Social, abordando-o então no âmbito do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* via *Sociabilidade Urbana*. O conseguinte prolongamento empírico dessa investigação se deu pelo *Método da Autoetnografia*, devido à pertinência aí encontrada para tratar das *Minúcias Socioespaciais* que permitiram evidenciar a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*. De modo específico, com a ocorrência da Pandemia da Covid-19 a partir do ano de 2020, quando também teve início esta pesquisa, seu Autor foi limitado espacialmente pelo isolamento social acarretado; por outro lado, essa foi uma oportunidade para que ele se voltasse à sua região de moradia para a análise daquelas *Minúcias Socioespaciais*. Além disso, essa experiência se adequou aos temas discutidos, por envolver a administração de um pequeno Patrimônio Construído de sua família na localidade em questão, o bairro de Areias na Cidade do Recife, deparando-se aí com desafios vários de se lidar na teoria e na prática com a Sustentabilidade e a Sociabilidade no cotidiano de uma periferia brasileira. Finalmente, uma estratégia de pesquisa que bem atendeu às possibilidades de se investigar a Dimensão Social como fenômeno de acontecimento, como *Gesto-Fio*, concorde suscitou Ribeiro.

A pesquisa e esta Tese foram dividida em três partes centrais, relativas às investigações teóricas dos Objetos Teórico e Empírico e à investigação empírica em si: 1. Crítica ao Desenvolvimento Sustentável/Urbano; 2. *Sociabilidade Urbana*; e 3. *Autoetnografia Socioespacial*. Na primeira parte, discutiu-se a evolução do *Discurso Central de Sustentabilidade*, comentando-se críticas sobre o *Desenvolvimento Urbano Sustentável* e apresentando-se *Abordagens Contemporâneas e Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade*, como os já citados conceitos de *Resiliência* e *Autopoiese*, e ainda a *Visão Ecológica Autopoiética* do físico austríaco Fritjof Capra (1995, 2010), que é uma abordagem já sintética da *Teoria de Santiago* e seu *Conceito de Autopoiese*. A correlação entre o Sustentável/Urbano se dá aí devido às investigações terem se iniciado no debate maior da Sustentabilidade, e depois alcançado a discussão social na *Sustentabilidade Urbana*. Na segunda parte, foi analisado um corpo teórico-empírico atual da *Sociabilidade Urbana*, sendo entendida a partir da Antropologia, da Sociologia, do *Cenário Crítico Atual* de Segregação Socioespacial, de sua inserção no *Desenho Urbano Sustentável*, em pesquisas empíricas sobre Sociabilidade, e das perspectivas avançadas que apontam D’Incao e Harvey sobre os *Processo de Restrição da Sociabilidade* e *Compressão do Espaço-Tempo*, na transição entre *Modelos de Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea*, e que entendemos correlatas. E na terceira parte, por fim, desenvolveu-se a empiria autoetnográfica, apresentando-se: o *Método da Autoetnografia*, algumas aplicações já realizadas na Arquitetura e Urbanismo, as técnicas de pesquisa e de coleta de dados que foram utilizadas em nossa pesquisa, uma caracterização da Região de Análise, três conjuntos de narrativas e uma interpretação conclusiva. Nessa breve síntese, estão contidos os conceitos e autores principais desta Tese. Adiante, é apresentada uma introdução mais detalhada.

Antes, porém, cabe uma primeira menção aos debates levantados com os resultados da pesquisa, que foram discutidos em nossa Conclusão após toda a tratativa teórica e empírica, mas que já ilustram, aqui, a importância de se tratar a questão da Sustentabilidade em sua Dimensão Social.

Primeiro de tudo, a Tese auxilia na compreensão da evolução dos discursos de Sustentabilidade, notando-se aí a crescente incorporação da Dimensão Social, mas ainda hoje apresentando grandes distâncias entre teoria e prática. Enquanto a agenda atual do Desenvolvimento Sustentável discute os seus 17 Objetivos formulados pela Organização das Nações Unidas, na Agenda 2030, parece ainda haver pouco conhecimento operativo de como transformá-los em realidade; isso, do que se entende por todo o apanhado teórico de nossa pesquisa, pelo fato de que tais discursos são ainda generalistas, pouco refletidos e aplicados sobre realidades socioespaciais específicas. Nesse sentido, essa crítica à Sustentabilidade se volta diretamente ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, evidenciando aí vários questionamentos de pensadores e planejadores – conforme veremos diante – que denunciam a própria ausência de um entendimento urbano de Sustentabilidade.

No decorrer da pesquisa, concluiu-se essa crítica ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável* como especialmente uma questão de Abordagem e de Escala, entendendo-se que sobram discursos macroquantitativos da Sustentabilidade, enquanto faltam maiores discursos microqualitativos. Isto é, sobram discursos que, pela racionalização científica, e pela origem mais ecológica do debate da Sustentabilidade, incorrem em mensurações da Dimensão Social – dados, estimativas, porcentagens... –, e assim favorecem macro percepções generalizadas dessa Dimensão. Em contrapartida, faltam discursos capazes de observar e compreender a Dimensão Social a partir de *Minúcias Socioespaciais*, que digam respeito às menores qualidades e particularidades das diferentes sociedades e grupos sociais, relativas a necessárias contextualizações, relativizações, considerações históricas, etc. Ou melhor dizendo, faltam discursos sobre dinâmicas sociourbanas as mais pequenas, que remontem à escala da vizinhança, da comunidade, da família, do indivíduo, e que parecem se mostrar essenciais à consumação de um Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, por exemplo, entende-se aqui que o *Discurso Central de Sustentabilidade* diz ou deveria dizer respeito à esfera Governamental, que o deveria traduzir em práticas socioespaciais objetivas, enquanto que, à esfera Civil, cabe o desenvolvimento de entendimentos práticos de Sustentabilidade.

Seguindo esse trajeto, nossa pesquisa chegou à consideração da *Sociabilidade Urbana* como um fator de Sustentabilidade, corroborado na Arquitetura e Urbanismo pelo já citado campo do *Desenho Urbano Sustentável*, mas uma temática que ainda remonta a imprecisões. Parece haver, por exemplo, confusões entre noções de Socialização e Sociabilidade: profundidades da Sociabilidade sobre questões espaciais, econômicas, culturais, etc., parecem ser muitas vezes superficializadas pelo entendimento da Socialização no espaço público, que entendemos aqui como interações sociais mais imediatas. Em nossas pesquisas, contudo, foi possível inferir a provável influência na Sociabilidade das diferentes esferas do Planejamento, do Desenho Urbano e da Arquitetura.

Assim, a própria discussão da *Sociabilidade Urbana*, tal qual a da *Sustentabilidade Urbana*, parece demandar aprofundamentos socioespaciais. E então, a crítica que identificamos sobre o *Desenvolvimento Urbano Sustentável* pode ser compreendida não só por imprecisões da aplicação dos discursos de Sustentabilidade no *Urbano*, mas também, por imprecisões no próprio conhecimento das Ciências do Espaço Construído sobre relações socioespaciais, e o que também corrobora a crítica anterior da distância macroquantitativa-microqualitativa da Sustentabilidade.

Os desdobramentos de nossa pesquisa parecem contribuir para atenuar esse distanciamento. Primeiro, todo o nosso apanhado teórico parece ter alcançado êxito na explicitação das críticas levantadas, por ter coletado referências e termos dotados de um aparente alto nível de definição conceitual. Segundo, o uso do *Método da Autoetnografia* foi bastante favorável à explicitação fenomênica dos temas tratados, tendo permitido identificar muitas minúcias socioespaciais ligadas ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, e o que se mostrava menos favorável a partir de outros métodos de pesquisa mais convencionais. Houve mesmo, até a qualificação da pesquisa, a tentativa de se realizar uma Análise Multicritério envolvendo Sustentabilidade, Sociabilidade e Desenho Urbano, mas a *Autoetnografia* foi o método que melhor propiciou uma análise socioespacial tanto analítica quanto fenomênica. Pôde-se, assim, entrelaçar as pesquisas teóricas e empíricas, e então discutir adequadamente a Dimensão Social da Sustentabilidade.

Esse entrelaçamento teórico-empírico propiciou igualmente o debate sobre um *Entendimento Autopoietico de Sustentabilidade*, notadamente pelas qualidades que aqui identificamos como talvez mais socialmente práticas: *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade*. Todo esse conteúdo é oriundo de conjuntos teóricos pouco comuns, e que, portanto, apresentam certa dificuldade se discutidos isoladamente na teoria ou na empiria. A própria *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese* tem por meta dirimir diferenciações entre Ser, Pensar e Fazer, sugerindo uma coligação ontológica entre as *Dimensões Biológica, Cognitiva, Social e Ética*. Finalmente, ao apresentarmos aquelas quatro qualidades, entendemos a possibilidade de todas ainda serem investigadas à luz de outras teorias, bem como analisadas sob outros métodos de pesquisa. Contudo, no estágio atual do nosso debate, essa proposição parece alcançar maiores discussões sobre noções mais socialmente objetivas de Sustentabilidade, e que não se opõe aos seus discursos gerais, mas agregam abordagens desde pontos de vista mais fenomênicos. Ademais, este é um desafio que também entendemos como Epistemológico. Afinal, esta pesquisa não envolve apenas uma combinação de abordagens e métodos, mas também, o desafio de se trabalhar, no campo da Ciência, as partes menores da Dimensão Social, na contramão de um universo científico que preza pela generalização, e evita tanto quanto possível a consideração do “Eu”, do “Self”, esta que é a dimensão social mais microqualitativa. E é aí também que se mostram necessários maiores conhecimentos para se lidar com as profundidades socioespaciais da Sustentabilidade. Enfim, essas são algumas antecipações das conclusões finais de nossa Tese.

## 1.1 PRIMEIRA PARTE: *DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / URBANO*

Para estruturar uma Crítica ao Desenvolvimento Sustentável e o *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, iniciamos com observações sobre o *Discurso Central de Sustentabilidade*. Foram analisados aí alguns dos principais documentos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e instituições congregadas, nos esforços internacionais pela promoção da Sustentabilidade, tal como a Declaração de Estocolmo (*United Nations, 1973*), Relatório *Brudtland* (CMMAD, 1987), Agenda 21 (*United Nations, 1993; MMA, s/d*), Carta da Terra (*Earth Charter, 2000; Carta da Terra Brasil, 2005*), Agenda 2030 (*United Nations, 2015*) e outros. Verificamos então, no *Discurso Central de Sustentabilidade*, a progressiva mudança de um foco original ecológico, surgido de problemáticas ambientais do séc. XX, para focos mais integrados a questões da Dimensão Social. E estendendo ainda a análise, constatamos que, apesar da evolução desse *Discurso Central*, há autores atuais que criticam através de *Perspectivas Paradigmáticas* que o Desenvolvimento Sustentável não abarca ainda questões humanas básicas à Sustentabilidade, como questões de bases epistemológicas, socioeconômicas e éticas. Esses autores defendem, no geral, que se mantém na atualidade o modelo de desenvolvimento moderno capitalista que resultou na insustentabilidade, porém, agora, sob discursos ecologizados.

Desde de um ponto de vista Holístico, por exemplo, Leonardo Boff (2016) explana sobre diferentes *Modelos de Sustentabilidade*, na busca por uma definição precisa de Desenvolvimento Sustentável. E assim como um segundo autor, Alberto Acosta (2016), Boff defende a *Filosofia do Bem-Viver*, que é de origem indo-americana, como talvez o mais avançado *Modelo de Sustentabilidade*, por evocar uma integração ontológica entre natureza e ser-humano - Dimensões Ecológica e Social. Ao nosso ver, defesas assim possuem relevo teórico e filosófico, mas são demasiado abrangentes, algo distantes de uma operacionalização da Sustentabilidade que saiba lidar com as complexas redes de produção econômica, contextos sociais e políticos do mundo globalizado. Daí, portanto, se faz útil a contribuição de autores que apresentam abordagens mais Empíricas sobre Sustentabilidade, e que melhor se aproximam de suas tratativas no Urbano.

Em âmbito geral, por exemplo, Enrique Leff (2015) alerta pela necessidade de se considerar os *Processos Sociais* do Desenvolvimento Sustentável, entendendo que uma real valoração e quantificação de custos ecológicos depende da identificação dos processos sociais ligados aos valores da natureza. No mesmo viés, Henri Acselrad (2009) defende a necessidade de uma *Justiça Ambiental*, que seja capaz de superar limitações ecológicas das ideias de Sustentabilidade e lidar adequadamente com as questões sociais e econômicas relativas ao Espaço Urbano. Ele

considera inclusive a pertinência de existirem diferentes noções de Sustentabilidade, devido à variedade de fenômenos socioespaciais existentes, bem como suas diferentes durações temporais. Também, Marcelo Lopes de Souza (2005) é contundente ao declarar que as noções gerais de Sustentabilidade, ou o seu *mainstream*, não apresentavam ainda, ao início do séc. XX, avanços analítico contra os desafios sociais que surgiam, sugerindo então que a ideia de Desenvolvimento Sustentável deveria estar latente na própria ideia de Desenvolvimento Urbano. E por fim, Manoel Rebêlo Jr. (2002) resume a questão com uma defesa bastante peculiar. Segundo ele, o discurso central de Sustentabilidade seria uma estratégia pós-colonial de controle capitalista, na medida em que, tendo passado o período colonial, países desenvolvidos não mais podiam explorar abertamente o território de países subdesenvolvidos para equilibrar suas balanças econômicas, de modo que passaram a apostar em uma estratégia capitalista revestida de causa humanitária, principalmente após as grandes crises econômicas do petróleo das últimas décadas de 60 e 70.

Tecido então esse corpo teórico crítico do Desenvolvimento Sustentável e *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, no qual a questão Urbana se insere enfaticamente, partimos em busca de aportes teórico-empíricos atuais para lidar com o cenário crítico apresentado, e o que nos levou a *Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade*. Estas são aportes que propiciam novas luzes ao nó górdio que ora identificamos no Desenvolvimento Sustentável / Urbano, como sendo a necessidade de integração entre suas Dimensões Ecológica e Social. Nesse âmbito, abordamos centralmente a *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese* (Maturana & Varela, 1980, 1995; Dávila et al. 2009; Fonseca, 2008; Lettvin et al. 1959), com a qual esta pesquisa estruturou uma noção de Sustentabilidade alicerçada na correlação entre as quatro dimensões que anteriormente identificamos na *Autopoiese*: Biológica, Cognitiva, Social e Ética. Em linhas gerais, *Autopoiese* diz respeito a uma definição basilar dos Seres / Sistemas Vivos como sendo a capacidade de *Autorreconstituição* (do grego *auto*, próprio, e *poiesis*, criação), em um processo que, conforme explanam detalhadamente seus autores, envolvem inevitavelmente aspectos daquelas quatro dimensões. São dimensões que não estão assim explicitamente enunciadas por Maturana e Varela, mas cujo destrinchamento foi o esforço de nossa pesquisa de mestrado (Carmo, 2019).

Para corroborar nossa construção teórica junto à *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, esta pesquisa investigou ainda outras *Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade*. Na aproximação das Ciências Sociais ao Desenvolvimento Sustentável, encontramos a abordagem da *Dimensão Humana nas Mudanças Ambientais Globais (DHMAG)* (ISSC, 2012; IHDP, 2003), e na qual encontramos especificamente o conceito de *Resiliência*. Com base no corpo teórico-empírico da instituição *Resilience Alliance* (RA, 2022, s/d; Hogan, 2007; Martins et al. 2011;

Olson *et al.* 2014; Walker *et al.* 2004; Holling, 2001, Martins & Ferreira, 2011), esse conceito apresentou uma série de termos e definições com significativas *Convergências Teóricas* à *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, principalmente a convergência de ambas essas linhas de pesquisa possibilitarem entender seres/sistemas-vivos, ou *Unidades Autopoiéticas*, como *Sistemas Ecológico-Sociais (SES)*. É por isso que optamos aqui em utilizar esse termo “seres/sistemas-vivos”, denotando-se aí a integração das Dimensões Ecológica e Social. Além disso, ambas as linhas de pesquisa também permitiram compreender *Sistemas Ecológico-Sociais* como sendo dotados de uma *Complexidade Multi-Transescalar*, isto é, uma *Complexidade* que é tanto *Multidimensional*, devido à integração entre as Dimensões Ecológica e Social, assim como também *Transescalar*, na medida em que reconhece correlações imbrincadas entre diferentes níveis de *Sistemas Ecológico-Sociais*: indivíduos, comunidades, sociedades, ecossistemas, biosfera... E finalmente, através das *Convergências Teóricas* entre *Autopoiese* e *Resiliência*, este pesquisa pôde sugerir uma qualidade central para cada uma das dimensões da *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese* anteriormente identificadas, oportunizando a concepção de um *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*: **Autonomia**, na *Organização Biológica*; **Distinção**, na *Cognição*; **Interdependência**, na *Interação Social*; e **Imprevisibilidade**, na *Ética*. Essas qualidades foram aplicadas, depois, em nossa pesquisa empírica, na interpretação das minúcias socioespaciais identificadas, evidenciando-se a *Complexidade Multidimensionalidade da Sustentabilidade* e sugerindo-as uma abordagem social prática de Desenvolvimento Sustentável.

Finalmente, uma última *Abordagem Contemporânea em Sustentabilidade* foi comentada a partir de Fritjof Capra (1995, 2010), que é autor de uma *Visão Ecológica Autopoiética*. Em suas obras, Capra já se apropria da *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, e propõe uma perspectiva ecológica para a atualidade constituída de um mútuo poder de abrangência e síntese. Esse cientista se debruçou sobre inúmeras teorias contemporâneas, sistêmicas e complexas, e encontrou no *Conceito de Autopoiese* o que ele defende como sendo o “*Padrão da Vida*”. Para explicar essa defesa, Capra aborda a *Autopoiese* em diálogo com outras teorias, e explica a sua *Visão Ecológica Autopoiética* como sendo o equilíbrio entre as *Estruturas e Relações* dos seres/sistemas-vivos em seus *Processos Vitais*. Isto é, mais do que buscar por fundamentalismos conceituais para explicar ideias ecológicas, uma efetiva compreensão de Sustentabilidade estaria no *Equilíbrio Vital* entre as *Estruturas e Relações* dos seres/sistemas-vivos. Essa perspectiva auxiliou determinantemente a síntese do nosso *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*, por permitir compreender, nos *Sistemas Ecológico-Sociais*, a igual importância das *Estruturas* ecológicas – sejam estas naturais, ou construídas, a partir da modificação da natureza pelo homem – e das *Relações* socioespaciais em um Desenvolvimento Sustentável, e assim também Urbano.

## 1.2 SEGUNDA PARTE: *SOCIABILIDADE URBANA*

A segunda parte da Tese foi iniciada com uma localização do debate da *Sociabilidade Urbana* na discursão entre *Modelos de Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea*. Esse campo discursivo é favorável para correlações com o *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, dado que a questão da Sociabilidade, assim como da Sustentabilidade, passaram por grandes transformações com o Desenvolvimento Moderno, e se deparam hoje com desafios face à contemporaneidade.

As primeiras análises da segunda parte constituíram-se de discussões introdutórias junto à Antropologia e à Sociologia, que são campos puros das Ciências Sociais, e nos quais se buscou por bases teóricas para se tratar da Sociabilidade, posto que a Arquitetura e Urbanismo é uma Ciência Social Aplicada. Observou-se aí significativas transformações na Antropologia a partir da segunda metade do séc. XX, assim como na questão da Sustentabilidade e dos *Modelos de Cidade*, e sendo motivadas pelo fenômeno mundial do crescimento urbano, o que ocasionou o surgimento da especialização da Antropologia Urbana (Velho, 2011; Cordeiro, 2003). À diferença da Antropologia Clássica, cujo foco estava nas *Sociedades Exóticas*, e porque conduzida também pelas relações internacionais de colonização, a Antropologia Urbana começou a reconhecer a pluralidade dos fenômenos urbanos, e estabeleceu então o estudo das *Sociedades Moderno-Contemporâneas Complexas*. Ponto central aí é que o antropólogo passou a se ver inserido em realidade culturais que se lhe tornaram objetos de análise, o que demandou então o aprimoramento de suas técnicas de pesquisa, como a Etnografia (Rocha & Eckert, 2013) – e o que depois ensejou também o surgimento do *Método da Autoetnografia*, conforme foi melhor tratado na terceira parte da Tese. Ainda nas discussões introdutórias da segunda parte, viu-se na Sociologia também o surgimento de uma Sociologia Urbana, já ao início do séc. XX, anteriormente à Antropologia Urbana. Na Sociologia Urbana, em especial, as linhas de pesquisa das Escolas de Chicago e Manchester lograram significativas contribuições a estudos sociológicos do Espaço Urbano (Becker, 1996; Fry, 2011). Frúgoli Jr. (2007) destaca o valor dessas Escolas em propiciarem a *Espacialização do Social* e a *Socialização do Espaço*, estabelecendo aí novos horizontes analíticos. Intensificaram-se nesse cenário estudos sobre a Sociabilidade e a *Sociabilidade Urbana*, mas termos que seguiram, e ainda seguem, acompanhados de ricas discussões conceituais. Frúgoli Jr. destaca centralmente o mútuo papel da cidade como *Produtora* e *Produto* da Sociabilidade, e evoca assim o renomado Gilberto Velho (2011) para explicitar que, em meio às discussões, a Sociabilidade é entendida às vezes como sendo tudo, e às vezes nada. Nessa condição crítica, pudemos localizar com maior especificidade o estado de arte teórico da *Sociabilidade Urbana*.

Passo adiante, a pesquisa investigou o *Cenário Crítico Atual da Sociabilidade Urbana*. Encontrou-se aí centralmente a questão da Segregação Socioespacial a partir de Teresa Pires do Rio Caldeira (2003), que, na análise de grandes centros urbanos, observou que esse fenômeno tem se sobressaído aos ideias urbanísticos de diferentes épocas para o ordenamento do Espaço. Segundo ela, especialmente, o ideal Modernista que propunha “abertura, indeterminação, fluidez e coexistência de diferenças” nunca chegou a ser de fato assimilado no Espaço Construído (*ibid.* p. 307). E em associação à Segregação Socioespacial, a pesquisa encontrou ainda outros fenômenos atuais que têm influenciado sobre condições de sociabilidade: a *Verticalização* de Imóveis, a *Multiplicação de Espaços Públicos Privativos e Semi-Privativos*, e a *Virtualização da Sociabilidade* (Ramires, 1998; Pintaudi & Frúgoli Jr., 2010; Casaril e Fresca, 2007). Todos esses são fenômenos que parecem estar prestando serventia aos meios de produção e consumo capitalistas, ocasionando realidades socioespaciais destituídas da possibilidade de contiguidades democráticas, e no que recai uma crítica central de Caldeira, ao questionar: “que tipo de modelo podemos adotar para o [espaço] público?” (*ibid.* p.339). Esse questionamento se coaduna à crítica teórica de Frúgoli Jr., podendo ser lançados sobre *Sociabilidades Urbanas* e os *Modelos de Cidade Moderna, Tradicional e Contemporânea* que as produzem e são por elas produzidos.

Seguindo nas análises, lançamos ainda observações sobre a *Sociabilidade Urbana* a partir do campo geral do pensamento urbano do séc. XX. Nossa pesquisa encontrou aí igualmente a intensificação dos debates sobre Sociabilidade, e em autores consagrados como Henri Lefebvre (2011) e Jane Jacobs (2001), que denunciaram contradições na Sociabilidade do Espaço Urbano Moderno. Fundamentalmente, Lefebvre forjou o entendimento do *Tempo-Espaço das Cidades*, reconhecendo-o como orientado pela *Ação Social*, e abrindo caminho para autores como Jacobs, quem discutiu centralmente aspectos da *Diversidade Urbana*. Em outros autores, como Ferdinand Tönnies *apud* Brancaleone (2008), a pesquisa encontrou apontamentos sobre padrões gerais e coexistes de *Sociabilidade: Sociabilidade em Comunidade* e *Sociabilidade em Sociedade*, que estariam respectivamente mais ligados aos *Modelos de Cidade Tradicional e Cidade Moderna*. E finalmente, em Ana Clara Torres Ribeiro (2005), nossa pesquisa encontrou uma crítica terminante à atualidade da questão da *Sociabilidade Urbana*. Segundo ela, “faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento” (*ibid.* p. 416), como os “*gestos-fio* elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida” (*ibid.* p. 417). Desde aí, se entende também uma ainda carência conceitual ao entendimento da *Sociabilidade Urbana*, e o que, em nossa pesquisa, aproxima ainda mais essa questão à investigação da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*.

O ponto alto desta segunda parte da pesquisa foi o reconhecimento, a partir de Maria Ângela D’Incao (1992a, 1992b), de um *Processo de Restrição da Sociabilidade* ocorrido em cidades brasileiras entre os séc. XIX e XX, isto é, a transformação de realidades de *Ampla Sociabilidade* para *Sociabilidades Restritas*. Esse processo estaria diretamente ligado a transformações entre *Modelos de Cidade Tradicional e Moderna*, e teria sido acarretado por transformações tanto espaciais como também sociais, a partir da ascensão de formas de vida burguesas sobre formas de vida tradicionais. Embora a limitação das pesquisas de D’Incao ao Brasil, encontrou-se convergência de sua teorização com a teoria mais geral da *Compressão do Tempo-Espaço* em David Harvey (2008), segundo a qual o *Tempo-Espaço Tradicional* estaria sendo comprimido pelo *Tempo-Espaço Moderno*, a partir da “aniquilação do espaço através do tempo” (*ibid.* p. 212), e vice-versa. Principalmente, um processo compressivo que teria sido intensificado na segunda metade do séc. XIX com a Primavera dos Povos, pelo então crescimento de poderes burgueses sobre o controle social e urbano – o *Tempo* e o *Espaço*, no ver de Lefebvre. Esse pano de fundo teórico foi posteriormente aplicado, aqui, na pesquisa empírica pelo *Método da Autoetnografia*, na qual se identificou que o Autor desta pesquisa, ao longo de sua formação educacional, profissional e pessoal, foi precisamente alvo de uma *Restrição da Sociabilidade*.

Por fim, esta segunda parte da pesquisa se concluiu com observações mais específicas da *Sociabilidade Urbana* em estudos empíricos do Espaço Urbano. Por um lado, foram analisadas abordagens de *Desenho Urbano Sustentável* que, como já comentado, entendem a *Sociabilidade Urbana* como fator de *Sustentabilidade Urbana* (Speck, 2012; Gehl, 2013; Appleyard, 1992, 2020; Carmona, 2010). Destrinchou-se aí, principalmente, o campo geral de uma *Morfologia Urbana Sustentável* em que entende a *Sociabilidade Urbana* como influenciada por múltiplas esferas do Espaço Construído: a *Macroesfera do Planejamento Urbano*, a *Microesfera do Projeto Urbano* e a *Esfera Arquitetônica influente sobre o Espaço Urbano*. Isso corrobora a inferência levantadas a partir de D’Incao de que o *Processo de Restrição da Sociabilidade* teria se iniciado em mudanças de hábitos sociais e conformações arquitetônicas, e não por *Projetos Urbanos*, e o que explicita a condição socioespacial do *Processo de Restrição da Sociabilidade*. Conjuntamente, isso corrobora também a crítica aqui levantada de que a questão da Sociabilidade tem sido atualmente mais atribuída à dimensão do *Projeto Urbano*, do *Desenho Urbano*, e o que talvez a superficializa como Socialização, esta que parece ser apenas um aspecto da Sociabilidade. Na esteira desse raciocínio, analisamos por outro lado algumas diferentes pesquisas acadêmicas em *Sociabilidade Urbana* (Monteiro, 2019; Almeida, 2011; Bichir & Marques, 2012; Justo & Amado, 2015; Dousti *et al.* 2018; Munõz, 2018, 2019), nas quais se encontrou- indícios que corroboram as críticas anteriormente levantadas. Notou-se, por exemplo, a ainda imprecisão no

entendimento da *Sociabilidade Urbana*, em resultados de pesquisa que não se casam perfeitamente a hipóteses levantadas; e também, a influência da Dimensão Social sobre a Sociabilidade, tanto ou talvez mais que a Dimensão Espacial, corroborando a suspeita da também influência aí das esferas da Arquitetura e do Planejamento, e de modo que a aparente tratativa da *Sociabilidade Urbana* como apenas Socialização – via Projeto Urbano, Desenho Urbano –, pode estar talvez contribuindo para a não compreensão da complexidade da Sociabilidade, e assim, por conseguinte, para a manutenção do *Cenário Crítico Atual* de Segregação Socioespacial. Tudo isso suscitou a pertinência de se abordar a questão da *Sociabilidade Urbana* através de D’Incao, que, embora autora de teorizações discretas, parece ter alcançado entendimentos socioespaciais complexos sobre Sociabilidade. E suscitou igualmente a importância de um desdobramento empírico capaz de atender a todas essas base teórico-críticas, do que propusemos, na terceira parte da pesquisa, a utilização do *Método da Autoetnografia*, por sua propensão à identificação de minúcias da complexidade socioespacial. Deu-se aí, enfim, a passagem da nossa pesquisa teórica à empiria, introduzida a seguir, e na qual a aplicação do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*, construído na primeira parte da tese, sobre investigações da *Sociabilidade Urbana*, permitiram evidenciar aspectos socioespaciais da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*.

### 1.3 TERCEIRA PARTE: *AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL*

Nossa pesquisa concebeu a ideia de *Autoetnografia Socioespacial* a partir dos aportes teóricos anteriormente levantados, mas com base no método geral da Autoetnografia, que foi estudado principalmente em Heewon Chang *et al.* (2008, 2010) e Carolyn Ellis *et al.* (2011, 2014, 2015). A primeira autora propicia o entendimento central de um *Modelo Triádico* para Autoetnografias (Fig. 01, página a seguir), que é constituído da interconexão entre três orientações principais: metodológica, referente ao aspecto etnográfico; cultural, sobre o aspecto contextual, interpretativo; e conteudística, referente ao aspecto propriamente autobiográfico. Para facilitar a discussão, definimos aqui essas três orientações como *Orientação Etnográfica, Contextual e Autobiográfica*. E na segunda autora, Carolyn Ellis, encontra-se uma série de preceitos gerais para a elaboração de Autoetnografias, assim como exposições sobre a classificação de diferentes tipos de Autoetnografias. Em suma, um Método de Pesquisa que já tem se consolidado, conforme pudemos tratar melhor no texto, mas que ainda se encontra em pleno estado de desenvolvimento.

Fig. 1 Modelo Triádico de Heewon Chang para Autoetnografias



Fonte: Autor, adaptado de Chang (2008).

No caso da nossa *Autoetnografia Socioespacial*, pudemos entender a estruturação da *Orientação Etnográfica* a partir da fundamentação teórica dos nossos objetos de análise: a Sustentabilidade e a Sociabilidade. Quanto à *Orientação Contextual*, a pesquisa definiu e caracterizou uma Região de Análise (Fig. 02, página a seguir), correspondente ao lugar de moradia do autor desta Tese, e que foi analisada em suas condições sociourbanas, conforme o que está comentado adiante. E quanto à *Orientação Autobiográfica*, a pesquisa apresentou Narrativas do próprio Autor quanto a experiências pessoais e de pesquisa nesta Região de Análise, imbricadamente ligadas à Produção do Espaço, à Sociabilidade e à Sustentabilidade.

A Autoetnografia é um método originário do campo puro das Ciências Sociais, e que é ainda pouco utilizada na Ciência Social Aplicada da Arquitetura e Urbanismo. Assim, após termos colhido bases teóricas da Autoetnografia, a terceira parte de nossa pesquisa lançou observações sobre a presença do método no nosso campo de pesquisa. Identificou-se aí autores consagrados de diferentes áreas da Arquitetura e Urbanismo que já desenvolveram teorizações com algum teor autoetnográfico (Giedion, 1959; Sitte, 1909; Jacobs, 2011; Zumthor, 1998), o que evidencia a propensão de nosso campo ao *Método da Autoetnografia*. Por outro lado, a pesquisa identificou também propostas atuais da utilização do *Método* na Arquitetura e Urbanismo (Brockington & Cicmil, 2016; Phillips, 2011; Clarke, 2022), e o que permitiu levantar apontamentos críticos: primeiro, uma maior utilização do *Método* a partir da Pandemia da Covid-19, como também parece ter ocorrido em outros campos do conhecimento; e segundo, a impressão de que o *Método da Autoetnografia* ainda não está incorporado em totalidade nas Ciências do Espaço Construído. Com esses balizamentos teóricos da Autoetnografia, nossa pesquisa seguiu para a elaboração objetiva de sua *Autoetnografia Socioespacial*, contendo: caracterização socioespacial da Região de Análise, técnicas de coleta de dados utilizadas, e narrativas e interpretações do Autor.

Fig. 2 Região de Análise Empírica



Fonte: Autor.

Na Caracterização da Região de Análise, deu-se uma série de estudos e observações sobre a área de moradia do Autor, correspondente a parcelas dos bairros de Areias, Barro e Caçote na Zona Sudoeste da Cidade do Recife. Nessas análises, reconheceu-se centralmente a existência de um processo de ocupação e urbanização iniciado no séc. XVII, a partir da presença de um Engenho de Açúcar, e que passou por transformações em diferentes épocas, acarretando hoje em uma realidade urbana marcada por diferentes padrões de ocupação. Identificou-se, assim, a

existência atual de padrões de ocupação mais tradicionais e outros mais modernos, o que sugeriu a possibilidade da ocorrência, nessa Região, de mudanças em Sociabilidade, ou precisamente, do *Processo de Restrição da Sociabilidade* citado por D’Incao. E isso parece ter acarretando, também, em condições atuais de coexistência entre *Sociabilidades Amplas e Restritas*, o que também foi corroborado por outras análises urbanísticas, históricas e sociais.

Quanto às técnicas de coleta de dados, foram apresentadas as técnicas e instrumentos de pesquisa que forneceram dados empíricos à *Autoetnografia Socioespacial*. A partir de primeiras referências teóricas sobre pesquisas qualitativas e socioespaciais (Minayo, 2001; Minayo & Costa, 2018; Russo, 2010; Fontanella *et al.*, 2011; Kapp, 2020), nossa pesquisa executou o uso combinando de Entrevistas Semiestruturadas com moradores da Região de Análise, observações socioespaciais de campo, registros fotográficos e pesquisa em documentos da família do autor. Essas três últimas técnicas de pesquisa foram realizadas em apoio às análises gerais, não tendo sido baseadas em métodos específicos, enquanto que as Entrevistas Semiestruturadas foram centrais, desenvolvidas com uma maior estrutura metodológica. Foram realizadas dois tipos de entrevista: uma **Primeira Entrevista Semiestruturada** com 30 moradores, que sondou aspectos socioespaciais gerais da Região de Análise, assim como aspectos das noções aqui construídas sobre *Sociabilidade Urbana* e sobre o *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*; e uma **Segunda Entrevista Semiestruturada**, realizada com dois moradores mais antigos da Região, e ainda profissionalmente ativos, com os quais buscou-se coletar informações mais detalhadas sobre as questões investigadas. Ambas as entrevistas oportunizaram dados quantitativos e qualitativos à Autoetnografia Socioespacial, servindo de subsídio empírico às narrativas do autor.

E quanto às narrativas, finalmente, estas foram apresentadas em um conjunto de três narrativas, conforme o que segue. “Narrativas em Sustentabilidade e *Autopoiese*” apresentaram o trajeto de formação do autor na construção de conhecimentos sobre essas temáticas. “Narrativas em Sociabilidade, Patrimônio Familiar e Pandemia” apresentaram relatos que correlacionam aqueles conhecimentos de Sustentabilidade e *Autopoiese* aos entendimentos de Sociabilidade reunidos nesta pesquisa; além do mais, narrativas que ocorrem no cenário de Isolamento Social da Pandemia da Covid-19, e em relação direta com o Espaço Construído através de um pequeno patrimônio construído da família do Autor existente na Região de Análise. E por fim, “Narrativas Socioespaciais Gerais” apresentaram ainda outros relatos que alimentam todo esse enredo.

Pontos centrais nessas narrativas são o reconhecimento do Autor, no cenário da Pandemia, de que os conhecimentos mais convencionais que ele possuía sobre Desenvolvimento Sustentável não se aplicavam na administração prática do patrimônio construído de sua família, ao que

incorreu uma maior contribuição por parte do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*. E foi devido a esse entendimento propiciar uma maior compreensão sobre a relevância das *Relações – e Relações Sociais – na Sustentabilidade*, que o Autor identifico, pela Dimensão Social – via Sociabilidade –, melhores condições para a manutenção daquele patrimônio construído e de seus valores socioespaciais. Nesse ínterim, o Autor reconheceu que, no curso das três últimas gerações de sua família, ela fora alvo do *Processo de Restrição da Sociabilidade* enunciado por D’Incao. Mas agora, sentido inverso, e por sua tomada de consciência ligada a todos esses conhecimentos, parece ter-se iniciado um contrário *Processo de Reampliação da Sociabilidade*, no qual o Autor busca desvencilhar-se das predominâncias de uma forma de vida até então algo burguesa, moderna, para concilia-las com o resgate de formas de vida mais tradicionais da sua família na Região de Análise; e desde aí, finalmente, parecem surgir maiores equilíbrios entre as *Estruturas e Relações no Processo Vital do Sistema Ecológico-Social* local.

Esses pontos centrais são as principais correlações entre a teoria e a empiria de nossa pesquisa. Desta feita, logrou-se uma *Autoetnografia Socioespacial* que atendeu à nossa hipótese central da necessidade de maiores conhecimentos para a lida e a compreensão do Desenvolvimento Sustentável em sua *Complexidade Multidimensional*, principalmente quanto à Dimensão Social. Passo adiante, e como uma **Interpretação Conclusiva** da *Autoetnografia Socioespacial* e das bases teóricas da Sustentabilidade e da Sociabilidade, nossa pesquisa sugeriu ainda aquelas quatro qualidades principais das dimensões da *Autopoiese*, que compõem o *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade – Autonomia na Organização Biológica; Distinção na Cognição; Interdependência na Interação Social; e Imprevisibilidade na Ética –* como a possibilidade de uma abordagem social prática em Sustentabilidade. Afinal, estas são qualidades costuradas desde campos teórico-empíricos, e que o Autor também as pôde observar e aplicar diretamente na complexidade socioespacial de suas experiências. Tudo isso não permite compreender uma teorização final, mas se entrelaça intimamente a minúcias socioespaciais em perspectivas práticas do cotidiano, e o que, como pudemos ver tanto na teoria como na empiria, parece ser fundamental para se avançar no entendimento atual da *Sociabilidade Urbana* e da Sustentabilidade Urbana. Isto é, no entendimento da Sociabilidade como fenômeno de acontecimento, como *Gesto-fio* da vida diária, segundo Ribeiro (2005); e no entendimento da Sustentabilidade como fenômeno ecológico-social integrado. Ou ainda, como propusemos didaticamente, no Entendimento do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* a partir da *Autopoiese* enquanto **Conceito Último**, integrador entre diferentes dimensões complexas, e a partir da Sociabilidade – e da *Ampla Sociabilidade*, especialmente – como **Possibilidade Primeira**.

Nas conclusões finais, nossa pesquisa teceu ainda outros comentários sobre conteúdos trespassados por nossas análises, mas também correlacionados à nossa hipótese, pressupostos e críticas centrais. O Quadro 1 a seguir sintetiza a construção teórica e empírica da pesquisa.

Quadro 1 – Síntese Teórica e Empírica da Pesquisa	
Hipótese Central	São necessários maiores conhecimentos para a compreensão e lida com o Desenvolvimento Sustentável em sua <i>Complexidade Multidimensional</i> , principalmente quanto à Dimensão Social, e o que diz respeito direto ao <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável</i> .
Cenário Crítico Atual do Objeto Teórico: <b>Sustentabilidade</b>	Desde 1972, dá-se o desenvolvimento do <i>Discurso Central de Sustentabilidade</i> , desde um foco ecológico original para uma progressiva incorporação da Dimensão Social, apesar de que, resistem críticas atuais de <i>Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade</i> , como a ausência de entendimentos mais salutareos de <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável</i> , e a <i>Visão Ecológica Autopoiética</i> de Fritjof Capra, que sugere uma perspectiva abrangente e sintética de Sustentabilidade no equilíbrio entre <i>Relações e Estruturas nos Processos Vitais</i> dos Seres/Sistemas-Vivos.
Cenário Crítico Atual do Objeto Empírico: <b>Sociabilidade</b>	A ascensão do <i>Modelo de Cidade Moderna</i> sobre o <i>Modelo de Cidade Tradicional</i> impacta sobre a <i>Sociabilidade Urbana</i> , acarretando em um <i>Cenário Crítico Atual</i> de Segregação Socioespacial e um <i>Cenário Teórico Atual</i> de também imprecisão quanto aos conhecimentos da Sociabilidade.
Convergência entre o Objeto Teórico e o Objeto Empírico	As discussões sobre <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável</i> e <i>Sociabilidade Urbana</i> convergem na discussão sobre <i>Modelos de Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea</i> , tendo sido ambos esses objetos de pesquisa evidenciados ao longo do séc. XX através dos impactos problemáticos da <i>Cidade Moderna</i> sobre a <i>Cidade Tradicional</i> , e do que se lançam como desafios para a <i>Cidade Contemporânea</i> .
Pressuposto Crítico Central	A transição entre a <i>Cidade Tradicional</i> e a <i>Cidade Moderna</i> é expressa em D’Incao (1992a, 1992b) na ocorrência do <i>Processo de Restrição da Sociabilidade</i> – da mudança de realidades socioespaciais de <i>Ampla Sociabilidade</i> para <i>Sociabilidades Restritas</i> –, o que teria sido motivado pela ascensão de formas de vida burguesas, que a autora analisa no cenário brasileiro, mas que encontra correspondência em âmbito mais geral com a teoria da <i>Compressão do Espaço-Tempo</i> de David Harvey (2008), que também remete à modernidade, a partir da reação burguesa à Primavera dos Povos no séc. XIX, e o que remonta talvez a um aspecto central da transição entre aqueles <i>Modelos de Cidade Tradicional</i> e <i>Moderna</i> , e portanto também do <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável</i> .
Pressuposto Teórico Central	As <i>Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade</i> da <i>Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiése</i> e do conceito de <i>Resiliência</i> dialogam entre si, possibilitando a concepção de <i>Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade</i> que correlaciona ontologicamente em <i>Sistemas Ecológico-Sociais (SES)</i> as dimensões da <i>Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética</i> , e permitindo sugerir uma qualidade central para cada uma dessas dimensões: <i>Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade</i> .
Pressuposto Empírico Central	O método de pesquisa qualitativo da Autoetnografia, alimentado também por outras técnicas de coleta de dados, possibilita a observação de particularidades socioespaciais do <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável</i> , permitindo observar detalhes da <i>Sociabilidade Urbana</i> , e que podem ser interpretados conclusivamente à luz do <i>Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade</i> , ilustrando-se, por fim, minúcias socioespaciais da <i>Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade</i> , e evidenciando-se aí então maiores integrações entre as Dimensões Ecológica e Social.
Fonte: Autor	

## 2 CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / URBANO

O ano de 2022 completou 50 anos desde a Conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia, evento da Organização das Nações Unidas (ONU) consagrado como o início dos esforços internacionais por um Desenvolvimento Sustentável. Desde aí, conferências consequentes, eventos congregados e documentos elaborados construíram um *Discurso Central de Sustentabilidade*, e que tem sido lapidado também por críticas de discursos paralelos, principalmente após a passagem entre os séc. XX e XXI. Em especial, conforme se vê adiante nesta primeira parte da Tese, ocorreu a mudança no *Discurso Central de Sustentabilidade* de um foco ecológico original para focos integrados a questões humanas, em um trajeto teórico-propositivo que partiu das problemáticas ambientais do séc. XX – aquecimento global, efeito estufa, degelo, destruição da biodiversidade... – para também integrar progressivamente problemas sociais como pobreza, fome e desigualdades de raça, gênero e condições econômicas. Apesar disso, existem na atualidade críticas diversas e paradigmáticas de que, em seu *Discurso Central*, a Sustentabilidade não enfrenta ainda questões antrópicas consideradas elementares para um Desenvolvimento Sustentável, tal como bases epistemológicas, socioeconômicas e éticas herdadas da modernidade ocidental capitalista globalizada, e que hoje estariam sendo preservadas sob um discurso ecologizado. E desde a Dimensão Urbana, finalmente, conforme também se vê adiante, partem ainda outras críticas à Sustentabilidade pela suspeita da inexistência de uma ideia eficaz de *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, que seja capaz de lidar também com questões socioespaciais do Espaço Construído.

Além desse corpo crítico, que é apresentado aqui desde leituras de documentos do *Discurso Central de Sustentabilidade* (United Nations, 1973, 1993, 2015; CMMAD, 1987; MMA, s/d; *Earth Charter*, 2000; Carta da Terra Brasil, 2005) e autores correlatos (Leff, 2015; Boff, 2016; Acselrad, 2009; Souza, 2005; Rebêlo Jr., 2002; Acosta, 2016), esta primeira parte da Tese aborda também *Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade*. São apresentados aí os conceitos da *Dimensão Humana nas Mudanças Ambientais Globais (DHMAG)* (ISSC, 2012; IHDP, 2003) e da *Resiliência* (RA, 2022, s/d; Hogan, 2007; Martins *et al.* 2011; Olson *et al.* 2014; Walker *et al.* 2004; Holling, 2001, Martins & Ferreira, 2011), nos quais encontra-se centralmente o conceito de *Sistema Ecológico-Social / Econômico-Social (SES)*. E conclui-se com o *Conceito de Autopoiese* da *Teoria de Santiago* (Maturana & Varela, 1980, 1995; Capra, 1995, 2010; Dávila *et al.* 2009; Fonseca, 2008; Lettvin *et al.* 1959; Carmo, 2019), que é um arcabouço científico que dialoga com as fontes teórico-conceituais anteriores, além de lançar luz a discussões dicotômicas sobre as Dimensões Biológica e Social, e assim também possibilitar compreensões integradoras da Sustentabilidade pela *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um primeiro resultado da Conferência de Estocolmo em 1972 foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, ou em inglês *UNEP, United Nations Environment Programme*), e a publicação da **Declaração de Estocolmo**, esta, com 26 Princípios e orientações para o que chamou de “meio ambiente humano” (*United Nations, 1973*). Dentre tais Princípios, além de questões eminentemente ambientais, como poluição atmosférica e marítima, foram pontuadas também preocupações sobre países subdesenvolvidos, instabilidades econômicas, ameaças nucleares e outros temas gerais, todos, porém, focados em “orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às suas consequências para o meio ambiente” (*ibid. p. 3*):

Chegamos a um momento da história em que devemos **orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às suas consequências para o meio ambiente**. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente terrestre, do qual dependem nossa vida e bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais aprofundado e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e nossa posteridade melhores condições de vida, em um meio ambiente mais adequado às necessidades e aspirações do homem. (...) Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. **A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo (...)** (*UN, 1973, p. 3, tradução nossa, destaques nossos*).

Em grande síntese, a principal contribuição da Conferência de Estocolmo para o *Discurso Central de Sustentabilidade* parece ter sido o entendimento da importância de se atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas necessidades. O relatório final da Conferência recorre diversas vezes a essa defesa, e que tornou-se um entendimento até hoje comum em noções de Sustentabilidade. Ademais, vale frisar que, embora haja sempre existido uma certa interface teórica entre questões ecológicas e sociais, os textos fazem entender que, objetivamente, a preocupação central recaia na questão ambiental, contribuindo-se então para uma disseminação ecologizada da ideia de Sustentabilidade.

Efetivamente, consequências da Conferência de Estocolmo parecem ter sido popularizadas a partir de 1983, com a criação, na ONU, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O objetivo dessa Comissão foi avaliar os dez anos decorridos desde Estocolmo e propor uma agenda global de ações, o que foi atendido na elaboração do relatório “**Nosso Futuro Comum**” (CMMAD, 1987), ou “**Relatório Brundtland**”. Nesse Relatório, as discussões sobre Sustentabilidade foram apresentadas já sob uma perspectiva mais ampla do que as crises ambientais, envolvendo maiores detalhes sobre questões da economia internacional,

da segurança alimentar, energia, indústria, comércio, desafios urbanos, dentre outros (*ibid.*). E sua publicação foi pensada também como preparativo para a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Environment and Development*), realizada em 1992 na Cidade do Rio de Janeiro, vinte anos após Estocolmo.

Também conhecida como Cúpula da Terra (*Earth Summit*, em inglês), ou apenas Rio-92 ou Eco-92, esta segunda conferência foi talvez, até hoje, a mais popular das conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Isso porque, em sua época, após as repercussões da Conferência de Estocolmo, as discussões sobre Sustentabilidade já se encontravam mais disseminadas pelo mundo. Face a isso, a Rio-92 foi palco de um conjunto de eventos e de uma produção de documentos mais profícuos do que Estocolmo. Lá, junto à Conferência, foram realizadas também duas grandes convenções: a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Convenção da Diversidade Biológica, cada qual tendo desenvolvido relatórios temáticos próprios. E no escopo da Conferência Central, foram elaborados dois documentos principais: a **Declaração do Rio**, de caráter formal, contendo 27 Princípios que reafirmavam a Declaração de Estocolmo, e a **Agenda 21**, que foi mais voltada para ações práticas (*United Nations, 1993*).

Diferentemente da Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio apresentou uma discussão mais alargada da Sustentabilidade, menos focada em questões ambientais. Nela, os termos centrais utilizados não recaem mais na conservação e no aprimoramento do meio ambiente, mas em uma compreensão integrada das atividades humanas como principais responsáveis por um desenvolvimento “insustentável”. Já em seu Princípio 1, alega-se que “os seres humanos são o centro das preocupações por um Desenvolvimento Sustentável” (*ibid. p. 3, tradução nossa*). Em outras passagens, como nos Princípios 5, 8, 24 e 25, encontra-se ênfases na necessidade de se “erradicar a pobreza”, “eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo” e até mesmo compreender a guerra como “prejudicial para o desenvolvimento sustentável”, bem como a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental como “interdependentes e indivisíveis”. No que é mais, em uma tônica explicitamente social, a Declaração do Rio defende o papel das mulheres “no gerenciamento do meio ambiente e do desenvolvimento”, e a importância dos jovens para ideais, a criatividade e a coragem por um Desenvolvimento Sustentável (*ibid. passim, tradução nossa*).

Já em seu caráter mais objetivo e prático, a Agenda 21 traçou metas para o Desenvolvimento Sustentável que foram voltadas para o enfrentamento dos problemas mais evidentes do séc. XX, e a construção do séc. XXI. E o seu conjunto de diretrizes parece ter alcançado certo sucesso, na medida em que a Agenda 21 se tornou, até hoje, um dos documentos mais disseminados sobre Desenvolvimento Sustentável. Efetivamente, os primeiros anos do séc. XXI foram

marcados pela elaboração e a implantação de uma série de Agendas 21 locais, por parte de governos, empresas e outras organizações. No Brasil, por exemplo, através da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), o Ministério do Meio Ambiente coordenou o desenvolvimento da Agenda 21 Brasileira, cuja elaboração se iniciou em 1996 e a implantação ocorreu em 2002, envolvendo o debate com cerca de 40 mil pessoas pelo país (MMA, s/d).

É assim que, pelos resultados da Conferência Rio-92, entende-se que os entendimentos do *Discurso Central de Sustentabilidade* migraram para uma noção mais ampla de Sustentabilidade, a integrar, junto à questão ambiental, também questões mais específicas da economia, da cultura e da sociedade. Parece ter sido após essa segunda Conferência que, tanto quanto uma questão transgeracional, o Desenvolvimento Sustentável passou a ser compreendido na combinação de três – e depois quatro – aspectos centrais, expressos através do bordão: “*ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso (aceito)*”<sup>1</sup> (ANEXO A). A evidenciação desses aspectos parece ter contribuído para se entender a Sustentabilidade não só como objetivo de planejamento, mas como um “modo de ser e de agir” (ANEXO B), melhor alcançado, então, a dimensão humana individual. Nesse sentido, vale citar que, em um evento paralelo à Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, foi iniciada a preparação de um documento consequente ao relatório “Nosso Futuro Comum”, com a finalidade de inspirar o séc. XXI na promoção da Sustentabilidade. A **Carta da Terra**, como ficou conhecido esse documento, foi publicado em 2000 no Palácio da Paz em Haia, na Holanda. Mais sintéticas e generalistas do que a Agenda 21, as diretrizes da Carta da Terra são voltadas a “*Respeitar e Cuidar da Comunidade da Vida; Integridade Ecológica; Justiça Social e Econômica; Democracia, Não Violência e Paz*” (*Earth Charter*, 2000). Assim, em continuidade ao processual alargamento do *Discurso Central de Sustentabilidade*, a Carta da Terra parece trazer em si perspectivas mais paradigmáticas sobre Desenvolvimento Sustentável; perspectivas que fogem a discursos gerais e tratam de capacidades humanas relativas à Sustentabilidade. Em suas linhas gerais, a Carta diz:

Comece com a carta da terra; seja um exemplo vivo; fortaleça a si próprio; coopere, coopere; fortaleça os outros; promova o respeito e o entendimento; facilite a auto-organização; foque as causas de raiz; seja comprometido e, ao mesmo tempo, flexível; seja engenhoso; use a tecnologia com sabedoria; proteja a integridade da carta (Carta da Terra Brasil, 2005).

A terceira e última grande Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ocorreu em 2012, 20 anos após a Rio-92, tendo sido sediada novamente na cidade do Rio de Janeiro, e então denominada Rio+20. Reassumiu-se aí o compromisso da ONU com

---

<sup>1</sup> Segundo Boff (2016), o quarto atributo, referente à cultura, teria sido inserido em 2001 pelo australiano John Hawkes (cf. p. 38).

as conferências anteriores, e, principalmente, foi proposta uma nova sistematização para os objetivos da Sustentabilidade, de modo que o seu relatório final – concluído no ano de 2015 em um evento menor, a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York – foi divulgado como uma nova Agenda para a Sustentabilidade, intitulada “**Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**” (*United Nations, 2015*).

A **Agenda 2030** estabelece 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), que, na atualidade, passaram a constituir o principal direcionamento entre setores da sociedade para a promoção da Sustentabilidade. São objetivos que, ao que parece, equiparam ainda mais a questão ambiental da Sustentabilidade às suas demais questões sociais, econômicas e culturais:

**ODS 01** – Acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares; **ODS 02** – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria nutricional e promover a agricultura sustentável; **ODS 03** – Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas e faixas etárias; **ODS 04** – Garantir educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizado vitalício a todos; **ODS 05** – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e garotas; **ODS 06** – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; **ODS 07** – Garantir o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; **ODS 08** – Promover um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, e igualmente, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; **ODS 09** – Construir infraestruturas resilientes, promover uma industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; **ODS 10** – Reduzir a desigualdade nos países e entre países; **ODS 11** – Fazer as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; **ODS 12** – Garantir padrões sustentáveis de produção e consumo; **ODS 13** – Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; **ODS 14** – Conservar e explorar sustentavelmente os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; **ODS 15** – Proteger, restaurar e promover a exploração sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir sustentavelmente as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a destruição da biodiversidade; **ODS 16** – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os seus níveis; **ODS 17** – Fortalecer os meios para a implementação e revitalização da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável (*UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa*).

De todos os 17 ODS, como se observa, apenas quatro deles dizem respeito direto à questão ambiental: os ODS 06, 13, 14 e 15. Todos os demais ODS estão voltados para problemáticas de cunho social, de modo que, tal como parece cada vez mais reconhecido, tais problemáticas são entendidas como de igual relevância à Sustentabilidade que problemáticas ecológicas. É assim que evidenciamos aqui, a partir de documentos oficiais, a ampliação do foco ecológico do *Discurso Central de Sustentabilidade* para um foco mais integrado a questões humanas. Ainda assim, como veremos a seguir, há autores que defendem uma necessidade ainda maior de perspectivas paradigmáticas em Sustentabilidade, aprofundadas tanto em questões ambientais, econômicas e sociais, como também em várias outras questões humanas, como a produção do conhecimento, a própria definição do que seja Sustentabilidade, questões éticas, dentre outras.

## 2.2 PERSPECTIVAS PARADIGMÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE

Quando se avança sobre perspectivas paradigmáticas em Sustentabilidade, é comum adentrar-se em campos bastante plurais. Encontra-se aí um sem número de abordagens críticas ao *Discurso Central de Sustentabilidade*, e também novas reflexões quanto a aspectos diversos: desde abordagens Holísticas, que buscam dissecar o máximo possível de conhecimentos científicos e não científicos, na busca de novas compreensões de Sustentabilidade, até abordagens mais empíricas, voltadas para debates acadêmicos e operacionais. No intuito de ilustrar um quadro geral dessas *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade*, nossa pesquisa seguiu esse trajeto, partindo de autores mais gerais, holísticos, e aproximando-se de autores mais específicos. Aproximando-se, em especial, de autores que levantam questões paradigmática no âmbito do Espaço Urbano, do *Desenvolvimento Urbano Sustentável*. Nesse sentido, a mudança observada na evolução do *Discurso Central de Sustentabilidade*, de um foco ecológico original para focos integrados a dimensões antrópicas, sociais, econômicas, culturais..., parece também encontrar paralelo no Espaço Urbano, em novas proposições de Sustentabilidade que se afastam de focos ecológicos para integrar também questões e termos mais específicos da dimensão socioespacial.

### 2.2.1 Abordagens Holísticas de *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidad*

Leonardo Boff é um eminente representante de abordagens holísticas em Sustentabilidade. Filósofo e teólogo, ele participou da elaboração da Carta da Terra (cf. p.35), e possui diversas obras escritas sobre o assunto. Em “Sustentabilidade, o que é – o que não é”, Boff (2016) apresenta uma síntese de suas compreensões, em um conteúdo de profundidade teórica e filosófica, mas talvez distante de operacionalizações práticas em Sustentabilidade, porque voltado mais a discussões e proposições conceituais do que empíricas. Entretanto, um conteúdo que aufere um panorama geral – holístico mesmo – sobre abordagens paradigmáticas em Desenvolvimento Sustentável.

Na referida obra, Boff analisa diferentes *Modelos de Sustentabilidade*, isto é, diferentes abordagens do tema, e propõe uma definição integradora de Desenvolvimento Sustentável. Ele inicia a obra chamando a atenção para que o termo “sustentabilidade” seria mais antigo que a mobilização internacional a partir de Estocolmo, estando ligado ao termo alemão “*Nachhaltigkeit*” desde o surgimento da Silvicultura, quando das primeiras preocupações europeias em manejo

florestal após a chegada da industrialização. Em seguida, Boff apresenta um relato sobre a história da Sustentabilidade, e segue comentando seus atuais Modelos vigentes, concorde o que segue:

- *Modelo Padrão (Sustentabilidade Retórica)* – Modelo vinculado ao desenvolvimento econômico e científico ocidental, e que pode ser correlacionado ao *Discurso Central de Sustentabilidade*. Sobre esse Modelo, Boff cita como exemplo o bordão tripé da Sustentabilidade (cf. p. 35), que ele reconhece como *Triple Botton Line*, desenvolvido em 1990 pela ONG inglesa *SustainAbility*: “Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto”. Essa ONG utilizara ainda, segundo Boff, os termos “*Profit* (Renda), *People* (Pessoas) e *Planet* (Planeta) para designar os objetos centrais daquele tripé. De maneira geral, contudo, Boff classifica o Modelo Padrão de Sustentabilidade como retórico, alegando que, quando se fala aí sobre desenvolvimento, “não é qualquer um, mas o realmente existente, isto é, aquele industrialista/capitalista/consumista. Este é antropocêntrico, contraditório e equivocado” (Boff, 2016, p. 47). Antropocêntrico, diz Boff, por centrar-se no homem, de modo que haveria nas perspectivas convencionais da ONU o engano de “pensarem o ser humano acima da natureza ou fora dela, como se não fosse parte dela” (*ibid. loc. cit.*). Contraditório, porque Desenvolvimento e Sustentabilidade obedeceriam a lógicas contraditórias: aquele seria linear, crescente, suposto à exploração da natureza, à geração de desigualdades e ao privilégio do acúmulo capitalista individual, enquanto que esta seria circular e includente, de um equilíbrio ecológico dinâmico, interdependente, cooperativo, coevolutivo. E equivocado, enfim, porque o Modelo Padrão “alega como causa aquilo que é efeito. Alega que a pobreza é a principal causa da degradação ecológica. (...), o que efetivamente não é assim” (*ibid. p. 48*). Boff conclui:

É por essa razão que a utilização política da expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-lo e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz (Boff, 2016, p. 49).

- *Modelo Neocapitalista (Ausência de Sustentabilidade)* – Uma proposta de reação ao Modelo Padrão anterior, e no qual, segundo Boff, defende-se uma maior regulação econômica por parte do Estado, tal como um modelo neokeynesiano<sup>2</sup>, “consciente de que o mercado, deixado por si mesmo, segue sua lógica concorrencial, o que o torna um fator permanente de tensão e desequilíbrio” (*ibid. p. 55*). Contudo, segundo Boff, tem-se aí um Modelo que também não tende à Sustentabilidade, na medida em que favorece a economia a continuar “extraíndo, de forma indiscriminada, insumos da natureza e criando perversas desigualdades sociais” (*ibid. p. 56*).

---

<sup>2</sup> Neokeynesianismo - movimento que resgata o ideal do economista britânico John Maynard Keynes, favorável regulação do mercado pelo Estado.

- *Modelo Capitalismo Natural (Sustentabilidade Enganosa)* – Iniciativas em Sustentabilidade que, para Boff, são contraditórias, e mesmo enganosas. São aquelas iniciativas em que processos econômicos incorporam discursos “naturalistas”, mas que, no fundo, não incorporam posturas completamente sustentáveis. Isso porque, nas palavras do autor, “o capitalismo, por sua lógica, coloca-se numa posição de domínio sobre a natureza, interfere em seus ciclos e explora seus recursos sem se preocupar com as condições de sua regeneração e reposição” (*ibid.* p. 56). Segundo Boff, embora o “Capitalismo Natural” assuma estratégias “tentadoras”, sustentáveis à primeira vista – como aumentar a produtividade agrícola com insumos químicos, desenvolver produtos biodegradáveis, monitorar recursos utilizados em cadeias de produção, etc. –, é denunciável nesse Modelo a “impressão de estar em consonância com a natureza, quando, na verdade, considera-a como mero repositório de recursos para fins econômicos, sem entendê-la como uma realidade viva, subsistente, com valor intrínseco, que exige respeitar seus limites (...)” (*ibid.* p. 49).

- *Modelo Economia Verde (Sustentabilidade Fraca)* – Uma abordagem oficial da ONU que, segundo Boff, foi lançada em 2009, mas que teria raízes mais antigas. Concorde o autor, esse Modelo estaria ligado ao fim da segunda guerra mundial, no redirecionamento de indústrias químicas bélicas para o desenvolvimento de produtos químicos da agricultura; isso, sob a alegação de um aumento de produtividade que beneficiaria os “pobres e os pequenos agricultores, oferecendo-lhes meios tecnológicos modernos, sementes e crédito”, contudo, “à custa do envenenamento dos solos, da contaminação dos níveis freáticos das águas e do empobrecimento da biodiversidade” (*ibid.* p. 57). Boff chama esse Modelo de “fraco” pelo fato de apresentar, sim, certos benefícios, e não só quanto à produtividade agrícola, mas também quanto à produção de baixo carbono, fontes renováveis de energia, etc. De modo geral, contudo, a Economia Verde estaria preocupada principalmente com a manutenção dos níveis de consumo capitalista vigentes, buscando então por produtos e resultados relativamente sustentáveis, e não por uma qualidade social e ecológica total nas cadeias de produção. Boff diz que a Economia Verde não explica, muitas vezes, “sob que modo de produção alternativo ela se realiza. Pretende substituir a economia marrom (suja: energia fóssil) pela verde (limpa: energia solar, eólica), contanto que sejam mantidos os padrões de consumo” (*ibid.* p. 58). O autor apresenta como exemplo o Combustível Etanol, produto que costuma ser vendido como alternativa ecológica à gasolina, mas que não seria de todo sustentável:

Ele é limpo somente na boca da bomba de abastecimento. Todo o processo de sua produção é altamente poluidor: os agrotóxicos aplicados ao solo, as queimadas, o transporte com grandes caminhões que emitem gases, as emissões das fábricas, os efluentes líquidos e o bagaço. Os pesticidas eliminam bactérias e expulsam as minhocas, que são fundamentais para a regeneração dos solos (...) (Boff, 2016, p. 49).

- *Modelo Ecossocialismo (Sustentabilidade Insuficiente)* – Esta seria uma proposta antes de um Modelo, não tendo sido ainda implantada em qualquer lugar. Boff o considera como alternativa radical tanto ao sistema capitalista quanto à sua suposta antítese, o antigo modelo socialista produtivista, tido que, para o autor, ambos não levam em conta os “limites da terra” (*ibid.* p. 61). Segundo Boff, o Ecossocialismo defende que “o ar puro, a água, o solo fértil, bem como o acesso universal a alimentos sem agrotóxicos e às fontes de energia renováveis (...), pertencem aos direitos naturais e básicos de todo ser humano, no quadro de uma real democracia social (...)”; em suma, uma proposta pertinente, mas que Boff lamenta não possuir “base social suficientemente forte para triunfar sobre o modo de produção industrialista e sobre a cultura capitalista” (*ibid. loc. cit.*).

- *Modelo Ecodesenvolvimento ou Bioeconomia (Sustentabilidade Possível)* – Nesse Modelo, a economia estaria imbricada à biologia, buscando lidar com a “insustentabilidade do crescimento devido aos limites dos recursos da Terra” (*ibid.* p. 62). Boff cita como primeiro representante dessa proposta o matemático e economista romeno Georgescu-Roegen (1906-1994), e também autores atuais como Ignacy Sachs, economista polonês que defende um Ecodesenvolvimento, através de uma abordagem combinada entre a dimensão ecológica, o crescimento econômico e a equidade social. “Daí nasce um conceito de sustentabilidade possível”, diz Boff, “ainda dentro dos constrangimentos impostos pela predominância do modo de produção industrialista, consumista, individualista, predador e poluidor”, mas uma proposta “das mais exequíveis e responsáveis face aos riscos que correm o planeta e o futuro da espécie humana” (*ibid. loc. cit.*).

- *Modelo Economia Solidária (Microsustentabilidade Viável)* – Para Boff, este é o Modelo que “melhor realiza o conceito de sustentabilidade em direta oposição ao sistema [capitalista] mundialmente imperante” (*ibid.* p. 65). Como exemplo de Economia Solidária, o autor cita uma ampla rede de iniciativas de diversas ordens, localizadas em diversos lugares – do que se diz “microsustentabilidades” – e pautadas não em qualquer ideologia ou discurso específico de Sustentabilidade, mas no cultivo de atitudes de solidariedade, contrapostas à competitividade capitalista. Boff explica que, no centro da Economia Solidária, o ser-humano ocupa o lugar do capital, através “do trabalho como ação criadora e não como mercadoria paga (...), pela autogestão democrática e não pela centralização de poder (...), pela melhoria da qualidade de vida e do trabalho e não pela maximização do lucro, pelo desenvolvimento local em primeiro lugar e, em seguida, o global” (*ibid.* p. 66). É assim que Boff exemplifica a Economia Solidária pelas “cooperativas de produção e consumo, pelos fundos rotativos de crédito, pelas ecovilas, pelo banco de sementes crioulas, pelas redes de lojas de comércio justo e solidário, pela criação de incubadoras de novas tecnologias em articulação com as universidades, etc” (*ibid. loc. cit.*).

- *Modelo Bem-Viver (Sustentabilidade Desejada)* – Este Modelo, Boff o tem no topo das atuais abordagens de Sustentabilidade, defendendo-o como melhor prosta de Desenvolvimento tanto econômico quanto ecológico e social, além de também abranger dimensões espiritualistas consideradas pelo autor. Tal Modelo seria oriundo de povos originários Sul Americanos, os povos andinos principalmente, dos quais advém uma ideia de Bem-Viver que “visa uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo”; e ainda, segundo Boff (*ibid.* p. 67), um conceito que não equivale “ao nosso ‘viver melhor’ ou ‘qualidade de vida’, que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida”. Ao contrário, o *Modelo do Bem-Viver* compreende a Sustentabilidade em toda a vida, e não como específica da produção econômica, estando atrelada, por exemplo, ao saber comer, dormir, trabalhar, pensar, escutar, falar, e diversas outras atividades cotidianas. Boff sintetiza dizendo que o *Bem-Viver*:

(...) pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas; é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a Pacha (a energia universal), que se concentra na Pachamama (Terra), com as energias do universo e com Deus (Boff, 2016, p. 49).

Por fim, após tratar dos *Modelos de Sustentabilidade*, e ainda outras reflexões teóricas, Leonardo Boff ensaia uma definição conclusiva e integradora para a Sustentabilidade, que seria:

(...) toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (Boff, 2016. p. 116)<sup>3</sup>.

Do que se entende, definições assim abrangentes possuem relevo teórico e filosófico, mas se mantêm distantes de práticas operacionalizadoras de Sustentabilidade. Têm por função, talvez, sensibilizar quanto à miríade de fatores ligados ao Desenvolvimento Sustentável, mas parecem se manter imprecisas quanto às complexas redes de produção econômica, contextos sociais e políticos que influenciam nas situações mais gerais e também cotidianas do mundo globalizado. Pode-se questionar, por exemplo: quais estratégias e métodos a serem tomados por um governo para adotar uma agenda de Sustentabilidade?; por uma empresa, para atuar em prol da conservação ambiental?; por um indivíduo, para ser mais inclusivo?; e em um ambiente rural, para estabelecer a combinação entre manejo e preservação? Estas são cadeias complexas que carecem de parâmetros específicos, e que não são precisados em debates holísticos. A própria descrição de Leonardo Boff sobre *Modelos de Sustentabilidade* exemplifica essa complexidade. É assim que autores mais contundentes à *práxis* da Sustentabilidade se tornam relevantes, o que exploramos no item a seguir, e lançando-se foco especialmente sobre a Sustentabilidade Urbana.

<sup>3</sup> Com os termos “Terra Viva” e “Comunidade de Vida”, Boff faz menção a toda a cadeia de biodiversidade na qual o ser-humano está inserido, buscando descentralizar aí a atenção sobre o homem e sua sociedade, e então integrá-lo e nivelá-lo a toda a vida na Terra.

### 2.2.2 Abordagens Empíricas de *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade*

No que concerne às Cidades, discussões mais objetivas em Sustentabilidade são cada vez mais presentes. Se os debates gerais em Desenvolvimento Sustentável têm se afastado de um foco ecológico para abarcar também questões econômicas, sociais e culturais, aproximam-se aí ao mesmo tempo de discussões sobre a Sustentabilidade do Espaço Construído. Este, afinal, é o lugar por excelência da socioespacialidade, onde práticas e contextos sociais se evidenciam.

A propósito, a questão das Cidades sempre esteve presente no *Discurso Central de Sustentabilidade*. Já no Relatório Brundtland, a preocupação surgiu na constatação de que o séc. XXI configurava-se como o “Século da Revolução Urbana”, devido ao crescimento e adensamento populacionais que ocorriam em centros urbanos por todo o mundo, intensificados por emigrações rurais, apesar de que, segundo o Relatório, a população agrária também crescera naquele século: “no período de apenas 60 anos, a população urbana do mundo em desenvolvimento aumentou 10 vezes, passando de uns 100 milhões para cerca de 1 bilhão em 1980. Ao mesmo tempo, sua população rural mais do que dobrou” (CMMAD, 1987, p. 262). Mas essa preocupação parece ter surgido aí não ligada ainda a reflexões profundas quanto à questão urbana em geral, mas sim à questão das cidades subdesenvolvidas, como sugere o item nove do Relatório, denominado “O Desafio Urbano”, que trata do crescimento urbano em relação às cidades do Terceiro Mundo. E essa tônica parece não ter mudado na Agenda 21, na qual também se levantou a preocupação sobre as cidades subdesenvolvidas, apesar de que, aí, essa preocupação parece ter começado a ser melhor reconhecida a partir de influências negativas dos padrões de alto consumo de países desenvolvidos (United Nations, 1993, p. 70). Foi enfim na Agenda 2030 que a questão do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* ganhou profundidade, afastando-se do foco sobre o subdesenvolvimento e ampliando a discussão sobre aspectos de Inclusão, Segurança e Resiliência (United Nations, 2015), isto é, aspectos mais socioespaciais evidenciados pelo Espaço Urbano.

Desde um campo teórico geral, o economista e sociólogo mexicano Enrique Leff propicia debates sociais aprofundados sobre a Sustentabilidade. No seu livro “Saber Ambiental” (Leff, 2015), que sintetiza muito de sua produção acadêmica, esse autor é consonante às críticas aqui já levantadas sobre o distanciamento do *Discurso Central de Sustentabilidade* - e também de *Abordagens Paradigmáticas* generalistas – às questões sociais práticas do Desenvolvimento Sustentável, que, conforme podemos alinhar com suas palavras, não definem um “sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade” (*ibid.* p. 65). Segundo diz:

(...) a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum. Porém, além do mimetismo discursivo que o uso teórico do conceito gerou, não definiu um **sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade**. Nesse sentido, surgem as dissensões e contradições do discurso sobre o desenvolvimento sustentável (Redclift, 1987/1992); seus sentidos diferenciados e os interesses opostos na apropriação da natureza (Martínez Alier, 1995; Leff, 1995) (Leff, 2015, p. 21, destaque nosso).

Aprofundando sua defesa, Leff remete as imprecisões de discursos gerais da Sustentabilidade à dificuldade, ou impossibilidade, de se “calcular o valor real da natureza na economia” (*ibid.* p. 65), o que ele atribui à ausência de uma “teoria do valor capaz de contabilizar de maneira racional, objetiva e qualitativa os custos ambientais e o valor dos recursos naturais”. Mas isso, segundo ele, não diz respeito a entendimentos monetários, e sim a “percepções culturais, direitos comunais e interesses sociais que se estabelecem fora do mercado”. Desse modo, “a internalização dos custos ecológicos e das condições ambientais da produção implica a necessidade de caracterizar os processos sociais que determinam o valor da natureza” (*ibid. loc. cit.*); esta, uma defesa que crava a determinante Social – os *Processos Sociais* – na efetivação da Sustentabilidade.

Mais especificamente sobre a Sustentabilidade no Espaço Urbano, outros autores aproximam-se da crítica de Leff. O especialista em planejamento, economia pública e organização do território Henri Acelrad (2009) devota estudos e críticas à centralidade da questão ambiental na Sustentabilidade, que ele trata desde o ponto de vista de uma *Justiça Ambiental Urbana*. Assim como Leff, e também Boff, Acelrad entende que um Desenvolvimento Sustentável está mais amplamente ligado às condições e modelos de Desenvolvimento em geral. Segundo esse autor, a Sustentabilidade Urbana ainda se detém em dois processos: a “‘ambientalização’ das políticas urbanas” e a “introdução das questões urbanas no debate ambiental”, ambos centrados em perspectivas “ecologizadas” da Sustentabilidade, e assim promotoras de uma dinâmica que ele denomina de “modernização ecológica das cidades”, ou, a tentativa de se “conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais” (*ibid.* p. 37-38). Acelrad chama a atenção para uma comum generalização dessa dinâmica, que termina por estabelecer o que ele nomeia de “pensamento único urbano”, isto é, um alinhamento geral das cidades à economia capitalista, à competitividade e à globalização financeira, a despeito de qualquer discurso atual da Sustentabilidade. Afinal, “a cidade do ‘pensamento único’”, afirma Acelrad, “é, conseqüentemente, a cidade do ‘ambiente único’ – o ambiente dos negócios” (*ibid. loc. cit.*).

Acelrad fornece uma síntese de suas críticas ao avocar a necessidade mais latente de se pensar em novos modelos de *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, que sejam pautados em questões de democratização territorial, combate à segregação socioespacial, direitos urbanos,

acesso a serviços, superação de desigualdades, e outros, alegando centralmente a existência de “uma crise social que ultrapassa e nega as possibilidades da modernização ecológica” (*ibid. loc. cit.*):

O desafio de construir cidades com novos parâmetros, portanto, não se pode restringir às concepções de um **urbanismo ecológico** (...). Trata-se, isto sim, de pensar um novo modelo de desenvolvimento urbano, baseado nos princípios da democratização dos territórios, no combate à segregação socioespacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social manifesta também nas condições de exposição aos riscos urbanos. Essa é a perspectiva que aponta nos problemas urbanos contemporâneos a manifestação de uma **crise social** que ultrapassa e nega as possibilidades da modernização ecológica – uma crise que se localiza na cidade mas tem sua raiz além de suas fronteiras, que engloba os problemas da mobilidade intraurbana mas não encontra sua solução na simples configuração de cidades compactas, que demanda a reconstrução do tecido social das cidades, sem que para tanto se afigurem inelutáveis as estratégias de desenvolvimento na competição interurbana. Trata-se aqui, ao contrário, de buscar subordinar a “economia do ambiente urbano” aos princípios de uma **justiça ambiental** aplicada às cidades (Acselrad, 2009, p. 40, destaques nossos).

Quanto à Crise Social ligada à Sustentabilidade, a que se refere Acselrad, vale citar ainda apontamentos do autor sobre a imprecisão de termos e matizes discursivas nessa temática. Ele comenta alguns dos termos utilizados – eficiência energética, resiliência, qualidade de vida... – para salientar que pode-se incorrer facilmente em equívocos ao se buscar por definições deterministas de Desenvolvimento Sustentável, sendo aí indiferentes à diversidade ambiental e social. Acselrad defende que, conforme o entendimento de Sustentabilidade se afasta de uma centralidade ecológica, esse entendimento deve ser adaptado à variedade dos fenômenos urbanos e suas diferentes durações temporais, em prol de diferentes sentidos de Sustentabilidade:

Associar a noção de “sustentabilidade” à ideia de que existe uma forma social durável de apropriação e de uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa, por exemplo, ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento. Debater sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ecológico implica, portanto, afastar representações indiferenciadoras do espaço e do meio ambiente. Requer questionar a ideia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território (Acselrad, 2009, p. 64-65).

Ainda outros autores corroboram os apontamentos levantados por Boff, Leff e Acselrad. Em bastante proximidade a este último, o geógrafo e planejador Marcelo Lopes de Souza (2005) defende que a Sustentabilidade seja buscada na própria ideia de Planejamento. Segundo pontuou já ao início do séc. XX, e em consonância com as críticas aqui levantadas ao *Discursos Central de Sustentabilidade*, a questão do Desenvolvimento Sustentável vinha sendo dominada então por um discurso padrão – *mainstream* – que não encerrava “qualquer avanço analítico enquanto abordagem do desenvolvimento como desafio social”, como se fosse “uma expressão acabada da falência intelectual da contemporaneidade” (*ibid.*, p. 261-262). Em sua crítica, o autor evoca ainda o economista João Manuel Cardoso Mello para acusar concepções centrais da Sustentabilidade

de uma “contra revolução liberal-conservadora”, sugerindo-se a tentativa de uma pretensa consciência global ecológica que, no entanto, estaria priorizando a manutenção da economia capitalista. Corroborando nessa mesma direção a tese do economista Manoel Rebêlo Junior (2002), “Desenvolvimento Sustentável, a crise do capitalismo e o processo de recolonização”, segundo a qual o que aqui chamamos *Discurso Central de Sustentabilidade* teria sido forjado por poderes capitalistas após a crise econômica dos últimos anos 70, em função da manutenção daquele modelo econômico. Rebêlo Jr. argumenta que, diferentemente de crises econômicas anteriores, o cenário geopolítico ao final do séc. XX não era mais marcado pela colonização, o que inviabilizava a exploração direta de países subdesenvolvidos no equilíbrio da demanda e consumo da economia. É assim que teria surgido a Sustentabilidade, como estratégia capitalista revestida de causa humanitária:

*(...) nas duas grandes crises anteriores, os principais países capitalistas possuíam o controle dos territórios onde estavam as matérias-primas, que eram mantidos sob o jugo do poder colonial. Com as independências pós II grande guerra e as teorias desenvolvimentistas, esse controle passou a não ser mais tão efetivo; o que ficou explícito com a grande crise que se inicia formalmente em 1971. Como então redividir novamente o mundo, quebrando o poder político dos principais países controladores de matérias-primas? (...) Não se está negando a existência de um problema ambiental. Este é real. O que se pretende mostrar é que, a partir desse problema ambiental – aflorado em 1971 – ele passa a ser a tábua de salvação do capitalismo e a oportunidade de redividir o mundo via um processo de recolonização (Rebêlo Junior, 2002, p. 5-6).*

*Como garantir o enriquecimento privado sem alterar o status quo? Apelando para uma grande causa. (...) Como fazê-lo? Via o 'desenvolvimento sustentável' do capital. Esse desenvolvimento significa então a manutenção das atuais formas de exploração, mas sob a capa de uma questão de interesse da humanidade. É por isso que os principais instrumentos formuladores de políticas ambientais estão nas mãos de organismos internacionais, ou para falar a mesma coisa sob outra forma, do grande capital (ibid. p. 8).*

Em Rebêlo Jr., portanto, tem-se uma hipótese que sintetiza contundentemente as críticas paradigmáticas à Sustentabilidade, principalmente empíricas. Já quanto às abordagens holísticas anteriormente tratadas, vale citar ainda outros autores que, junto a Boff, defendem o *Bem-Viver* como perspectiva principal do Desenvolvimento Sustentável. Esse *Modelo de Sustentabilidade* tem ganhado notoriedade nos últimos tempos, tanto que já foi incorporado pela Constituição de países como Equador e Bolívia, ambas nações sul-americanas historicamente propícias a adotar os princípios dessa filosofia, como explica o economista Alberto Acosta. Nada obstante, no livro homônimo “O Bem Viver”, Acosta (2016) fornece uma compreensão mais alargada desse *Modelo de Sustentabilidade*, desvinculando-o de uma mera origem indígena, e comentando a adequação de seus princípios a diversas outras abordagens da Sustentabilidade. Um *Modelo* e uma Filosofia que, em geral, se antepõe a comuns compreensões ocidentais de *Bem-Estar*; e que, na contramão de uma “Sustentabilidade Recolonizadora” – como sugere Rebêlo Jr. –, oferece uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável oriunda de realidades tradicionais anteriores à colonização:

*O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, o cooperativistas, os marxistas e os humanistas” (...) O Bem Viver, que surge de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista – e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade (Acosta, 2016, p. 34-40).*

São muitas as *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade*. Passo a diante, esta Tese segue explanando a respeito de *Abordagens Contemporâneas em Sustentabilidade*, que, desde nossas pesquisas, apresentaram sínteses propositivas, e não apenas críticas, para a questão do Desenvolvimento Sustentável. Trataremos em especial da *Visão Ecológica Autopoiética* do físico austríaco Fritjof Capra (2010), baseada na *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese* dos cientistas chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1980, 1995). Esse arcabouço teórico se mostrou central em nossas pesquisas por propor uma perspectiva de Sustentabilidade originalmente integradora entre as dimensões biológica e social, reconhecendo-se nesta questão, a partir das críticas até então colhidas aqui, o nó górdio das críticas atuais ao Desenvolvimento Sustentável. Antes, trataremos ainda da *Dimensão Humana nas Mudanças Ambientais Globais* e do conceito de *Resiliência*, abordagens que, também desde setores fundamentados da Ciência, apresentam entendimentos e conceitos que dialogam com a *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, pavimentando-se o caminho para a tratativa desse nosso arcabouço teórico central.

### 2.3 DIMENSÃO HUMANA NA SUSTENTABILIDADE

Surgiram já ao final do séc. XX maiores movimentações para tratar de questões humanas ligadas à Sustentabilidade. Destaca-se no ano de 1990 a criação do Programa Internacional sobre a Dimensão Humana (*HDP - International Human Dimensions Programme*) pelo Conselho Internacional das Ciências Sociais (*ISSC - International Social Science Council*); e depois, em 1996, a transformação desse Programa no Programa Internacional sobre a Dimensão Humana na Mudança Ambiental Global (*IHDP - International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change*), na coatuação da *ISSC* com o Conselho Internacional da Ciência (*ICSU - International Council for Science*). Esse mesmo Programa também passou a envolver, em 2006, a Universidade das Nações Unidas (*UNU – United Nations University*, existente desde

1973, com sede no Japão e centros de pesquisa pelo mundo), e encerrou as suas atividades em 2014 (ISSC, 2012). A título de informação, ambos os Concelhos citados foram fundidos a partir do ano de 2018 no Concelho Internacional da Ciência (ISC – *International Science Council*).

O IHDP contribuiu para institucionalizar o debate sobre a Dimensão Humana na questão do Desenvolvimento Sustentável. Seu intuito foi o de “promover, catalisar e coordenar pesquisas e a construção de capacidades e redes sobre a dimensão humana na mudança ambiental” (ISSC, 2012, tradução nossa). Em sua atuação, elaborou publicações, dentre as quais o volume 02/2003 do periódico *IHDP Update*, que apresenta uma síntese das atividades do Programa e traz como tema central o conceito de *Resiliência*, que é abordado através de artigos (IHDP, 2003). Um dos artigos menciona a *Resilience Alliance*, organização internacional e multidisciplinar que, desde o ano de 1999, explora a dinâmica dos *Sistemas Ecológico-Sociais* (RA, 2022), promovendo conhecimentos sobre a questão humana no Desenvolvimento Sustentável assim como fez o IHDP.

Outros eventos também poderiam ser citados nesse cenário de institucionalização das Ciências Sociais no Desenvolvimento Sustentável. Por exemplo, o demógrafo americano Daniel J. Hogan (2007) relata fatos históricos e a contribuição de outras instituições nesse processo, como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, *Intergovernmental Panel on Climate Change*), criado em 1988, e uma das principais referências atuais em Mudanças Climáticas. Sobre essa organização, inclusive, há autores (Martins *et al.* 2011, p. 101) que apontam contribuições decisivas, em 2007, para uma maior consideração da Dimensão Humana nas mudanças ambientais. Apesar disso, Hogan enaltece as contribuições anteriores do IHDP, alegando terem sido realistas, e investigado questões mais específicas das atividades humanas:

(...) realista na escolha de seus projetos principais, não elegendo centralmente a Grande Questão: Quais as atividades humanas causadoras das mudanças climáticas e Como é possível contê-las? Ao contrário, eles tomaram como partida temas já ligados ao objeto de pesquisa, cuja conexão com as mudanças globais não são auto evidentes, focando antes em relações intermediárias do que em conexões diretas entre as ações humanas e as mudanças climáticas (Hogan, 2007, p. 163-164, tradução nossa).

O intuito desse breve apanhado histórico é situar referências bibliográficas que se mostraram pertinentes para a abordagem da Dimensão Humana na Sustentabilidade. Nesse sentido, a *Resilience Alliance* (ANEXO C) se mostrou como opção de referência para a nossa pesquisa, por reunir conhecimentos sobre a DHMAG em um corpo teórico atual, extenso e conciso. De maneira geral, a contribuição dessa literatura está em tratar da Sustentabilidade na integração de suas Dimensões Natural e Social, a partir dos conceitos de *Sistemas Ecológico-Sociais* (*Socio-Ecological Systems*), ou *Sistemas Sócio-Econômicos* (*Socio-Economic Systems*) –

ambos referenciados pela sigla **SES**, o que contribui, mesmo que metaforicamente, para um entendimento integrado entre as dimensões Ecológica, Social e Econômica na Sustentabilidade. A seguir, portanto, avançamos em entendimentos dos conceitos de *Resiliência* e *SES*, e ainda outros conceitos correlatos, tomando como base as referências reunidas pela *Resilience Alliance*.

## 2.4 O CONCEITO DE RESILIÊNCIA

O debate sobre *Resiliência* teria surgido em 1973 com a obra seminal do ecologista canadense Crawford Stanley Holling: “Resiliência e Estabilidade dos Sistemas Ecológicos”<sup>4</sup>. A discussão sobre *Resiliência* se mostra, assim, já antiga como o *Discurso Central de Sustentabilidade*, porém, tem ganhado maior evidência ao longo das décadas. De modo geral, existem hoje debates múltiplos sobre *Resiliência*, isentos de uma linha de investigação prioritária, e no que contribui a extensão e concisão do corpo teórico reunido pela *Resilience Alliance*. Olsson *et al.* (2014) comentam, por exemplo, sobre uma grande quantidade de esquemas conceituais existentes em novos paradigmas da Sustentabilidade, como os conceitos de “Gerenciamento de Transição” e a própria *Resiliência*: aquele, voltado a questões governamentais e socio-tecnológicas, visando o melhor gerenciamento de fatores socioambientais; este, visando desenvolver conhecimentos para auxiliar os *SES* a lidarem com suas perturbações e transformações; ambos, contudo, exemplos de esquemas distintos, mas que compartilham entendimentos comuns. Os autores dizem:

Um certo número de esquemas conceituais promissores têm surgido para analisar mudanças da sustentabilidade, incluindo o gerenciamento de transição e a teoria da resiliência. Ambos descrevem transformações em sustentabilidade como processos de vários níveis, várias fases e escalonadamente transversais, apesar de que apresentam diferentes pontos de partida e focos teóricos. (...) Contudo, ao longo das últimas décadas, esses campos têm se movimentado com proximidade; a resiliência olha agora para questões tradicionalmente abordadas por estudiosos do gerenciamento de transição, como as mudanças tecnológicas, transformações, governança e aspectos sociais. Do mesmo modo, o gerenciamento de transição dispõe interesse em temas familiares a estudiosos da resiliência: sistemas socioecológicos, biodiversidade e serviços ecossistêmicos (Olson *et al.*, 2014, p. 163-164, tradução nossa).

Na mesma linha de raciocínio, os cientistas Walker *et al.* (2004) pontuaram anteriormente a necessidade de bases teóricas mais definidas para o Desenvolvimento Sustentável. Esse desafio, segundo eles, estaria em lidar com conceitos ligados a realidades socioecológicas complexas, imprecisas, imprevisíveis, sendo difícil estabelecer aí concepções deterministas. Segundo explicam,

---

<sup>4</sup> Holling, C. S. 1973. *Resilience and stability of ecological systems*. *Annual Review of Ecological Systems* 4:1–23.

“uma dificuldade inerente à aplicação desses conceitos é que são, por natureza, imprecisos”, e que “torna-se contraprodutivo buscar definições estreitas” (Walker *et al.* 2004, tradução nossa). No mais, os autores alegam que “devido a diferentes grupos adotarem diferentes interpretações em seus entendimentos e propósitos, há confusão em seus usos; confusão que se estende à questão de como a resiliência pode contribuir nos objetivos do desenvolvimento sustentável” (*ibid.*).

A busca por refinamentos teóricos tem levado a *Resilience Alliance* a compreender os *SES* através do entendimento de “Ciclos Adaptativos dos Complexos e Multiescalares Sistemas Ecológico-Sociais”. Com base nessa definição principal, autores congregados à instituição têm trabalhado em uma série de conceitos centrais correlatos. No que segue, apresentamos aqui esses conceitos, no sentido de se construir um entendimento de *Resiliência*; conceitos que já são evidenciados pela *Resilience Alliance* como “conceitos-chave” - “Key-Concepts” (**ANEXO C**). São sete o principais conceitos apresentados pela *RA*, secundados ainda por outros subconceitos que auxiliam e aprofundam o entendimento, e dos quais alguns também são apresentados aqui.

- *Sistemas Ecológico-Sociais (ou Econômico-Sociais)* – São a compreensão da integração entre homem e natureza em sistemas complexos. Este é o conceito mais general, configurando-se na marca paradigmática pela qual a *RA* foge à dimensão ecológica maior da sustentabilidade para abarcar igualmente a sua dimensão humana, sem supervalorizar ou renegar a uma ou a outra. Holling (2001) propõe uma breve definição sobre *SES* ao definir três atributos teóricos básicos:

[1] ser “o mais simples possível, mas não simplificador”, sendo isso um requisito para o entendimento e a comunicação a esse respeito; [2] ser dinâmico e prescritivo, não estático e descritivo. O monitoramento do presente e do passado é estático se não se conectar a políticas e ações para a avaliação de futuros possíveis; [3] abraçar a incerteza e a imprevisibilidade. Surpresa e mudanças estruturais são inevitáveis nos sistemas formados pela natureza e pelas pessoas (Holling, 2001, p. 391, tradução nossa).

- *Resiliência* – Walker *et al.* (2004, tradução nossa) descrevem essa qualidade como sendo a “capacidade de um sistema em absorver perturbações e se reorganizar enquanto sofre mudanças, conservando-se com isso a mesma função, estrutura, identidade e retroalimentações”. A partir dessa definição primeira, o conceito segue sendo aprofundado nos demais conceitos que seguem.

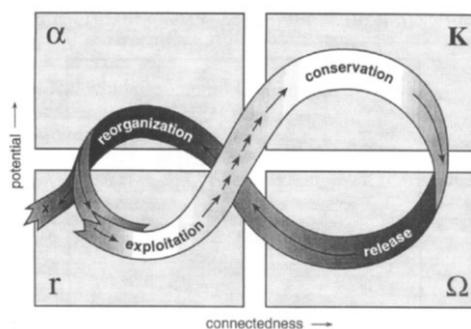
- *Ciclos Adaptativos* – Correspondem à dinâmica básica pela qual os pesquisadores estudados propõem compreender os *SES*. Também segundo Holling (2001), os ciclos adaptativos podem ser interpretados através de 4 fases contíguas e retroalimentativas, representadas pela figura geométrica contínua da Fita de Möbius (**Fig. 3, página seguinte**): *r*, exploração; *K*, conservação;  $\Omega$ , liberação;  $\alpha$ , reorganização. O autor comenta que as duas primeiras fases de exploração e conservação equivalem a longos períodos de lenta acumulação e formatação de recursos pelo

*SES*, havendo aí a conservação de atributos principais. Mas de modo geral, essas fases estariam sempre suscetíveis a oportunidades para inovações, quer a partir de perturbações, quer pela aquisição de novos potenciais. Isso corresponderia a fases de liberação – ou em outras palavras, de transformação de atributos centrais –, bem como a fases de reorganização após as inovações. De maneira sintética, Holling assim nos descreve a trajetória contínua dos *Ciclo-Adaptativos*:

A trajetória alterna entre longos períodos de lenta acumulação e transformação de recursos (da exploração à conservação, de  $r$  para  $K$ ), com períodos mais curtos que criam oportunidades de inovação (desde a liberação até a reorganização, de  $f$  para  $a$ ). Esse potencial inclui acumulações ecológicas, econômicas, sociais, culturais e capitais, bem como mutações aleatórias não expressas e invenções (Holling, 2001, p. 394, tradução nossa).

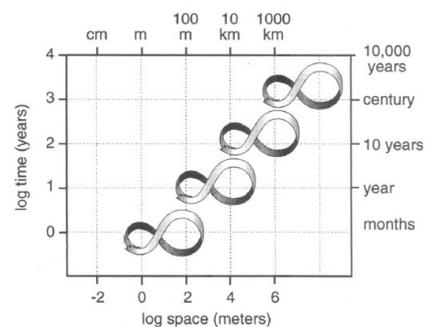
- *Panarquidade (Panarchy)* – Este conceito é traduzido aqui como *Panarquidade* para se diferenciar de “Panarquia” ou “Panarquismo”, termos já existentes em português e que têm significados políticos. Em complemento ao entendimento de *Ciclos-Adaptativos*, Holling (*ibid.*) explica que *Panarquidade* representa o caráter transversal escalonar (*cross-scale*) dos Ciclos-Adaptativos no espaço e tempo. Ou seja: cada dinâmica cíclica em um *SES* integra dinâmicas cíclicas de *SES* maiores e mais duradouros; assim também, transformações em atributos de um *SES* podem repercutir conseqüentemente em outros atributos, bem como em outros *SES* (Fig. 4, página seguinte). Esse é talvez o conceito mais inovador da *RA*, a partir do qual os autores propõem uma síntese a todo o entendimento da capacidade de resiliência dos *SES*. É por isso que, segundo Holling (*ibid.*), foi elegido um termo diferente do de “hierarquia” para denominar esse conceito, a fim de expressar o caráter “Transescalar” dos *SES*, e também *Multiescalar*, na tratativa das diferentes escalas Ecológicas e Sociais. Segundo Holling (*ibid.*), essa seria a principal base para se conceber novas compreensões de Sustentabilidade, por favorecer uma compreensão integrada tanto no espaço quanto no tempo entre diferentes sistemas e subsistemas que constituem complexidades ecológicosociais. “Panarquidade representa a hierarquia do conjunto aninhado dos ciclos-adaptativos. O funcionamento de tais ciclos e a comunicação entre eles determinam a sustentabilidade de um sistema”, defende Holling (*ibid.* p. 396, tradução nossa).

Fig. 3 Representação do Ciclo-Adaptativo da Resiliência em quatro fases



Fonte: Holling, 2001, p.394.

Fig. 4 Panarquidade e suas Hierarquias Espaciais e Temporais



Fonte: Holling, 2001, p. 397.

Quanto à relevância da *Panarquidade*, vale comentar um dos exemplos citados por Olsson *et al.* (2014) que nos lembra a “*sustentabilidade fraca*” em Boff, na valorização do Etanol como biocombustível (cf. p. 39). Olsson *et al.* criticam como a adoção do Etanol em detrimento a combustíveis fósseis pode acarretar transtornos em diversas escalas ecológico-sociais, como na transformação de grandes áreas de terra para o cultivo de espécimes voltadas à produção do biocombustível, gerando assim ameaças à biodiversidade. Em suas palavras, o autor esclarece que:

Um entendimento da interconexão entre sistemas sociais, tecnológicos e ecológicos é crucial para se prevenir consequências indesejadas e não intencionadas a partir de iniciativas propostas em favor da sustentabilidade. Por exemplo, há uma corrente adoção de biocombustíveis como um substituto dos combustíveis fósseis, e embora uma mudança sistemática para biocombustíveis possa retardar mudanças climáticas, isso também pode gerar mudanças destrutivas do uso de terras e perda de biodiversidade quando a questão é observada a partir de um ponto de vista global (Olsson *et al.*, 2014, tradução nossa).

- *Adaptabilidade* – Este e os dois últimos conceitos a seguir correspondem a operações mais específicas dos *Ciclos-Adaptativos*. Novamente segundo Walker *et al.* (2004, tradução nossa), Adaptabilidade seria “a capacidade dos atores de um sistema em auxiliar na resiliência”, de modo que, “em um *SES*, essa habilidade corresponde à capacidade humana de gerir resiliência”. Sob tal entendimento, *SES* não possuiriam intencionalidades naturais, de modo que cabe aos atores sociais inseridos nos *SES* a responsabilidade de gerir intencionalidades. Afinal, quer intencionalmente ou não, a atitude dos autores, segundo se defende, sempre interfere no sistema:

(...) embora a dinâmica dos *SES* seja dominada por atores humanos individuais que demonstram intenção, o sistema como um todo não a possui (como no caso de um mercado). No entanto, como as ações humanas dominam nos *SES*, a adaptabilidade do sistema é principalmente uma função do componente social – os indivíduos e grupos que atuam para gerenciar o sistema. Suas ações influenciam a resiliência, intencionalmente ou não. Sua capacidade coletiva de gerenciar a resiliência, intencionalmente, determina se eles podem evitar com sucesso a passagem para um regime de sistema indesejável ou conseguir voltar para um regime desejável (Walker *et al.* 2004, tradução nossa).

- *Transformabilidade* – Ainda segundo Walker *et al.* (2004), esta seria a capacidade de um sistema em transformar sua organização e atributos quando sua constituição se torne insustentável. E isso é diferentemente de *Adaptabilidade*, nas qual transformações ocorridas conservam a maior parte dos atributos de um *SES*. Segundo o autor, *Transformabilidade* seria a “capacidade de criar fundamentalmente um sistema novo quando condições ecológicas, econômicas e ou sociais (incluído a política) tornam insustentável o sistema existente” (*ibid.* tradução nossa).

- *Gerenciamento Adaptativo* – Por fim, este último conceito se volta para o entendimento de um Gerenciamento que seja adequado às conceituações acima propostas; um entendimento que se diferenciaria de modos mais tradicionais de gerenciamento por lidar com os *SES* buscando-se aprender e evoluir com suas dinâmicas. Segundo a *RA*, o gerenciamento convencional tende

a operar sob estratégias de tentativa-e-erro, que são equivocadas por fugir deliberadamente a riscos; nada obstante, riscos seriam uma característica natural dos *SES*. De modo contrário, o *Gerenciamento Adaptativo* “identifica incertezas e estabelece metodologias para testar hipóteses sobre essas incertezas. Ele usa o gerenciamento como uma ferramenta não só para mudar o sistema, mas como uma ferramenta para aprender sobre o sistema” (*RA*, s/d, tradução nossa).

Esse conjunto conceitual constitui o principal corpo teórico da *RA* para a *Resiliência*. Junto a isso, esta instituição também busca esclarecer a temática ao tratar de discussões e críticas que têm se mostrado comuns. Também em Olsson *et al.* (2014), encontram-se os principais debates sobre *Resiliência*. Segundo ele, “algumas críticas são relevantes para o aprimoramento da teoria, enquanto outras são construídas a partir de desentendimentos sobre a teoria” (*ibid.* tradução nossa).

Uma primeira crítica sobre *Resiliência* costuma ser direcionada às dinâmicas transformativas dos *SES*, pontuando-se que a manutenção das relações de um sistema não necessariamente correspondem à manutenção de suas estruturas, e vice-versa. Sobre isso, Olsson *et al.* esclarece que o campo geral do *Gerenciamento Adaptativo* ainda é limitado para lidar com a totalidade das dinâmicas de um *SES*, mas que as distinções atuais entre *Adaptabilidade* e *Transformabilidade*, bem como a compreensão transescalar da *Panarquidade*, favorecem a esse respeito. Inclusive, o autor esclarece que têm surgido entendimentos sobre uma “*Má Resiliência*”, isto é, dinâmicas de *SES* em que transformações sistêmicas podem tender desfavoráveis à sustentabilidade geral, embora muitos componentes, atores e feedbacks sigam adaptando-se. Assim esclarece Olsson *et al.*:

Nós concordamos que a literatura sobre resiliência costuma tratar o tema sempre como algo bom. Contudo, mais recentemente, estudiosos em resiliência têm sido mais explícitos sobre prováveis tipos de resiliência e sobre sistemas, ou domínios, em que eles seriam aplicáveis. Marschke e Berkes (2006) defendem a noção de *Má Resiliência*, utilizando o conceito de armadilhas, o que significa que o autorreforçamento de retroalimentações sociais e ecológicas podem criar aprisionamentos que tornem extremamente difíceis a mudança para novos regimes alternativos (Olsson *et al.*, 2014, tradução nossa).

Uma segunda crítica à *Resiliência* se coaduna aos debates sobre questões econômicas e políticas do *Modelo Padrão de Sustentabilidade*, conforme a descrição de Boff. Segundo Olsson *et al.*, muitos críticos pontuam que o discurso da *Resiliência* reforça o modelo político-econômico capitalista, por ser um debate despolitizado, de análises afastadas da questão do Poder e políticas prejudiciais à Sustentabilidade. Olsson *et al.* igualmente reconhecem a procedência dessa crítica, afirmando que a esfera do Poder ainda precisa ser melhor estudada na *Resiliência*. Contudo, os autores argumentam que isso se deve a uma ainda necessidade de se aprimorar as definições teóricas sobre o Poder, muito diversas na literatura, e que mesmo as críticas existentes não ajudam a compreender essa questão. E os autores exemplificam: em um *SES*, “quem decide

o início de transformações? Podem estas serem desenvolvidas de maneiras deliberativas, participativas, tanto éticas quanto sustentáveis? Como é possível para o Poder, a política e os vários interesses correlacionados apresentarem barreiras, ou caminhos, para transformações?” (O’Brien, 2012 *apud* Olsson *et al.*, 2014, tradução nossa). Esses são alguns questionamentos levantados.

Ademais às críticas evidenciadas por Olsson *et al.*, pode-se citar brevemente apontamentos realizados pelo administrador Rafael D’Almeida Martins e pela cientista social Leila da Costa Ferreira sobre a propagação da *DH MAG* em países subdesenvolvidos (Martins & Ferreira, 2011). Alinhados a outros pensadores, eles defendem que “a inclusão das questões ambientais nas ciências sociais ainda não resultou em um novo paradigma. Assim, ao invés de um campo consolidado de estudos ambientais, essas questões criaram subáreas de investigação, distribuídas de acordo com diferentes abordagens teóricas e metodológicas” (*ibid.* p. 96); uma das quais, do que entendemos, seria a própria subárea da *Resiliência*. Exemplificando com o cenário da América-Latina, os autores alegam que, diferentemente dos países desenvolvidos, a atenção à *DH MAG* não surgiu aí por avanços científicos, mas pelo movimento ambientalista diante dos problemas ambientais da região, o que inseriu a questão na agenda das pesquisas (Hogan, 2007 *apud ibid.*).

Sobre a *Resiliência*, por fim, nossa pesquisa conclui que a Transescalaridade da *Panarquidade* é talvez um dos maiores desafios a novos paradigmas em Sustentabilidade, o que, como visto, depara-se com a complexidade *Multiescalar e Transescalar* dos diferentes níveis de *SES*. E com fins didáticos, sugerimos denominar aqui a essa Complexidade de *Complexidade Multi-Transescalar*.

Uma segunda contribuição significativa para noções da *Complexidade Multi-Transescalar* dos *SES* é encontrada no *Conceito de Autopoiese* e sua respectiva *Teoria de Santiago*, que se coloca nesta Tese como arcabouço teórico central. Inclusive, há trabalhos teóricos que já correlacionam ambos os conceitos de *Resiliência* e *Autopoiese*, como em Cutler & Von Lingen<sup>5</sup>, que propõem um uma fenomenologia evolucionária da *Resiliência* aplicando o que denominam de Coerência Emergente da Autopoiese. Nada obstante, ao buscarmos trabalhos dessa natureza, nossa pesquisa notou uma gama diversificada de conceituações. E além disso, no corpo teórico da *Resilience Alliance*, o *Conceito de Autopoiese* não é ainda abordado, do que decidimos então não avançar em literaturas que já correlacionam esses conceitos, dado que parecem ser primevas. Ao contrário, tomamos aqui as noções de *Resiliência* da *RA*; destrinchamos a seguir a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, com o auxílio da *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra; depois, sugerimos correlações entre a *Resiliência* e a *Autopoiese*; e, ao final, propomos uma síntese do *Conceito de Autopoiese* que será aplicada sobre as nossas investigações empíricas.

---

<sup>5</sup> Cutler, R. M.; von Lingen, A. An evolutionary phenomenology of resilience. *Kybernetes*, Vol. 48 N. 4, 2019, p. 685-695.

## 2.5 AUTOPOIESE E VISÃO ECOLÓGICA AUTOPOIÉTICA DE FRITJOF CAPRA

Como já comentado, a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* se insere em nossa pesquisa como principal base teórica, por fornecer uma contribuição original à *Complexidade Multi-Transescalar dos SES* ao congregar as dimensões Ecológica e Social dentro de um mesmo entendimento. O *Conceito* e sua *Teoria* foram criados na última década de 70 pelos cientistas chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1980, 1995). Elaborados especificamente desde o campo da biologia e da filosofia, o desafio tomado por esses autores foi o de construir uma *Biologia do Conhecer*, isto é, um conhecimento que fosse capaz de lançar bases biológicas sobre questões mais notoriamente humanas, como o pensar, o fazer... E isso, para contribuir mais enfaticamente sobre questões éticas que, por todo o séc. XX, se evidenciavam necessárias ao equilíbrio das sociedades. Os autores se perguntavam, por exemplo, se a humanidade estaria “chegando ao fim (...) só porque o ser humano ainda não seguiu conquistar a si mesmo, compreender sua natureza e agir a partir desse entendimento” (Maturana & Varela, 1995, p. 14).

Embora nas obras de Maturana e Varela os termos “Sustentabilidade” ou “Desenvolvimento Sustentável” não tenham sido empregados, entende-se que toda a teorização desses autores corresponde às preocupações da Sustentabilidade. O que inquietava a Maturana e Varela, afinal, era a preocupação com o desenvolvimento integral do homem e do mundo, mas o que os impeliu na busca por bases conceituais mais pertinentes para a complexidade da temática. Corrobora esse entendimento um artigo mais tardio elaborado por Maturana e outros autores já no séc. XX, quando já era falecido Guilherme Varela, e no qual se concebe uma compreensão autopoietica da Sustentabilidade como sendo uma Harmonia Biológico-Cultural (Dávila, et al. 2009); uma definição que, portanto, permite entender a adequação da integração Ecológico-Social do *Conceito de Autopoieses/Teoria de Santiago* em perspectivas do Desenvolvimento Sustentável.

Além do conteúdo original da *Teoria de Santiago*, hoje a *Visão Ecológica Autopoietica* de Fritjof Capra (2010) propicia compreensões didáticas do *Conceito de Autopoiese*. Capra foi um cientista tradicional do campo da física que se sensibilizou nas últimas décadas do séc. XX com as crises sociais e ambientais da humanidade, e o que o levou ao estudo e sistematização de conhecimentos entre uma grande quantidade de teorias, como a *Teoria de Santiago*. Ele compreende basicamente a *Autopoiese* como o “Padrão da Vida” (*ibid.*), a partir do que, junto a outras teorias, concebe uma *Visão Ecológica Autopoietica*. Essa *Visão* nos auxilia na compreensão da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, que é apresentada a seguir, e que depois é analisada junto à DHMAG e ao conceito de *Resiliência* na construção de nossa base teórica.

## 2.5.1 O Conceito de Autopoiese

A definição central do *Conceito de Autopoiese* (do grego *Auto*, próprio, e *Poiesis*, criação) é a de *Autorreconstituição*<sup>6</sup>, como sendo a dinâmica existencial elementar dos seres/sistemas-vivos, ou *Sistemas Ecológico-sociais*. Esta seria a capacidade natural dos seres/sistemas-vivos de conservarem a si mesmos em meio aos estímulos e relações com o ambiente, e o que diz respeito não somente a organismos, mas também a sistemas sociais maiores, assim como já nos permitiu entender aquela definição sobre *Sistemas Ecológico-sociais* no conceito de *Resiliência*.

São muitos os detalhes e desdobramentos sistematizados por Maturana e Varela a partir da definição de *Autopoiese*. Em nossas pesquisas, para tornar mais clara toda a *Teoria de Santiago*, já pudemos destrinchar anteriormente o *Conceito* em quatro dimensões (Carmo, 2019): 1. *Organização Biológica*, 2. *Cognição*, 3. *Interação Social* e 4. *Ética*. Aqui, no que segue, tomamos essas dimensões em explicações mais detalhadas, abordando também outros conceitos da *Teoria de Santiago*, e que, em conjunto, nos permitem compreender a ideia de *Autopoiese*.

### 2.5.1.1 A Organização Autopoiética

A **Organização Autopoiética** diz respeito à *Organização Biológica* elementar dos *SES*, constituindo-se, talvez, na dimensão mais importante para a compreensão da *Autopoiese*. A definição dessa primeira dimensão é a definição deste próprio *Conceito*, isto é, aquela da *Autorreconstituição* como sendo a dinâmica existencial elementar dos *Sistemas Ecológico-Sociais*. A motivação principal que levou Maturana e Varela para essa concepção foi a busca por bases biológicas para aspectos mais complexos do ser-humano, como as já citadas capacidades de conhecer e de pensar. E capacidades estas que, conforme também já comentado anteriormente, os autores presumiam como indispensáveis para se repensar sobre o modo de vida humano, ressaltando-se, nesse ínterim, a premente necessidade da transformação de cada indivíduo:

(...) a imperiosa necessidade de dar uma guinada, de promover uma transformação interna à "vivência da humanidade", só terá sentido realista se se começar pela reflexão aplicada à própria transformação individual, pois **todos nós contribuimos para que nosso mundo seja o que é: um mundo pelo qual cada dia é mais difícil sentir admiração e respeito, numa condição que, como bem sabemos, torna tudo ainda mais difícil** (Maturana & Varela, 1995, p. 25, destaque nosso).

---

<sup>6</sup> Na literatura, costumam ser utilizados também outros termos exemplificadores da ideia de Autopoiese, tal como Autocriação, que parece ser sua tradução mais direta. Acreditamos, contudo, que 'Autorreconstituição' é o termo que melhor se aproxima da ideia original do conceito.

A partir dessas inquietações, Maturana e Varela estabeleceram três problemas centrais que buscavam esclarecer com a *Teoria de Santiago*: “**1. Qual é a organização de todo ser vivo?; 2. Qual é a organização do sistema nervoso?; 3. Qual é a organização básica de todo sistema social? Ou, o que dá no mesmo, quais são e como surgem as relações comportamentais que originam toda cultura?**” (Maturana e Varela, 1995, p. 17). Na investigação desses problemas, teria sido precisamente o entendimento de *Autorreconstituição – Autopoiese* – como sendo a base organizativa dos seres/sistemas-vivos que teria propiciado maiores elucidações, conforme os autores explicam no livro “A Árvore do Conhecimento”, publicado em 1987:

Por volta de 1968, ele [Maturana] compreendeu que os fenômenos associados à percepção só podiam ser entendidos se se concebesse o operar do sistema nervoso como uma rede circular fechada de correlações internas, e simultaneamente compreendeu que a organização do ser vivo se explicava a si mesma ao ser vista como um operar circular fechado de produção de componentes que produziam a própria rede de relações de componentes que os gerava (teoria que ele posteriormente chamou de autopoiese). Em dezembro daquele ano, preparando sua participação para um congresso (que se realizaria em março de 1969 em Chicago) sobre antropologia do conhecimento, (...) Maturana resolveu abordar a problemática do conhecimento não do ponto de vista do sistema nervoso, como lhe fora pedido, mas da perspectiva do operar biológico completo do ser vivo. Esta foi, portanto, a magna inspiração da qual brota a sua obra (...) (Maturana & Varela, 1995, p.39).

A *Autopoiese* surgiu portanto, no campo da Biologia, entre diversas propostas já realizadas para a definição dos seres/sistemas-vivos, mas que até então se mostravam insuficientes, como por exemplo a definição pela capacidade de reprodução sexuada ou por capacidades cognitivas específicas. No livro “*Autopoiesis, uma introdução às ideias de Maturana e Varela*”, o filósofo João D. Fonseca (2008) comenta sobre esta questão ao citar que a visão dos autores chilenos não se coaduna com tentativas de se distinguir seres/sistemas-vivos a partir de listas de propriedades, já que o próprio desconhecimento do que seja um ser/sistema-vivo não permite precisar quando tais listas se completa. É assim que Fonseca presta reconhecimento às proposições de Maturana e Varela, por voltarem-se a um entendimento processual mais abrangente: “um ser vivo é, na sua acepção, (...) uma unidade que se autoproduz de modo contínuo, por um processo de auto-organização denominado 'organização autopoietica'. A organização autopoietica é visível ao nível celular e é a raiz da vida tal como a conhecemos em um nível mais elevado” (*ibid.* p. 20-21).

Desde esse entendimento biológico primeiro, advêm uma série de decorrências teóricas sobre a *Autopoiese*, desdobrando a noção de sua dimensão organizativa sobre questões também relativas às demais dimensões, tratadas adiante. O primeiro deles é a ideia de ***Acoplamento Estrutural***. Segundo Maturana e Varela, toda a constituição material da vida conforma um substrato físico comum a todos os seres/sistemas-vivos – ou ***Unidades Autopoieticas*** –, que,

por sua vez, não apenas dominam, envolvem ou delimitam-se em parcelas específicas desse substrato, mas também “acoplam-se” uns aos outros, em diferentes escalas: organelas no interior de células, células no interior de organismos, organismos no interior de comunidades, comunidades no interior de sociedades, sociedades no interior de ecossistemas, ecossistemas no interior da biosfera, e assim por diante. Esse entendimento condiz precisamente com a noção de *Sistemas Ecológico-Sociais* já tomada aqui na *Resiliência*, mas como organizações *Multi-Transescalares* de Seres/Sistemas-Vivos que, pela *Teoria de Santiago*, são entendidas como *Unidades Autopoiéticas*. Ademais, esse aspecto que aqui denominamos *Multi-Transescalar* é igualmente sugerido por Maturana e Varela como sendo não apenas espacial, conforme a ideia de *Acoplamento Estrutural*, mas também temporal, assim como é espacial e temporal a ideia de *Panarquidade* na *Resiliência*. Afinal, os autores chilenos propõem em conjunto também o conceito de **Filogenia**, referindo-se ao histórico temporal de relações empreendidas entre *Unidades Autopoiéticas* em suas interações de *Acoplamento Estrutural*. Maturana e Varela assim nos explicam a respeito desse entendimento sobre *Acoplamento Estrutural* e *Filogenia*:

(...) as interações (desde que sejam recorrentes) entre unidade e meio consistirão em perturbações recíprocas. Nessas interações, a estrutura do meio apenas desencadeia as mudanças estruturais das unidades autopoiéticas (não as determina nem informa), e vice-versa para o meio. O resultado será uma história de mudanças estruturais mútuas, desde que a unidade autopoiética e o meio não se desintegrem. Haverá um **acoplamento estrutural**. Dentre todas as interações possíveis, encontramos algumas que são particularmente recorrentes ou repetitivas. Por exemplo, se examinarmos a membrana de uma célula, notaremos que através dela se dá um constante transporte ativo de certos íons (tais como o sódio e o cálcio), de forma que, na presença desses íons, a célula reage incorporando-os à sua rede metabólica. (...) Mas, por que a autopoiese se realiza em cada tipo celular com a participação de apenas um certo tipo de interações regulares e recorrentes, e não de outras? Essa pergunta só encontra resposta na **filogenia**, ou história da estirpe celular correspondente. Ou seja: o tipo de acoplamento estrutural atual de cada célula é o estado presente da história de transformações estruturais da filogenia a que pertence - quer dizer, é um momento na deriva natural dessa linhagem, resultante da contínua conservação do acoplamento estrutural de cada célula ao meio em que se realiza (Maturana & Varela, 1995, p. 113-114, destaques nossos).

Da ideia de *Acoplamento* e *Filogenia*, decorre também a noção de **Autonomia**. Conforme os seres/sistemas-vivos, ou *Unidades Autopoiéticas*, são entendidos como integrantes de um substrato material comum, compreende-se que a capacidade de *Autonomia* é crucial para a manutenção de comportamentos autorreconstitutivos. Quanto maior a *Autonomia* de um ser/sistema-vivo, mas hábil este será na autorreconstituição, ou *Autopoiese*. Maturana e Varela esclarecem sobre graus de *Autonomia*, que, segundo eles, divergem quanto às escalas de *Unidades Autopoiéticas*, como de indivíduo para sociedade, bem como entre sociedades de diferentes espécies. Mas os autores salientam que essa classificação é “operacional”, de modo que transformações internas ou relacionais em um ser/sistema-vivo podem vir a aumentar ou diminuir seu grau de autonomia:

Organismos e sociedades pertencem a uma mesma classe de metassistemas, membros formados pela agregação de unidades autônomas, tanto celulares como metacelulares. O observador pode distinguir os diferentes metassistemas que participam dessa classe pelos diferentes graus de autonomia (...). Assim, se ele os ordena em série segundo o grau em que seus componentes dependem, para sua realização como unidades autônomas, da participação nos metassistemas que integram, os organismos e sistemas sociais humanos ocuparão os extremos opostos da série. Os organismos seriam metassistemas com componentes de mínima autonomia, ou seja, cuja dimensão de existência independente é muito pouca ou inexistente, enquanto as sociedades humanas seriam metassistemas com componentes de máxima autonomia, ou seja, com amplas dimensões de existência independente. As sociedades formadas por outros metacelulares, como as dos insetos, ficariam situadas em diferentes pontos intermediários. No entanto, as diferenças entre esses metassistemas são operacionais. Dadas algumas transformações nas respectivas dinâmicas internas e relacionais, eles podem se deslocar para uma ou outra direção da série (Maturana & Varela, 1995, p.223).

A imagem a seguir (**Fig. 05**) de Maturana e Varela ilustra as explicações sobre *Autonomia*. Nela, os autores sugerem distinções também entre diferentes sociedades humanas, como no caso de Esparta, a antiga cidade grega, cujos componentes apresentariam um menor grau de autonomia devido a “mecanismos coercitivos de estabilização em todas as dimensões comportamentais” (*ibid.* p.225):



Por fim, desde as ideias de *Acoplamento Estrutural*, *Filogenia* e *Autonomia* da *Organização Biológica Autopoiética*, decorre ainda a noção de **Fechamento Estrutural** ou **Operacional**<sup>7</sup>. Como já comentado em citação anterior (cf. p. 56), Maturana e Varela sugerem que, para ocorrer o operar autopoiético dos seres/sistemas-vivos, é necessária uma característica circular, por meio da qual cada **Unidade Autopoiética** atua a partir de si mesma, dentro de sua própria autorreconstituição, no interior de seu ou de seus metassistemas. Essa característica, eles a sugerem como sendo as redes de percepção e motricidade dos organismos, exemplificadas principalmente pelos sistemas nervosos em organismos mais evoluídos, mas que não se limita a isso, e estando possivelmente presente mesmo em organismos unicelulares, tal como será explicado a seguir. Esta é, enfim, uma noção que liga diretamente a dimensão organizativa da *Autopoiése* à sua segunda dimensão destrinchada em Carmo (2019): a *Cognição Autopoiética*.

<sup>7</sup> O termo aparece nos escritos de Maturana e Varela sob diferentes formas, por vezes também com a palavra “Clausura” no lugar de “Fechamento”.

### 2.5.1.2 A Cognição Autopoiética

Como segunda dimensão da Autopoiése, a **Cognição Autopoiética** trata de uma compreensão geral da rede cognitiva dos seres/sistemas-vivos, que é abordada desde aspectos sensoriais básicos, não focada em propriedades cognitivas superiores que são mais comumente atribuídas à questão da consciência, como o pensar, o planejar e o imaginar. Historicamente, são várias as teorias que têm sido desenvolvidas para se compreender melhor sobre propriedades cognitivas.

Se buscamos brevemente na história da filosofia e da ciência, indagações sobre a Consciência e a Autoconsciência parecem sempre tentar desmistificar algo na correlação entre “objetividades” e “subjetividade”; isto é, entre funcionamentos objetivos de estruturas cognitivas especializadas de indivíduos evoluídos, como o sistema nervoso, o cérebro... e aspectos abstratos da percepção que fogem a definições objetivas, como a consciência de si, a consciência do outro, a linguagem, a arte, etc. Por exemplo, na obra “Investigações sobre a Origem da Linguagem e da Consciência”, o filósofo vietnamita Tr n Duc Thao (1984) defende que o ato originário da consciência, no que compete   espécie humana, teria surgido com o simples “gesto indicativo”, isto  , o gesto de apontar para um indivíduo e identifica-lo como outro, diferente de si. Thao buscava identificar aí o início preciso da consciência, a partir de um ponto de vista fenomenológico, e alegando o que seria a principal dificuldade para a determina o da origem da consciência no ser-humano:

Uma das principais dificuldades no problema da origem da consciência   a exata determina o do seu princípio. (...) O gesto indicativo marca a mais elementar rela o entre a consciência e um objeto como objeto externo. Naturalmente, o animal percebe objetos externos, mas para ele, tal externalidade não está desatrelada de sua própria organiza o sensório-motora. Em outras palavras, a imagem provida por sua percep o de um objeto pode ser definida apenas em termos de a oes potenciais no seu próprio corpo – estendidas, mais ou menos, por outros corpos que o animal pode manipular. Para ele, enfim, o objeto   aquilo que pode verdadeiramente tocar, seja diretamente ou através de um instrumento intermediário (Thao, 1984, p. 3-5, tradu o nossa).

Vale notar que, mesmo na simplicidade desse suposto gesto originário da consciência, a estrutura física do corpo exerce importante condicionamento, sendo necessárias acuidades visuais e manuais para se identificar e apontar para objetos externos ou outros indivíduos.   assim que Thao também aborda questões objetivas do gesto indicativo em suas investiga es sobre a origem da consciência, como a estrutura da mão, o desenvolvimento de ferramentas, etc.

Em um segundo pensador, o neurocientista francês Alain Berthoz (1997), tem-se uma teoria que correlaciona o desenvolvimento da percep o humana   sua rela o com o Espaço. Segundo ele, a percep o espacial   compreendida de três instâncias dos sentidos: o Espaço

Percebido, o Espaço Vivido e o Espaço Concebido, que dizem respeito respectivamente às percepções sensório-motoras, sua relação com a memória, e, finalmente, à concepção espacial. E o que é mais importante, para Berthoz a própria geometrização do espaço seria uma propriedade cognitiva, desenvolvida na interação do indivíduo com o meio, o Espaço. E assim como Thao, também Berthoz investiga essa capacidade superior da cognição junto a condicionamentos objetivos da estrutura física do corpo, de seu movimento no espaço, dentre outros.

Quanto à *Autopoiese*, e mais uma vez em Fonseca (2008), encontramos esclarecimentos sobre essa correlação entre “objetividades” e “subjetividades” na cognição. Segundo Fonseca, teriam surgido a partir da segunda guerra mundial abordagens teóricas preocupadas com a questão da “informação”, e que teriam se desenvolvido posteriormente no campo da informática. Fonseca explicita aí a criação de teorias “representacionistas”, que entendiam a informação como um dado objetivo, processado no cérebro a partir dos estímulos sensoriais do indivíduo com o ambiente. No passar do tempo, entretanto, e conforme ilustramos aqui com Thao e Berthoz, teriam surgido maiores questionamentos sobre complexidades não objetivas da cognição. E é nesse viés que Fonseca aponta para as indagações de Maturana e Varela. Segundo ele, um dilema central para esses autores, e que os mesmos teriam chamado de “armadilha”, seria o costume até a última década de 1970 de se considerar o Ser, a Cognição e o Ambiente como entidades separadas, enquanto que, para eles, estes deveriam ser compreendidos em um mesmo processo “operacional-experiencial-perceptivo”, um círculo estabelecido dentro da relação *observador-organismo-ambiente*. Endossavam os cientistas chilenos que sequer teorizações analíticas poderiam reivindicar qualquer grau de absolutismo que não esteja dentro dessa tríade cognitiva:

Como é possível que eu mesmo possa dar conta das regularidades e variações perceptivas do meu próprio mundo, incluindo o surgimento de explicações sobre elas, se não tenho como me situar "fora" de minhas próprias percepções? Nesse caso, em vez do clássico triângulo observador-organismo-ambiente, o que há é um círculo com o observador no centro, em que o observar é só um modo de viver o mesmo campo experiencial que se deseja explicar. O observador, o ambiente e o organismo observado formam agora um só e idêntico processo operacional-experiencial-perceptivo no ser do ser observador. Em tais condições, como podemos falar "objetivamente" dos nossos processos de conhecimento? Que critério explicativo cabe aqui? (...) Noutras palavras: Qual é a organização de um sistema que está organizado de maneira tal que pode descrever os fundamentos que o capacitam a realizar seu próprio descrever? Como pode então um sistema conhecer sua dinâmica cognoscitiva, se sua dinâmica cognoscitiva (que é o que deseja conhecer) é simultaneamente seu próprio instrumento de conhecer? Pode o homem se conhecer a partir do homem? - eis a pergunta (Maturana & Varela, 1995, p. 34-35).

Mais uma vez, nessas indagações, vê-se a preocupação de Maturana e Varela em construir uma *Biologia do Conhecer*, que fosse capaz de integrar em uma definição dos seres/sistemas-vivos as suas qualidades biológicas e cognitivas; que integrasse, em outras palavras, o *Ser* e o

*Pensar*. Nesse sentido, na obra “*Autopoiesis and Cognition*”, após Maturana e Varela (1972) introduzirem a primeira grande questão suscitada em suas teorias – **Qual é a organização do vivo?**, e que é respondida aqui pelo entendimento da *Organização Biológica Autopoiética* –, os autores seguem explorando a segunda grande questão – **Qual é a organização do sistema nervoso?** –, que é expressa então em termos específicos: *O que se dá no fenômeno da percepção?*

Na referida obra, Maturana e Varela preocupam-se sobremaneira em entender a Cognição como “Função” e como “Processo” (*ibid.* p. 7), isto é, Função a um só tempo biológica e cognitiva que se dá em Processos perceptivos do ser, e o que faz os autores conceberem o conceito de **Distinção**. Para Maturana e Varela, “a operação cognitiva básica que estabelecemos como observadores é a Distinção. Isso significa que nós especificamos uma unidade como uma entidade distinta de um cenário (*background*), caracterizamos ambos com as propriedades que esta operação os concede e especificamos tal separação” (*ibid.* p. xix, tradução nossa). Mas, não obstante esse poder de Distinção, os autores alegam que a definição de uma *Unidade Autopoiética* é relativa, pois toda *Unidade* é composta, sendo tanto parte se sistemas maiores como ela mesma um metassistema. Essa definição mais uma vez remete à *Complexidade Multi-Transescalar* dos *SES*, e que a *Autopoiése* revela na integração íntima entre a *Estrutura* de uma *Unidade Autopoiética* e sua *Organização*, entre seus componentes e sua *Organização Biológica*:

Organização e Estrutura – As relações entre componentes que definem uma unidade composta (sistema) como uma unidade composta de um determinado tipo, constituem sua organização. (...) É por isso que nada pode ser dito em relação às propriedades dos componentes de uma unidade em particular que não também em relação às propriedades requeridas pela organização da unidade (Maturana & Varela, 1980, p. 35, tradução nossa).

Avançando nas explicações, Maturana e Varela sugerem que existe o poder de *Distinção* pelo observador porque o processo cognitivo seria **Autorreferente**, apesar dessa capacidade permitir distinguir *Unidades Autopoiéticas* externas. Isto é, o indivíduo seria capaz de reconhecer objetos e seres externos, distintos de si, porque seria capaz de reconhecer primeiro a si mesmo. Nesse sentido, os autores estipulam três qualidades que determinariam o processo cognitivo: **Estruturalmente Determinado**, **Operacionalmente Fechado**, e **Dotado de Plasticidade**. **Estruturalmente Determinado**, porque a *Cognição* é entendida na *Autopoiése* como relativa a toda a constituição do Ser, à relação autorreconstitutiva entre sua *Estrutura* e *Organização*, e não apenas relativa a estruturas nervosas específicas, apesar de que, estas seriam especializações capazes de dotar espécies biológicas com uma maior capacidade de percepção e ação, por processarem maiores quantidades de informação na interação com o ambiente. **Operacionalmente Fechado**, porque toda a referência cognitiva seria sempre construída a partir da constituição interna dos indivíduos, e jamais por qualquer componente ou fator externo. E **Dotado de Plasticidade**,

porque essas referências cognitivas internas se encontrariam sempre em processo de adaptação, reagindo constantemente aos estímulos do ambiente, e assim remodelando-se, conforme a possibilidade de cada espécie e de cada indivíduo (Maturana & Varela, 1995; Fonseca, 2008).

Maturana e Varela (1995) exemplificam essas três propriedades cognitivas com observações e experimentos realizados em suas investigações. Um dos exemplos são as crianças-lobo, casos já observados algumas vezes na história em que crianças muito pequenas foram perdidas em ambientes selvagens, encontrando refúgio em matilhas de lobos, e assim adquirindo comportamentos semelhantes ao desses animais. Os autores comentam especificamente um caso ocorrido na Índia (*ibid.* p. 156 *et seq.*), de duas meninas de 5 e 8 anos. Com o tempo, após serem resgatadas, apenas uma delas sobreviveu, readaptando-se a hábitos humanos, mas não totalmente; um exemplo que ilustraria a qualidade *Autorreferente*, mas *Dotada de Plasticidade*, do processo cognitivo.

Um segundo exemplo sugere a *Operação Fechada da Cognição*. Em uma experiência com sapos (Lettvin *et al.* 1959), Maturana relata intervenções cirúrgicas realizadas nesses animais ainda girinos, rotacionando seus globos oculares em 180°, mas sem danificar os nervos ópticos. Quando crescidos, embora a alteração realizada em seus ângulos de visão, o comportamento dos sapos para lançar suas línguas e capturar insetos mantinha-se tal como em sapos normais; uma experiência que, segundo Maturana, ao menos neste caso, reforça que a percepção e ação dos sapos continuavam sendo determinadas internamente, sem adaptarem-se às novas condições apresentadas.

Um último exemplo trata da *Determinação Estrutural*. Maturana e Varela (1995, p.114) citam que os Mixomicetos – algas como aquelas que crescem em vidros de aquário – são unicelulares, destituídos de sistemas nervosos, apesar do que, apresentam variações estratégicas na reação e adaptação a mudanças ambientais. Por exemplo, esses seres seriam capazes de modificar suas estruturas e construir aglomerações metacelulares sem realizar fusão celular, conservando cada alga sua própria unidade. Isso ilustra a dissociação na *Autopoiese* entre a Cognição e as estruturas nervosas especializadas, embora, como já comentado, tais estruturas seriam capazes de aumentar o poder de cognição dos seres. É assim que a Cognição é entendida na *Autopoiese* como intrínseca a toda a constituição do Ser, de modo que todo ser/sistema-vivo deteria algum grau de Cognição. E ainda, a diferença em graus de cognição seria ocasionada pelo conjunto das *Conduitas* de cada espécie e indivíduo, de modo que, gradualmente, por suas experiências, seguiriam adaptando-se. Essa questão nos leva à terceira dimensão da *Autopoiese*: a *Interação Social Autopoiética*:

(...) a conduta dos seres vivos não é uma invenção do sistema nervoso, e não está associada exclusivamente a ele, pois o observador observará condutas em qualquer ser vivo em seu meio. O que o sistema nervoso faz é expandir o domínio de possíveis condutas, ao dotar o organismo de uma estrutura tremendamente versátil e plástica. (Maturana & Varela, 1995, p. 161-162).

### 2.5.1.3 A Interação Autopoiética

Quanto à *Interação Autopoiética*, ou *Interação Social Autopoiética*, a *Teoria de Santiago* sugere que qualidades superiores da consciência, como a *Comunicação* e a *Linguagem*, são propriedades não simbólicas ou abstratas, mas vinculadas à *Organização Biológica Autopoiética* dos seres/sistemas-vivos, e assim também resultantes da interação entre indivíduos e ambiente.

Ao tratar da *Conduta* de indivíduos e espécies como processo interacional por qual seres/sistemas-vivos desenvolvem capacidades cognitivas, Maturana e Varela tomam igualmente esse processo como responsável pelo desenvolvimento consecutivo de capacidades comunicativas e linguísticas. A diferença entre níveis mais cognitivos das *Condutas* e níveis mais sociais estaria no fato de que estes últimos são mais vinculados à esfera do *Acoplamento Estrutural* entre seres/sistemas-vivos e menos ao aparato orgânico e corporal dos indivíduos. Assim dizem os autores:

Toda vez que há um fenômeno social, há um acoplamento estrutural entre indivíduos. (...) Chamaremos de comunicação as condutas coordenadas, mutuamente desencadeadas, entre os membros de uma unidade social. Portanto, entendemos como comunicação uma classe particular de condutas que ocorrem, com ou sem a presença do sistema nervoso, no operar dos organismos em sistemas sociais. (...) A comunicação é peculiar, portanto, não por resultar de um mecanismo distinto do restante das condutas, mas apenas por ocorrer no domínio de acoplamento social (Maturana & Varela, 1995, p. 216-217).

Para elucidar essa correlação entre diferentes níveis biológicos, cognitivos e sociais das *Condutas Autopoiéticas*, Maturana e Varela categorizam os seres/sistemas-vivos em *Sistemas de Primeira, Segunda e Terceira Ordem*. Os indivíduos de *Primeira e Segunda Ordem* seriam respectivamente os seres unicelulares e metacelulares: estes, metassistemas daqueles. Já os *Sistemas de Terceira Ordem*, Maturana e Varela os distinguem pela existência de um maior grau de *Acoplamento Estrutural*, havendo aí então maiores *Interações Sociais*. É nesse nível da *Terceira Ordem* que as *Condutas* dos *SES* propiciam o desenvolvimento da *Comunicação* e da *Linguagem*, bem como outras possíveis qualidades superiores da consciência, ao estabelecerem maiores interações entre si e com o ambiente. Em síntese, segundo entendemos de Maturana e Varela, seria a *Interação Social Autopoiética* que, aos poucos, estimularia a *Cognição Autorreferente* dos indivíduos, desenvolvendo-se aí a ideia de Si, do Outro e do Ambiente, e a partir do que se desenvolveriam então expressões comunicativas e linguísticas. E no sentido inverso, também as *Interações Sociais* seguiriam moldado a *Cognição Autorreferente*, de modo que, na *Autopoiese*, inexistem indistincões entre Produtor e Produto, entre *Ser* e *Fazer*. Tem-se assim, mais uma vez, o princípio da *Biologia do Conhecer*, que integra bases biológicas do *Pensar* ao *Ser*, como mostrado na *Cognição Autopoiética*, e agora também ao *Fazer*, como sugere a *Interação Social Autopoiética*.

*Interações Autopoiéticas* seriam comuns às diferentes sociedades de seres/sistemas-vivos, desde insetos, vegetais e vertebrados até o próprio homem, de modo que todas elas deteriam algum grau de *Comunicação e Linguagem*. Quanto aos humanos, especificamente, as *Interações Sociais* os teriam dotado de uma maior capacidade de compreensão de Si, isto é, de uma *Autoconsciência*. Novamente Fonseca (2008) nos ajuda a compreender essa questão junto a Maturana e Varela, explicando como a *Comunicação e a Linguagem* estariam atreladas à *Organização Biológica*:

(...) o núcleo central da teoria da autopoiesis [sic] é o indivíduo e não a espécie ou sociedade. (...) As sociedades, por seu lado, também possuem clausura operacional, tal como os organismos, no entanto, elas apenas existem enquanto unidades para os seus componentes no domínio da linguagem. Quer isto dizer que a existência de sociedades não é um dado independente e objectivo [sic]. As sociedades são descrições linguísticas de redes de relações entre os indivíduos. (...) Assim, a linguagem não consiste num domínio de entidades independentes, de palavras que circulem de um lado para o outro enquanto entidades newtonianas no espaço, mas um domínio de interações comportamentais num dado contexto social (Fonseca, 2008, p. 89-91).

Ou seja, o próprio domínio linguístico passa a fazer parte das interações possíveis. Somente quando se produz tal reflexão linguística é que existe linguagem, surge o observador, e os organismos participantes passam a operar num domínio semântico. E é somente quando isso ocorre que o domínio semântico passa a fazer parte do meio de conservação e adaptação de seus participantes (Maturana & Varela, 1995, p. 233).

Acresce-se ainda que a *Interação Autopoiética* apresenta novos níveis ao entendimento de *Autonomia*. Enquanto que no nível da *Organização Biológica* e da *Cognição a Autonomia* se mostra necessária à autorreconstituição estrutural dos seres/sistemas-vivos, no nível da *Interação Social* e de suas instâncias comunicativas e linguísticas, a *Autonomia* ganha patamares sociais, nos quais a capacidade de Autorreconstituição se liga também a questões como a *Identidade* e o *Comportamento Social*. Isto é, questões mais ligadas à fatores sociais, e menos diretamente à constituição física dos indivíduos, mas que também influenciariam em suas capacidades de *Autopoiese*, de *Autorreconstituição*; em outras palavras, questões sociais que podemos entender como diferentes formas de cultura, classes sociais, níveis de conhecimento, etc. Maturana e Varela elucidam essa questão fazendo menção às sociedades humanas, diferenciadas de várias outras sociedades viventes também devido a um maior desenvolvimento linguístico:

(...) os sistemas sociais humanos também existem como unidades para seus componentes no domínio da linguagem. A **identidade** dos sistemas sociais humanos depende, portanto, da conservação da adaptação dos seres humanos não só como organismos, no sentido geral, mas também como componentes dos domínios linguísticos que constituem. Pois bem, a **história evolutiva do homem está associada às suas condutas linguísticas**. (...) assim como a existência do organismo requer a estabilidade operacional de seus componentes, a existência de um sistema social humano requer a plasticidade operacional (comportamental) de seus componentes. Assim como os organismos requerem um acoplamento estrutural não-linguístico entre seus componentes, os sistemas sociais humanos requerem componentes acoplados estruturalmente nos domínios linguísticos onde eles (os componentes) podem operar com a linguagem e ser observadores. Consequentemente, **enquanto para o operar de um organismo o central é o próprio organismo, que restringe ele mesmo as propriedades de seus componentes, para o operar de um sistema social humano o central é o domínio linguístico que seus componentes geram e a ampliação de suas propriedades - condição necessária para a realização da linguagem, que é seu domínio existencial** (Maturana & Varela, 1995, p. 224, destaques nossos).

#### 2.5.1.4 A Ética Autopoiética

A *Ética Autopoiética* surge naturalmente na *Autopoiese* pelo desdobramento das dimensões anteriores. Nesta quarta dimensão, após avançar pela *Organização Autopoiética*, *Cognição Autopoiética* e *Interação autopoiética*, Maturana e Varela concluem sua pretendida *Biologia do Conhecer*, evidenciando-se aí, com maiores ênfases, a imbricação entre as qualidades do *Ser* e do *Saber*, de modo que estabelecem bases biológicas ao *Conhecer*. Em meio a tudo isso, como visto, encontra-se também a integração ao *Fazer*, mas as atenções de Maturana e Varela se voltaram mais ao *Ser* e a *Saber* devido às extremidades de objetividade e subjetividade que ocupam o entendimento sobre a condição humana, integrando-as, então, em um entendimento com o qual lançam bases biológicas à *Ética*. No livro “A Árvore do Conhecimento”, os autores dizem:

(...) fizemos um longo percurso pela autopoiese celular, a organização dos metacelulares e seus domínios condutuais, a clausura operacional do sistema nervoso, os domínios linguísticos e a linguagem. Aos poucos fomos armando com peças simples um sistema explicativo capaz de mostrar como surgem os fenômenos próprios dos seres vivos. Assim, acabamos por mostrar como os fenômenos sociais, fundados num acoplamento linguístico, dão origem à linguagem, e como a linguagem, a partir de nossa experiência cotidiana do conhecer, nos permite gerar a explicação de sua origem. (...) Cumprimos assim a tarefa que nos propusemos no início, qual seja, que a teoria do conhecimento deveria mostrar como o fenômeno do conhecer gera a explicação do conhecer. É uma situação muito diferente das que normalmente encontramos, em que o fenômeno do explicar e o fenômeno explicado pertencem a domínios distintos (Maturana & Varela, 1995, p. 258).

Ao argumentar que o “fenômeno do explicar” e o “fenômeno do explicado” pertencem a um mesmo domínio, Maturana e Varela defendem a inexistência da “não intencionalidade” no agir dos indivíduos. Isto é, mesmo em indivíduos humanos, que são capazes de proferir discursos linguísticos supostamente abstratos, suas ações e expressões estariam sempre condicionadas à *Autorreferência*, através de comportamentos que atendem, inevitavelmente, à *Autorreconstituição*, à sobrevivência. “Tudo o que é dito é dito por alguém”, alegam os autores, e “todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer” (*ibid.* p. 70); isto é, toda ação física e expressão comunicativa resultam de um conjunto de condutas individuais e coletivas que, no íntimo de cada indivíduo, traz uma tomada de decisão, um sentido comportamental de autorreconstituição, de sobrevivência. Com esses dois aforismos, os autores chamam a atenção para uma inevitável ***Circularidade Entre Experiência e Ação*** (*ibid.* p. 69), segundo a qual cada indivíduo se encontraria imerso em um conjunto de relações que lhe proporcionam uma visão de mundo, isto é, uma perspectiva que orienta o seu agir, e que somente a experiência seria capaz de modifica-la. Assim, de acordo com Maturana e Varela, nenhuma ação física e nenhum ato do conhecer, ou nenhuma expressão linguística humana, estariam desvinculados dos aspectos mais concretos e biológicos da vida:

(...) o fenômeno do conhecer não pode ser equiparado à existência de "fatos" ou objetos lá fora, que podemos captar e armazenar na cabeça. A experiência de qualquer coisa "lá fora" é validada de modo especial pela estrutura humana, que torna possível uma coisa que surge na descrição. Tal circularidade, tal encadeamento entre ação e experiência, tal inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, indica que todo ato de conhecer produz um mundo. (...) Esses dois aforismos devem ser os faróis a nos lembrar constantemente de onde viemos e para onde vamos (Maturana & Varela, 1995, p. 68-69).

Maturana e Varela propõem, portanto, uma compreensão epistemológica da *Ética*. Segundo os autores, o entendimento autopoiético da capacidade de conhecer, ligado a bases biológicas, deveria sensibilizar os indivíduos humanos a refletirem sobre suas visões de mundo, ou melhor, sobre o conjunto de relações e ideias que orientam os seus comportamentos autorreconstitutivos, autopoiéticos. No mesmo sentido, nenhum discurso seria capaz de estabelecer uma verdade absoluta, na medida em que qualquer expressão linguística constitui sempre uma verdade referente à realidade do indivíduo que a profere. Mais uma vez Fonseca nos ajuda a entender essa questão:

O conhecimento, neste sentido, depende da estrutura biológica que o produz e do modo como está submetido à realização da sua autopoiésis [sic]. (...) Neste sentido, é possível afirmar que não há verdade, há verdades. Verdades produzidas pela linguagem (...) **o conhecimento do conhecimento implica o conhecimento da ética, o que significa dizer que a ética deriva da epistemologia** (Fonseca, 2008, p. 106-107, destaque nosso).

Consecutivamente, para Maturana e Varela, essa noção epistemológica da *Ética Autopoiética* deveria proporcionar a consideração da correlação imbrincada entre o *Saber* e o *Fazer* não apenas na Autorreconstituição e sobrevivência individual, mas também coletiva, na medida em que a Sociedade e o Mundo, por exemplo, constituem *Metassistemas Autopoiéticos de Unidades Autopoiéticas* que são inseparáveis. Nesse sentido, os autores reforçam que todo conhecimento – que é o que orienta o *Fazer* – traz também consigo um “conhecimento do conhecimento”:

Não é o conhecimento, mas o conhecimento do conhecimento o que nos compromete. Não é saber que a bomba mata, e sim o que queremos fazer com a bomba que determina se a usaremos ou não. Isso geralmente se ignora ou se finge desconhecer para evitar a responsabilidade que nos cabe em todos os nossos atos cotidianos, já que todos os nossos atos, sem exceção, contribuem para formar o mundo em que existimos e que legitimamos precisamente por meio desses atos, num processo que configura nosso vir-a-ser. Cegos diante da transcendência de nossos atos,  **fingimos que o mundo tem um vir-a-ser independente de nós, justificando assim nossa irresponsabilidade e confundindo a imagem que buscamos projetar, o papel que representamos, com o ser que verdadeiramente construímos em nosso viver diário** (Maturana & Varela, 1995, p. 263).

É com essa abordagem epistemológica da *Ética Autopoiética* que esta Tese conclui o destrinchamento da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiése*, acreditando ter abrangido as ideias principais de Maturana e Varela na construção de uma “Biologia do Conhecer”. E o que é principal, esta *Teoria* coliga as dimensões Biológica e Social em um mesmo entendimento, o que contribui aqui para sanar o distanciamento dessas dimensões no âmbito do Desenvolvimento Sustentável. A seguir, a *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra é apresentada como um arcabouço teórico que se apropria da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiése* e propõe ainda novos horizontes de síntese, inclusive uma mais direta aplicabilidade sobre a Sustentabilidade.

### 2.5.2 A Visão Ecológica Autopoiética de Fritjof Capra

Cientista da Física, Fritjof Capra foi sensibilizado nas últimas décadas do séc. XX pelas crises sociais e ambientais se evidenciavam, bem como também por novos conhecimentos que surgiam, passando a investigar e desenvolver teorizações para contribuir com entendimentos adequados para a contemporaneidade. Centralmente, ele sugere que todas as atuais crises da humanidade – e nas quais se entende a questão do Desenvolvimento Sustentável – constituem uma só “Crise de Percepção”, que seria oriunda da aplicação de conceitos e entendimentos modernos ultrapassados, principalmente aqueles da ciência cartesiana e newtoniana. Ao contrário, a contemporaneidade estaria revelando novas faces sistêmicas e interdependentes da realidade, às quais se fazem necessárias novas bases paradigmáticas de percepção (Capra, 1995, p. 13-14). É assim que, ancorando-se principalmente no *Conceito de Autopoiese* – que ele define então como sendo o “padrão da vida” (cf. p.55) – Capra propõe uma *Visão Ecológica Autopoiética*.

De modo sintético, a *Visão Ecológica Autopoiética* de Capra sugere entender a dinâmica autopoiética dos seres/sistemas vivos no equilíbrio entre suas **Relações** e **Estruturas** em seus **Processos Vitais** (Capra, 2010, p.135). Vale especificar, quanto às *Relações*, que Capra utiliza na verdade o termo *Padrão de Organização*, condizente com o que aqui definimos na *Organização Biológica Autopoiética*, mas utiliza por vezes também o termo *Relações*, para explicar aquele *Padrão*, de modo que o adotamos para melhor objetivar as expressões. Ele define então como **Padrão de Organização**, a configuração de **Relações** que determina as características essenciais do sistema; **Estrutura**, a incorporação física do padrão de organização do sistema; e **Processo Vital**, a atividade envolvida na incorporação contínua do padrão de organização do sistema (*ibid.* p. 135).

Capra explica a sua síntese com o exemplo de uma bicicleta. O mero ajuntamento de peças não é suficiente para constituir uma bicicleta, mas sim o encaixe lógico de seus componentes. Além disso, tais componentes também possuem configurações variáveis, segundo os diferentes modelos de bicicleta e também os seus usos específicos: “o guidão será diferentemente modelado para uma bicicleta de passeio, uma bicicleta de corrida ou uma bicicleta de montanha; o chassi pode ser sólido, ou leve ou delicado; os pneus podem ser estreitos ou largos, com câmara de ar ou em borracha sólida” (Capra, 2010, p. 134). Nesse sentido, ele explica que “a estrutura da bicicleta é a incorporação física de seu padrão de organização em termos de componentes de formas específicas” (*ibid. loc. cit.*). E se realizamos aqui uma primeira aproximação de Capra com os conceitos de *Autopoiese* e *Resiliência*, podemos entender a bicicleta como um *Sistema Ecológico-Social*, na medida em que tanto os seus materiais, como também as condicionantes sociais e ergonômicas do uso e da fabricação da bicicleta, são o que determinam esse sistema.

As teorizações de Capra foram desenvolvidas a partir de bases teóricas mais amplas que a *Autopoiese*. Ele enveredou por *Ciências Sistêmicas e Complexas* que dialogam com a *Teoria de Santiago*, e sobre muitas das quais ele versa em diferentes obras<sup>8</sup>. E nada obstante Capra ter encontrado na *Autopoiese* a base da sua *Visão Ecológica*, também aí estão implicadas outras teorias, como por exemplo a teoria das Estruturas Dissipativas do químico russo Ilya Prigogine, e as noções de Cognição do antropólogo inglês Gregory Bateson. Capra assim nos permite entender:

(...) proponho entender a autopoiese, tal como é definida por Maturana e Varela, como o padrão da vida (isto é, o padrão de organização dos sistemas vivos); a estrutura dissipativa, tal como é definida por Prigogine, como a estrutura dos sistemas vivos; e a cognição, tal como foi definida inicialmente por Gregory Bateson e mais plenamente por Maturana e Varela, como o processo da vida (Capra, 2010, p. 135).

Quanto às *Estruturas Dissipativas*, Capra explica que estas dizem respeito a um processo que também é latente a seres/sistemas-vivos: a constante perda de energia para o ambiente (Entropia), e que é acompanhada de processos auto-organizados de troca de matéria e energia, que buscam recuperar a energia dos seres/sistemas-vivos. Esse processo se coaduna à ideia de *Autopoiese* devido ao seu entendimento auto-organizacional, mas, segundo Capra, se difere por não ser particular aos seres/ sistemas-vivos. Ele explica, por exemplo, que vórtices aquáticos, ou redemoinhos, são estruturas dissipativas formadas pela combinação de forças rotacionais e gravitacionais, e que alcançam estágios de estabilidade e ganho de velocidade, mas que sempre se desfazem, por não possuírem uma organização viva autorreconstitutiva. Os seres/sistemas-vivos, ao contrário, possuem essa autorreconstituição, sendo capazes até mesmo de construir novas *Estruturas e Relações* para se adaptarem a transformações na relação com o ambiente.

Já no que diz respeito à Cognição, com menção ao antropólogo inglês Gregory Bateson, Capra relata a ideia de que a mente – ou o pensar, o processo cognitivo – não seria uma operação exclusiva do cérebro ou do sistema nervoso, mas um atributo de toda a constituição do ser-vivo, assim como também defende a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*. E Capra enfatiza aí que as ideias de Bateson são anteriores às de Maturana e Varela, apesar do que, os cientistas chilenos alcançaram com a *Autopoiese* um arcabouço teórico mais lapidado do que o de Bateson:

A nova concepção de cognição, o processo do conhecer, é, pois, muito mais ampla que a concepção do pensar. Ela envolve percepção, emoção e ação – todo o processo da vida. No domínio humano, a cognição também inclui a linguagem, o pensamento, conceitual e todos os atributos da consciência humana. (...) A Teoria de Santiago fornece, a meu ver, o primeiro arcabouço científico coerente que, de maneira efetiva, supera a divisão cartesiana. Mente e matéria não surgem mais como pertencendo a duas categorias separadas, mas são concebidas como representando, simplesmente, diferentes aspectos ou dimensões do mesmo fenômeno da vida (Capra, 2010, p.146).

<sup>8</sup> Dentre as obras de Fritjof Capra, para citar as mais importantes, encontram-se “O Tal da Física” (1975), “O Ponto de Mutação” (1982), “A Teia da Vida” (1996) e “A Visão Sistêmica da Vida” (2014). A envergadura teórica do autor advém de sua formação original na Física, seguida de uma posterior jornada filosófico-científica a respeito de novas compreensões de mundo alimentadas pelas *Ciências Sistêmicas e Complexas*.

Por fim, na *Visão Ecológica Autopoiética* de Capra, entende-se que a correlação entre “*Relações, Estruturas e Processo*” favorece uma compreensão sintética das correlações dimensionais da *Autopoiese*, entre as dimensões da *Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética*. E favorece também a compreensão dessa multidimensionalidade através da sua *Complexidade Multi-Transescalar*, que por meio do conceito de *Resiliência* conseguimos ligar à noção de Sustentabilidade. Objetivamente, para a nossa pesquisa, a correlação entre *Estruturas* e *Relações* sugere a imbricação das dimensões Biológica e Social, cujo distanciamento, como já comentado, se coloca centralmente nas críticas ao Desenvolvimento Sustentável. Obviamente que, com o termo *Relações*, não se está se referindo aqui apenas às relações sociais, mas também relações biológicas, cognitivas e éticas – segundo o que destrinchamos –, mas buscando-se evidenciar aí aspectos mais humanos e subjetivos, e não menos concretos, que perfazem *Sistemas Ecológico-Sociais*. Finalmente, é via Teoria de *Santiago/Conceito de Autopoiese*, embasados junto à *DHMAG* e seu conceito de *Resiliência*, e com o auxílio da *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra, que acreditamos poder contribuir para uma reaproximação entre aquelas dimensões Ecológica e Humana. A seguir, portanto, concluímos a primeira parte de nossa Tese, percorrendo sobre *Convergências Teóricas* mais evidentes entre esses três arcabouços teóricos, e que, mais adiante, serão diretamente aplicadas no desenvolvimento de nossas Pesquisas Empíricas.

## 2.6 AUTOPOIESE E VISÃO ECOLÓGICA NA DHMAG E CONCEITO DE RESILIÊNCIA

As *Convergências Teóricas* que apresentamos aqui são uma maneira que lançar síntese sobre a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* com maiores respaldos junto à *DHMAG*, seu conceito de *Resiliência* e também à *Visão Ecológica Autopoiética* de Capra. Mais do que isso, trata-se também de uma síntese que auxilia no desafio de tornar a questão do Desenvolvimento Sustentável – e principalmente do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* – mais próxima da sua dimensão Social. Assim, se em Carmo (2019) destrinchamos quatro dimensões da *Autopoiese*, aqui agora sugerimos quatro qualidades centrais desse *Conceito*, respectivas a cada uma das dimensões, e que, pelo que será exposto, parecem aplicáveis à dimensão Social da Sustentabilidade. Esta Tese não pretende resumir com essas quatro qualidades a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, e tampouco suas possíveis *Convergências Teóricas* com a *DHMAG*, a *Resiliência*, e a *Visão Ecológica Autopoiética*, mais sim tomar novos passos metodológicos e analiticamente plausíveis para uma continuidade das contribuições da *Autopoiese* para a *Sustentabilidade*.

Quanto à primeira dimensão da *Autopoiese*, a *Organização Biológica Autopoiética*, encontramos

*Convergências Teóricas* mais relevantes no que diz respeito à qualidade de **Autonomia**. Esse atributo se mostra na *Teoria de Santiago* como essencial para o operar da *Autorreconstituição* dos *SES*, como um processo *Autorreferente* que ocorre em meio ao *Acomplamento Estrutural* e à *Filogenia* de indivíduos e espécies no ambiente, em complexas escalas de *Unidades Autopoiéticas*. De igual modo, no que a *Resiliência* trata de conceitos como os *Ciclos Adaptativos*, tem-se aí a utilidade de operações de retroalimentação junto à capacidade de auto-organização dos *SES*, isto é, retroalimentações que viabilizem a absorção de perturbações na relação com o ambiente, levando o sistema a adaptar-se ou transformar-se. São operações, portanto, a da retroalimentação, da *Adaptabilidade* e da *Transformabilidade*, que também sugerem a capacidade autorreferente da *Autonomia* para a sobrevivência dos *SES*. Em resumo, o grau de *Autonomia* de um *SES* sob o *Conceito da Autopoiese* seria importante para este exercer a *Autorreconstituição*, assim como, nos conceitos da *DHMAG*, o grau de *Autonomia* seria importante para este exercer *Resiliência*: explicações que, se não forem exatamente sinônimas, apontam para um mesmo fenômeno vivo.

Quanto à segunda dimensão da *Autopoiese*, a *Cognição Autopoiética*, sobressaltam *Convergências Teóricas* sobre a qualidade de **Distinção**. A *Teoria de Santiago* enuncia *Distinção* como a “operação cognitiva básica que estabelecemos como observadores” (cf. p.62), sugerindo a necessidade e a capacidades dos *SES*, ou *Unidades Autopoiéticas*, de identificar e distinguir diferentes nichos e escalas de *SES* – diferentes *Ordens* de *Unidades Autopoiéticas* –, em meio à complexa cadeia de *Acomplamentos Estruturais* e *Fiologias* em que se entremeiam. Em outras palavras, o processo de *Distinção* seria uma constante necessária na *Autopoiese*, porque, segundo Maturana e Varela, não existe uma separação entre Ser, Cognição e Ambiente, mas uma relação circular de *Observador-Organismo-Ambiente*, e do que decorre, portanto, a necessidade constantes de processos cognitivos de *Distinção* do eu, do outro, do mundo, de grupos, de lugares, etc. Paralelamente, na *Resiliência*, o *Gerenciamento Adaptativo* chama a atenção para a necessidade de um *SES* de aprender com a própria atuação do sistema, desenvolvendo capacidades de adaptação e transformação conforme o seu desenvolvimento. E há aí uma *Complexidade Multi-Transescalar* evidenciada pelo conceito de *Panarquidade*, que é tanto espacial como temporal, e o que é igualmente tocado na *Teoria de Santiago* pelas noções de *Acomplamento Estrutural* e *Filogenia*. Finalmente, a *Distinção* se mostra não como um processo terminante, pontual, mas, tanto via *Autopoiese* quanto *Resiliência*, como um processo cognitivo contínuo nos *SES* para a *Autorreconstituição* e sobrevivência. Veja-se, por exemplo, o caso das meninas lobo narrado por Maturana e Varela (cf. p. 63): embora humanas, elas se identificaram com indivíduos caninos pelas condições que se apresentaram, adquirindo alguns de seus hábitos, e ocorrendo aí então uma *Distinção* peculiar quanto à ideia do Eu, do Outro e do Ambiente.

Quanto à terceira dimensão da *Autopoiese*, a *Interação Social Autopoiética*, sugerimos *Convergências Teóricas* em torno de um conceito que tomamos, neste caso, não diretamente da *Teoria de Santiago*, mas da *Resiliência*: a ***Interdependência***. Embora mais explícito nas teorias da *Resiliência*, esse conceito também está contido na *Autopoiese*, subentendido no interior de outros conceitos. Em resumo, a *Teoria de Santiago* sugere que o desenvolvimento das *Unidades Autopoiéticas*, mesmo sendo autorreferentes, é também dependente dos estímulos da interação entre indivíduos e com o ambiente, isto é, tanto biológicas como também sociais. De igual modo, a *Resiliência* sugere, via *Panarquidade*, que não só o funcionamento dos *Ciclos Adaptativos* determina a resiliência de um sistema (cf. p. 49), mas também a comunicação entre diferentes *Ciclos*. Na *Resiliência*, especificamente, seria a interação entre diferentes níveis de *SES* o que manejaria as suas quatro fases de *exploração, conservação, liberação e reorganização*. Desse modo, por fim, tanto na *Autopoiese* como na *Resiliência*, a *Interdependência* se coloca como um importante fator propulsor das capacidades de *Autorreconstituição* e sobrevivência dos *SES*. É assim que tomamos a *Interdependência* como a terceira qualidade central da *Autopoiese*.

E quanto à quarta dimensão da *Autopoiese*, a *Ética Autopoiética*, vê-se maiores *Convergências Teóricas* em torno da qualidade de ***Imprevisibilidade***, termo que também é melhor destacado nas teorias da *Resiliência*, mas está igualmente implícito na *Teoria de Santiago*. Compreende-se, afinal, que a *Imprevisibilidade* é latente na *Complexidade Multi-Transescalar* sugerida aos *SES*, tanto pela *Autopoiese* quanto pela *Resiliência*. Na *Autopoiese*, devido ao desenvolvimento de uma *Unidade Autopoiética* depender não só de sua *Autorreferência*, mas também das relações variáveis, e muitas vezes imprevisíveis, com outras *Unidades* e o ambiente, é que se destaca o sentido *Ético* para um indivíduo equilibrar as suas relações com as relações de outros indivíduos e sistemas. Assim também, na *Resiliência*, face à *Imprevisibilidade* que advém da noção de *Panarquidade*, e o que faz lidar com a *Incerteza*, se destaca a necessidade de um *Gerenciamento Adaptativo* que seja capaz de equilibrar os *Ciclos Adaptativos* de um *SES* com os *Ciclos Adaptativos* de outros *SES* correlacionados. Em última instância, talvez seja a *Imprevisibilidade* o fator que regula a intencionalidade e o sentido que cada *Unidade Autopoiética* confere à sua auto-organização, ou, em outras palavras, via *Resiliência*, à sua adaptação, transformação, autorreconstituição... *Imprevisibilidade* é então a quarta qualidade central que tomamos para a ideia de *Autopoiese*.

Em conclusão, ***Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade*** são quatro qualidades centrais que alegamos à *Autopoiese*, junto a *Convergências Teóricas* com a *Resiliência* que ajudam a fundamentá-las. A nossa suspeita é que essas quatro qualidades apontam para noções mais sociais e práticas do Desenvolvimento Sustentável. Isso porque, na correlação entre essas quatro qualidades, está imbricada a suposta *Complexidade Multi-Transescalar* da

vida, e que, pela *Autopoiese*, entendemos na correlação entre as dimensões *Biológica, Cognitiva, Social e Ética*. Especialmente, em nossas pesquisas, esta é uma abordagem na qual as dimensões Ecológica e Social encontram-se integradas, e que, assim, parece contribuir para sanar seu distanciamento ainda caro e centralmente criticado no *Desenvolvimento (Urbano) Sustentável*.

Ademais, somos da opinião de que a *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra fornece uma síntese para toda essa construção teórica. A compreensão do equilíbrio entre as *Estruturas e Relações nos Processos Vitais* dos *SES* parece se mostrar crucial para se conceber condições de vida que sejam autopoiéticas, resilientes, sustentáveis; condições que, mais uma vez, se não são exatamente sinônimas, dizem respeito a um mesmo fenômeno da vida. Objetivamente, o que sugerimos com as quatro qualidades centrais de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* é uma perspectiva teórica que possa auxiliar em maiores compreensões sobre as *Relações* de que se constituem os *SES*, principalmente quanto às relações da dimensão *Social*; uma perspectiva que, por fim, auxilie o *Desenvolvimento Sustentável* a melhor suplantar a crítica sobre o seu foco biológico original, e possa melhor lidar com a sua dimensão sociourbana.

Passo adiante, e seguindo para a segunda parte desta Tese, o foco de nossas pesquisas sobre a dimensão social encontrou na *Sociabilidade Urbana* um fenômeno possível de ser abordado como objeto de análise, e do que então a tomamos como nosso ***Objeto Empírico***. Apesar de que esta pesquisa cogitou inicialmente um objeto empírico diferente, como comentado em nossa introdução, encontrou-se na *Sociabilidade Urbana* um campo de investigação já comum à Arquitetura e Urbanismo, e dotado de significativos desenvolvimentos teóricos. Assim também, a *Sociabilidade Urbana* se mostrou adequada como objeto empírico para os desdobramentos de nossas análises práticas, que serão apresentadas a posteriori, e que foram desenvolvidas através do Método da Autoetnografia. Com a *Sociabilidade Urbana*, em grande síntese, foi possível analisar os questionamentos e proposições conceituais que aqui pudemos levantar em torno da Sustentabilidade. A suspeita é a de que, no decorrer da Modernidade – ou melhor, no decorrer do desenvolvimento de uma forma de vida que se mostrou insustentável –, a Sociabilidade parece ter sido um fenômeno social diretamente transformado e prejudicado, de modo que a atenção sobre esse fenômeno parece ser devida a um Desenvolvimento Sustentável.

A seguir, portanto, na segunda parte da nossa Tese, investigamos a *Sociabilidade Urbana* em teorias e pesquisas já existentes, identificando-se aí, em especial, perspectivas críticas que permitem correlacionar esse objeto empírico com o Desenvolvimento Sustentável; e perspectivas essas que, na sequência, na Autoetnografia da terceira parte da Tese, serão aplicadas empiricamente junto aos apontamentos teóricos da Sustentabilidade construídos ao longo desta primeira parte.

### 3 SOCIABILIDADE URBANA

Como *Objeto Empírico*, e no que se busca interfaces com os debates da Sustentabilidade, a *Sociabilidade Urbana* é tratada aqui pelo prisma da discussão maior sobre *Modelos de Cidade*: Cidade Tradicional, Cidade Moderna e Cidade Contemporânea; uma discussão que, tal como o Desenvolvimento Sustentável, também ganhou vulto no último séc. XX. Se é possível situar a intensificação das preocupações em Sustentabilidade ao final da Era Moderna, em meio aos anseios por progresso econômico e tecnológico, também a *Sociabilidade Urbana* pode ser aí situada. Esse fenômeno socioespacial, como veremos, foi nocivamente transformado pela forma de vida moderna, acarretando em realidades de segregação socioespacial, e por consequência, em diferentes tipos de sociabilidade a que a contemporaneidade tenta ainda hoje entender e lidar.

No que segue, realizamos primeiro um apanhado teórico-crítico geral da Sociabilidade na Antropologia (Velho, 2011; Cordeiro, 2003; Rocha & Eckert, 2013) e na Sociologia (Frúgoli Jr., 2007; Becker, 1996; Fry, 2011). Depois, avançamos em discussões próprias da *Sociabilidade Urbana* tanto em autores específicos (Caldeira, 2003; Ramires, 1998; Pintaudi & Frúgoli Jr., 2010; Casaril e Fresca, 2007) como também ligados a discursões urbanas mais gerais do séc. XX (Lefebvre, 2001; Jacobs, 2011; Tönnies *apud* Brancaleone, 2008; Ribeiro, 2005). Nesse trajeto, além de localizar toda a questão no debate entre Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea, abordamos também questões correlatas ao longo do séc. XX, e aproximando-as ainda do cenário brasileiro: o surgimento da Antropologia Urbana, a intensificação de debates sobre formas de sociabilidade tradicionais e modernas, através principalmente das Escolas de Manchester e Chicago, e outros fenômenos específicos, como a segregação socioespacial, a verticalização, a virtualização da sociabilidade e a produção capitalista do espaço urbano.

Em seguida, identificamos uma crítica central sobre um *Processo de Restrição da Sociabilidade* (D’Incao, 1992a, 1992b) que evidencia as transformações da Sociabilidade entre as formas de vida tradicional e moderna. Uma crítica levantada sobre análises da Sociabilidade no Brasil, mas que encontra paralelo teórico na consideração do processo internacional de *Compressão do Tempo-Espaço* capitalista em David Harvey (2008), influente sobre a Sociabilidade, e no que supomos a *Sociabilidade Urbana* como questão crucial atual no Desenvolvimento Urbano.

Por fim, avançamos sobre análises e proposições específicas da *Sociabilidade Urbana*, que hoje já é tratada no *Desenho Urbano Sustentável* (Speck, 2012; Gehl, 2013; Appleyard, 1992, 2020; Carmona) e em diversas pesquisas acadêmicas (Monteiro, 2019; Almeida, 2011; Bichir e Marques, 2012; Justo e Amado, 2015; Dousti *et al.* 2018; Munõz, 2018, 2019), levantando-se, ao final, dois *Cenários Críticos* da *Sociabilidade Urbana*, um teórico e outro atual mais geral.

### 3.1 DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS JUNTO À ANTROPOLOGIA

No campo da Antropologia, a pesquisadora portuguesa Graça Índias Cordeiro (2003) retrata o surgimento da Antropologia Urbana como uma nova especialização nas últimas década de 60 e 70. Essa linha de pesquisa teria surgido no culminar das transformações sociourbanas da cultura ocidental moderna, ao serem demandados novos métodos de análise às Ciências Sociais. Naquela época, após a Segunda Guerra Mundial, ocorriam muitas mudanças em função do processo de descolonização, da intensificação do êxodo rural, dentre outros, o que exigiu da Ciência da Antropologia um novo olhar focado não mais sobre as *Sociedades Exóticas*, mas sim agora sobre as *Sociedades Complexas*: aquelas, as culturas originárias e tradicionais com que a Europa estreitou relacionamentos em sua expansão territorial colonializadora; estas, as culturas modernas atuais que se pode dizer híbridas, nas quais as suas qualidades culturais já não são claramente distinguíveis. Toda essa transformação, inclusive, gerou imprecisões epistemológicas à Antropologia Urbana, conforme explica Cordeiro, “uma vez que, pelo simples facto [sic] da sociedade contemporânea ser toda ela ‘urbana’, a antropologia ter-se-ia automaticamente tornado urbana, sinónimo [sic] de ‘antropologia das sociedades complexas’” (*ibid.* p. 7). Segundo a autora, afinal, o termo “Urbano” é bastante amplo, e não se refere apenas a “contextos urbanos e industriais generalizados”, ou “cidades”, mas a realidades socioespaciais maiores que, na Europa por exemplo, costumam abranger também sociedades camponesas. É com as palavras do Antropólogo Eduardo Menéndez que Cordeiro sintetiza todo esse contexto:

Segundo este autor [Eduardo Menéndez], tendo a antropologia começado a ser ‘o estudo do ‘outro’ pensado espacial, cultural e historicamente como radicalmente diferente da própria cultura do investigador’, essa perca de ‘terreno’ terá criado uma nova relação de conhecimento em que ‘os sujeitos a estudar (passaram a ser) cada vez mais imediatos, sendo a própria comunidade, a própria etnia, os próprios marginais, a própria loucura ou a própria adicção [sic]’ objetos de interesse, convertendo-se ‘o outro, cada vez mais, num recurso metodológico de distanciamento para a descrição etnográfica de nós próprios’ (2002: 107). Tais mudanças na conjuntura social, económica [sic], política – e académica [sic] conduziram, inevitavelmente, a um ajuste epistemológico e a um re-questionamento ideológico no seio da antropologia (Cordeiro, 2003, p. 4-5).

Nos novos horizontes metodológicos da Antropologia, Cordeiro (*ibid.* p. 5) enfatiza a importância da Etnografia Urbana, método de pesquisa que passou a obter relevo por habilitar o pesquisador social ao distanciamento analítico para com contextos sociourbanos pesquisados, que se mostravam cada vez mais comuns ao seu próprio dia-a-dia. A cientista social Ana Luiza Carvalho da Rocha e a historiadora Cornélia Eckert descrevem a prática Etnográfica como a própria especificidade da Antropologia, hoje, nas Ciências Sociais. Segundo essas autoras, trata-se de “procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo,

a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado”, técnica que “responde a uma demanda científica com origem na inter-relação do(a) pesquisador(a) com o(s) sujeito(s) pesquisado(s)” (Rocha & Eckert, 2013, p. 53-54). O que Cordeiro enfatiza na Etnografia Urbana é o seu papel de fazer o pesquisador refletir sobre a relação entre “a parte e o todo” nos fenômenos sociais, que se mostram cada vez mais híbridos, e o que, segundo a autora, constitui um dos maiores desafios na Antropologia Urbana. Ademais, nas *Sociedades Complexas*, Cordeiro comenta que essa correlação entre parte e todo tem demandado um “cruzamento de perspectivas disciplinares” entre a Antropologia e diferentes conhecimentos, dado a diversificação de fatores cada vez mais analisados junto a objetos sociais:

Uma das maiores dificuldades nos estudos antropológicos urbanos tem sido, pois, a relação entre a parte e o todo, entre a produção da etnografia e o seu contexto. (...) Como segmentar uma cidade? Como relacionar o segmento analisado com outros segmentos? Como integrá-lo na sociedade/cidade envolvente? Como identificar as suas unidades de análise, etnograficamente pertinentes? Como lidar com diferentes escalas de observação e de análise? O legado da antropologia clássica de que as culturas são entidades discretas, delimitáveis espacialmente, não terá contribuído para ultrapassar esta dificuldade. (...) a complexidade das sociedades contemporâneas só pode ser entendida através de um cruzamento de perspectivas disciplinares (Cordeiro, 2003, p. 4-5).

O antropólogo brasileiro Gilberto Velho, com quem Graça Índias Cordeiro relata importantes diálogos acadêmicos (Frúgoli Jr. *et al.* 2014), é reconhecido por sua contribuição à Antropologia Urbana, tendo sido ele quem introduziu essa especialização no Brasil. O principal legado de Velho foi inaugurar o entendimento do país como *Sociedade Complexa* e Moderno-Contemporânea (2011, p. 164), despertando a percepção para dimensões socioespaciais até então pouco ou não analisadas pela Antropologia Clássica: a classe média, as favelas, populações marginalizadas, prostitutas, homossexuais, etc. Velho encarnou em si o próprio dilema do Antropólogo, enquanto pesquisador que, naquela época, se via cada vez mais como integrante da sociedade que analisava:

(...) ao pesquisar prostitutas, homossexuais, pessoas acusadas de transgressões dos mais variados tipos, estávamos lidando com os portadores e, principalmente, com os cruzados, defensores dos valores e dos padrões mais convencionais. (...) Parece-me importante sublinhar que esta foi uma das contribuições mais significativas da antropologia que eu, vários de meus alunos e alguns colegas dedicamo-nos a desenvolver. As grandes cidades, onde vivíamos, em suas numerosas e densas redes, apresentavam-se como desafio. Assumimos o estudo de nosso meio, de nossas vidas, como algo relevante para a antropologia que, por sua vez, contribuiria de modo significativo para uma compreensão mais rica e sutil da sociedade em que vivíamos (Velho, 2011, p. 165-166).

Também Velho enfatizou a interdisciplinaridade no novo momento da Antropologia. Face à miríade de novos fatores e contextos apresentados ao olhar antropológico, o “cruzamento de fronteiras disciplinares” se tornou imperativo na análise socioespacial, do que ele sequer tratou da Antropologia Urbana como só uma subárea da Antropologia, mas um “ponto de encontro de

pesquisas e análises”, desde dimensões simbólicas sociais até políticas-públicas (ibid. p. 177-178):

(...) não estou falando de Antropologia urbana enquanto subárea, mas como ponto de encontro de pesquisas e análises em que o universo simbólico e de representações seja cada vez mais incorporado às pesquisas e às políticas públicas. (...) é importante cruzar as fronteiras disciplinares e as tradições específicas, num esforço de aproximar diferentes contribuições que possam ampliar nossa concepção de trabalho intelectual. (...) Mais do que nunca, o recurso a distintas áreas do conhecimento tem se revelado necessário e crucial em função da complexidade das questões envolvidas (Velho, 2011, p. 177-178).

Do que se entende em Cordeiro e Velho, os últimos cinquenta anos da Antropologia têm sido marcados por uma postura inédita diante de uma sociedade em crescente estado de descoberta. Ademais, uma postura que se mistura horizontalmente a outros campos do conhecimento, em especial o Urbanismo e outras ciências correlatas, dado o predomínio do Espaço Urbano como cenário analítico agora ligado aos mais variados temas de pesquisa. É uma postura que, conforme o que segue, também passou a se apresentar no campo da Sociologia ao longo do mesmo séc. XX.

### 3.2 DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS JUNTO À SOCIOLOGIA

Passando da Antropologia à Sociologia, deparamo-nos com ideários mais críticos quanto aos fenômenos sociourbanos das *Sociedades Complexas*, e em maior proximidade com a Arquitetura e Urbanismo. Já ao início do séc. XX, a Sociologia foi marcada por discussões em torno de uma *Sociologia Urbana*, especialmente motivadas pelas Escolas teórico-empíricas de Chicago e Manchester, a partir respectivamente dos anos 1920 nos Estados Unidos e 1940 na Inglaterra. Ainda Graça Índias Cordeiro e Gilberto Velho reconhecem essas Escolas por contribuições à Antropologia, pela “relevância com que, em termos empíricos e teóricos, elas participam do patrimônio da antropologia urbana” (Cordeiro, 2003, p. 3); e a Escola de Chicago, em específico, pela “variedade de alternativas, caminhos e estilos” (Velho, 2005) abertos à análise sociourbana, não havendo “uma doutrina ou unidade teórica comum” aos seus autores (Velho, 2011, p. 170).

Fato é que as Escolas de Chicago e Manchester representam a lide da ciência com dois diferentes polos de questões sociourbanas no séc. XX: por um lado, os potenciais oportunizados pela Cidade Moderna e pela cidade Modernista; por outro lado, seus impactos sobre realidades sociourbanas tradicionais. O antropólogo brasileiro Heitor Frúgoli Jr. exemplifica essa antítese fazendo menção ao antropólogo sueco Ulf Hannerz, observando que, na Cidade de Chicago, que era um dos maiores centros urbanos dos Estados Unidos no início do séc. XX, a Escola de

Chicago buscava compreender, por exemplo, assimilações de fenômenos migratórios europeus para a nova realidade moderna norte americana. Diferentemente, a Escola de Manchester lançava muitos de seus olhares sobre tribos Africanas, que se deparavam com dinâmicas de desenvolvimento que não apresentavam uma “mão única” em seus processos de modernização:

Diferentemente da Escola de Chicago – com tendência a encarar os fenômenos migratórios (no caso, os europeus que se estabeleceram nas metrópoles norte-americanas) numa perspectiva mais assimilacionista –, a Escola de Manchester procurou entender a polaridade rural (tribal)-urbano na África, como observa Hannerz, não como um processo de mão única, mas como um fenômeno intermitente. Enfoca, em tais contextos etnográficos, o migrante como um ator social, num sentido, destribalizado (ao tomar posição numa estrutura urbana de relações sociais) e, noutro, desurbanizado (ao retomar continuamente o sistema rural (tribal) e seu jogo de regras (Frúgoli Jr., 2007, p. 41).

É assim que, via Sociologia, nos aproximamos da questão da *Sociabilidade Urbana* sob o debate entre os *Modelos de Cidade* Tradicional, Moderna e Contemporânea, e enquanto tema bastante trabalhado nas pesquisas sociourbanas do séc. XX. Objetivamente, a Escola de Chicago voltou-se à análise de questões sociais ligadas à Sociabilidade que se evidenciavam nas cidades norte-americanas: o aumento da criminalidade, a delinquência juvenil, o sanitarismo, guetos de imigração, concentrações de pobreza e desemprego, etc. Inclusive, o sociólogo norte-americano Howard Becker destacou Chicago dentre as cidades norte-americanas da época por ter desenvolvido recenseamentos de suas comunidades locais: os *Local Community Fact Book*, publicações que traziam “tudo o que se podia saber a respeito de uma determinada área. (...) Quando se estudava uma área em particular, bastava pegar o livro e, com dados dos últimos quarenta anos, dispor de uma visão histórica e estatística de tudo o que se passara naquela região” (Becker, 1996, p. 187). Foi nesse cenário de rica disponibilidade de dados empíricos, diz esse autor, que se alimentaram as investigações socioespaciais da Escola de Chicago. Já na Escola de Manchester, posteriormente, a aproximação com a questão da Sociabilidade ocorreu em meio a uma crise nas Ciências Sociais. O antropólogo inglês Peter Fry relatou em um depoimento que, na Universidade de Manchester, surgiram pesquisas sociourbanas ligadas principalmente à África pelo fato de que “naquela época de descolonização a Antropologia tinha se tornado uma disciplina não grata” (Fry, 2011, p. 4). Esse autor explica que, afinal, novas posturas críticas emergiram no ambiente acadêmico em reação à antiga cultura colonialista das Ciências Sociais:

Nossa antropologia inspirava e legitimava a nossa postura política contra o colonialismo e a discriminação racial, a favor da democracia e a extensão do sufrágio e das oportunidades de educação e de emprego para todos. Afinal, lutávamos contra aqueles que acreditavam que os Africanos eram, ou inerentemente, ou por causa do "atraso cultural", incapazes de participar plenamente no "mundo dos brancos" e, mais ainda, de gerir um governo e uma economia nacionais. Mas também reconhecemos o direito dos africanos de manter em paralelo formas de vida social derivadas da sua tradição pré-colonial (Fry, 2011, p. 7).

Em suas pesquisas, Fry comenta também sobre novas metodologias que surgiram para atender àquele cenário crítico da antropologia e da sociologia inglesa. Na ocasião de estudar a migração entre Cidade e Campo nas reservas tribais africanas, ele diz ter seguido o interesse acadêmico da época de investigar as relações entre a Modernidade e formas de vida tradicional. Especificamente, o autor relata o crescimento de estudos *Situacionais* e *Relacionais*, na busca de compreender as diferentes realidades sociourbanas que se apresentavam nas diferentes escalas modernas ou tradicionais: diante das relações maiores que cada vez mais as populações estabeleciam entre si, em um mundo globalizado, *Relacional*, o enfoque *Situacional* importava-se com questões que resgatavam o entendimento da sociedade para além dos padrões modernos, reencontrando significações socioespaciais que se afastavam das normas vigentes. O autor diz:

A ideia era simples: que o pesquisador deveria apresentar o seu material de observação de situações sociais ou séries de situações, a partir das quais indagaria questões merecedoras de análise. Chamado de análise situacional ou o método de casos estendidos ou detalhados (*extended case method*), propunha-se tirar a Antropologia da análise das normas e valores para concentrar na vida social "real" na qual as normas e valores, frequentemente contraditórios entre si, seriam utilizados de acordo com a racionalidade do agente social em situações sociais concretas (Fry, 2011, p. 5).

Foi nesse viés de reaproximação à “vida real”, ou aproximação a realidades socioespaciais inéditas no campo da pesquisa, que, por ambos os polos teórico-empíricos do séc. XX, questões socioespaciais como a *Sociabilidade Urbana* ganharam destaque na modernidade e também na pós-modernidade. Ademais, um debate que, como visto em Fry, voltou-se às condicionantes socioespaciais propiciadas por diferentes *Modelos de Cidade*. Retomando-se aqui Frúgoli Jr., encontramos uma síntese sobre todo esse cenário crítico entre as diferentes posturas socioantropológicas das Escolas de Chicago e Manchester. Frúgoli Jr. destaca diferenças substanciais entre essas Escolas no entendimento dos fenômenos sociais; especialmente, a contribuição da Escola de Chicago no desenvolvimento do entendimento da *Sociabilidade Urbana*, tendo provido uma recíproca concepção “*espacializada do social*” e “*socializada do espaço*”:

O contraponto entre essas duas vertentes, representadas grosso modo pelas correntes articuladas a partir das Escolas de Chicago e Manchester, permite tocarmos em outros desafios e abordagens. Se no primeiro campo (...) costuma-se falar em interações entre ‘indivíduos’, no segundo (...), prefere-se falar em interações entre ‘pessoas’. Há certamente uma tradição de abordagens na antropologia que prioriza o conceito de pessoa ao de indivíduo, já que o primeiro representaria o modo predominante, na maioria das sociedades não-ocidentais, da construção da individualidade, inserida em totalidades mais amplas de parentesco, religiosidade e moralidade. (...) o indivíduo (ou mais precisamente, o individualismo) representaria uma espécie de culto ideológico das sociedades modernas, regidas pela ideia de que a sociedade seria resultante da somatória de indivíduos (pré-sociais) (...). (Frúgoli Jr. 2007, p. 52-53).

O conceito de sociabilidade foi relido (ou re-significado [sic]) pela Escola de Chicago, pioneira na prática etnográfica voltada ao contexto urbano (num âmbito inicialmente sociológico) e a primeira, segundo Cuin & Gresle (1994), a tomar a cidade como laboratório de análise da mudança social e a formular uma “concepção ‘espacializada do social e, reciprocamente, socializada do espaço’” (Frúgoli Jr. 2007. p. 17).

### 3.3 CENÁRIO CRÍTICO ATUAL DA *SOCIABILIDADE URBANA*

Quando Frúgoli Jr. trata das diferentes perspectivas entre as Escolas de Chicago e Manchester na análise socioespacial, ele toca também os debates das Ciências Sociais sobre a Sociabilidade. Segundo esse autor, o termo “Sociabilidade” teria sido concebido pelo sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), e já em meio a entendimentos conflitantes, porém correlacionados: entendimentos voltados por vezes a perspectivas situacionais, microsociológicas, atomísticas da Sociabilidade, na instituição básica das associações humanas interpessoais; e outras vezes, voltadas a perspectivas relacionais, macrosociológicas, holísticas da Sociabilidade, como nas relações sociais globalizadas da modernidade. Frúgoli Jr. exemplifica que já Émile Durkheim (1858-1917), o fundador da Sociologia e contemporâneo de Simmel, apresentava discordâncias com este. Mas ele ressalta que o embate entre diferentes perspectivas da Sociabilidade não é bipartido, pois, já desde Simmel, a questão entre “processos particulares” e “processos gerais” da associação sempre estivera contemplada. Para Simmel, nos esclarece Frúgoli Jr. (2007, p. 11), “a sociedade não é composta apenas por indivíduos, e sim por indivíduos em interação”.

Com menção a outros autores, Frúgoli Jr. exemplifica a discussão entre diferentes perspectivas da Sociabilidade também através das figuras do Cidadino, do Transeunte e do Cidadão. O autor diz que a ideia de Transeunte estaria mais ligada à condição relacional da Sociabilidade, como um indivíduo que se relaciona com lugares e outros indivíduos, tal qual um “estrangeiro”, enquanto que a ideia de Cidadão estaria mais vinculada à condição situacional da Sociabilidade, como o indivíduo que se faz agente político por sua integração e participação em uma sociedade. Já o Cidadino, este estaria entre o Transeunte e o Cidadão, e a partir do qual Frúgoli Jr. expõe críticas quanto à pluralidade de perspectivas da Sociabilidade. O Cidadino, afinal, segundo ele:

(...) não se reduz à figura do transeunte, mas como aponta Issac Joseph (1944-2004), tampouco coincide obrigatoriamente com a do cidadão (embora possa vir a assumir tal condição), já que a urbanidade não conduz ‘a priori’ às práticas de cidadania, e nem sempre a cidade, por suas conjunções estruturalmente instáveis (ao atrair ou repelir, ao mesmo tempo, seus habitantes entre si), produz aglomerações politizadas (Frúgoli Jr., 2007. p. 7).

Da questão geral da Sociabilidade emerge naturalmente, portanto, a questão da *Sociabilidade Urbana*. A Cidade, afinal, como em Frúgoli Jr., se coloca criticamente não só como produto da Sociabilidade, das interações espacializadas entre indivíduos, mas também como produtora de Sociabilidade, enquanto espacialidade que induz e conforma, em sentido inverso, tais interações. Essa mutualidade é tocada também por Frúgoli Jr em uma crítica à cidade moderna, em especial no contexto da Escola de Chicago, no qual ele trata de uma contraditória “proximidade física e

distância social”: “formas de sociabilidade se revestem de importância, por representarem uma dimensão de interação decisiva, num contexto moderno potencialmente libertador, mas simultaneamente labiríntico e objetivado” (Frúgoli Jr. 2007. p. 15-16). Também em Frúgoli Jr., portanto, a *Sociabilidade Urbana* pode ser entendida em um campo crítico que se liga ao conflito entre os diferentes *Modelos de Cidade* Tradicional e Moderna, que segue ainda sendo melhor compreendido pela Contemporaneidade. Em suas conclusões, e com menção a Gilberto Velho, Frúgoli Jr. reconhece a Sociabilidade em geral como sendo ainda “um tudo ou nada”:

Ao longo do século XX, o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas, como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros etc. Num dado plano de interações, ‘tudo’ pode ser sociabilidade, como alerta Gilberto Velho – e nesse sentido, ‘nada’, na medida em que o conceito pode vir a exaurir sua força explicativa (Frúgoli Jr. 2007. p. 23).

Um condicionamento recíproco entre Cidade e Sociabilidade é entendido também na socióloga Teresa Pires do Rio Caldeira (2003), que analisa a questão da Segregação Socioespacial em grandes cidades como São Paulo e Los Angeles, que ela denomina como *Cidades de Muros*. Caldeira critica os ideais políticos do *Modelo de Cidade* Modernista – seus ideais de “abertura, indeterminação, fluidez e coexistência de diferenças não assimiladas” (*ibid.* p. 307) – e em realidades socioespaciais que promovem, contrariamente, a segregação socioespacial. Ela exemplifica essa contradição esclarecendo que, na cidade de São Paulo, a adoção de um modelo urbano modernista tornou-se oportuno para a parcela rica de sua população no momento em que, no Brasil, na segunda metade do séc. XX, ocorria um processo geral de democratização, e também de redemocratização, após a ditadura militar entre 1964 e 1985. Desde então, segundo Caldeira, parcelas mais pobres da população teriam podido acessar maiores espaços e posições públicas, levando a elite a adotar comportamentos que contornassem a nova “desestabilização de fronteiras” (*ibid.* p. 340). Nesse processo, a intensificação da construção de muros, a partir de uma maior privatização dos espaços, teria se tornado um instrumento eficaz e intransigente, condicionando o Espaço Público mais do que os ideais modernistas, por já contemplarem em si uma “certa lógica social” (*ibid. loc. cit.*). E assim, segundo Caldeira, teriam surgido novas morfologias urbanas marcadas por fenômenos como o afastamento e o medo das ruas, gerando-se novas sociabilidades que contradizem os ideais públicos democráticos modernos:

(...) a consolidação da cidade de muros em São Paulo, com seu espaço público não democrático, coincidiu com o processo de democratização política. Foi exatamente no momento em que os movimentos sociais eclodiam na periferia, quando sindicatos paralisavam fábricas e lotavam estádios para suas assembleias, quando as pessoas votavam para os cargos executivos pela primeira vez em vinte anos, que os residentes da cidade começaram a erguer muros e a se mudar para enclaves fortificados. Quando o sistema político se abriu, as ruas foram fechadas (...) (Caldeira, 2003. p. 314).

Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem do tipo de regime político nem das intenções daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. As novas morfologias urbanas do medo dão formas novas à desigualdade, mantêm os grupos separados e inscrevem uma nova sociabilidade que contradiz os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas (*ibid.* p. 340).

Nesse contraditório processo de democratização política e fechamento socioespacial, Caldeira cita ainda outros aspectos. Segundo ela, ao analisar também a cidade de Los Angeles, os fatores que promovem padrões modernos de segregação socioespacial se mostraram não apenas locais, específicos, mas refletiram uma mudança geral no caráter do espaço público, o surgimento de uma “nova forma urbana” que “desafia o espaço público moderno e democrático” (*ibid.* p. 338). Além disso, para Caldeira, a Cidade Moderna nunca existiu em totalidade, foi sempre marcada por processos sociais opostos, que ora sugerem igualdade política e socioespacial, ora infligem “desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e poder” (*ibid.* p. 303). A autora comenta ainda que um dos principais fenômenos aí ocorridos foi a degradação das ruas como espaços públicos, o seu “fechamento; isto é, a não valorização do potencial em promover interações sociais, levando mesmo grandes projetos urbanos modernistas a se tornarem cidades segregadas, como Brasília, que, segundo diz Caldeira, seria hoje uma das cidades mais segregadas do Brasil:

Tanto na Brasília modernista (...) como nas novas partes de São Paulo e Los Angeles, as convenções modernistas de projeto urbano e arquitetônico retiram os pedestres e suas interações anônimas das ruas, dedicadas quase que exclusivamente à circulação de veículos. A rua como elemento central da vida pública moderna é, então, eliminada. No entanto, mesmo que os resultados tendam a ser os mesmos, os projetos originais do modernismo e dos enclaves atuais são radicalmente diferentes (Caldeira, 2003. p. 340).

Por fim, Caldeira ressalta que, para se compreender a noção de espaço público moderno além de seus ideais, deve-se considerá-la em seu cenário econômico, o da urbanização industrial a partir do séc. XIX (*ibid.* p. 304). A autora alerta que, assim como a industrialização moderna não criou o espaço público, mas apenas o seu ideal moderno, a “atual destruição do espaço público moderno está levando não ao fim do espaço público, mas à criação de um outro tipo” (*ibid.* p. 337). É então que, em suas conclusões, Caldeira questiona: “se as desigualdades sociais parecem organizar o meio urbano em vez de serem postas de lado pela tolerância às diferenças e por fronteiras indeterminadas, que tipo de modelo podemos adotar para o público?” (*ibid.* p. 339). Este é um questionamento crítico central que, do que se entende, e também pelas contribuições já colhidas aqui em Frúgoli Jr., pode ser lançado tanto às formas de *Sociabilidade Urbana* como também aos diferentes *Modelos de Cidade* que a produzem e que são por elas produzidos. Que tipo de *Modelo* – e de sociabilidade – podemos adotar para a contemporaneidade?

### 3.4 OUTROS FENÔMENOS ATUAIS ASSOCIADOS À *SOCIABILIDADE URBANA*

Acrescem-se ainda ao processo de segregação nas cidades outros fenômenos sociourbanos que também parecem contribuir para a Segregação Socioespacial, esta que, como se entende de Caldeira, pode ser colocada no centro de um *Cenário Crítico Atual da Sociabilidade Urbana*. Especialmente, os fenômenos da *Verticalização* de imóveis e *Multiplicação de Espaços Públicos Privativos e Semi-Privativos*, mundialmente intensificados também a partir do séc. XX. E ainda, o processo mais recente de *Virtualização da Sociabilidade*, que tem se tornado nítido com o séc. XXI. Realizamos aqui uma breve apuração sobre esses fenômenos, com prioridade a fontes de referência brasileiras, devido à variedade de literaturas sobre essas temáticas, bem como à necessidade de se conduzir nossas pesquisas para o contexto de nossas posteriores investigações empíricas.

Quanto à *Verticalização*, embora este seja um fenômeno mundial surgido ao final do séc. XIX, passou a ser melhor analisado em pesquisas brasileiras ao final do séc. XX. Na época, o geógrafo Julio César Ramires (1998) elaborou uma revisão bibliográfica de produções que, desde a década de 1980, haviam começado a investigar a *Verticalização*, em livros, congressos, artigos, dissertações e teses. A partir da bibliografia levantada, com 48 referências sobre diferentes cidades brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Teresina, Belém, Natal, Recife, Maceió... – o autor elencou apontamentos centrais sobre o processo de *Verticalização*: 1. a relação íntima da *Verticalização* com a modernidade, o que fez do “arranha-céu” o ícone de uma nova forma de morar e “marco revolucionário na fisionomia das cidades” (*ibid.* p. 101), contribuindo, no Brasil, para difundir a vida em apartamentos; 2. a relação da *Verticalização* com a acumulação e a reprodução do capital, através das técnicas e locais para a construção; 3. o impacto nas estruturas internas das cidades, no que o autor destacou mudanças no valor e uso do solo e na estrutura social; e 4. a incorporação imobiliária ligada à *Verticalização*. Mais recentemente, os geógrafos Carlos Casaril e Tania Fresca (2007) também realizaram uma revisão bibliográfica sobre a *Verticalização* no Brasil, com apontamentos que se coadunam às exposições de Ramires, destacando: a ligação da verticalização com a acumulação e reprodução do capital; práticas socioespaciais específicas da incorporação imobiliária para a multiplicação do solo urbano; desenvolvimento de pesquisas para a identificação de incorporadores e outros agentes viabilizadores da *Verticalização*; crescimento de impactos intraurbanos na acessibilidade, sanitarismo, meio ambiente, segregação socioespacial, etc.; e, conclusivamente, uma maior atenção do Planejamento Urbano a legislações para o controle do processo de *Verticalização*, como, no Recife, a criação em 2001 da “Lei dos Doze Bairros” (Lei nº 16.719), que buscou

refrear o processo de verticalização que se mantinha em doze bairros já bastante verticalizados.

Quanto à *Multiplicação de Espaços Públicos Privativos e Semiprivativos*, evidenciou-se aí, ao longo do séc. XX, o fenômeno dos *Shopping Centers*, que também é discutido por Heitor Frúgoli Jr., junto à geógrafa Silvana Maria Pintaudi, em uma coletânea sobre o tema da Sociabilidade (Pintaudi & Frúgoli Jr., 2010). Essa obra analisou diversas cidades brasileiras de médio e grande porte, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, na ótica de diferentes Ciências Sociais, abordando variadas questões do desenvolvimento urbano ligadas aos *Shopping Centers*, tais como: a intensificação da monopolização do espaço como prática capitalista para a reprodução continuada e ampliada do capital; novas dinâmicas comerciais e trabalhistas proporcionadas às cidades, em detrimento a antigas redes comerciais disseminadas pelo espaço urbano; novas formas de sociabilidade desenvolvidas por usuários de *Shopping Centers*, em ambientes fisicamente controlados, semi-privativos; e o apelo cênico para a intensificação do consumo, em ambientes que também são sensorialmente controlados, idealizados. Estes são aspectos que, somados uns aos outros, imputam novas dinâmicas de ocupação espacial e de comercialização, traduzindo-se em diferentes experiências sociais na apropriação e utilização do espaço, e, assim, na Sociabilidade. É então que, no artigo específico “Os *Shoppings* de São Paulo e a Trama do Urbano: um olhar antropológico” (*ibid.*), Frúgoli Jr. sugere a impossibilidade de os *Shopping Centers* alcançarem o mesmo dinamismo e heterogeneidade expressos em muitos espaços comerciais urbanos públicos. Ao contrário, os *Shoppings* encarnam uma idealização de espaço público moderno que é frequentado por um mesmo público, guiado por símbolos comerciais e de consumo, e onde se encontram isentas as insalubridades e os processos de produção do trabalho humano comuns aos espaços públicos tradicionais. Desse modo, o autor se refere ao modelo do *Shopping Center* como uma: “(...) cidade ideal repleta apenas de cidadãos consumidores, sem vestígios de pobreza e deterioração, uma ‘cidade’ onde (...) o consumo é simultaneamente de mercadorias e imagens, como se tudo passasse, antes de mais nada, pelo filtro e pela égide do consumo (e não da produção)” (*ibid.* p. 77).

E quanto ao terceiro fenômeno atual associado à Sociabilidade, a *Virtualização da Sociabilidade*, nossas pesquisas encontraram debates mais recentes populados de críticas diversas. Por um lado, ao início do séc. XXI, destacou-se a intensificação do uso da telefonia móvel e da internet, configurando-se novas dinâmicas de sociabilidade inéditas na história humana, como através das *Redes Sociais* e de *Mundos Virtuais*. Naquela época, autores como a psicóloga Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2005) refutaram críticas de que a interação no ambiente virtual seria nociva à sociabilidade, mesmo à diferença da antiga telefonia fixa à distância, que ocorria entre pessoas

conhecidas, mas que agora se favorecia também o contato entre desconhecidos. Para isso, ela apoiou-se em autores consagrados como o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, apresentando diferentes perspectivas das interações e relacionamentos virtuais propiciados pelas tecnologias. Mas por outro lado, e já mais recentemente, mesmo tendo a internet demonstrado muitas utilidades, autores como os sociólogos Mariana Thibes e Pedro Felipe Mancini (2013) apresentam análises sobre consequências decisivas da *Virtualização da Sociabilidade*. Tratando em especial das Redes Sociais e Mundos Virtuais, como Orkut, Facebook, Twitter e Plataformas de Jogos *Online*, e com base em diversos outros autores, eles alertam para diferenças substanciais entre interações sociais presenciais e interações sociais virtuais: naquelas, ao contrário destas, “os elementos não governáveis da expressividade podem ser captados a todo instante e utilizados para guiar a ação” (*ibid.* p. 151), enquanto que as interações sociais ficam mais suscetíveis, assim, à exploração e manipulação pelo imaginário. Por essa diferença crucial, os autores apontam que, na *Sociabilidade Virtual*, reina uma maleabilidade na liberdade de desenvolvimento identitário, ligada à busca pela supressão não só de desejos individuais, mas também de necessidades de consumo, na medida em que Redes e Mundo Virtuais incrementam eles próprios essa maleabilidade, pela maneira como coordenam possibilidades de expressão e até manipulam informações sob interesses comerciais. Segundo os autores, “não é demandado aos indivíduos que se adaptem às exigências do imaginário coletivo, já que estas são vazias e impalpáveis; é-lhes prometido o gozo pelo consumo direto, mediante a renovação constante dos itens de seu inventário” (*ibid.* p. 158).

Do que se vê, esses três outros fenômenos principais associados à *Sociabilidade Urbana* parecem comungar de aspectos correlatos à *Segregação Socioespacial*, que é criticada aqui em um cenário central a partir de Caldeira. Por um lado, tem-se a serventia tanto da *Verticalização* quanto da *Privatização* e da *Virtualização* para os meios de produção e consumo capitalistas, através de formas de ocupação espacial e interação social que se mostram cada vez mais afastadas de uma contiguidade socioespacial democrática, seja – respectivamente – pela multiplicação vertical, pelo controle ou virtualização do “solo sociourbano”. Por outro lado, tem-se também a intimidade desses fenômenos com ideais modernos da forma de morar, consumir e socializar, que costumam remeter unilateralmente ao progresso econômico e tecnológico, nutrindo-se assim assimetrias socioespaciais na comparação com formas mais antigas e tradicionais de Sociabilidade. Com tais fenômenos, portanto, nossa pesquisa mantém a crítica de Caldeira: “que tipo de modelo podemos adotar para o público?” (*cf.* p. 81); em outras palavras, que *Modelo de Cidade* podemos adotar face uma tecitura sociourbana que se mantém segregada por múltiplos fatores?

### 3.5 SOCIABILIDADE URBANA NO PENSAMENTO URBANO DO SÉCULO XX

No campo do pensamento urbano, abrangemos aqui a área do Urbanismo e discussões interdisciplinares correlatas, onde também foi possível localizar a questão da *Sociabilidade Urbana* na discussão entre *Modelos de Cidade*. Foram levantados alguns diferentes olhares a partir de autores diversos, mas que parecem apontar em comum para um campo de debates crítico, que se mantém ainda incerto para Contemporaneidade, e fazendo-se carecer mesmo, como será apresentado, de conceitos adequados para se entender o fenômeno da Sociabilidade.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre foi peça chave para a compreensão social das cidades na segunda metade do séc. XX. Ele ficou conhecido por teorizações que cunharam termos como *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 2001), este que também é o título de uma obra sua de 1968. Nessa obra, Lefebvre critica a perda de uma vivência urbana tradicional, que ele qualificou como festiva e prazerosa, pelos imperativos capitalistas, industriais, mercadológicos... da vida cotidiana da Cidade Moderna. O autor centraliza essa crise na contraposição entre a Cidade e o Campo, a vida urbana e a vida rural, alegando que a “crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional” (*ibid.* p. 109). Segundo ele, embora a sociedade rural possua privações de diversos tipos, é ainda uma sociedade da Festa, e o resgate dessa qualidade deveria se sobressaltar a outras questões urbanas: “este aspecto, o melhor deles, não foi retido, e é ele que é preciso ressuscitar (...)” (*ibid. loc. cit.*). O entendimento de *Direito à Cidade*, portanto, Lefebvre explica que “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (*ibid.* p. 118). E ele destaca ainda o papel da dimensão social nessa renovação. Posteriormente, na obra “A Vida Cotidiana no Mundo Moderno”, Lefebvre (1991) defende que “a crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social” (*ibid.* p. 34), destacando-se que são as *Ações Sociais* o ponto de partida no surgimento de diferentes formas urbanas e formas de habitar – mais especificamente, diferentes realidades no *Tempo-Espaço das Cidades*, no que a dimensão do “Tempo” seria precisamente ditada pelo exercício da *Ação Social* –. Esse entendimento, segundo Lefebvre, deveria nortear a prática do Urbanismo, como teoria que “reuniria às significações da velha prática chamada ‘habitar’ (...) em uma teoria geral dos tempos-espacos urbanos” (Lefebvre, 2001, p. 111). Para Lefebvre, enfim, a construção do Espaço é determinante na concretização do *Tempo-Espaço das Cidades*. Ele alega que é o modo de produção econômica que regula a construção do Espaço e suas relações sociais, de modo que o principal desafio para a renovação da vida urbana seria o Sistema Capitalista, que tomou controle sobre a produção socioespacial em escala mundial:

O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. Seja dito, ‘*en passant*’: o socialismo engendrou um espaço? Se não, é que o modo de produção socialista ainda não tem existência concreta. O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). Não se pode afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, “ordenado”, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, destinada a se entender em nosso tempo ao planeta inteiro! De início, houve utilização do espaço existente, por exemplo, das vias aquáticas (canais, rios, mares), depois das estradas; na sequência, construção de estradas de ferro, para continuar pelas autoestradas e pelos aeroportos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. Contudo, um espaço novo se constituiu no século XX, à escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade (...) (Lefebvre, 2000, p. 19).

Depois de Lefebvre, a escritora e jornalista norte-americana Jane Jacobs foi também uma importante figura do sec. XX a tratar da *Sociabilidade Urbana*. No livro “Morte e Vida das Grandes Cidades” (*The Death and Life of Great American Cities*, no original em inglês, de 1961) Jacobs (2011) denunciou enfaticamente muitas transformações negativas que o ideal Modernista acarretava em formas urbanas tradicionais, especificamente nos Estados Unidos. Conforme o Modernismo avançou em expansões urbanas de extensas avenidas e amplos territórios, marcado pelo uso do automóvel particular e pela disseminação de condomínios verticalizados e murados, que afastam os indivíduos do convívio diretos com a rua, Jacobs constatou os transtornos desse processo à *Sociabilidade Urbana*, especificamente quanto à perda de uma “Diversidade Urbana”, que era antes responsável por muitas funcionalidades do espaço urbano. E isso é nítido em seus escritos, embora Jacobs não tenha utilizado diretamente o termo *Sociabilidade Urbana*.

Talvez por ter nascido em uma pequena cidade na Pensilvânia, e só aos 19 anos ter se mudado para a cidade grande de Nova York, Jacobs foi sensível ao perceber que os espaços públicos como um todo exercem funções importantes na *Sociabilidade Urbana*, em especial as calçadas, por situarem-se entre espaços públicos e privados. Segundo a autora, o uso assíduo das calçadas contribui para a segurança pública, por meio de uma vigilância social natural, e também por promover o contato e a integração entre indivíduos de diferentes faixas etárias, o que é principalmente oportuno para crianças e idosos, que tendem a encontrar dificuldades de deslocamento nos amplos territórios modernistas. É então que Jacobs compara metaforicamente a vitalidade das calçadas a uma “dança complexa”, que só aparentemente pode ser criticada como desordenada, e com o que ela sugere uma condição geral da realidade urbana tradicional:

Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa. (...) um balé complexo, em que cada indivíduo e

os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. O balé da boa calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações (Jacobs, 2011, p. 43).

Mais especificamente, Jacobs (2011, p. 107 *et seq.*) teorizou sobre qualidades arquitetônicas e urbanísticas que, ao seu ver, corroboram a Diversidade Urbana, e assim, consequentemente, a *Sociabilidade Urbana*, como inferimos. Ela aduziu centralmente a 1. **Combinações de Usos** que promovam o convívio entre diferentes pessoas, principalmente aquelas que “saíam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes” (*ibid. loc. cit.*); 2. **Quadras Curtas** que possibilitem múltiplos trajetos e conexões viárias; 3. existência compacta, como em um mesmo bairro, de “edifícios com idades e estados de conservação variados” (*ibid. loc. cit.*), atendendo a diferentes classes econômicas, o que talvez se pode denominar **Diversidade Compacta de Tipologias Arquitetônicas**; e uma 4. **Alta Densidade de Pessoas** sob diferentes propósitos, desde moradores locais a transeuntes, comerciantes, servidores, etc. Esses critérios combinados, segundo Jacobs, criam “combinações de usos economicamente eficazes” (*ibid. loc. cit.*).

Jacobs (*ibid. p. 108*) reconheceu a generalidade de seus ditos, ao entender que nem todos os distritos – bairros – dotados das quatro qualidades que ela anuncia “produzirão uma diversidade comparável à dos outros. O potencial de distritos distintos difere por muitas razões (...)” (*ibid. loc. cit.*). Mas a autora manteve a convicção de que, “com essas quatro condições (...), o distrito deverá ter condições de desempenhar seu potencial, seja ele qual for” (*ibid. loc. cit.*). Essas são defesas que se alinham ao debate da *Sociabilidade Urbana*, e que são de fato assimiladas a essa temática, pelo vulto que ainda hoje Jacobs e sua obra conservam no campo do Urbanismo.

Além desses autores centrais no Urbanismo quanto à *Sociabilidade Urbana* do séc. XX, se ampliarmos aqui o debate a maiores níveis interdisciplinares, encontramos autores como o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que sugeriu a existência de dois padrões específicos de sociabilidade: a da Comunidade e a da Sociedade. O sociólogo Cassio Brancaleone (2008) estudou a obra desse autor e explicou que a *Sociabilidade em Comunidade* seria aquela motivada por uma *vontade natural* do ser-humano, regida por “motivações de origem orgânica como a nutrição, a auto-preservação e a reprodução” (*ibid. p. 99*). Já a *Sociabilidade em Sociedade* – não separada necessariamente da *Sociabilidade em Comunidade*, mas podendo ambas estarem presentes em um mesmo grupo social –, esta seria regida por uma *vontade arbitrária*, que emerge na “diferença entre meios e fins, sendo relacional e motivada por finalidades exteriores às relações estabelecidas socialmente”, finalidades mercantis em especial, como “o cálculo, o tráfico e o contrato” (*ibid. loc. cit.*). Centralmente, Brancaleone comentou que Tönnies defendeu que toda análise sobre Sociabilidade deveria partir da compreensão de

como esses dois padrões de Sociabilidade se apresentam em cada contexto social específico. E assim como em Lefebvre, Brancalone também explicitou nos pensamentos de Tönnies a consideração da contraposição entre Cidade e Campo no desenvolvimento socioespacial, o que seria responsável pela predominância, hoje, da *Sociabilidade Societária* à *Sociabilidade Comunitária*.

Enquanto o chefe de família – seja cidadão ou camponês – teria seu olhar voltado para dentro, para o interior da comunidade, os novos atores despertos pelas potências do mercado urbano (como a classe de comerciantes), por sua vez, dirigiriam sua atenção para fora, para transpor territórios. Esse processo Tönnies descreveu, esquematicamente, como a transição da predominância social da vontade natural para a vontade arbitrária, que em termos espaciais se deu como a submissão do campo ou da pequena cidade à dinâmica da vida metropolitana; e pode também ser traduzido, em termos de sociabilidade (Brancalone, 2008, p. 100).

Por fim, já no início do séc. XXI, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005) elaborou uma síntese a respeito do cenário crítico da *Sociabilidade Urbana* do séc. XX, explicitando ainda seu desafios colocados à contemporaneidade. A autora foi consonante com os demais autores aqui citados sobre o impacto da Economia Capitalista na Sociabilidade da Cidade Moderna, tanto em cidades médias como em grandes centros urbanos, onde “aumentam as distâncias sociais nesses espaços que, historicamente, concentraram as condições materiais e imateriais da acumulação capitalista” (*ibid.* p. 413). Foi assim que Ribeiro então se questionou: “podem o cotidiano, o lugar, a sociabilidade e a urbanidade resistir à financeirização das relações sociais, que acentua a insegurança no acesso às condições materiais e imateriais da vida urbana?” (*ibid.* p. 414). A partir dessa dúvida, a autora lançou a sua crítica central, já citada aqui em nossa introdução, de que “faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento” (*ibid.* p. 416). Segundo explicou Ribeiro, afinal, a mercantilização e financeirização da vida urbana dificultam o acontecimento – ou ao menos a identificação – dos atos legítimos da sociabilidade, que ela traduz como sendo “os *gestos-fio* elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida” (*ibid.* p. 417). Ao invés de alimentar os *gestos-fio* da Sociabilidade, o que a modernidade estaria fazendo é dificultar o “empenho no alcance de representações igualitárias da vida urbana e de socialização de códigos que ampliem a sociabilidade”, no que Ribeiro cita 5 tendências principais:

(a) fragilização de instituições, associada à redução dos papéis assumidos pelo Estado; (b) criação de obstáculos a avanços na concepção da democracia; (c) renovação de práticas sociais, sem firmes consequências para a socialização; (d) aumento da concorrência inter e intra-institucional, como exemplificam o mercado da educação e a neoreligiosidade; (e) privatização do espaço público, amplificando a segregação socioespacial (Ribeiro, 2005, p. 419).

Essas tendências gerais, segundo Ribeiro, acarretam em processos de homogeneização de massas urbanas, contrariamente à “metáfora do mosaico cultural, que sempre poderia alimentar a representação de uma rica e heterogênea paisagem urbana” (*ibid.* p. 419). É assim que, em Ribeiro, a Sociabilidade se coloca não só nos debates sobre formas de sociabilidade tradicionais ou modernas, mas na necessidade de se reconhecer novas referências, novos conceitos, que permitam compreendê-la no momento singular de incerteza em que vive a sociedade globalizada, ao que a autora chamou a atenção para se lidar agora com níveis ainda anônimos das relações sociais :

No presente, o mercado ultrapassa as fronteiras de suas instituições de comando e das relações que conformam a instância econômica da estrutura social. Os agenciamentos financeiros, associados a produtos e serviços, ao serem difundidos no cotidiano, interferem na sociabilidade. (...) Assim, a monetarização das relações sociais, que caracteriza a vida urbana, adquire novos conteúdos, que reduzem a gratuidade e a espontaneidade indispensáveis à sociabilidade e aos sentidos mais largos da urbanidade. (...)

Com esse cenário extremo em mente, reconhece-se que a sociabilidade obriga o pesquisador a lidar com diagnósticos da totalidade social e, simultaneamente, a observar o muito pequeno, o detalhe, o sintoma que emerge no gesto aparentemente insignificante. (...) A ausência de projetos inclusivos de modernização traz a necessidade de que o “fazer sociedade” seja reconhecido em fatos que desafiam os conceitos disponíveis. (...)

Por sua inscrição em numerosos e incertos eventos, a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de conceitos acionável para o estudo dos contextos sociais. **O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo** (Ribeiro; Lourenço, 2001), **e também sobre aquilo que se dúvida valer a pena tentar dizer** (Ribeiro, 2005, *passim*, *destaques nossos*).

No que segue, após termos atravessado aqui discussões e críticas atuais sobre a *Sociabilidade Urbana*, bem como algumas teorizações e debates correlacionados no pensamento urbano do séc. XX, encontramos na socióloga Maria Ângela D’Incao (1992a, 1992b) uma possível referência central a partir da qual se trabalhar com atualidade a questão da *Sociabilidade Urbana*. Principalmente, e complementarmente a Ribeiro, por explicitar não o auge crítico desse debate, mas oportunizar uma sistematização que remete a dois conceitos básicos ligados a todo o cenário crítico que já foi apresentado aqui sobre a *Sociabilidade Urbana*: a *Ampla Sociabilidade* e a *Sociabilidade Restrita*, em um processo de restrição que teria ocorrido na modernidade. Além disso, D’Incao também localiza sua discussão no debate entre a Cidade Tradicional e a Cidade Moderna, refletindo diretamente sobre transformações na sociabilidade das cidades brasileiras nos séc. XIX e XX, com base na análise de fenômenos socioespaciais concretos. A produção teórica de D’Incao é discreta, lançada sobre o Brasil, mas apesar disso, se coaduna com tratativas mais globais a partir do economista britânico David-Harvey (2008).

### 3.6 D'INCAO: DA AMPLA SOCIABILIDADE À SOCIABILIDADE RESTRITA

Socióloga brasileira, Maria Ângela D’Incao (1992a, 1992b) propiciou em seus escritos uma perspectiva sintética da *Sociabilidade Urbana*. Analisado especificamente cidades ao sul do Brasil, mas retratando condições que refletem realidades mais amplas no país, D’Incao sugeriu a ocorrência, desde meados do séc. XIX, da transformação de realidades de ***Ampla Sociabilidade*** para ***Sociabilidades Restritas***; fenômeno que denominamos aqui de ***Processo de Restrição da Sociabilidade*** para facilitar sua menção conceitual, apesar dessa expressão não estar contida nos textos da autora. Segundo D’Incao, esse processo configura a transformação de um convívio entre diferentes grupos sociais, uma ampla relação com a rua e uma ausência de privacidade dos corpos e dos espaços para um convívio limitado ao interior das classes sociais, afastando-se também os indivíduos das ruas, e cultivando-se a domesticidade e a privacidade dos espaços sociais, da mente e dos corpos; principalmente, um processo que, segundo D’Incao, foi acarretado pela ascensão de formas de vida burguesas a partir do séc. XIX:

(...) a **sociabilidade ampla** que pressupunha uma convivência com diferentes grupos sociais, uma ampla relação com as ruas e uma ausência de privacidade dos corpos e dos espaços e, a **sociabilidade restrita, ou burguesa**, a qual, por oposição, afasta os homens e as manifestações sociais da rua relegando os contatos sociais a contatos de classe social, instalando-se o cultivo da domesticidade e a privacidade dos espaços sociais, da mente e dos corpos (D’Incao, 1992a, p. 95, destaque nosso).

Ponto significativo nos escritos de D’Incao é a consideração de que o *Processo de Restrição da Sociabilidade* seria dado por uma mútua correlação entre transformações sociais e espaciais, sendo interinamente socioespacial. Para um primeiro exemplo dessa questão, e com menção à também socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, D’Incao relatou o fenômeno observado em regiões interioranas do Brasil na “adoção de um estilo de vida urbano antes mesmo da instalação da industrialização” (D’Incao, 1992a, p. 98); e também, na influência simbólica que tipologias arquitetônicas urbanas exercem sobre novos ideais socioespaciais para cidades de pequeno e médio porte, como principalmente o Prédio de Apartamentos, mesmo que diante de uma não necessidade de maiores concentrações de espaço devido à ainda disponibilidade de espaços livres:

Se a cidade está em expansão, essa especialização é cada vez mais visível. Somente nas cidades estagnadas economicamente isso não ocorre. O surgimento de prédios de apartamentos é considerado como símbolo do progresso da cidade. (...) Hoje, com a existência da industrialização no país, mesmo as áreas que não têm indústria, as zonas de especialização rural, adotam o estilo de vida das grandes metrópoles do capitalismo urbano brasileiro, mesmo naquilo que elas têm de pouco confortável para a vida diária do homem que é, entre outras coisas, a vida em gavetas de concreto armado, numa região onde não haveria necessidade desta opção de moradia (D’Incao, 1992a, p. 95).

Em um segundo exemplo da imbricação socioespacial do *Processo de Restrição da Sociabilidade*, D’Incao suscitou uma possível predominância da esfera social sobre a espacial, a partir de observações que ela realizou em cidades do interior de São Paulo ao longo de sua infância e também como pesquisadora. Para D’Incao, até mesmo transformações sociais mais pontuais ligadas a formas da vida burguesa são capazes de influenciar no *Processo de Restrição da Sociabilidade*, como na transformação de relações trabalhistas que ela presenciou na Alta Sorocaba, uma região pouco industrializada que passou por processos recentes de urbanização:

O filho de fazendeiro que eu conheci lá, quando ia para a fazenda, na volta do colégio interno, costumava brincar com as crianças filhos dos empregados. Os amigos, colegas de escola ou internato, pares, portanto, que porventura viessem juntos, também interagiam com a classe empregada. Hoje, muitas dessas pessoas que nasceram ou se criaram nas fazendas, andando a cavalo, nadando nos riachos e lagoas, caçando e pescando com filhos de empregados, adotam para seus filhos um estilo de vida diferente. Embora produtos dessa antiga sociabilidade mais ampla, criam seus filhos de modo diferente. Seus filhos hoje, quando vão para a fazenda, levam os amigos da mesma classe social. Andam a cavalo por esporte e não por aprendizado, nadam nas piscinas e não estabelecem com os empregados mais que relações de dominação, ainda que cordiais muitas vezes. **Também porque, evidentemente, a forma de contrato de trabalho transformou-se em capitalista.** É bom lembrar que a relação de dominação também existia no passado, mas o fato de os corpos se aproximarem mais, certamente criou um tipo de sociabilidade diferente da atual na qual a camaradagem e afeição eram um dado (D’Incao, 1992a, p. 99, destaque nosso).

D’Incao também citou o relevo da esfera espacial no *Processo de Restrição da Sociabilidade*, principalmente nas cidades. Segundo ela, embora transformações sociais *de per se* sejam capazes de restringir a sociabilidade, transformações espaciais contribuem para concretizar essa restrição. D’Incao explicou que, conforme se intensificou a adoção de formas de vida burguesas no Brasil, as ambiências arquitetônica e urbana das cidades passaram por transformações progressivas, gerando-se novas condições de ocupação espacial e, assim, novas condições de Sociabilidade. Ela fez menção ao arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, autor de “Quadro da Arquitetura no Brasil”, para retratar transformações que ocorreram principalmente nas habitações ao longo do processo de modernização dos espaços urbanos antes coloniais, como: afastamentos do edifício dos limites do lote, desalinhamento das fachadas em relação à rua, dentre outras. Processualmente, essas transformações teriam contribuído para o individualismo e o afastamento crescente das pessoas em relação às ruas, e em relação a vizinhos, restringindo-se cada vez mais a sociabilidade:

Aprendemos com Nestor Goulart Reis Filho (1987) que no passado eram as casas que delineavam as ruas e que as mesmas eram os limites do passeio. Com as transformações socioeconômicas e tecnológicas pelas quais passaria a sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX, os velhos modos de construir e de habitar seriam desprestigiados. Com essas mudanças estão relacionados, não só a modernização dos transportes e tecnologia, mas também o advento de novos hábitos de morar (...) O novo esquema de construção consistia em recuar o edifício dos limites laterais do lote, não se construindo mais as filas de casas como nos tempos coloniais. (...) A mudança

seguinte vai ser o deslocamento da fachada em relação à via pública. (...) Tudo extremamente discreto e lento. Todavia, são mudanças que, entendemos, evidenciam o advento do individualismo, procurando maneiras novas e individuais de solução em que, juntamente com o afastamento da rua, o cultivo das fachadas já pode ser visto, num próximo momento, como um distanciamento em relação à rua e aos vizinhos (D’Incao, 1992b, p. 76-77).

D’Incao (1992b, p. 75) caracterizou então a forma de vida burguesa como aquela que “não tem laços com a comunidade e com os diferentes” (*ibid. loc. cit.*), afastada de um convívio urbano livre e entre diferentes classes sociais. Segundo a autora (D’Incao, 1992a, p. 100-102), para além de questões socioespaciais, essa forma de vida teria sido propiciada também por transformações em tecnologias e hábitos familiares: o advento da televisão, que “ocupa as pessoas em casa, empobrecendo as cidades à noite de outras formas de reunião e diversão, bem como acabando com as reuniões e visitas domésticas” (*ibid. loc. cit.*); o uso do telefone, que “tanto aproxima quanto afasta as pessoas” (*ibid. loc. cit.*); o automóvel, como “uma espécie de armadura que protege seu usuário contra as pessoas estranhas” (*ibid. loc. cit.*); a crescente ocupação das crianças, principalmente de classe média, com tarefas escolares no ambiente doméstico e atividades educacionais suplementares – práticas esportivas, educação artística, cursos de idiomas., etc. –, que minam tempos de ócio e de maior liberdade junto a hábitos antigos, como o brincar na rua.

Outro ponto importante são identificações do *Processo de Restrição da Sociabilidade* que D’Incao (1992b) realizou na literatura de ficção brasileira a partir do séc. XIX. Em obras como o Sargento de Milícias, de Manoel Antonio de Almeida (1831-1861), as comédias de Martins Pena (1815-1848) e romances de Machado de Assis (1839-1908) e José de Alencar (1829-1877), D’Incao apresentou observações sobre mudanças nas esferas psicológica e familiar que estariam acompanhando a transformação da *Ampla Sociabilidade* para *Sociabilidade Restrita*. Analisando enredos, cenários e personagens, bem como novidades estilísticas nessas obras, D’Incao observou pontos como: um maior cultivo da infância e da maternidade, evidenciando-se uma maior domesticidade; a intensificação da privacidade doméstica; o próprio afinilamento na diversidade de personagens, que inicialmente se apresentavam em maior quantidade, e com maiores interações entre si; o cultivo da livre-escolha no casamento, que já não era mais motivado por interesses econômicos e classistas, acarretando assim no surgimento de novas relações entre os membros de uma família, etc. Esses apontamentos corroboram significativamente as análises D’Incao, evidenciando o *Processo de Restrição da Sociabilidade* desde a Ficção Literária. Quanto às obras analisadas, de um modo geral, D’Incao declarou que:

A grande discrepância entre os diferentes status econômicos dos personagens, os quais, algumas vezes, relacionavam-se na mesma peça, leva-nos a inferir que as classes sociais ainda não eram claramente definidas no Brasil – pelo menos no tocante à interação

ordinária do dia a dia. (...) havia uma atmosfera social comum entre as pessoas que não eram grandes proprietárias de terra. Isso significa que o sentimento de comunidade era ainda forte nesse período, apesar de que o estilo burguês de vida já tinha sido aceito como uma oposição ao modo de vida rural, tradicional. (...) não havia a privacidade que hoje se requer para os membros de uma casa. Pessoas que não pertenciam à família biológica ou social – fossem conhecidos, amigos ou quase estranhos – a todos era permitido entrar na casa sem nenhuma espécie de elaborada mediação. Mais que isso, havia permissão a todos para discutir problemas relativos à família (...). E havia permissão também para, além de entrar, andar pelos espaços da casa (D’Incao, 1992b, p. 68).

Realizando-se algumas interfaces entre D’Incao e autores já abordados aqui na Sociabilidade, encontramos paralelos relativos à Segregação Socioespacial no cenário atual da *Sociabilidade Urbana*, na maneira como papéis sociais se adaptam ao espaços e tecnologias da vida moderna com tendências ao distanciamento entre as pessoas. Em uma das passagens de D’Incao, na qual ela faz menção ao mero advento do telefone e da mudança de alguns hábitos familiares, como receber visitas nas novas configurações espaciais das casas modernas, a autora sugere impactos decisivos sobre a Sociabilidade. Na forma de morar moderna, para receber pessoas, ela diz que:

(...) tanto a casa como seus moradores devem estar arrumados: há o tempo gasto na preparação dos ambientes, dos copos, da comida, dos drinques; há o tempo gasto na arrumação do depois. Receber as pessoas implica gastar tempo e dinheiro e, muitas vezes, energia psicológica. Há, além disso, o esforço da representação dos papéis. Falar ao telefone é bem mais fácil, e muito mais distante, evidentemente (D’Incao, 1992a, p. 103).

A essas pequenas mudanças sociais, espaciais e tecnológicas exemplificadas por D’Incao entre os séc. XIX e XX, se acrescentamos ainda os fenômenos mais atuais do cenário da Segregação Socioespacial das cidades modernas e contemporâneas – que pudemos tratar aqui através da *Murificação*, *Verticalização*, *Privatização* e *Virtualização* –, inferimos que o *Processo de Restrição da Sociabilidade* se mantém em voga, restringindo a sociabilidade nas cidades brasileiras.

Também se mostram significativas interfaces entre D’Incao e Henri Lefebvre no apontamento de questões relativas ao *Tempo-Espaço das Cidades*. D’Incao sugere transformações na noção de tempo envolvida na mudança da *Sociabilidade Ampla* para a *Sociabilidade Restrita*, e que o que acompanha o avanço da urbanidade moderna sobre urbanidades tradicionais. Estas, anteriormente à industrialização, eram marcadas por laços de comunidade e um senso de “ajuda mútua, ainda quando já surgiam, no séc. XIX, novas posições sociais e perspectivas econômicas:

Encontramos, então, em meados do século XIX, uma variação maior de ocupações, algumas almejando um ‘status’ econômico alto. Apesar disso, até as pessoas que desfrutavam uma vida rica não tinham ainda perdido os laços com a comunidade. (...) A regra da ajuda mútua e a natureza da sociabilidade, que as pessoas dessa época desfrutavam, não nos autoriza a pensar diferente. **A concepção de tempo nesta sociedade era diferente:** era o tempo não capitalista, não industrializado. As pessoas não eram pressionadas por horários ou falta de tempo. Ao contrário, algumas tinham muito o que fazer e, aparentemente, nem necessitavam fazer mais (D’Incao, 1992b, p. 71, destaque nosso).

A consideração de tais interfaces sugere a validade das reflexões de D’Incao também sobre realidades socioespaciais mais amplas do que o seu recorte de análise no sul do Brasil. Principalmente, e no tocante à própria questão do *Tempo-Espaço das Cidades*, nossas pesquisas encontraram no geógrafo inglês David Harvey (2008) apontamentos que permitem remeter o *Processo de Restrição da Sociabilidade* de D’Incao a um processo global. Esse autor fala de uma *Compressão do Espaço-Tempo* que estaria se intensificando a partir do séc. XIX, devido precisamente ao crescimento da burguesia mundial, pelo seu poder de controlar a reprodução do capital através do domínio crescente sobre a produção do espaço e sua reprodução social.

Segundo Harvey, a *Compressão do Espaço-Tempo* corresponde a uma “aniquilação do espaço através do tempo” (*ibid.* p. 212), e vice-versa. Esse processo estaria em voga desde o ano de 1848, a partir da *Primavera dos Povos*, quando grupos proletariados europeus passaram a se insurgir contra grupos burgueses dominantes, inspirados por ideias libertadoras como o marxismo. À época, a Burguesia enriquecia aceleradamente pela segunda fase da revolução industrial, também estando coligada a antigas estruturas monárquicas que se mantinham, e o que dava continuidade, então, a uma mesma concentração de capital e de poder. Contrariamente às indignações do proletariado, a Burguesia teria reconhecido aí a possibilidade de romper com sentidos mais tradicionais do Tempo e do Espaço para reordenar o mundo, através de um maior controle sobre as condições sociais e espaciais da reprodução da força de trabalho, o que mais tarde se evidenciaria pelos diferentes sistemas de produção e de consumo promovidos pelos modelos do Taylorismo, Fordismo, Capitalismo Flexível, e outros. Isso, em uma realidade socioespacial que se mostrava cada vez mais interconectada, e que, se não fosse controlada, poderia fortalecer o interesse do proletariado no combate às condições capitalistas vigentes:

Os acontecimentos provaram que a Europa tinha alcançado um nível de integração espacial em sua vida econômica e financeira que tornaria todo o continente vulnerável à formação simultânea de crises. As revoluções políticas que tinham irrompido ao mesmo tempo em todo o continente acentuaram as dimensões sincrônicas e diacrônicas do desenvolvimento capitalista. A certeza do espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança, em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros (Harvey, 2008, p. 238).

Rompendo-se com o espaço-tempo tradicional, a valorização monetária teria se mostrado como possibilidade na construção de novas perspectivas socioespaciais para a economia; por exemplo, com transformações espaciais urbanas realizadas para aquecer a produção econômica, e também transformações sociais e culturais para a intensificação do consumo. No Capitalismo, em geral, assim como se busca que mercadorias vençam a distância entre produção e mercado em períodos de tempo o mais curto possíveis, também se passou a compreender aí o poder de

se transpor espaços e tempos no interior da produção, do trabalho e do consumo. Harvey diz que:

(...) as modificações das qualidades do espaço e do tempo podem resultar da perseguição de objetivos monetários. Se o dinheiro não tem um sentido independente do tempo e do espaço, sempre é possível buscar lucro (ou outras formas de vantagem) alterando os modos de uso e de definição do tempo e do espaço. Essa tese pode ser explorada de maneira consistente no contexto da busca de lucros que ocorre na forma padrão de circulação do capital. A troca de mercadorias materiais envolve a mudança de localização e o movimento espacial. Todo sistema complexo de produção envolve a organização espacial (mesmo que esta se restrinja à fábrica ou ao escritório). Vencer essas barreiras espaciais custa tempo e dinheiro. Por conseguinte, a eficiência na organização e no movimento espaciais é uma questão importante para todos os capitalistas (Harvey, 2008, p. 209-210).

Harvey complementa ainda que, se transformados os processos econômicos de produção, transformam-se também as “práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (*ibid.* p. 189.), a partir do que surgem diferentes concepções do Tempo e do Espaço. E conforme no capitalismo “as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam” (*ibid. loc. cit.*). Finalmente, segundo o autor, as mudanças nas concepções de Espaço-Tempo estariam na base das transformações culturais entre os séc. XIX e XX. Aí, principalmente o advento do Movimento Modernista teria proporcionado novas técnicas e estéticas para os novos significados da vida moderna, alijada de noções tradicionais de Espaço-Tempo e mergulhada em ritmos cada vez mais disruptivos:

(...) a modernização envolve a ruptura perpétua dos ritmos espaciais e temporais, e o modernismo tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo de efemeridade e fragmentação. (...) O colapso desses conceitos absolutos sob o peso da compressão do tempo-espaço foi a história central do nascimento das formas de modernismo do século XIX e do começo do nosso século. (Harvey, 2008, p. 199, 229).

É assim que supomos que o *Processo de Restrição da Sociabilidade*, em D’Incao, se opera no bojo da *Compressão do Espaço-Tempo*, em Harvey. As forças restritoras da sociabilidade parecem ser as mesmas forças compressoras do espaço-tempo, conjuradas pelo sistema capitalista para a manutenção do *status quo* da produção do capital e sua reprodução social pela forma de vida burguesa. Assim, tem-se a consideração crítica quanto à ocorrência e aparente continuidade atual da *Restrição da Sociabilidade*, na mudança de realidades de *Ampla Sociabilidade* para *Sociabilidades Restritas*, o que nos ajuda a compreender o cenário crítico atual da *Sociabilidade Urbana* por acontecimentos socioespaciais objetivos, tais como os hábitos da forma de vida burguesa, as mudanças arquitetônicas e urbanísticas ocasionadas pela cidade moderna, etc. No que segue, partimos para pesquisas e teorizações mais empíricas sobre *Sociabilidade Urbana*, que também nos auxiliam na identificação de apontamentos objetivos no escopo desse processo.

### 3.7 SOCIABILIDADE NO PLANEJAMENTO, DESENHO E PESQUISA DO URBANO

Conforme a questão da Sociabilidade Urbana ganhou relevo ao longo do séc. XXI, novas propostas de Planejamento e Desenho Urbano passaram a incorporá-la, em elaborações teóricas e práticas. De modo geral, a presença das pessoas na rua passou a ser reconsiderada, a partir do que fora alertado por Lefebvre, Jacobs e outros autores. E esta é uma questão que sempre naturalmente se emparelhou às discussões sobre *Modelos de Cidade*, contribuindo para novas concepções urbanas contemporâneas pela criação de termos como Caminhabilidade, Cidades Caminháveis (*Walkable Cities* – Speck, 2012), Cidades para Pessoas (*Cities for People* – Gehl, 2013), e outros. Pelo que se apresenta a seguir, essas novas concepções urbanas passaram a apontar para inovações a partir de três aspectos principais: o ***Transporte Urbano Intermodal***, considerando-se a diversidade de meios de locomoção como essencial à reinserção das pessoas no espaço urbano, em contraposição à predominância automotiva da Cidade Moderna, que é um modelo de locomoção individualista e excludente na circulação do Espaço Urbano –; ***Novas Propostas de Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis***, buscando-se induzir a presença de pessoas nas ruas, assim como promover adequações físicas e ambientais ao espaço público, para atender a necessidades psicológicas, da acessibilidade, sinalização, etc.; e a ***Sustentabilidade Ecológica no Espaço Urbano***, que contempla questões ambientais objetivas como a arborização urbana, na contribuição ao usufruto do espaço público pelas pessoas. Esses aspectos gerais foram sintetizados aqui a partir de pesquisas que ora apresentamos, sobre autores do campo que hoje podemos denominar como ***Desenho Urbano Sustentável***, especialmente: Jacobs (1911), Speck (2012), Gehl (2006, 2011, 2013), Appleyard (1992, 2020) e Carmona (2010). A escolha desses autores se deu por suas disponibilidades de discussões teóricas e obras escritas quanto àqueles três aspectos principais citados, contribuindo-se para o entendimento geral da questão.

Junto ao *Desenho Urbano Sustentável*, também apresentamos a seguir pesquisas mais acadêmicas sobre a *Sociabilidade Urbana*, que têm se tornado mais frequentes no atual séc. XXI. Estas pesquisas nos auxiliam tanto no entendimento geral da *Sociabilidade Urbana*, como também, e principalmente, na exemplificação de possibilidades e métodos de análise sobre a temática. Foram analisadas as pesquisas de Almeida (2011), Bichir e Marques (2012), Justo e Amado (2015), Dousti *et al.* (2018) e Munõz (2018, 2019), elegidas segundo uma diversidade de instrumentos e recortes de análise, e que, do nosso inferir, demonstram um atual campo empírico-crítico da *Sociabilidade Urbana*, coadunado ao campo teórico-crítico anteriormente apresentado principalmente a partir de Caldeira, Ribeiro e D’Incao (cf. p. 79 a 95). Como vimos, um campo repleto de muitas imprecisões, para o qual ainda surgem conhecimentos necessários.

Antes de tudo, ressaltamos que já anteriormente, no Modernismo, propostas inovadoras em *Modelos de Cidade* já sugeriam a reinserção de escalas locais e humanas no Espaço Urbano, como a *Broadacre City*, do norte-americano Frank Lloyd Wright, e a *Garden City*, do inglês Ebenezer Howard (Choay, 2015). No entanto, proposições assim estiveram restritas a lugares específicos, na Europa e no Estados Unidos, além de também terem sido combinadas à fé modernista nas extensas redes de transporte automotivo, para a interligação entre diferentes localidades, com a finalidade de que o homem fosse livre, capaz de “fazer o que mais deseja e no momento em que o deseja”, conforme sugeriu Wright (*ibid.* p. 241). De modo distinto, na Contemporaneidade, o desafio da inserção das pessoas no espaço urbano passou a ser encarado mais intimamente na própria transformação do espaço, para melhor atender à escala das experiências locais e pessoais: ora adaptando-se tecidos urbanos modernos, ora recuperando-se e reintegrando-se tecidos urbanos tradicionais em cidades modernizadas, ora concebendo novas propostas urbanas.

Ressalta-se ainda que se reconhece, aqui, que o Planejamento e o Desenho Urbano são instrumentos capazes de contribuir mais diretamente não para a Sociabilidade, mas para a Socialização; isto é, não para as questões sociourbanas mais amplas e complexas ligadas às Sociabilidade, mas para as relações mais específicas e pontuais da interação entre as pessoas; no entanto, as relações de socialização também incidem sobre a Sociabilidade, e a partir do que, finalmente, entende-se a contribuição do Planejamento e do Desenho Urbano na *Sociabilidade Urbana*. Afinal, na complexidade da Sociabilidade, como pudemos ilustrar anteriormente, encontram-se muitas nuances sociais, urbanas, políticas e econômicas, não sendo condicionada apenas pela forma objetiva do espaço público. E além disso, pelo que observamos, muitas pesquisas ainda parecem entender Sociabilidade como Socialização, valorizando-se a presença das pessoas nas ruas, mas sem avançar nas questões menos objetivas das diferentes nuances que condicionam esta presença. Apesar de que, há ainda imprecisões na literatura quanto à conceituação de Sociabilidade e Socialização. Há autores que se aproximam desse entendimento que levantamos, enquanto outros aproximam-se do seu inverso. Sem querer nos aprofundar nessa distinção conceitual, que nos demandaria um esforço teórico que foge aos nossos objetivos, tomamos a Sociabilidade como o campo maior em que ocorre a Socialização, pelo fato de que os termos Sociabilidade e *Sociabilidade Urbana* – e não Socialização ou Socialização Urbana – são os mais gerais utilizados na Arquitetura e Urbanismo. Estas são pequenas conclusões desta parte da pesquisa que antecipamos já aqui, para auxiliar no entendimento.

### 3.7.1 Mudança de Paradigma: *Desenho Urbano Sustentável*

Existem diversos esforços desde a segunda metade do séc. XX para se propor as bases de um *Desenho Urbano Sustentável*, na busca de se superar dificuldades da Cidade Moderna e se alcançar a Cidade Contemporânea, no que o resgate e incremento da sociabilidade tem sido uma constante. Algumas obras teóricas têm se destacado nesse cenário, como *Walkable City: how downtown can save America, one step at a time*<sup>9</sup>, do urbanista americano Jeff Speck (2012). Esta obra é icônica por reconhecer que, desde Jacobs, o urbanismo já fora alertado sobre mudanças necessárias às cidades. O autor comenta que sua obra não tenta dar continuidade às críticas de Jacobs, mas alertar para a desconexão ainda existente entre o saber e o fazer urbano:

Este não é o próximo grande livro das cidades americanas. Um livro assim não é mais esperado. Afinal, uma revolução intelectual já não é necessária. Hoje em dia, o que caracteriza a discussão sobre as cidades não é nenhuma arrogância ou falta de conhecimento a respeito do que precisa ser feito, mas sim uma completa desconexão entre o conhecimento existente e a atuação das pessoas responsáveis pela forma física das nossas comunidades. Nós já conhecemos há três décadas como podemos revivificar as cidades – depois de o termos esquecido por quatro décadas – mas nós ainda não fomos capazes de realizar isso. Jane Jacobs, que escreveu na década de 1960, já conquistou os planejadores na década de 1980. No entanto, os planejadores ainda não foram capazes de conquistar a cidade (Speck, 2012, prólogo, tradução nossa).

A obra de Speck é objetiva. Apesar de o autor levantar defesas teóricas sobre Cidades Caminháveis, valorizando em especial os Centros de Cidade, seu objetivo é destrinchar dez passos que, segundo ele, promovem caminhabilidade, dividindo-os em quatro qualidades: utilidade, segurança, conforto e interesse (Speck, 2012, p. 48-49, tradução nossa). O autor argumenta que os Centros de Cidade tendem a ser mais favoráveis à promoção da caminhabilidade, com vantagens em perspectivas demográficas, contribuições para o meio ambiente e a saúde humana, menor uso do automóvel, combate à obesidade, e outros, conforme o que segue.

#### – Utilidade da Caminhada

1. **Colocar o carro em seu lugar:** “compreender que o carro e seus defensores distorceram desnecessariamente como as decisões de desenho são feitas em cidades americanas” (*ibid. loc. cit.*).
2. **Misturar os usos:** “para que as pessoas escolham caminhar, a caminhada deve ter um propósito. Em termos de planejamento, esse objetivo é alcançado pelo uso misto, ou, mais precisamente,

<sup>9</sup> Em tradução completa para o português: Cidade Caminhável, como os Centros das Cidades podem salvar a América, um passo por vez.

por um equilíbrio adequado de atividades a uma curta distância umas das outras” (*ibid. loc. cit.*).

**3. Controlar corretamente o estacionamento:** “requisitos de estacionamento e preços determinam a disposição de mais terras urbanas americanas do que qualquer outro fator” (*ibid. loc. cit.*).

Segundo Speck, são recentes ainda teorias voltadas para o uso adequado dos estacionamentos.

**4. Fazer o trânsito funcionar:** “bairros caminháveis podem prosperar na ausência de trânsito, mas cidades caminháveis dependem totalmente dele” (*ibid. loc. cit.*). Para Speck, é necessário atentar-se para o “apoio público no investimento em trânsito, o papel do trânsito na criação do valor imobiliário e a importância do design no sucesso ou fracasso do sistema” (*ibid. loc. cit.*).

#### – Segurança na Caminhada

**5. Proteger o pedestre:** segundo Speck, esta seria a condição mais óbvia da caminhabilidade, contudo, dependente de fatores diversos da mobilidade, como o tipo de pavimentação, a largura e a geometria das vias, suas sinalizações, os movimentos de conversão e fluxo do tráfego, etc.

**6. Acolher as bicicletas:** talvez um dos pontos fortes da defesa por Cidades Caminháveis, devido à bicicleta ser um meio de transporte ágil, e ainda assim adequável ao ambiente de pedestres. Isso, Segundo Speck, “porque as bicicletas prosperam em ambientes que suportam pedestres, e também porque andar de bicicleta torna a condução automotiva menos necessária” (*ibid. loc. cit.*).

#### – Conforto da Caminhada

**7. Delimitar espaços:** Para Speck, é necessário equilibrar no espaço público a oferta de espaços abertos e espaços delimitados. Em suas palavras, “as pessoas desfrutam de espaços abertos (...) mas também gostam e precisam de sensações de enclausuramento para se sentirem confortáveis como pedestres. Os espaços públicos são tão bons quanto as suas bordas (...)” (*ibid. loc. cit.*).

**8. Plantar árvores:** aponta para a necessidade de arborização, tal qual a necessidade de trânsito, e alerta, desse modo, para o fato de que a arborização também carece de grandes investimentos.

#### – Atratividade da Caminhada

**9. Conceber fachadas amigáveis e únicas:** para Speck, as fachadas das edificações devem ser atrativas para os pedestres, convidando-os a caminhar. O autor é irônico sobre isso ao sugerir três grandes inimigos da atratividade das fachadas: estacionamentos, farmácias e arquitetos famosos; nesses últimos, ele faz menção a edificações com fachadas lisas pouco convidativas.

**10. Conter as vitórias (acertos):** segundo o autor, nem todo o tecido urbano precisa ser caminhável. Para direcionar investimentos adequadamente e evitar a implantação de infraestruturas

de caminhabilidade em locais que não se tornarão caminháveis, o autor alerta para a necessidade de se delimitar com consciência a localização e as extensões de núcleos de caminhabilidade.

Esse décimo passo defendido por Speck é o menos óbvio, porém, segundo ele, é o mais importante, e ao que se deve a sua defesa pelos Centros de Cidade. Para Speck, as áreas urbanas centrais costumam apresentar já uma certa delimitação no tecido urbano, além do que, também costumam ser de fácil acesso e de amplo interesse pela população. Em suas palavras, Speck diz que “a região central é o único lugar da cidade que pertence a todos. Não importa onde seja a sua casa, o centro da cidade também é seu. Investir no centro da cidade é a única solução de base local para se beneficiar igualmente a todos os cidadãos” (*ibid.* p. 169, tradução nossa).

Anteriormente a Speck, em 1981, o urbanista americano Donald Appleyard (1981) publicou *Livable Streets* (Cidades Vivazes, em tradução direta), uma obra inovadora com visões sobre a Rua a partir de uma perspectiva “ecológica”, que buscava entender dinâmicas de utilização além do tráfego de automóveis. Em 2020, quando já falecido Appleyard, o seu filho Bruce Appleyard (2020), que também é planejador urbano, publicou uma reedição daquela obra, o *Livable Streets 2.0*, em continuidade às contribuições do pai. Segundo este autor, Donald Appleyard e também outros urbanistas de sua época propiciaram novos métodos científicos para a compreensão ambiental do espaço público, além da utilidade como meio de locomoção, e entendendo-se mais a fundo questões como ruídos e volumes sonoros, dinâmicas sociais, etc. Ainda assim, Bruce diz que tais análises se mantiveram limitadas às consequências do tráfego sobre as edificações, enquanto que, por sua vez, ele busca expandir a questão para considerar também a utilização das ruas por grupos de pessoas em questões de habitabilidade e de saúde:

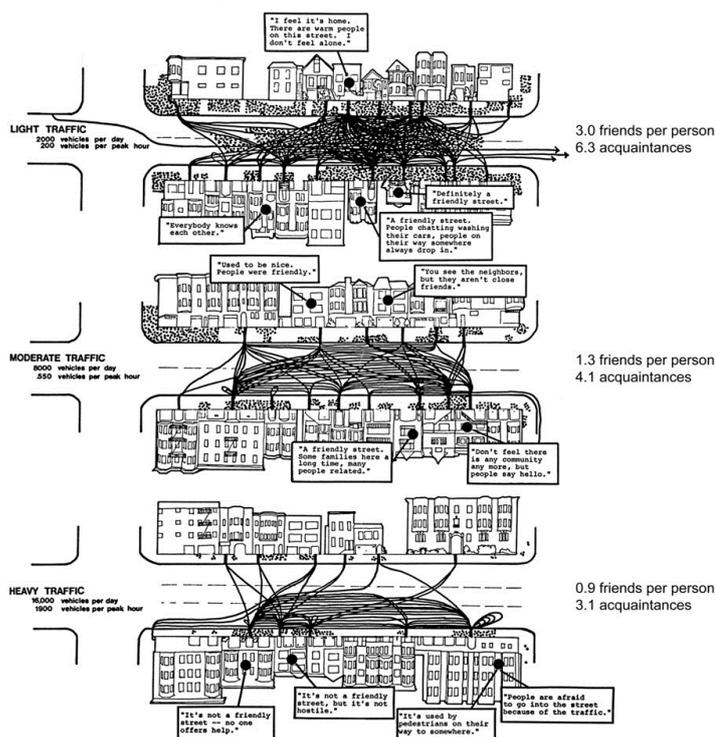
Donald Appleyard fez parte de um movimento que introduziu métodos científicos na compreensão de ruas e espaços públicos, fornecendo novas maneiras de conduzir análises ambientais para entender velocidades, volume, ruído, etc. Ele, no entanto, limitou seu foco em como os residentes foram afetados pelo tráfego. Eu tenho trabalhado sobre isso para ampliar nosso conhecimento de como esses métodos podem ser aplicados para entender e resolver os problemas de grupos mais vulneráveis e menos poderosos, incluindo pedestres, ciclistas, crianças e famílias, pessoas com deficiência e pessoas de cor, bem como como mediando-os junto a agendas atuais de habitabilidade. Eu também busquei ampliar o livro para discutir questões de saúde pública, incluindo saúde mental e saúde física (Appleyard, 2020, p. 53, tradução nossa).

Comentaremos aqui algumas das principais contribuições contidas em ambas as versões do *Livable Streets*, de Donald e Bruce Appleyard, a fim de auxiliar no entendimento da Rua e do espaço público em geral na promoção da presença e circulação de pessoas. Já na primeira obra, Donald Appleyard (1981) relatou a existência até então de apenas um trabalho técnico voltado aos problemas das ruas nas cidades norte-americanas – a Pesquisa Habitacional dos EUA, de

1973 —, comentando ainda sobre as contribuições decisivas de Jacobs. O autor devotou sua atenção aos problemas do Planejamento Urbano, em especial quanto ao tráfego de automóveis, destacando: a compreensão de uma Ecologia das Ruas para se lidar melhor com problemas que ocorrem ao longo delas e em redor, e que afetam tanto moradores como transeuntes; diversidades de estratégias requeridas para sanar tais problemas; a necessidade de métodos confiáveis para se analisar custos e benefícios decorrentes de transformações urbanas, em especial quanto a diferentes grupos sociais afetados; e a pertinência de programas participativos que informem e encorajem os diferentes grupos que sejam afetados por mudanças no tráfego, de modo e envolvê-los no planejamento, no desenho urbano e em processos de engenharia (Appleyard, 2020).

Ambas as *Livable Streets* defendem principalmente a necessidade de uma interconexão entre as escalas humana e regional no Planejamento e Desenho Urbano. Na opinião dos autores, políticas locais é que são capazes de estabelecer comunidades bem habitadas, com consequências positivas para o transporte regional e a ocupação e uso do território local. A partir dessa visão, ambas as obras inovaram em apresentar uma série de representações gráficas sobre diferentes realidades ocasionadas para moradores e transeuntes por ruas dotadas de diferentes condições de tráfego (Fig. 06). Identificou-se, em geral, um maior envolvimento e interesse das pessoas por ruas de escala local; uma certa indiferença e não identificação com ruas de escala mediana; e um afastamento e desinteresse da ruas de escalas maiores, como avenidas de alto tráfego.

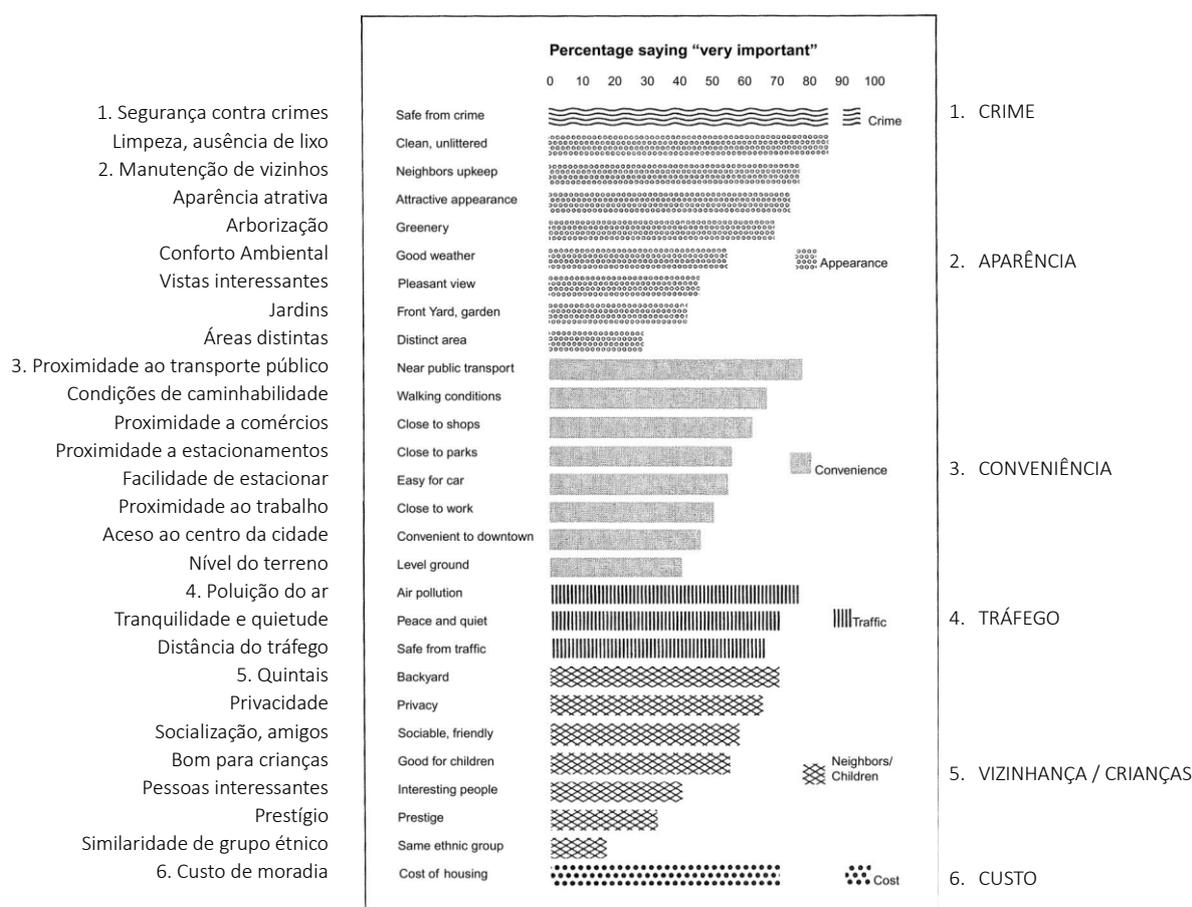
Fig. 6 Vizinhança e visitantes em uma rua de São Francisco: linhas mostram onde as pessoas alegam ver habitualmente amigos e conhecidos; pontos mostram onde elas dizem se encontrar



Fonte: Appleyard, 2020.

Um outro aspecto importante, em *Livable Streets 2.0*, é a análise de questões mais subjetivas ligadas à escolha das pessoas por ruas para moradia. Na Cidade de São Francisco, por exemplo, Bruce Appleyard identificou uma série de valores que influenciam nessa escolha (**Fig. 07**), elencando questões de violência, aparência, conveniência, tráfego, vizinhança, crianças e custos. Para nossa pesquisa, esses apontamentos auxiliam no entendimento correlato entre Socialização e Sociabilidade, tocando-se também questões mais complexas da relação pública entre as pessoas.

**Fig. 7** Importância das características da rua para moradores de São Francisco



Fonte: Appleyard, 2020, adaptado.

Também figura atualmente como referência no *Desenho Urbano Sustentável* a obra organizada pelo planejador urbano inglês Matthew Carmona, intitulada *Public Places, Urban Spaces, the dimension of urban design* (Carmona et al. 2010). Assim como nas obras dos Appleyard, Carmona e seus coautores reúnem fatos históricos e apontamentos técnicos sobre a temática, citando, por exemplo, o Congresso do Novo Urbanismo e sua Carta de 1993, idealizada para alertar quanto a questões cruciais do Desenvolvimento e do Desenho Urbano contemporâneo. Naquela década, dizem Carmona et al. (*ibid.* p. 34), o Novo Urbanismo pautara duas ideias centrais para as cidades: o desenvolvimento de bairros tradicionais pré-existentes e a criação de bairros neotradicionais, reconhecendo-se as qualidades positivas de configurações urbanas

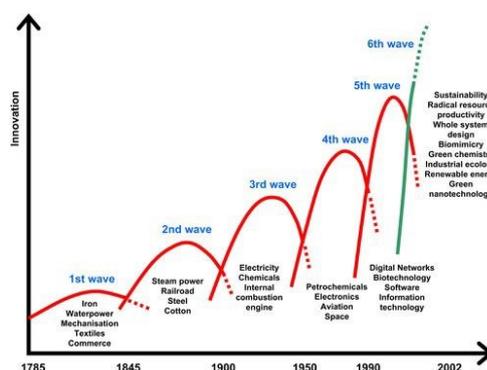
tradicionais em contraste às configurações da Cidade Moderna, e evidenciando-se também a utilidade do transporte público, com diferentes conexões modais. Nesse ínterim, Carmona (*ibid.* p. 35) destaca três principais escalas urbanas envolvidas: 1. **A região:** metrópole, cidade e vila; 2. **A vizinhança, o bairro e o corredor;** e 3. **O quarteirão, a rua e o edifício.** Para cada uma dessas três dimensões, a Carta do Novo Urbanismo teria estabelecido alguns princípios gerais:

- Vizinhanças com usos e populações diversas.
  - Comunidades projetadas tanto para pedestres quanto para carros.
  - Cidades e vilas formadas por limites fisicamente definidos e também universalmente acessíveis para espaços públicos e instituições comunitárias.
  - Lugares urbanos emoldurados por arquiteturas e paisagismos que celebrem a história local, o clima, a ecologia e práticas construtivas.
- (Carmona *et al.*, 2010, p. 35, tradução nossa).

Dentre os apontamentos de Carmona *et al.*, vale citar também a menção a seis ondas de transformações urbanas ocorridas desde 1785, e explicadas pelos autores a partir das inovações tecnológicas e ideais de cada época (**Fig. 08**). Segundo eles, os centros urbanos teriam recebido suas primeiras grandes transformações na primeira revolução industrial, pelas consequências da criação do motor a vapor, e depois, do aço, eletricidade, petroquímicos, informática, etc. Hoje, segundo Carmona *et al.*, a forma das Cidades estaria sendo majoritariamente influenciada pela noção de Sustentabilidade, produtividade intensa, design sistêmico integrado, energias renováveis, nanotecnologias, etc. Um entendimento que tem utilidade mais objetiva para o Planejamento Urbano, mas que é defendido pelos autores como necessário também para o Desenho das Cidades.

E como contribuição central, Carmona *et al.* (2010) elencam 10 princípios gerais para um *Desenho Urbano Sustentável*, nas três escalas já citadas: **1. edificações**, **2. espaços públicos (ruas)** e **3. Quadras**. A especificidade sobre essas escalas se dá porque, segundo os autores, demais escalas tratadas na Carta do Novo Urbanismo – bairros, vizinhanças, cidades e regiões – diriam respeito não à esfera do Desenho Urbano, mas à esfera do Planejamento Urbano. No **Quadro 2** abaixo estão contidos os princípios e as especificidades escalares apontados por Carmona *et al.*

**Fig. 8** Seis ondas de inovação que transformaram a forma das cidades



Fonte: Carmona, 2010, p. 78, adaptado de Hargroves & Smith 2005.

Quadro 2 – <i>Desenho Urbano Sustentável</i> a partir de Escalas Espaciais		
01. DIVERSIDADE E ESCOLHA	Edificações	Usos mistos dentro das edificações.
	Ruas	Usos mistos em ruas e edificações, com prioridade para pedestres e ciclistas; Combate à privatização e remoção de barreiras à acessibilidade.
	Quadras	Usos mistos em quadras, com redes de conexões entre ruas e espaços públicos detalhadas na microescala.
02. DISTINTI-VIDADE	Edificações	Considerar o caráter arquitetônico do local quando projetar; Melhorar localmente a capacidade de prover distintividade na construção; Conservar edificações importantes e históricos.
	Ruas	Refletir a forma urbana, a paisagem da cidade e o caráter do lugar no Desenho Urbano; Conservar elementos distintivos do lugar; Projetar em acordo com o “senso-de-lugar” único do espaço; Conservar importantes conjuntos de edificações e espaços públicos.
	Quadras	Refletir padrões morfológicos e históricos, espontâneos ou planejados; Identificar e refletir correlações públicas significativas; Considerar os usos e as qualidades das quadras.
03. NECESSIDA-DES HUMANAS	Edificações	Apoiar a inovação e a expressão artística no projeto; Projetar para a escala humana; Projetar edificações visivelmente interessantes.
	Ruas	Prover espaços públicos legíveis e de alta qualidade; Combater o crime através da concepção do espaço e seu gerenciamento; Aumentar a segurança reduzindo conflitos entre pedestres e veículos; Projetar para o contato social e a segurança da diversão das crianças.
	Quadras	Projetar uma rede de espaços públicos visivelmente interessantes; Melhorar a legibilidade através de marcos e da disposição espacial; Misturar comunidades socialmente; Fortalecer ao capital social.
04. SUPORTE BIÓTICO	Edificações	Prover oportunidades para o esverdeamento das edificações; Considerar as edificações como habitats.
	Ruas	Planejar paisagismos fortes e suaves; Plantar e renovar a vegetação urbana; Encorajar o esverdeamento e a exibição de jardins privados.
	Quadras	Prover os mínimos padrões de espaços públicos abertos; Prover espaço aberto privado; Criar ou melhorar habitats existentes; Respeitar as condições naturais.
05. CONCEN-TRAÇÃO	Edificações	Projetar formas edilícias compactas para reduzir a perda de calor, ou seja, terraços; Recuperar a utilidade de edificações abandonadas; Considerar edifícios altos onde for apropriado.
	Ruas	Reduzir o espaço destinado a vias de tráfego; Reduzir o espaço destinado a estacionamentos; Aumentar a vitalidade através da concentração de atividades.
	Quadras	Ampliar áreas no entorno de cruzamentos; Aumentar padrões de adensamento e evitar edifícios de baixa densidade; Construir com densidades capazes de suportar quantidades viáveis de usos, transportes e serviços; Respeitar necessidades da segurança privada.
06. ROBUSTEZE RESILIÊNCIA	Edificações	Construir edificações extensíveis; Construir edificações adaptáveis; Construir para durar; Usar materiais resilientemente.
	Ruas	Projetar espaços robustos, utilizáveis para muitas funções; Projetar espaços capazes de acomodar infraestruturas necessárias acima ou abaixo do solo; Projetar espaços úteis.
	Quadras	Projetar para permitir minuciosas variações de uso entre localidades; Garantir quadras urbanas com aspectos robustos.

07. EFICIÊNCIA DE RECURSOS	Edificações	Usar tecnologias solares de ganhos ativos e passivos; Projetar para conservar energia; Reduzir energia incorporada, através do uso de materiais locais e materiais de baixo custo energético; Usar materiais reciclados e renováveis; Projetar para a iluminação e ventilação naturais.
	Ruas	Projetar para permitir a incidência da luz solar; Projetar espaços públicos que reduzam a velocidade dos veículos e restrinjam sua circulação; Projetar espaços públicos que reduzam a velocidade do vento e melhorem o microclima; Usar materiais locais e naturais; Armazenar e reutilizar a água.
	Quadras	Reduzir padrões de estacionamento; Assegurar profundidades de quadras que permitam a incidência da luz solar, da luz ambiente, e a ventilação natural; Uso combinado de calor e sistemas de energia; Assegurar o acesso local ao sistema de transportes.
08. AUTOS-SUFICIÊNCIA	Edificações	Demonstrar senso de responsabilidade pelo setor público; Encorajar a responsabilidade do setor privado.
	Ruas	Providenciar a disposição e armazenamento de bicicletas conectados à internet.
	Quadras	Encorajar o autopolicimento através do projeto; Prover espaços para negócios de pequena escala; Prover serviços para estacionamento de bicicletas.
09. REDUÇÃO DA POLUIÇÃO	Edificações	Reusar e redestinar água usada; Isolar para reduzir a transmissão horizontal e vertical de barulho; Tratamento de água local.
	Ruas	Reduzir superfícies agressivas e de escoamento; Projetar instalações reutilizáveis; Projetar espaços bem ventilados para evitar o acúmulo de poluição; Priorizar o transporte público.
	Quadras	Captar o carbono emitido com a plantação de árvores; Plantar árvores para reduzir a poluição; Combater a poluição luminosa.
10. GERÊNCIA	Edificações	Atender e melhorar o projeto para facilitar a manutenção.
	Ruas	Atender e melhorar o contexto do projeto; Gerenciar o serviço público; Permitir a personalização de espaços públicos; Incrementar o tráfego calmo.
	Quadras	Projetar para a revitalização; Desenvolver visões de longo prazo; Investir os recursos necessários.

Fonte: traduzido e sintetizado a partir de CARMONA, *et al.* 2010, p. 163-168

Vale citar ainda no rol de autores do *Desenho Urbano Sustentável* o arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl (2006, 2011, 2013), em especial suas obras “Vida entre Edifícios, utilizando os espaços públicos” e “Cidade para Pessoas”, que são talvez, hoje, o principal nome e as obras mais icônicas para o desenho das cidades. Diferentemente dos autores anteriormente citados, Gehl transparece uma sensibilidade sobre a temática que foge a análises mais duras, com observações diretas sobre aspectos e atitudes humanas relacionadas aos espaços públicos.

São muitos os apontamentos e sugestões levantados por Gehl, dos quais pontuamos adiante os principais. Em “Vida entre Edifícios”, Gehl (2006, 2011) distingue três tipos gerais de comportamentos humanos realizados ao ar livre, a fim de desenvolver suas análises posteriores:

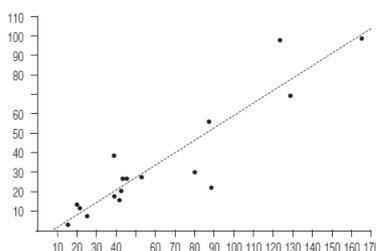
- **Atividades Necessárias:** atividades “compulsórias” em que os participantes são “obrigados a participar”, como “ir à escola ou ao trabalho, fazer compras, esperar o ônibus ou uma pessoa, enviar recados ou correspondências”. Para Gehl, essas atividades ocorrem durante todo o ano, estando bastante ligadas ao ato de caminhar. E, por serem necessárias, seriam pouco influenciadas pelo desenho urbano. Isto é, atividades que os participantes não têm escolha entre realizar ou não, de modo que são menos influenciadas pelo ambiente externo (Gehl, 2006, p. 9, tradução nossa).

- **Atividades Opcionais:** aquelas que os indivíduos realizam “se houver desejo de fazê-lo, e se o tempo e o local permitirem”, como andar para aproveitar ar fresco, tomar um banho de sol, etc. No geral, são atividades recreativas que, na concepção de Gehl, “ocorrem apenas quando as condições externas são favoráveis”, de modo que são mais dependentes das estruturas físicas do ambiente, e portanto, das concepções para os espaços públicos (*ibid.* p. 9-10, tradução nossa).

- **Atividades Sociais:** as atividades que dependem da presença conjunta de pessoas, como “brincadeiras entre crianças, saudações e conversas, atividades comunitárias de diversos tipos, e – como talvez a atividade social mais comum – contatos passivos, apenas ver e ouvir outras pessoas”. Segundo Gehl, as atividades sociais também podem ser chamadas de **atividades resultantes**, por ocorrerem a partir de atividades necessárias ou opcionais. Conforme ele explica, as Atividades Sociais ocorrem “espontaneamente”, pelo simples fato de as pessoas estarem juntas e interagindo, de modo que seriam “indiretamente apoiadas sempre que atividades necessárias e opcionais recebam melhores condições em espaços públicos” (*ibid.* p. 12, tradução nossa).

Gehl complementa que há uma correlação direta entre a qualidade dos espaços livres e a ocorrência dos diferentes tipos de atividades. Em espaços de má qualidade, ele diz que ocorrem apenas atividades necessárias. Já em espaços de boa qualidade, “atividades necessárias ocorrem com uma certa frequência”, propiciando também atividades opcionais, como “parar, sentar, comer, brincar e assim por diante” (*ibid.* p. 13, tradução nossa). Assim, um espaço livre de qualidade convida e induz as pessoas a realizarem atividades necessárias e opcionais, e conseqüentemente, também atividades sociais. Com base em um estudo no qual participou na Cidade de Melbourne, na Austrália, Gehl conclui que quanto mais tempo as pessoas passam em um espaço aberto, mais interações ocorrem entre elas, conforme demonstra um gráfico daquele estudo (**Fig. 09**).

**Fig. 9** Relação entre a quantidade de atividades em espaços abertos e a quantidade de interações entre pessoas em Melbourne.



Fonte: GEHL, 2006, p. 13

Avançando em seus apontamentos, Gehl investiga ainda minúcias do contato e da interação entre pessoas em espaços abertos. De modo geral, ele traça análises sobre diferentes padrões de tecido urbano relativos a diferentes momentos históricos, mas ainda hoje existentes em diversas partes do mundo: as ruas tortuosas de origem medieval; o apelo visual do Renascimento; e o funcionalismo moderno – neste, principalmente, a contribuição histórica para o desaparecimento das ruas e das quadras do espaço público –. A partir desses momentos históricos, Gehl sugere ocorrer uma gradual retomada de consciência pós-moderna e contemporânea na recuperação da vida dos espaços públicos, que ele cita em sua obra como sendo a própria “vida entre edifícios”.

Com base em todas as suas análises, Gehl propõe pré-requisitos ao Planejamento Urbano no sentido de considerar atividades sociais como elementos de Desenho Urbano, especialmente em áreas residenciais, que seriam mais propícias à ocorrência de uma série de Atividades Necessárias, Opcionais e Sociais ligadas a uma “vida comunal”. Sua defesa central é a de que “a estrutura física – o projeto – dê suporte visual e funcional à estrutura social de áreas residenciais” (Gehl, 2011, p. 57, tradução nossa). Assim, Gehl disserta sobre vários aspectos centrais, como:

- **Estruturas difusas:** com esse termo, Gehl faz menção a uma configuração para edificações que, além da delimitação de espaços fechados e privados, deve integrar-se a espaços abertos e públicos, submetendo-se aos processos sociais e aos contingentes populacionais locais. Isto é, Estruturas Difusas como edificações submetidas aos processos sociais e por eles configuradas.

- **Níveis de privacidade:** devido a diferentes níveis de privacidade encontrados nas cidades, desde cômodos da casa até áreas centrais e edifícios públicos, Gehl aponta a necessidade de espaços de transição entre os diferentes níveis. Por exemplo, espaços privados acompanhados de espaços semiprivados na transição para o espaço público, como jardins e terraços em uma casa; e também espaços públicos acompanhados de espaços semipúblicos, para o que Gehl não dá exemplos, mas que supomos, talvez, na diferença entre espaços públicos de escala urbana – parques, monumentos, etc. – e espaços públicos de escala local – praças, ruas de comércio, etc.

- **Territorialidade, segurança e senso de pertencimento:** trata-se do entendimento específico dos níveis de privacidade em áreas residenciais. Gehl defende que espaços semipúblicos próximos a residências favorece o convívio de moradores locais, proporcionando qualidades quanto à segurança, identificação, apropriação do lugar e senso de pertencimento. Assim nos diz Gehl:

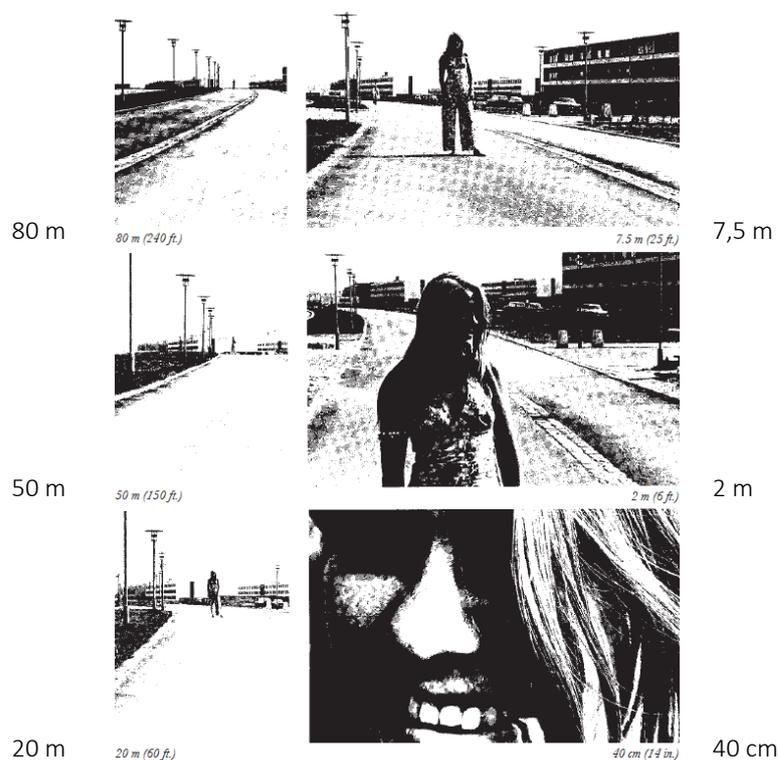
A área que o indivíduo percebe como ligada à habitação, ao ambiente residencial, pode se estender muito além da habitação real. Isso pode resultar no maior uso de espaços públicos – como pela permissão dos pais para que crianças pequenas brinquem ao ar livre. Estabelecer em áreas residenciais uma graduação de espaços abertos com espaços semipúblicos, íntimos e familiares mais próximos da residência também possibilita conhecer melhor as pessoas do local, e a experiência nos espaços

abertos como pertencentes às áreas residenciais gera em um maior grau de vigilância e responsabilidade coletiva sobre estes espaços. Os espaços públicos tornam-se parte do habitat residencial e são protegidos contra o vandalismo e o crime, da mesma forma que as próprias residências são protegidas (Gehl, 2006, p. 59-61, tradução nossa).

- **Bordas Suaves:** no mesmo sentido dos itens anteriores, Gehl sugere delimitações suaves entre diferentes níveis de privacidade, de modo que seja possível para que pessoas possam adentrar, sair ou permanecer próximas a prédios com facilidade (*ibid.* p. 183). É nesse sentido que funcionam também os jardins, canteiros, terraços, calçadas cobertas, arborização, dentre outros.

- **Campo de visão social:** segundo Gehl, o campo de visão social é de cerca de 100 m (**Fig. 10**). Na proximidade dos 80 m, “figuras que podem ser vistas a distâncias maiores passam a ser identificadas como indivíduos humanos” (*ibid.* p. 65, tradução nossa). Gradativamente, quanto mais curto o campo de visão, maiores passam a ser os detalhes observados: a cerca de 70m é possível identificar características gerais como sexo e idade dos indivíduos, e a atividade que possam estar realizando; a cerca de 30 m, tornam-se visíveis aspectos mais particulares, como estatura, características corporais e tipo de cabelo, de modo que pessoas conhecidas podem ser identificadas; a cerca de 20 m, é possível a percepção de aspectos mais subjetivos, como o humor; e, finalmente, em proximidades menores de 10 m, tornam-se visíveis aspectos mais singulares dos indivíduos, como características de vestuário, detalhes faciais, etc. (*ibid.* p. 65-67).

Fig. 10 Campo de visão social, de 0 a 100 m



Fonte: Gehl, 2006, p. 66.

- **Receptores de Distância e Proximidade:** Gehl faz referência ao antropólogo americano Edward T. Hall por ter explorado na obra “The Hidden Dimension”, de 1966, aspectos da percepção humana no ambiente espacial. Assim, além do campo de visão social, Gehl comenta em Hall também sobre distâncias consideradas pela percepção de outros sentidos: os cheiros, que tenderiam a ser captados entre distâncias de 1m a 3m, quando fracos ou fortes; e os sons e ruídos, que tendem a ser confortavelmente audíveis até os 7m, distância que favorece então a conversação, e sendo possível ouvir até os 35 m pessoas falando claramente ou não, a depender das condições do ambiente. Após os 100m, Gehl sugere que apenas sons não muito claros são ouvidos.

- **Distâncias sociais:** também a partir de Hall, Gehl comenta sobre quatro distâncias sociais, a saber: **Distância Íntima**, até cerca de 45cm, na qual podem ser expressos sentimentos intensos entre pessoas, como “ternura, conforto, amor e raiva” (*ibid.* p. 69, tradução nossa); **Distância Pessoal**, entre 45cm e 1,30m, na qual se estabelecem conversações de amigos e pessoas próximas, como na mesa de jantar; **Distância Social**, entre 1,30m e 3,75m, na qual costumam ocorrer conversações corriqueiras entre amigos, conhecidos, colegas de trabalho, etc., como na sala de casa ou ambiente escolar; e **Distância Pública**, de 3,75m a 12m, em situações mais formais com pessoas públicas ou pequenas palestras de locução unilateral sem aparelhos sonoros (*ibid.* p. 69).

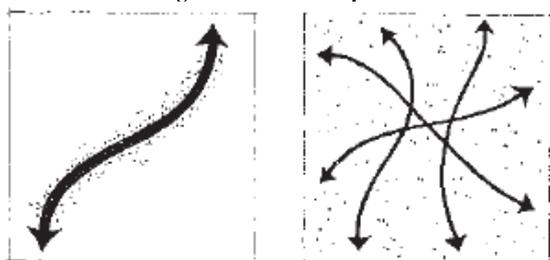
- **Pequenas e Grandes Dimensões Geométricas:** para Gehl, as relações interpessoais também são influenciadas pela percepção das dimensões do espaço construído. “Cidades e edificações de dimensões modestas, ruas estreitas e pequenas edificações e espaços abertos, detalhes construtivos e pessoas (...) são experimentados de perto (...). Por outro lado, projetos de construção com grandes espaços, ruas largas e edifícios altos são considerados frios e impessoais” (*ibid. loc. cit.*).

- **Tempo de Experiência:** Gehl comenta sobre velocidades de deslocamento de algo ou alguém conforme a capacidade da percepção humana. Segundo ele, os sentidos em geral, e em especial a visão, são capazes de captar impressões de elementos deslocados desde à velocidade de uma caminhada, a 5km/h (1,3m/s), até velocidades de corrida, a cerca de 15km/h (4,1m/s). A partir desse limiar, a captura e processamento de informações tendem a ser consideravelmente prejudicados.

- **Escala de Automóveis e Escala de Pedestres:** com base no item anterior, Gehl sustenta que, na escala do automóvel, formas físicas costumam ser vistas em grandes dimensões, sem detalhes. Nessa escala, a figura humana, seu rosto e expressões faciais tendem a não ser percebidos. Ao contrário, lugares de escala para pedestres favorecem deslocamentos não acelerados, calmos – *Taffic Calming*, ou Tráfego Moderado, como já é conhecido em outras fontes –, a fim de favorecer não só maior segurança ao trânsito, mas uma apreciação humana adequada no espaço.

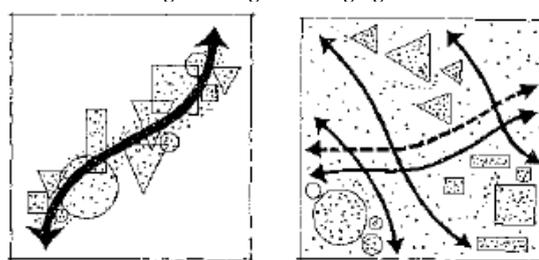
- **Elementos que Isolam ou que Unem:** nesse item, Gehl aponta para elementos e fatores gerais que tendem a Isolar (paredes e muros, grandes distâncias, altas velocidades, múltiplos níveis topográficos...) e que tendem a unir (ausência de paredes e muros, pequenas distâncias, baixas velocidades, nível topográfico único...). Ele apresenta quatro influências gerais do Desenho Urbano que necessitam ser compatibilizadas para propiciar o povoamento do espaço público: reunir ou dispersar, integrar ou segregar, convidar ou repelir, abrir ou fechar (**Fig.11-14**). Estas são influências que podem apresentar conflitos entre si, e que então precisam ser equilibradas. É necessário, por exemplo, reunir pessoas em espaços abertos sem que ocorram segregações, e que espaços de reunião integrem-se também com outros espaços. Do mesmo modo, é necessário tornar um espaço convidativo, com fácil acesso, sem que se torne demasiado aberto, e com um fechamento adequado para propiciar a reunião de pessoas, mas sem também ficar segregado.

Fig. 11 Reunir ou Dispersar



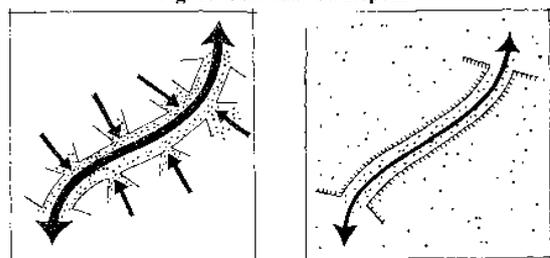
Fonte: Gehl, 2006, p. 81.

Fig. 12 Integrar ou Segregar



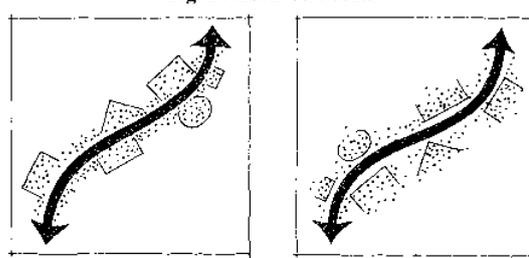
Fonte: Gehl, 2006, p. 101.

Fig. 13 Convidar ou Repelir



Fonte: Gehl, 2006, p. 113.

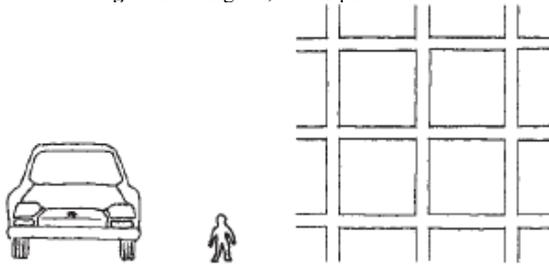
Fig. 14 Abrir ou Fechar



Fonte: Gehl, 2006, p. 121.

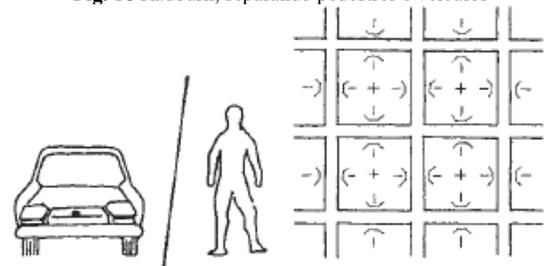
São muitas as análises e apontamentos de Gehl. Vale apresentar ainda uma síntese que ele realiza ao analisar tecidos urbanos encontrados em quatro diferentes cidades (**Fig. 15-18**): Los Angeles, e um sistema viário voltado para o tráfego automotivo; Radburn, e um sistema viário que já buscava, em 1928, atenuar os efeitos do tráfego, estabelecendo circulações separadas para pedestres; Delft, que em 1969 propôs uma sistema de tráfego integrado, condicionando os veículos a uma circulação mais lenta; e Veneza, que seria um bom exemplo de uma cidade para pedestres, por apresentar distinções claras entre vias de alto tráfego e vias de pedestres.

Fig. 15 Los Angeles, cidade para veículos



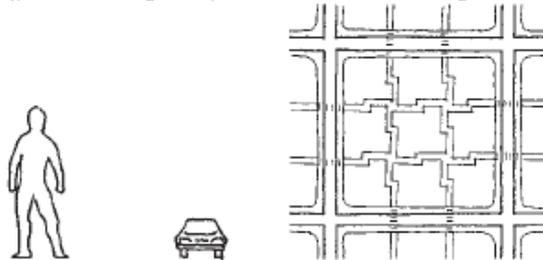
Fonte: Gehl, 2006, p. 110.

Fig. 16 Radburn, separando pedestres e veículos



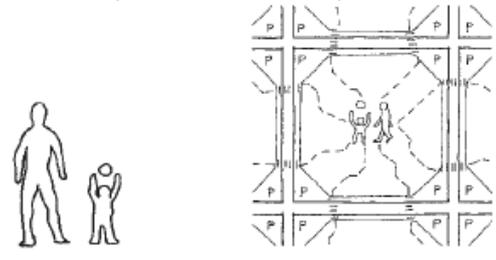
Fonte: Gehl, 2006, p. 110.

Fig. 17 Delft, integrando pedestres e veículos em tráfegos lentos



Fonte: Gehl, 2006, p. 110.

Fig. 18 Veneza, separando áreas urbanas de pedestres e veículos



Fonte: Gehl, 2006, p. 110.

Em sua segunda obra, “Cidade para Pessoas”, Gehl avança em análises sobre ações diretas do comportamento humano em espaços abertos, como andar, sentar, estar, ver, ouvir e falar. Aí, porém, ele oferece explicações mais teóricas, sem detalhes e ilustrações como na obra anterior, do que não se tornou relevante comentá-la aqui. Por fim, tem-se aí um importante conjunto teórico para a humanização dos Espaços Públicos, o que, inclusive, fica evidente na tradução para o espanhol da primeira obra, como “*La Humanización del Espacio Urbano*” (Gehl, 2006).

Essas referências do *Desenho Urbano Sustentável* permitem compreender a miríade de fatores do Planejamento e do Desenho Urbano capazes de influenciar sobre a socialização das pessoas no espaço público, e assim, sobre a *Sociabilidade Urbana*. Embora sejam teorias desenvolvidas sobre realidades europeias e norte-americanas, elas fornecem teorizações atuais robustas sobre a temática: desde Speck com a defesa da Caminhabilidade e Centros de Cidade; passando pelos Appleyard, com novos métodos de análise da rua com particularidades socioespaciais; também Carmona e suas amplas teorizações, a evidenciar indicadores que explicitam a necessidade de investimentos em tecidos urbanos tradicionais; e Ghel, que coroa toda essa literatura com um olhar às menores particularidades da ação humana no espaço aberto. Esses entendimentos permitem compreender por quais meios a Arquitetura e Urbanismo é capaz de favorecer, hoje, o povoamento do Espaço Público; meios e condições que, também no olhar acadêmico, possibilitam análises sobre a *Sociabilidade Urbana*, que é o que damos continuidade no próximo item.

### 3.7.2 Pesquisas Empíricas Atuais em Sociabilidade Urbana

Além do *Desenho Urbano Sustentável*, muitas investigações acadêmicas atuais em *Sociabilidade Urbana* também parecem evidenciar a complexidade dessa temática, principalmente por uma multiplicidade de metodologias aplicadas, ligadas a diversas questões sociais, econômicas, tecnológicas, morfológicas, etc. São pesquisas que fazem uso de instrumentos e métodos de investigação variados, como: observação *in loco* de espaços urbanos e seus usos; coleta e análise sistematizada de dados diversos, como dados sociodemográficos, realização de percursos por transeuntes, mapas metais de usuários, contabilização do tráfego de veículos e pessoas em dados locais e horários; identificação de grupos sociais, com o crescimento específico de investigações sobre grupos vulneráveis, em especial crianças e idosos; análises urbanísticas detalhadas, como a quantidade e tipo de conexões viárias e a morfologia de edificações; e ainda métodos matemáticos, estatísticos e de análise digitais, que têm auxiliado no processamento dos dados.

São muitas as possibilidades para a pesquisa da *Sociabilidade Urbana* hoje. Entretanto, conforme os trabalhos que pudemos apreciar e detalhar a seguir, corroborando-se inclusive com muitas de suas conclusões, observa-se duas tendências gerais nesse tipo de investigação. **Primeiro**, o reconhecimento de que os métodos de análise atualmente disponíveis ainda não são capazes de alcançar resultados precisos sobre hipóteses levantadas, de maneira que se têm alcançado sim resultados satisfatórios, apesar de que também apontam para achados divergentes e inesperados, reforçando-se a qualidade complexa da Sociabilidade. **Segundo**, o entendimento de que fatores exteriores à questão da morfologia urbana, como principalmente a estratificação social, têm influenciado tanto quanto – ou ainda mais que – nas configurações da *Sociabilidade Urbana*. Esse segundo pressuposto se alinha especialmente à questão a segregação socioespacial e seus fenômenos correlatos, conforme apreendemos de Caldeira e outros autores (cf. p. 79) no cenário atual da *Sociabilidade Urbana*; e também às concepções de D’Incao, através de seus apontamentos ao *Processo de Restrição da Sociabilidade* movido por condições tanto espaciais quanto sociais (cf. p. 90). Por tudo isso, são apresentadas adiante pesquisas que se colocam como referências metodológicas no trabalho investigativo da *Sociabilidade Urbana*, ilustrando-se aí as possibilidades de técnicas e métodos disponíveis hoje à ciência acadêmica. Contudo, pelo que se expõe, entende-se que permanece ainda a necessidade de maiores aprofundamentos à questão da Sociabilidade na multiplicidade e complexidade de fatores e condições envolvidas.

Em “*A New Reading of Sociable Public Spaces: the nexus between Urban Design and*

*Microsociology*<sup>10</sup>, o arquiteto e urbanista iraniano Fatemeh Dousti *et al.* (2018) desenvolvem uma investigação detalhada atual da literatura do *Desenho Urbano Sustentável*. Desde Jacobs, passando por Appleyard até Carmona – para citar autores comentados aqui –, eles analisaram um total de 22 referências bibliográficas para coletar indicadores conceituais do desenho urbano, e então observá-los na microsociologia de uma área residencial na cidade do Teerã. Na literatura investigada, Dousti *et al.* listaram 17 características gerais encontradas com os autores explorados, e que exerceriam influências na sociabilidade em espaços públicos urbanos (**Quadro 3**):

**Quadro 3** – Características que favorecem a Sociabilidade em Espaços Públicos Urbanos.

	1961	1966	1970	1976	1977	1980	1987	1989	1992	1999	2003	2004	2008	2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2013	2014	
	Jacobs	Hall	Appleyard	Relph	Alexander	Whyte	Lang	Francis	Carr	Dovey	Mitchel	Madanipour	Saleens & handy	Bosselmann	Lee & moudon	Shafiqe	Watson	Carmona	Main & Hannah	Francis	Mehta	Carmona	
Tráfego			*					*								*					*		
Controle										*		*											*
Assentos						*		*	*				*							*			
Proximidade		*					*												*	*			
Prospecção		*							*										*	*			
Paisagem Árida ou Suave						*						*				*		*			*		
Proteção						*			*							*					*		*
Amplitude Social						*															*	*	*
Atividades de Uso e Ocupação	*			*	*											*					*	*	*
Vitrines												*						*			*	*	*
Senso de Segurança	*															*					*	*	*
Senso de Pertencimento														*							*	*	*
Personalização																				*	*	*	*
Sensação de Prazer																					*	*	*
Sensação de Conforto									*												*	*	*
Funções Sociais	*			*							*			*		*					*	*	*
Atividades Humanas																		*			*	*	*

Fonte: Dousti *et al.* 2018.

O método de análise empírica utilizado por Dousti *et al.* foi a observação e o registro visual *in loco*. Pela largueza das referências adotadas, os autores chegaram a conclusões significativas. Segundo Dousti *et al.*, na conformação dos espaços analisados na cidade do Teerã, observou-se uma “excessiva atenção a aspectos espaciais do desenho urbano e uma negligência quanto a aspectos sociais e da experiência das pessoas que utilizam os espaços” (*ibid.* p. 47, tradução nossa). Como evidência, os autores apontaram diferentes mudanças e ou agregações de funções de uso por parte da população em uma série de espaços e mobiliários urbanos, a exemplo de paradas de ônibus e canteiros de passeios que servem a socializações inesperadas (**Fig. 19**).

<sup>10</sup> Em tradução direta nossa: “Uma Nova Leitura dos Espaços Públicos de Sociabilidade: o nexa entre desenho urbano e microsociologia”.

Fig. 19 Diferentes funções, espaços de borda, acessos e equipamentos públicos promovendo a socialização na cidade do Teerã

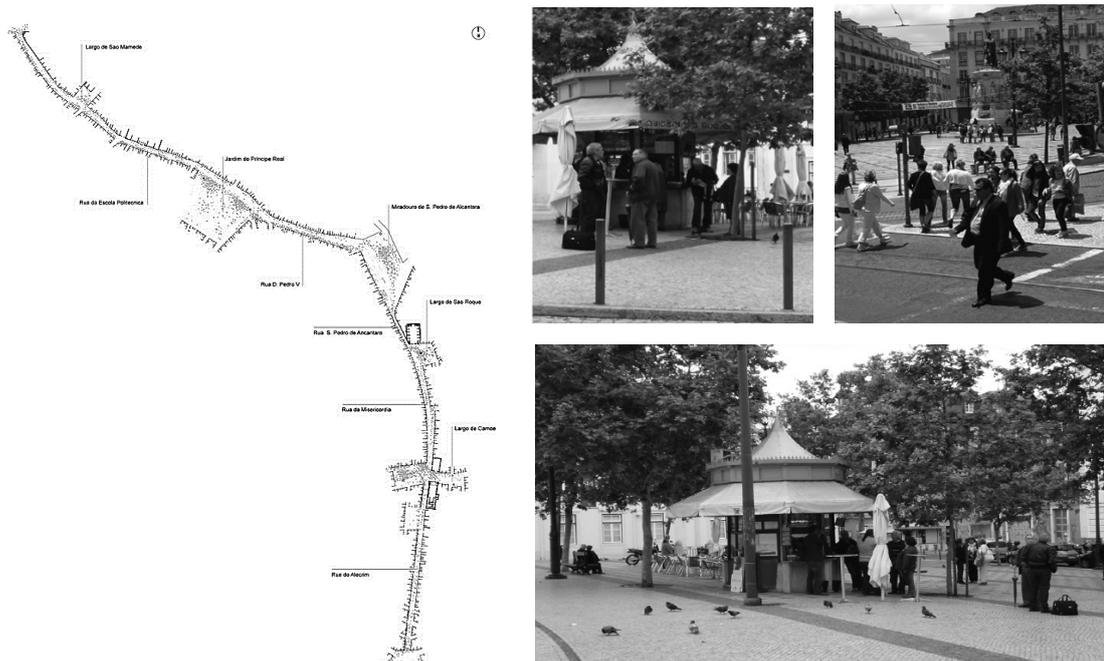


Fonte: Dousti *et al.* 2018.

Em suas conclusões, Dousti *et al.* também sugeriram que os espaços “de borda, de transição, de acessos e equipamentos urbanos” são favoráveis à socialização; espaços que, segundo os autores, “permitem que as pessoas se apropriem mais ativamente de condições sociais e espaços não planejado para a promoção de encontros informais e conversações” (*ibid. loc. cit. tradução nossa*). Em seus escritos, portanto, os autores defendem que projetistas deveriam focar em “condições sociais favoráveis que atraiam e viabilizem a socialização pública e em estruturas espaciais informais que favoreçam tomadas de decisão criativas, em função de um desenho urbano flexível e adaptado ao planejamento de áreas residenciais” (*ibid. loc. cit. tradução nossa*).

Em um segundo artigo, “Sociabilidade: a forma urbana na vida pública de Lisboa”, os arquitetos portugueses Rui Pedro Justo e Ana Elisabete Amado (2015) utilizaram também a observação e o registro visual em espaços públicos e chegaram a conclusões similares às de Dousti *et al.* Partindo igualmente de referências teóricas da Sociabilidade e do Desenho Urbano, os autores analisaram empiricamente um importante eixo viário da cidade de Lisboa, entre o Cais do Sodré e o Largo do Rato; eixo descrito e ilustrado pelos autores como conformado por espaços públicos diversos: ora estreitos, de escala local, ora mais amplos, com largos e monumentos turísticos, e ora ocupados por residências, ora por comércios e serviços (Fig. 20). Em linhas gerais, tal como em Dousti *et al.*, o estudo constatou que o espaço urbano não é condicionado apenas por sua morfologia, mas também por qualidades ambientais e funcionais associadas, embora a configuração urbana se mostre essencial na organização e funcionamento do espaço público, principalmente para a criação de vínculos sociais na vida pública (*ibid. p. 56*).

Fig. 20 Eixo viário entre o Cais do Sodré e o Largo do Rato na Cidade de Lisboa



Fonte: Justo & Amado, 2015.

Dois fatos em particular chamaram a atenção dos autores. Primeiro, a alta capacidade de ocupação do espaço público e uma dinamização social propiciadas por uma recuperação recente de quiosques no eixo viário, especialmente nos largos com maior presença de turistas. Com base em suas observações, os autores alegaram que esses equipamentos urbanos simples podem se apresentar como “âncora de desenvolvimento da vida pública, normalmente integrado nos espaços singulares da cidade” (*ibid.* p. 56). Segundo, terem presenciado a manifestação de uma campanha de moradores que denunciavam algumas intervenções urbanísticas recentes: em especial, a pintura na cor rosa do pavimento de uma rua em específico, criando-se a Rua Rosa, no intuito de se estimular usos comerciais noturnos, mas o que acarretou em atividades incômodas à vizinhança residencial, principalmente nas avançadas horas da noite. Os manifestantes alertavam para o fato de que ali morava gente, e que, por isso, as autoridades e os planejadores deveriam repensar as configurações e os usos previstos para a localidade. Uma contradição, enfim, que nos lembra a atenção necessária, já comentada em Speck (2012), para as setorizações do espaço urbano quanto aos diferentes intuitos de povoamento dos espaços públicos, e quanto às transformações de ocupações e usos que daí podem decorrer; e também, às mudanças que mesmo pequenas estruturas e intervenções como quiosques, ou mesmo uma mera inovação como uma pintura diferente, podem acarretar sobre dinâmicas sociais urbanas.

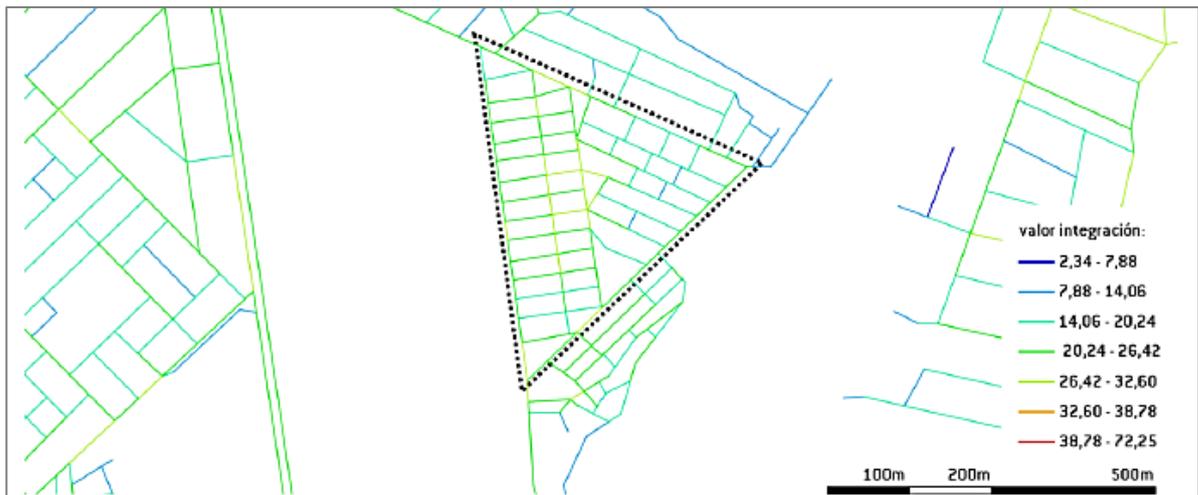
Em uma terceira pesquisa, “*Sociabilidad urbana: explorando las relaciones entre perfiles sociales y espaciales de Recife*”, desta vez uma dissertação de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco, a arquiteta espanhola Marta Roca Muñoz (2018, 2019) identificou padrões morfológicos e sociais ligados a condições de maior e menor sociabilidade urbana. A autora analisou quatro diferentes regiões da cidade do Recife, nos bairros das Graças, Vila Tamandaré, Boa Viagem e Setúbal com a aplicação de dois métodos de análise complementares. Com a Teoria das Facetas<sup>11</sup>, foram elaboradas entrevistas com moradores em ruas específicas dessas localidades, para identificar-se respectivos padrões sociais, e questionando-os com sentenças formadas pela combinação de termos que remeteram a três diferentes indicadores (facetas) da vida social: 1. tipos de ação realizadas pelos moradores (informal, formal, solidária ou comunitária); 2. localização da ação (interior da casa, frente da casa, espaços públicos do bairro, espaços fora do bairro); e 3. pessoas envolvidas na ação (amigos ou familiares, vizinhos, estranhos, conhecidos). Com essas sentenças, os entrevistados foram levados a responder sobre a frequência (nunca, raramente, às vezes, frequentemente, sempre) com que realizavam atividades como “Encontrar amigos nas ruas ou praças do bairro”, “Marcar com um vizinho para ir ao shopping”, “Ajudar uma vizinha com as sacolas da feira”, “Participar de alguma atividade esportiva com pessoas que não conhecem em algum parque, praia ou rua”, “Cumprimentar alguém na parada de ônibus”, “Frequentar lugares religiosos, Culturais...”, dentre outras. Complementarmente, através de instrumentos de análise mais objetivos da Sintaxe Espacial e de Perfis Espaciais<sup>12</sup>, foram analisadas as respectivas ruas dos entrevistados, por meio de quatro critérios de sociabilidade colhidos pela autora a partir da referência de Jane Jacobs e outros autores: o Nível de Integração, por meio de mapas axiais; a Interface Espacial, por meio da análise de fachadas fechadas, fachadas parcialmente fechadas, fachas mutáveis, transparentes ou aberta; a Constituição, quanto ao número de acessos entre o espaço privado e o espaço público em uma quadra; e a Densidade, no que concerne à quantidade de habitantes por m<sup>2</sup> de acordo com o que é informado por pesquisas censitárias nas respectivas localidades.

Com os dados levantados, Muñoz elaborou diferentes índices para os critérios de Sociabilidade através de uma análise de escalonamento multidimensional, que distribuiu diferentes variáveis em um espaço euclidiano com base em suas similaridades - técnica *Smallest Structure Analysis* – *SSA*. Assim, foi possível a visualização gráfica das similaridades entre os índices, permitindo, finalmente, a análise de correlações entre os dados socioespaciais colhidos pelas entrevistas e os dados urbanísticos colhidos das análises espaciais da Sintaxe e dos Perfis (Fig. 21-24).

<sup>11</sup> Segundo a autora, a partir de suas referências bibliográficas, um Método de Pesquisa que principalmente: “*ofrece principios sobre cómo delinear proyectos de investigación para poder recolectar sus datos sistemáticamente (...). (...) permite estudiar una gran cantidad de variables al mismo tiempo. (...) ayuda a formular hipótesis de tal forma que se pueda comprobar empíricamente su validez.*” (Muñoz, 2018).

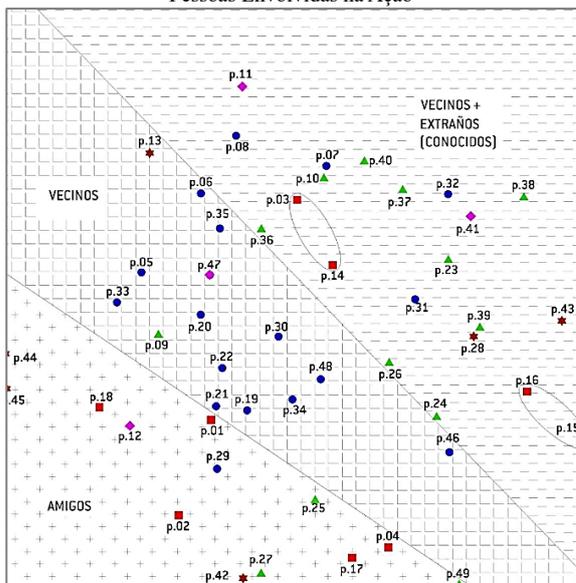
<sup>12</sup> A Sintaxe Espacial possibilita alguns tipos de cálculo e ilustração de interconexões espaciais como a partir da hierarquia e vias, enquanto o Perfil Espacial, a correlação entre estruturas abertas, vazadas e fechadas (portões, janelas, grades, muros...) nas fachadas de uma rua.

Fig. 21 Mapa Axial da Vila Tamandaré no Recife desenvolvido por Sintaxe Espacial



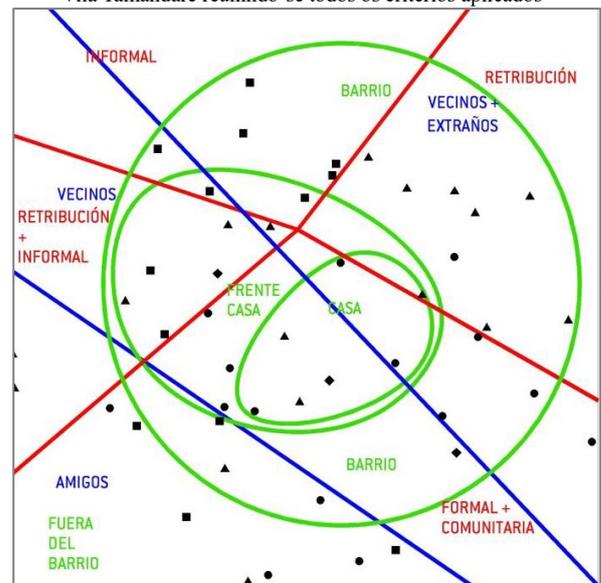
Fonte: Muñoz, 2018, p. 110.

Fig. 22 SSA das entrevistas da Vila Tamandaré no critério Pessoas Envolvidas na Ação



Fonte: Muñoz, 2018, p. 132.

Fig. 23 SSA das entrevistas da Vila Tamandaré reunindo-se todos os critérios aplicados



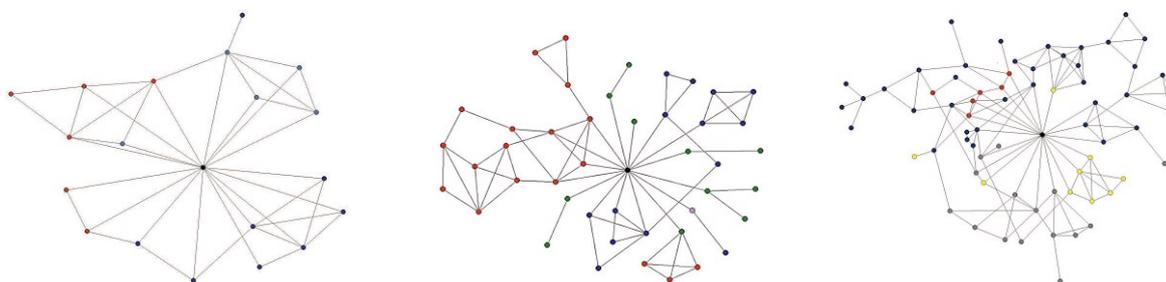
Fonte: Muñoz, 2018, p. 134.

Dentre suas conclusões, Muñoz identificou um nível de sociabilidade maior no bairro da Vila Tamandaré em relação aos demais bairros analisados, observando que esta região é mais bem delimitada no tecido urbano, e possui uma escala mais local, com ruas menores e mais estreitas. Soma-se a isso a consideração de que, nessa localidade, foi identificado um estilo de vida mais informal, marcado por uma maior proximidade entre vizinhos, e ligado a atividades realizadas no próprio bairro, como em pequenos comércios e serviços. Isso, diferentemente dos outros bairros, onde se identificou um estilo de vida mais formal, marcado, como sugere a autora, por suas respectivas classes sociais, que promovem socializações em lugares que não nos bairro. Nesse sentido, Muñoz evoca a arquiteta e urbanista Circe Monteiro (1989), quem já

teria suscitado a influência das classes sociais na sociabilidade urbana: a classe média, em especial, estaria sendo levada a socializar-se longe do bairro de moradia; uma defesa que se alinha aqui às exposições de D’Incao quanto ao *Processo de Restrição da Sociabilidade*, a partir da vida burguesa distanciada do convívio da rua (cf. p. 90). Ademais, Muñoz chega a outras conclusões que não corroboraram as correlações encontradas. Ela explica que a Vila Tamandaré possui quantidades significativas de fachadas fechadas para rua, o que seria teoricamente negativo para a sociabilidade. No entanto, ela alega que é a combinação e a variedade de fatores o que condiciona a sociabilidade, de modo que, por exemplo, o longo tempo de residência dos moradores na região, como identificado, talvez contribui para a atenuação de aspectos morfológicos.

Uma quarta pesquisa corrobora no entendimento da influência das classes sociais na sociabilidade, a partir do artigo *“Poverty and Sociability in Brazilian Metropolises: comparing poor people’s personal network in São Paulo and Salvador”*<sup>13</sup>, dos cientistas sociais brasileiros Renata Bichir e Eduardo Marques (2012). No campo das Ciências Sociais, o artigo analisou e comparou redes sociais de indivíduos residentes em áreas pobres nas cidades de São Paulo e Salvador. Utilizou-se aí de entrevistas semiabertas com 362 pessoas, questionando-as primeiro quanto à amplitude de suas redes sociais, no que se identificou a predominância de seis esferas principais: família, vizinhança, amigos, igreja, trabalho e Associações; e segundo, quanto à profundidade dessas redes, no que identificou conexões e quantidades de pessoas em cada esfera (redes amplas, amplas a médias, médias, médias a pequenas, e pequenas) (Fig. 24).

Fig. 24 Exemplos de redes sociais de diferentes amplitudes e profundidades em São Paulo e Salvador



Fonte: Bichir & Marques, 2012, p. 30.

Apesar de diferenças encontradas, Bichir e Marques concluíram pela existência de padrões de sociabilidade semelhantes entre indivíduos de regiões pobres nas cidades analisadas. E em especial, quando comparadas as redes sociais com a renda dos indivíduos, se de classe baixa ou média, os autores constataram que “os padrões de relação de pessoas pobres tende a ser, de modo geral, menor, menos diverso, mais local e mais fortemente baseado em contatos primários

<sup>13</sup> Em tradução nossa: “Pobreza e Sociabilidade em Metrôpoles Brasileiras: comparação entre redes sociais de pessoas pobres em São Paulo e Salvador”.

do que as pessoas de classe média. Esse resultado sugere que no Brasil existe um padrão metropolitano de sociabilidade condicionado pelos grupos sociais, isto é, a classe social tem maior peso na organização das redes sociais (...) e não contextos urbanos ou culturais” (ibid. p. 31, tradução nossa). Apesar disso, os autores apontaram que mesmo entre cidadãos pobres é encontrada uma grande diversidade de redes sociais. O artigo concluiu pela circularidade da reprodução da pobreza a partir das condições de sociabilidade, de modo que redes sociais mais locais e homofílicas tendem a estar associadas a piores condições sociais. Essas explicações se alinham aqui, mais uma vez, ao *Processo de Restrição da Sociabilidade em D’Incao* (cf. p. 90).

Por fim, em Alexandre Paz Almeida (2011), também no campo das Ciências Sociais, encontra-se “Uma análise sobre sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa-PB”, que apresenta observações qualitativas da sociabilidade a partir de bases teóricas. Remetendo a uma anterior pesquisa de mestrado, Almeida citou entrevistas abertas realizadas com moradores do bairro de Valentina de Figueiredo na Cidade de João Pessoa, que foram analisadas junto a autores como Lefebvre e Gilberto Velho. E suas conclusões, de modo geral, se alinham com os apontamentos que foram levantados aqui quanto à imprecisão da compreensão atual da Sociabilidade, especialmente em Ribeiro (cf. p. 88). O autor refletiu sobre a capacidade do pensamento moderno e contemporâneo de superar contradições e ambivalências nessa temática, por ter observado, na pequena localidade analisada, diversidades de situações de socialização, relações de vizinhança e apropriações do espaço urbano que fazem questionar quanto à possibilidade de se delimitar com clareza o que seria o lugar privado – ou público – da casa, da rua, do bairro e da cidade, em meio a hábitos entremeados de *abstração, concretude e realidade*, como viver e amar, consumir e gastar, explorar e hierarquizar, dentre vários outros:

*até o presente momento o cotidiano, comunidade e a sociedade são apresentados de forma ambivalente e contraditória; se o bairro ainda mantém uma forma peculiar de sociabilidade que propicia o encontro mais estimado com o outro, fazendo do vizinho uma fonte de segurança, mas também de receios, o que não deixa de ser ambíguo; se a vida privada, em alguns casos, se confunde com a pública, fazendo da casa uma extensão da rua, da rua uma extensão do bairro e do bairro uma extensão da cidade, como delimitar um campo ou uma categoria específica, para se estudar no meio urbano, quando tudo se parece tão contraditório, tão complexo e heterogêneo, tão lúdico e idílico? (...) não quero aqui assumir uma postura pós-moderna, mas o que se parece encontrar, na contemporaneidade e nos aspectos fugazes da vida no cotidiano, é de expectativas e busca de um sentido que se não for abstrato (viver, reconhecer, projetar, individualizar, de ser, amar, etc.) pode ser concreto (consumir, gastar, produzir, etc.) ou real (explorar, hierarquizar, estigmatizar, etc.) (Almeida, 2011, p. 8)*

Com essa defesa, conclui-se aqui nossa suposição de que mesmo pesquisas empíricas atuais em Sociabilidade carecem de maiores entendimentos sobre os fenômenos da Sociabilidade como acontecimento, como *gestos-fio*, conforme Ribeiro; fenômenos que, pelas pesquisas comentadas, evidenciam a imprecisão do Desenho Urbano na promoção da socialização, em contrapartida a impactantes e variados fatores socioespaciais, como a estratificação - segregação - socioespacial.

### 3.7.3 Sociabilidade Urbana – Preceitos Gerais de Análise

A partir do observado nos autores do *Desenho Urbano Sustentável*, nossa pesquisa entendeu a existência de duas grandes esferas da Morfologia Urbana ligadas à promoção da sociabilidade: uma **Macroesfera** de atuação mais abrangente ligada ao **Planejamento Urbano**, responsável pela concepção dos elementos urbanos mais “rígidos”, isto é, as estruturas mais duradouras e macrocondicionantes do espaço, como as vias, na configuração de seus sentidos, extensões e larguras, e as quadras e lotes, em suas dimensões e conformações. E uma **Microesfera** de atuação mais restrita ligada ao **Projeto Urbano**, responsável pela concepção dos elementos urbanos mais “moldável”, isto é, as estruturas menos duradouras e microcondicionantes do espaço, como faixas de vias, suas destinações e direções de trânsito, sinalizações, larguras de calçadas, arborizações, elementos de acessibilidade, materiais de pavimentação, mobiliários urbanos, dentre outros. A **Macroesfera**, a entendemos também mais relativa às várias condições ligadas às diferentes áreas do Planejamento Urbano: econômicas, sociais, políticas, ambientais, históricas, estéticas, etc.; e a **Microesfera**, a entendemos mais relativa à experiência humana direta com o espaço urbano, também ligada a variados condicionamentos urbanísticos, mas que tendem a ser pensadas e repensadas com maior frequência, devido a uma maior transitoriedade existente, por exemplo, em políticas públicas, tecnologias de transporte, dentre outros. Além disso, entre uma esfera e outra, sugerimos haver ainda a **Esfera da Dimensão Arquitetônica** que exerce influências sobre o **Espaço Urbano**, tal como a fachada das edificações e suas volumetrias. A depender de valores históricos e sociais, também estas influenciam a conformação urbana de maneira diversificada, tanto no nível macro, através de edifícios imponentes de preservação histórica, como no nível micro, através de edificações que, mesmo sem maiores valores históricos ou estéticos, podem apresentar usos e interações com o espaço público que repercutem na configuração de dinâmicas de socialização. O **Quadro 4** a seguir sintetiza alguns dos principais indicadores encontrados nos autores analisados, divididos quanto a essas dimensões Macro, Micro e Arquitetônica da Morfologia Urbana. Além disso, elencamos também esses indicadores nos três nichos mais comuns em que são encontrados no *Desenho Urbano Sustentável*, conforme pontuamos ao início: 1. *Transporte Urbano Intermodal*; 2. *Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis*; e 3. *Sustentabilidade Ecológica no Espaço Urbano*.

Quadro 4 – Indicadores de *Desenho Urbano Sustentável* em Esferas e Nichos da Morfologia Urbana

PLANEJAMENTO - MACROESFERA DA MORFOLOGIA URBANA	
1. Transporte Urbano Intermodal	Demarcação e interconexão entre setores de caminhabilidade e de trânsito
	Prioridade ao transporte público
	Redução de vias para veículos
	Acesso local a sistemas de transporte
	Deslocamentos curtos para redução de consumo energético
	Tráfego calmo
	Destinação de estacionamentos
2. Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis	Interconexão entre escalas humanas e regionais
	Territorialidade, senso de lugar, senso de pertencimento
	Alta densidade populacional
	Mistura social de comunidades
	Concentração de atividades
	Variações de uso entre localidades
	Quadras curtas
	Edifícios altos onde apropriados
	Escalas adequadas de vias para setores de caminhabilidade (locais) e trânsito (regionais)
	Valorização da imagem viária
	Áreas amplas no entorno de cruzamentos
	Elementos públicos distintivos
	Combate à privatização de espaços públicos e fomento a espaços privados abertos
3. Sust. Ecol. no Espaço Urbano	Consideração da paisagem local
	Poluição atmosférica em níveis adequados
	Controle da incidência solar e velocidade de ventos
DESENHO URBANO - MICROESFERA DA MORFOLOGIA URBANA	
1. Transporte Intermodal	Definição do tráfego
	Velocidades de deslocamento adequados a escalas locais e regionais
	Controle de estacionamentos
	Agilidade no trânsito
	Proteger o pedestre
	Acolher as bicicletas
2. Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis	Usos mistos
	Delimitação de espaços
	Transição entre público e privado (bordas suaves)
	Larguras adequadas de calçadas
	Legibilidade do espaço público
	Reunir, Integrar, Convidar, Abrir
	Infraestrutura diversa
	Promoção da acessibilidade
	Favorecimento a grupos vulneráveis
	Autopolicimento encorajado através de projeto
	Favorecimento da manutenção
	Permitir personalização de espaços públicos
	Espços multifuncionais

	Espaços para negócios de pequena escala
	Campos de visão social (10m, 20m, 30m, 70m, 100m)
	Distâncias sociais (45cm, 1,3m, 3,75m, 12m)
	Distâncias sensoriais (3m, 7m, 35m, 100m)
	Consideração do caráter arquitetônico local
3. Sustentabilidade Ecológica no Espaço Urbano	Arborização
	Paisagismo diversificado
	Poluição sonora em níveis adequados
	Poluição lumínica em níveis adequados
<b>EDIFICAÇÕES - ESFERA ARQUITETÔNICA DA MORFOLOGIA URBANA</b>	
Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis	Usos mistos nas edificações
	Diversidade compacta de tipologias arquitetônicas
	Preservação de edificações distintivas
	Recuperação de edificações abandonadas
	Fachadas amigáveis e únicas, visivelmente interessantes
	Edificações extensíveis, adaptáveis, sustentáveis e resilientes
	Dimensões geométricas pequenas para setores de caminhabilidade
Sust. Ecol. no Espaço Urbano	Esverdeamento de edificações
	Exibição de jardins privados
<b>Fonte: Autor</b>	

Do que se vê, tem-se uma amostra de 60 indicadores que, se tomados ao pé da letra, demandariam trabalhos hercúleos para investigação ou promoção da *Sociabilidade Urbana*. Além do que, apesar dessa tentativa de categorizá-los para uma melhor apropriação, nota-se interconexões entre muitos indicadores, bem como entre categorias. Por exemplo, embora seja citada a diversidade compacta de edificações na esfera arquitetônica, essa diversidade é dependente dos usos favorecidos pelo Desenho Urbano, bem como das configurações fundiárias providas pelo Planejamento. E também, embora cada autor expresse os indicadores que lhe são centrais, encontra-se em seus textos menções a vários outros possíveis indicadores, como em Jane Jacobs, que comenta sobre a largura adequada das calçadas, mas não sugere esse indicador em específico.

Vale ressaltar também a partir do **Quadro 4** a aparente preponderância do Desenho Urbano – da Microesfera da Morfologia Urbana – na promoção de um *Desenho Urbano Sustentável*, e consequentemente, da *Sociabilidade Urbana*. Se bem que acabamos de reconhecer aqui a sua imbrincação à Macroesfera e a Esfera Arquitetônica, nota-se um maior aglutinamento de indicadores naquela categoria. Inferimos assim que talvez o Desenho Urbano (28 indicadores) seja a esfera mais buscada para que condicionamentos gerais da *Sociabilidade Urbana* possam ser potencializados ou amortizados, seguindo-se da capacidade menos flexível do Planejamento (23 indicadores) e da capacidade mais espacialmente localizada de intervenções arquitetônicas (9 indicadores). E quanto aos nichos elencados, observa-se uma maior concentração de

indicadores na Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis (38), seguido do Transporte Intermodal (13) e da Sustentabilidade Ecológica no Espaço Urbano (9). Essa divisão propicia reflexões e questionamentos ainda primários ao entendimento da complexa imbrincação entre todos os fatores, mas talvez relevantes. Por exemplo, se o nicho da Ecologia Urbana na Macroesfera do Planejamento pode transparecer menor impacto à *Sociabilidade Urbana*, suspeita-se, ao contrário, de impactos terminantes que catástrofes ambientais podem acarretar na sociabilidade de lugares que, por não respeitarem o indicador da Consideração da Paisagem, podem ser alvo de enchentes, desmoronamentos, e outras adversidades. Todos esses são, portanto, indicadores através dos quais ressaltamos o caráter qualitativo da Sociabilidade, que parecer ser dependente menos de aplicações singulares e mais de interações e condicionamentos conjuntos.

Do ponto de vista das pesquisas empíricas em Sociabilidade, mostra-se sugestiva a influência de fatores socioespaciais menos objetivos e morfológicos sobre a *Sociabilidade Urbana*, como a Estratificação Socioespacial, conforme já foi comentado. Esse apontamento se coaduna à Segregação Socioespacial explicitada a partir de Caldeira (cf. p. 79) no cenário atual da *Sociabilidade Urbana*, e a partir do qual também podemos tecer primeiras inferências junto a D’Incao e seu *Processo de Restrição da Sociabilidade* (cf. p. 90). Este é um fenômeno que, pelas exposições de D’Incao, parece ter origem na Esfera Morfológica Arquitetônica e na Macroesfera do Planejamento, longe talvez da Microesfera do Desenho Urbano; isto é, na progressiva transformação das edificações pela adesão da população a formas de vida burguesa, com *Sociabilidade Restrita* afastada da rua; e, posteriormente, na idealização e concretização de tecidos urbanos modernos pelo Planejamento. Mas hoje, para a solução dessa sociabilidade restringida, em um sentido talvez contraditório e pouco eficaz, é principalmente a Microesfera Morfológica do Desenho Urbano que tem sido convocada, por ser mais flexível, mais adaptável; e isso, nesse mesmo sentido, talvez seja um fator a influenciar que muitas abordagens em sociabilidade ainda limitem a compreensão da temática aos fenômenos mais específicos da socialização e do desenho urbano, sem aprofundamentos nos nuances socioespaciais da Sociabilidade.

É a partir dessa suspeita que propomos nesta Tese uma Abordagem Qualitativa. Afinal, se válida a inferência de que a *Sociabilidade Urbana* tem tanto ou mais a ver com Planejamento e Arquitetura do que com Desenho Urbano, esmiuçar *Minúcias Socioespaciais* da sociabilidade torna-se uma contribuição para que a *Sociabilidade Urbana* possa munir-se de melhores conceitos e entendimentos, conforme demanda a literatura; e assim, conseqüentemente, atenuar o seu cenário crítico atual condicionado sobremaneira pela *Segregação Socioespacial*. É assim que nos voltamos agora ao Método da Autoetnografia para a explicitação de tais minúcias. E com isso, no que é principal aqui, para a evidência da complexidade social da Sustentabilidade.

#### 4 AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL

A Autoetnografia é adotada aqui como Método Qualitativo Empírico para a investigação da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*, principalmente em seus aspectos sociais, que aqui são investigados em maior ligação com a Sociabilidade. E isso, através também do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*, que cumhamos com a *Teoria de Santiago* e seu *Conceito de Autopoiése* (cf. p. 69), compreendendo-se uma *Complexidade Multi-Transescalar* (cf. p. 53) em que se encontram integradas dimensões ecológicas e sociais nos *Sistemas Ecológico-Sociais*. Há aí uma diferença de abordagens já correntes em Autoetnografias por desenvolvermos um foco mais voltado para aspectos socioespaciais do que puramente sociais, denominando-se aqui a adoção do método como *Autoetnografia Socioespacial*. Inclusive, esta é uma contribuição que parece significativa por explicitar ênfases espaciais para o próprio Método da Autoetnografia, que é originário do campo puro das Ciências Sociais, e que ainda tem começado a ser mais utilizado nas ciências sociais aplicadas da Arquitetura e Urbanismo,

As principais bases teóricas da nossa *Autoetnografia Socioespacial* são o **Modelo Triádico** da educadora, antropóloga e pesquisadora Sul Coreana Heewon Chang (2008, 2010) e os **Preceitos Gerais** da comunicadora norte-americana Carolyn Ellis *et al.* (2011, 2014, 2015), ambas autoras que têm contribuído para a disseminação e a sistematização do Método da Autoetnografia.

Em Chang (2008), o *Modelo Triádico* indica três condições para a elaboração de Autoetnografias (**Fig. 02**): a **Orientação Metodológica**, que corresponde ao conteúdo Etnográfico; a **Orientação Cultural**, que equivale ao conteúdo contextual e interpretativo; e a **Orientação Conteudística**, sobre o conteúdo autobiográfico em si. Para facilitar o entendimento, fugimos da tradução direta dessas referências e as denominamos de **Orientação Etnográfica, Contextual e Autobiográfica**. Com esse tripé, Chang chama a atenção para o papel central da Autoetnografia, que seria o de evidenciar relações interpessoais, sociais e contextuais a partir de experiências vivenciadas pelo Autor, mas tomando-as apenas como instrumento para evidenciação daquelas relações maiores. Afinal, desde o ponto de vista do Eu, do *Self*, seria mais possível correlacionar relações e contextos múltiplos que, muitas das vezes, fogem às análises científicas mais objetivas. Segundo a autora:

A Autoetnografia conecta o *self* com outros, com o social e o contexto (Reed-Danahay, 1997; Wolcott, 2004). O foco no *self* não está somente no *self* isoladamente. Uma variedade de outros – “outros em similaridade (...)”, “outros em diferença” (...), e “outros em oposição” (...) – estão comumente presentes em histórias sobre o *self* (Chang, 2008). Essa multiplicidade de outros existe no contexto em que o *self* habita; coletar dados a partir do *self* converge definitivamente com a investigação de como o contexto em redor influencia e molda a construção do *self*, e como o *self* responde, reage ou resiste às forças do contexto. A atenção autoetnográfica para o contexto sociocultural é a base desse método de pesquisa (Chang *et al.* 2010, p. 3, tradução nossa).

Em Chang (*ibid.*), compreendemos então a *Orientação Etnográfica* como o princípio para a elaboração da nossa *Autoetnografia Socioespacial*, tendo-se a *Sustentabilidade e Sociabilidade Urbanas* como nossos objetos da análise etnográfica. Em seguida, desdobra-se uma *Orientação Contextual* na investigação de uma realidade socioespacial em específico, e cuja *Orientação Autobiográfica* se dá na evidenciação de minúcias socioespaciais em experiências do Autor.

Já em Ellis *et al.* (2014, p. 269), encontram-se sete *Preceitos Gerais* para Autoetnografias: “1. utilizar-se da experiência pessoal, 2. ter familiaridade com pesquisas existentes, 3. descrever e ou criticar experiências culturais, 4. iluminar conhecimentos internos, 5. quebrar o silêncio e dar voz a alguma questão; 6. manejar-se por entre dor, confusão, raiva e ou incerteza; 7. ser acessível.”. Os três primeiros preceitos dizem respeito aos principais aspectos da Autoetnografia, quais sejam: utilizar-se da experiência pessoal juntamente com pesquisas para a tratativa de questões culturais mais amplas, assim como também Chang defende centralmente no Método. Os quatro últimos preceitos dizem respeito a questões mais específicas trazidas por Ellis *et al.*, segundo as quais, por exemplo, os conhecimentos internos e menos objetivos dos integrantes de uma cultura também são úteis para o entendimento dessa cultura (*ibid.* p. 262). Nesse sentido, a autoetnografia propicia que grupos minoritários, e também contranarrativas, encontrem meios para questionar narrativas convencionais em pesquisas tradicionais (*ibid. loc. cit.*). E desse modo, é comum também que experiências relacionadas a sentimentos negativos e incertezas se apresentem em autoetnografias, tanto motivando a sua elaboração, como também, segundo os autores, servindo de processo terapêutico, mas o que deve buscar contribuir para entendimentos tanto mais gerais e mais específicos a respeito de culturas ou identidades culturais (*ibid.* p. 263). Por tudo isso, a Autoetnografia se configura ao mesmo tempo como “processo” e como “produto”, e que também pode tornar o conhecimento mais acessível ao público em geral (*ibid. loc. cit.*).

Os preceitos de Ellis foram observados em nossa *Autoetnografia Socioespacial*, à exceção de que, como se comentará adiante, encontram-se aqui menos presentes aspectos sentimentais e emocionais ligados a Autoetnografias, devido ao nosso foco Socioespacial. Favoreceu isso a construção do corpos teóricos anteriormente levantados sobre *Sustentabilidade e Sociabilidade Urbanas*, que viabilizaram interpretações mais científicas de muitas das experiências vivenciadas pelo Autor, e de modo que a *Orientação Autobiográfica* pôde ser desenvolvida com certa síntese.

A partir das bases teóricas tomadas, o conteúdo mais autobiográfico da nossa *Autoetnografia Socioespacial* **1.** se inicia com a narrativa de acontecimentos ligados à Sustentabilidade e ao *Conceito de Autopoiese*, identificando-se o surgimento e o desdobramento de tais temáticas na história da formação do Autor, o que é útil para a crítica já realizada sobre o *Discurso Central*

de *Sustentabilidade* e a então defesa por novas *Perspectivas Paradigmáticas*. Em seguida, **2.** são apresentadas narrativas mais amplas sobre a história do Autor, destacando-se um *Processo de Restrição da Sociabilidade* por ele vivenciado nas décadas de 1990, 2000 e 2010, no total de 30 anos que constituíram sua trajetória escolar, universitária, profissional e acadêmica até o ano de 2020, quando ocorreu a pandemia da Covid-19. Nesse ínterim, são comentadas também ocorrências ligadas a um pequeno patrimônio construído da família do Autor, destacando-se um antecedente familiar ligado à comercialização de materiais de construção, compra, venda e construção de imóveis na Zona Sudoeste da Cidade do Recife. E por fim, **3.** são compartilhadas outras narrativas gerais sobre questões da Sustentabilidade, da Sociabilidade e da região de moradia do autor, contribuindo-se para compreensões alargadas e mais detalhadas de todo esse enredo.

Também outros instrumentos empíricos deram suporte à *Autoetnografia Socioespacial*, constituindo o seu conteúdo mais etnográfico, e neste caso, socioespacial. Foi desenvolvida uma pequena coleta de dados em documentos e arquivos da família do Autor para se apresentar indícios às narrativas compartilhadas, principalmente quanto ao antecedente familiar ligado à produção do espaço. Também foi elaborada uma Caracterização Socioespacial da região de moradia do Autor, compreendida por parcelas dos bairros de Areias, Barro e Caçote no Recife, e que é tomada como nossa Região de Análise (Fig. 01). Essa caracterização buscou evidenciar o contexto histórico e morfológico atual da conformação urbana dessa região, estudando-a junto a questões sociais, ambientais e econômicas possíveis de serem observadas em dados e registros ao longo do tempo, como através de reportagens em meios de comunicação e observações do próprio Autor. E ainda, foram realizadas entrevistas com moradores locais: uma Primeira Entrevista Semi-Estruturada realizada por meios presencial e virtual com vários moradores, que buscou por indicações gerais sobre *Sustentabilidade e Sociabilidade Urbanas*, e quanto aos entendimentos de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*; e uma Segunda Entrevista Semi-Estruturada com dois moradores dentre os mais antigos da região, a fim de se identificar, nas respostas e falas proferidas, possíveis indicações mais detalhas quanto a minúcias sociais que são investigadas.

No que segue, exploramos objetivamente no item 4.1 o Método da Autoetnografia, compreendendo sua história, preceitos, tipos e exemplos. Depois, no item 4.2, comentamos aproximações existentes entre Arquitetura e Urbanismo e Autoetnografia. No item 4.3, iniciamos a parte mais etnográfica da Autoetnografia, explicitando as técnicas de pesquisa e coleta de dados utilizadas. Depois, no item 4.4, realizamos a Caracterização Socioespacial da Região de Análise. Nos itens 4.5 a 4.7, apresentamos as narrativas autobiográficas da *Autoetnografia*. E finalmente, no item 4.8, concluímos a Autoetnografia com uma interpretação geral sobre a multidimensionalidade da Sustentabilidade ligada à Sociabilidade, à luz do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade* e seus conceitos de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade*.

#### 4.1 O MÉTODO DA AUTOETNOGRAFIA

Ellis *et al.* (2014, 2015) remetem a origem da Autoetnografia à última década de 70 nos Estados Unidos, quando do surgimento de Políticas de Identidade após movimentos de luta por direitos civis de negros, mulheres, homossexuais e minorias em geral. Naquela época, segundo os autores, passou-se a evocar o termo “Autoetnografia” para se propor novos métodos de pesquisa em que membros de culturas específicas podiam se expressar a respeito de suas culturas, bem como antropólogos podiam desenvolver etnografias em suas próprias culturas de origem. Esse foi um movimento ligado ao próprio surgimento da Antropologia Urbana naquela mesma década (cf. p. 74), mas que só começou a ser melhor considerado ao longo das décadas seguintes. Ellis *et al.* comentam especialmente aí sobre o surgimento da compreensão e da defesa de que toda Etnografia é uma Autoetnografia, por expressar questões não apenas sobre algo investigado, mas também sobre o pesquisador que investiga, questões de sua realidade e sua epistemologia:

As primeiras referências à Autoetnografia correspondem ao surgimento das políticas de identidade. Em 1975, Karl Heider usou o termo “*auto-ethnography*” para descrever um estudo em que membros de uma cultura expressavam-se sobre sua cultura. Em 1977, Walter Goldschmidt considerou que “toda etnografia” é “autoetnografia” por revelar questões pessoais ligadas a investimentos, interpretações e análises. Em 1979, David Hayano usou o termo “*auto-ethnography*” para descrever antropólogos que “conduzem e escrevem etnografias de seu ‘próprio povo’” e que escolhem um “local de estudo” ligado a algumas das identidades ou grupos integrantes. Nesses textos, Heider enfatiza o valor dos integrantes de uma cultura em contar as suas próprias histórias, Goldschmidt argumenta que traços do pesquisador estão presentes em todo trabalho etnográfico, e Hayano descreve o relevo da identidade do pesquisador e sua conexão com outras similaridades identificadas (Ellis *et al.* 2015, p. 16, tradução nossa).

Segundo Ellis *et al.*, a década seguinte de 1980 manteve o desenvolvimento de pesquisas que exploravam narrativas pessoais por parte de sociólogos, antropólogos, comunicadores e outros profissionais, mas sem evocar ainda enfaticamente o termo “Autoetnografia”. Foi apenas na década de 1990 que, segundo os autores, o Método passou a ser explicitado. Ellis aponta inclusive para aquela época a sua maior produção em Autoetnografias, tendo escrito mais de vinte ensaios sobre o método, um livro, e editado ainda outros livros sobre esse tema (Ellis *et al.* 2015, p. 17). Desde então, a Autoetnografia tem se tornado um método reconhecido, discutido em obras representativas dos métodos qualitativos de pesquisa, como *The Oxford Handbook of Qualitative Research* (Leavy, 2014), da biblioteca de psicologia da Universidade de Oxford, nos EUA, e *The Sage Handbook of Qualitative Research* (Denzin; Lincoln, 2018), obra internacional da Sage Publications. Com o séc. XXI, finalmente, tem-se intensificado a disseminação da Autoetnografia desde as ciências sociais para vários outros campos acadêmicos, conforme declaram Ellis *et al.*:

(...) autoetnografia tem se tornado um importante e legítimo método em muitas disciplinas e contextos de pesquisa. Ela aflorou em periódicos profissionais e conferências acadêmicas. Numerosos livros e periódicos especiais já se voltam à investigação autoetnográfica, e pesquisadores em disciplinas como antropologia, arte e design, negócios, comunicação, criminologia, educação, geografia, enfermagem, psicologia, serviço social e sociologia têm utilizado a autoetnografia. Também cursos voltados à autoetnografia já são ensinados em muitas universidades, e textos sobre métodos de pesquisa já incluem capítulos sobre a abordagem (Ellis *et al.*, 2015, p. 18, tradução nossa).

Existem hoje diferentes tipos de Autoetnografias em produções científicas e literárias. Fato notório é que, por combinar Etnografia e Autobiografia, a Autoetnografia oportuniza novas possibilidades na elaboração e apresentação de diferentes modalidades da produção de texto: em campos analíticos, como na Antropologia Urbana, permite expressões sociais externas à epistemologia ocidental, abrindo-a para novas narrativas que, dentre outros, contribuem para a humanização do saber científico; e em campos literários, sentido inverso, como faz entender a beletrista Daniela Versiani (2002), a Autoetnografia agrega suas qualidades analíticas. Sendo um instrumento crítico, afinal, Versiane elucida que, de um modo geral, a Autoetnografia prefigura uma alternativa conceitual para diferentes noções de Sujeito, diferentes *Selves*, que não apenas aquele do homem branco europeu que teria sido forjado principalmente com o Iluminismo do séc. XVIII. Este seria um “sujeito unívoco e estável” (Versiane, *ibid.*), que aparenta-se como um narrador geral da história, tanto na Ciência como na Literatura, e contra o qual, hoje, tanto na Ciência como na Literatura, a Autoetnografia possibilita que novas histórias sejam contadas, dando voz, finalmente, a outros sujeitos minoritários, a diversificados *Selves*:

A busca por estratégias alternativas de leitura de textos de construção de *selves* se torna mais urgente na medida em que se amplia o interesse teórico/crítico em atribuir ao discurso autobiográfico um valor político na visibilidade de subjetividades de alguma forma associadas a grupos minoritários. Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficas a construção de subjetividades marginais (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (...) É através da aproximação entre estas reflexões teóricas sobre a construção de autobiografias e etnografias, e da implícita alteração do papel teórico/crítico literário e do antropólogo diante destas formas discursivas que acredito ser possível fundamentar o conceito de autoetnografia, uma alternativa conceitual útil a pesquisadores da cultura preocupados em superar uma série de dicotomias predominantes na reflexão teórica dedicada tanto às autobiografias quanto às etnografias (...) (Versiani, 2002, p. 58-68).

É possível somar aos apontamentos críticos de Versiani outros atributos que Ellis *et al.* (2014, 2015) citam para quele “Sujeito Unívoco”, identificando-o como homem, branco, europeu, heterossexual, classe média/alta, cristão e fisicamente hábil. E essa discussão é ainda mais ampla. Se nos apropriamos, por exemplo, de debates atuais em Decolonialidade (Lander, 2005; Santos & Menezes, 2009), compreendemos que além da colonialidade territorial empreendida

nos séculos do expansionismo europeu, o conhecimento é também um meio por qual se mantém, hoje, uma colonialidade eurocentrada, a determinar a produção internacional do conhecimento – o Saber –, e desde aí, também narrativas sociais – o Fazer –. E se nos voltamos ainda ao próprio Iluminismo nos séc. XVII e XVIII, através de apontamentos do geógrafo britânico David Harvey (2008), já citado aqui em sua *Compressão do Espaço-Tempo* (cf. p. 94), este foi um momento histórico a partir do qual se buscou padronizar conceitualmente o mundo, isto é, sincronizar diferentes territórios extracontinentais – territórios coloniais em especial – em função de interesses político-econômicos europeus, criando-se uma noção de Espaço-Tempo favorável à dominação político-territorial, e via de regra, à própria singularidade “sujeitual”. E essa é uma perspectiva que também sugere, aqui, a utilidade da Autoetnografia para a tratativa da *Sociabilidade Urbana*, que, como vimos, estaria sofrendo um *Processo de Restrição da Sociabilidade* (cf. p. 91-95) no âmbito dessa mesma compressão do Espaço-Tempo. Harvey diz que:

Na visão iluminista de como o mundo deveria ser organizado, mapas e cronômetros precisos constituíram instrumentos essenciais. A grade que o sistema ptolomaico tinha fornecido (...) já fora corrigida e preenchida, de modo que uma longa linha de pensadores, de Montesquieu a Rousseau, pôde começar a especular acerca dos princípios racionais e materiais passíveis de organizar a distribuição de populações, modos de vida e sistemas políticos no mundo (Harvey, 2008, p. 227, tradução nossa).

Um último apontamento crítico se explicita a partir das Autoetnografias, em sentido contrário à padronização dos sujeitos. Do que se nota, na elaboração de trabalhos autoetnográficos, o conhecimento estaria determinado pela condição do Ser, do *Self*: embora um mesmo autor possa levantar diferentes enfoques em Autoetnografias, parece haver aí um limite, devido à aplicação do método estar condicionada à realidade sociocultural e histórica de cada autor. Não à toa, há teóricos que já evidenciam diversidades de Autoetnografias. Novamente em Ellis *et al.* (2015), há referências a: Autoetnografias Indígenas, elaboradas por integrantes de culturas exóticas; Autoetnografias Comunitárias, em que integrantes de uma comunidade relatam aspectos culturais próprios; Narrativas Pessoais, que analisam dimensões pessoais do investigador; Narrativas Etnográficas, em que se incorpora relatos pessoais a estudos etnográficos de uma cultura que foi vivenciada; Autoetnografias Reflexivas, que partem de relatos biográficos do autor; Entrevistas Interativas, nas quais são narrados os processos e contextos da realização de entrevistas; etc.

A própria Carolyn Ellis é exemplo da diversidade e limitação dos tipos de Autoetnografias. Embora condicionada socioculturalmente como mulher branca norte-americana, ela comenta já ter realizado Narrativas Pessoais diferentes, como sobre sua trajetória com as Autoetnografias e sobre o estigma de ser uma mulher de baixa estatura; e ainda Entrevistas Interativas, elaboradas em trabalhos que ela realizou junto a sobreviventes do Holocausto. Nada obstante,

Ellis jamais poderia fazer uma Autoetnografia Indígena, por exemplo, por não ser indígena. E ainda, se consideramos que muitas diferentes culturas indígenas são designadas sob o mesmo termo “Indígena”, também aí se vê o espectro de diversidade, e igual delimitação, das Autoetnografias.

Já nos trabalhos de Heewon Chang, que é sul-coreana radicada nos Estados Unidos, encontra-se um tipo predominante de Autoetnografia que ela denomina Autoetnografia Colaborativa, por ser desenvolvida em conjunto com outros pesquisadores emigrantes americanos, sobre questões que lhes são comuns, como frequentemente a educação, o gênero e a raça (Chang *et al.* 2010). Embora a produção autoetnográfica desta autora seja mais discreta do que a produção de Ellis, estando mais voltada apenas a esse tipo colaborativo de Autoetnografia, seu *Modelo Triádico* tem surgido como referência para o desenvolvimento de diversos trabalhos autoetnográficos.

Do que concluímos, a Autoetnografia é um método qualitativo de pesquisa já consolidado, mas ainda em desenvolvimento. É o que permite entender, por exemplo, uma ainda imprecisão na classificação de seus tipos e preceitos, que são encontrados de modos diversos nas obras de Ellis *et al.*, de maneira que não definem exatamente o Método, mas expressam suas possibilidades. Esta é uma imprecisão que, supomos, remete ao próprio desafio de se inserir no pensamento científico a dimensão do Eu, do *Self*, do Sujeito Pesquisador, no sentido contrário de uma ciência normatizada que, como sugere a história, pode servir a interesses político-econômicos.

Ainda outros desafios e críticas se ressaltam na elaboração de Autoetnografias. Chang *et al.* (2010) comentam por exemplo sobre questões Éticas no cuidado com a exposição de informações pessoais, informações referentes tanto ao autor quanto a outras pessoas envolvidas em narrativas. E esse cuidado diz respeito não só ao senso ético comum, sobre o que se expor ou não, mas também ao que se pode entender como um senso ético acadêmico, no sentido de se expor informações necessárias à análise. Já Ellis *et al.* (2014) comentam críticas como as de que: os autoetnógrafos utilizam muita subjetividade e fazem pouco trabalho de campo; são narcisísticos; não contemplam questões de generalidade, validade, confiabilidade... necessárias à pesquisa científica, etc. Os autores contestam essas críticas argumentando que os temas escolhidos por autoetnógrafos costumam ser de cunho pessoal pela dificuldade de temáticas assim serem tratadas por métodos científicos convencionais; que há também amplas possibilidades de pesquisas de campo, embora, muitas vezes, não via métodos convencionais, mas via análise de jornais, registros escritos, arquivos, documentos familiares, interações sociais e informações obtidas externamente a observações objetivas e a entrevistas, etc. Estas são outras questões gerais que apenas pontuamos aqui para uma melhor apreciação do Método da Autoetnografia.

## 4.2 AUTOETNOGRAFIAS NA ARQUITETURA E URBANISMO

Em nossas pesquisas, foram encontradas ainda poucas produções explícitas de Autoetnografias na Arquitetura e Urbanismo, embora se observe uma intensificação de elaborações nos últimos dez anos, principalmente após a pandemia da Covid-19. Nada obstante, já antigos trabalhos em Arquitetura e Urbanismo se aproximaram de Autoetnografias, na medida em que há importantes produções teóricas sobre o Espaço Construído que trazem consigo relatos e narrativas pessoais de seus autores. E esse processo se assemelha um pouco ao próprio surgimento da Autoetnografia nas ciências sociais puras, dado que este não é um método de pesquisa completamente criado do zero, mas que se desenvolveu das Etnografias. E ainda, se consideramos a defesa de que toda Etnografia constitui uma Autoetnografia (cf. p. 127), já aí entende-se procedências mais antigas das Autoetnografias, o que também parece ter ocorrido na Arquitetura e Urbanismo.

Nas Ciências Sociais, antigas Etnografias desenvolvidas por antropólogos já passaram a ser consideradas, hoje, como Autoetnografias, a exemplo de trabalhos dos indigenistas Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro. A antropóloga Alice Mota (2015) comenta duas respectivas obras desses autores como Autoetnografias: *Tristes Trópicos*, de 1955, e *Diários Índios*, de 1996. Isso, pelo fato de que ambos os autores buscaram compreender e relatar culturas indígenas não do ponto de vista dos nativos, mas dos pesquisadores, ao que inseriram em suas obras recursos de relatos pessoais e narrativas que os colocam no âmbito da Autoetnografia. Segundo a autora:

Os *Diários Índios* de Darcy Ribeiro e os *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss têm em comum o método autoetnográfico utilizado para relatar detalhadamente as cotidianidades de tribos indígenas da região Centro-Oeste e Norte do Brasil. Apesar das distintas naturalidades dos antropólogos em questão, sendo o primeiro um nativo brasileiro e o segundo estrangeiro de naturalidade belga naturalizado francês, tal fator torna-se de pouca importância se considerado que Darcy Ribeiro apesar de estudar um povo de sua mesma nacionalidade depara-se com realidade, cultura e linguagem que lhe são tão desconhecidas quanto para o “antropólogo estrangeiro” Lévi-Strauss, colocando ambos em semelhantes patamares de estranhamento na elaboração de uma etnografia. Os relatos autoetnográficos de Darcy Ribeiro e Lévi-Strauss destacam-se pelo uso da perspectiva do antropólogo ao invés do esforço por uma leitura do ponto de vista do nativo (Mota, 2015).

É tomando essa correlação entre Etnografias e Autoetnografias que notamos que já alguns autores evidentes na Arquitetura e Urbanismo podem ser considerados autoetnógrafos, tal como Jane Jacobs, Peter Zumthor, Sigfried Giedion e Camilo Sitte, referentes a diferentes lugares e épocas e a diferentes campos teóricos da Arquitetura e da Cidade. Em Jacobs (2011), que já foi citada aqui, sua obra “*Morte e Vida de Grandes Cidades*” é recheada de relatos e narrativas pessoais. A autora descreve, por exemplo, vivências suas em visitas e debates sobre o bairro *North End*, na cidade de Boston, nos EUA: um distrito costeiro tradicional, popular, que a teria

influenciado em suas reflexões sobre as dicotomias entre a cidade moderna e a cidade tradicional. Naquela metade do séc. XX, Jacobs admirava o local devido a uma vivacidade social das ruas, enquanto um planejador urbano amigo seu compartilhava dessa admiração, apesar de que, como profissional, defendia mudanças para o bairro, alegando superpovoamento e presença de cortiços. Foram situações contraditórias assim que levaram Jacobs a escrever sua obra, tal como um convite para que as pessoas pudessem vivenciar verdadeiramente as cidades:

Assim, neste livro deveremos começar a aventurar-nos nós mesmos no mundo real, ainda que modestamente. A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles (Jacobs, 2011, p. 20).

Já no campo projetual da Arquitetura, o arquiteto suíço Peter Zumthor passou a desenvolver, ao final do séc. XX, teorizações fenomenológicas em que incorpora relatos e narrativas pessoais. Uma estratégia que, inclusive, parece convir à própria Fenomenologia, dado que esta linha de pensamento evoca a vivência fenomenológica, a necessidade de se voltar às coisas em si mesmas. No seu livro inaugural “Pensar Arquitetura”, Zumthor (1998) declarou já ao início que o seu desempenho profissional envolve não apenas conhecimento técnico e acadêmicos, mas também observações e recordações pessoais que ele traz consigo do espaço construído desde a infância:

Quando eu penso em arquitetura, imagens vêm à minha mente. Muitas dessas imagens estão conectadas com minha formação e trabalho como arquiteto. Elas contêm o conhecimento profissional sobre arquitetura que eu reuni ao longo dos anos. E outras imagens estão ligadas à minha infância. Houve um tempo em que eu experienciei a arquitetura sem pensar sobre ela. Às vezes, eu posso quase sentir uma maçaneta em particular em minha mão, um pedaço de metal moldado como o verso de uma colher (Zumthor, 1998, p. 9, tradução nossa).

Já em outros autores, e talvez não tão evidentemente como em Jacobs e Zumthor, encontra-se ainda vestígios de reflexões pessoais que subsidiaram suas teorizações. Por exemplo, em Sigfried Giedion (1959), na sua obra “Espaço, Tempo e Arquitetura”, em que ele explana sobre uma série de reflexões que, desde o início do séc. XX, lhe sugeriam a necessidade de uma Arquitetura e Urbanismo modernos. Suas palavras não parecem assumir aí uma posição auto-analítica, mas trazem reflexões culturais que, entendemos, abarcam também a dimensão pessoal:

O problema que me fascinou foi o de como nossa época foi formada, isto é, onde as raízes do presente estavam enterradas. Esse problema tem me fascinado desde o momento em que eu me tornei capaz de refletir sobre isso. (...) Hoje, a urgência por uma tal universalidade é profundamente vivida por todos. É a reação contra todo um século investido na vida cotidiana. O que vemos ao nosso redor é que o reconhecimento dessa tendência tem se avolumado (Giedion, 1959, p. 3-7, tradução nossa).

O mesmo ocorre em Camilo Sitte, no início dos embates entre cidade Tradicional e Moderna, quem elaborou, ao final do séc. XIX, obras que buscaram resgatar princípios estéticos para a construção das cidades. Diferentemente de Giedeon, interessava a Sitte a preservação dos aspectos artísticos mais tradicionais das formas urbanas tradicionais, mas tendo sido esse autor também estimulado por experiências e vivências que lhe demandaram reflexões pessoais. No início do seu livro “A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos”, Sitte (1909) fez algumas referências à ambiência urbana da qual teriam provido as suas reflexões teóricas:

Agradáveis lembranças de viagens são parte integrante de nossos mais belos sonhos. Ante nosso olhar espiritual deslizam praças, monumentos, imagens urbanas adoráveis e belas paisagens, e fruimos novamente o prazer de se demorar junto a tudo aquilo de gracioso e sublime que, outrora, nos fizeram tão felizes. Demorar-se! Caso pudéssemos fazê-lo mais amiúde nesta ou naquela praça, cuja beleza não nos cansamos de admirar, decerto suportaríamos com o coração mais leve os momentos difíceis, e seguiríamos fortalecidos na eterna peleja da vida. (...) Quem já foi vivamente sensibilizado pela beleza de uma cidade antiga dificilmente contestaria tal suposição da forte influência do meio externo sobre o espírito humano (Sitte, 1909, p. 14).

Esses autores exemplificam como a Autoetnografia parece incidir já naturalmente no campo da Arquitetura e Urbanismo. E hoje, como comentato, alguns trabalhos teóricos sobre o Espaço Construído já incorporam explicitamente o Método Autoetnográfico, embora talvez não ainda em grande quantidade de ocorrências. Por exemplo, em *Brutalist Architecture: An Autoethnographic Examination of Structure and Corporeality*, os ingleses Roy Brockington e Nela Cicmil (2016) elaboraram uma “autoetnografia” com relatos pessoais sobre visitas a construções arquitetônicas de estilo Brutalista; em *Experiencing constructed landscapes: the use of autoethnography in the practice of architectural history*, a neozelandeza Christine Phillips (2011) comentou sobre o auxílio da técnica da Autoetnografia para reflexões sobre visitas de campo, como em respeito à relação vivenciada entre espaços construídos e naturais, a experiências sensoriais, etc.; e em *Autoethnographic reflections on architectural design for neurodivergence*, o australiano Anthony Clarke (2022) explora a Autoetnografia como método útil para que arquitetos e designers reflitam e trabalhem melhor sobre questões e necessidades humanas ligadas ao espaço.

Do que se tira desses exemplos atuais, não nos adiantamos aqui em elaborar maiores análises, contudo, há de se atentar para que a Autoetnografia seja incorporada na Arquitetura e Urbanismo com foco não só na dimensão autobiográfica, mas também nas questões etnográficas ligadas ao Espaço. Isso porque embora vivências diretas do Espaço Construído já possibilitem experiências significativas na análise da Arquitetura e Urbanismo, todo e qualquer espaço construído é inevitavelmente envolvido por redes socioespaciais mais complexas. Nesse sentido, a atenção sugerida aqui é para que a Autoetnografia seja incorporada na Arquitetura e Urbanismo como *Autoetnografia Socioespacial*, e para o que se torna útil a menção reallizada a alguns arquitetos autoetnográficos pela profundidade de suas reflexões. Enfim, essa atenção sugerida foi buscada no desenvolvimento de nossa Autoetnografia, que começa a ser mais especificamente apresentada no item a seguir, a partir da descrição das técnicas de coleta de dados utilizadas.

### 4.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A socióloga brasileira Maria Cecília Minayo e o pesquisador português António Pedro Costa (2018) tratam dos Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. Segundo esses autores, a **Palavra**, a **Imagem** e a **Observação** são as principais fontes de informação desta abordagem de pesquisas, e que também podem ser combinadas, propiciando múltiplos métodos de investigação, e mesmo a criação de novos métodos. No referido artigo, Minayo e Costa tratam de técnicas que utilizam a Palavra e a Observação, reconhecendo nestas a principal demanda metodológicas da abordagem qualitativa, enquanto que a Imagem, alegam ter um papel maior de suporte, apesar de também conter especificidades metodológicas. Com base nessas três fontes de informação para a pesquisa qualitativa, nossa pesquisa desenvolveu algumas das técnicas de coleta de dados da nossa *Autoetnografia Socioespacial*, que foram somadas ainda a pesquisas documentais, entrevistas e à caracterização da Região de Análise. Essa integração e multiplicidade de técnicas se mostrou pertinente devido ao caráter socioespacial da investigação, para que tanto aspectos relativos ao Espaço quanto relativos à Sociedade pudessem ser perscrutados, e assim, destrinchar na complexidade socioespacial relacionada à *Sociabilidade Urbana* minúcias para a defesa da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*.

Finalmente, e com base também em outros aportes teóricos que serão comentados, foram desenvolvidas aqui as seguintes técnicas de coleta de dados: 1. **Entrevistas** com moradores da Região de Análise, para se coletar dados sociais específicos; 2. **Observações Socioespaciais de Campo**, para compreender a realidade urbana e suas questões sociais levantadas; 3. **Registros Fotográficos**, para se evidenciar as observações realizadas; e 4. **Pesquisa em Documentos da Família do Autor**, para subsidiar e ilustrar as narrativas contidas na Autoetnografia.

As Entrevistas foram desenvolvidas a partir de outras indicações de Minayo e Costa (*ibid.*), da própria Minayo isoladamente (2001), também dos pesquisadores Silva e Russo (2010) e Fontanella *et al.* (2011) – que trabalham em diferentes áreas da pesquisa qualitativa – e ainda de Silke Kapp (2020), arquiteta e urbanista que aborda a técnica da Entrevista Socioespacial. Minayo fornece uma primeira base para a elaboração de entrevistas em métodos qualitativos ao explicar que, em sua aplicação, pode-se chegar a dois tipos de dados, objetivos e subjetivos: “os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos estatísticos e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados” (Minayo, 2001, p. 57-58). Esse entendimento geral chama a atenção para o tipo de dado que se deseja coletar, demandando-se

assim a definição do tipo ou combinação de tipos de entrevistas a serem utilizados, entre os tipos de Entrevista Estruturada, Semi-Estruturada e Não-Estruturada (Minayo e Costa, 2018).

Na Arquitetura e Urbanismo, Silke Kapp apresenta alguns cuidados para a utilização das entrevistas. Ela critica inicialmente que, nesse campo das ciências sociais aplicadas, “ainda são raras as discussões sobre a pertinência, os objetivos e as formas de condução, avaliação e interpretação de entrevistas”, além do que, “salvo engano, não foram objetos de publicações específicas” (Kapp, 2020, p. 3). Isso porque, segundo Kapp, a Arquitetura e Urbanismo possui um universo teórico e prático bastante diverso, além de uma certa tradição em pesquisas de cunho profissional que não costumam desenvolver conhecimentos para além de situações particulares, como para a realização de diagnósticos ou para o levantamento de programas de necessidades (*ibid.* p. 5). É assim que, dentre outros, a autora chama a atenção para dois cuidados centrais na utilização de entrevistas na Arquitetura e Urbanismo: 1. A devida apropriação das teorias que subsidiam a pesquisa, considerando-se que “mesmo um levantamento empírico sem ambição teórica fará uso de alguma teoria ou prototeoria acerca de seu objeto” (*ibid. loc. cit.*); 2. e a distinção entre perguntas de pesquisa e perguntas de entrevista, entendendo-se que são diferentes as perguntas que a pesquisa busca responder e as perguntas a serem realizadas com os entrevistados para se coletar os subsídios para se responder àquelas.

Com os cuidados identificados, nossa pesquisa elaborou duas entrevistas: uma Primeira Entrevista Semi-Estruturada e uma Segunda Entrevista Semi-Estruturada complementar, ambas aprovadas no Conselho de Ética da Universidade Federal de Pernambuco<sup>14</sup> (APÊNDICE C).

A **Primeira Entrevista Semi-Estruturada** combinou Perguntas Socioespaciais Objetivas e Perguntas Temáticas Semi-Abertas, para coletar dados socioespeciais gerais dos entrevistados e sobre utilização e apropriação de espaços na Região de Análise (Quadro 5). Essa Entrevista foi elaborada em formulários físico e virtual (APÊNDICES A e B), e desenvolvida ainda em nossa anterior proposta empírica, na qual intencionávamos coletar dados sociais mais específicos para a investigação da sociabilidade junto ao desenho urbano. Desse modo, agora em nossa proposta qualitativa autoetnográfica, as perguntas socioespaciais objetivas da nossa primeira entrevista perderam um pouco a objetividade, mas servindo-nos para uma discreta caracterização social dos entrevistados. Contudo, as perguntas temáticas mantiveram a objetividade, tendo sido elaboradas sob os preceitos de Sustentabilidade identificados na *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese – Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* –, e de modo que contribuem para a investigação das minúcias socioespaciais com as quais analisamos a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*. Neste segundo conjunto de perguntas,

---

<sup>14</sup>A segunda entrevista resultou da realização da primeira, por isso a existência de duas folhas de aprovação pelo Comitê de Ética no APÊNDICE C.

estabeleceu-se três opções gerais de resposta – “Sim”, “Parcialmente” e “Não” –, e com atenção ainda para o registro de possíveis falas enunciadas pelos entrevistados em cada resposta. Essa generalidade das respostas, sem escalas mais definidas como a comum Escala Likert de 1 a 5, buscou atender às intenções qualitativas da pesquisa, em que, embora seja útil uma certa quantificação, tornou-se imperativa uma adequação e simplicidade das perguntas, para que os entrevistados pudessem expressar suas questões mais importantes quanto aos questionamentos. Em suma, buscou-se desenvolver um diálogo semi-estruturado que fosse capaz de traduzir as Perguntas da Pesquisa em Perguntas de Entrevista acessíveis aos cidadãos entrevistados.

Quadro 5 – Entrevista Semi-Estruturada – Dados Socioespaciais e Perguntas Temáticas	
<b>Parte 1, Perguntas Socioespaciais Objetivas</b>	
01. Sexo Biológico? (única escolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Masculino</li> <li>b. Feminino</li> </ul>
02. Você mora aqui mesmo na região de Areais, Barro ou Caçote? (única escolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Sim</li> <li>b. Não</li> </ul>
03. Qual o nome da sua rua?	
04. Qual a sua idade?	
05. Em que tipo de moradia você reside? (IBGE, 2016) (única escolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Casa</li> <li>b. Apartamento</li> <li>c. Cômodo</li> </ul>
06. Há quantos anos você mora na região?	
07. Com quem você mora? (IBGE, 2016 – Composição Familiar) (múltipla escolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Pais, Pai ou Mãe</li> <li>b. Pessoa(s) de referência – outro(s) homem ou mulher responsável</li> <li>c. Parceiro ou Cônjuge</li> <li>d. Filho</li> <li>e. Outro parente</li> <li>f. Agregado</li> <li>g. Pensionista</li> <li>h. Empregado doméstico</li> <li>i. Parente do empregado doméstico</li> <li>j. Irmão(s) / Irmã(s)</li> <li>k. Sozinho</li> </ul>
08. Qual a sua forma ou formas de trabalho? (IBGE, 2016) (múltipla escolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Empregado</li> <li>b. Trabalhador doméstico</li> </ul>

- c. Conta própria
- d. Empregador
- e. Bolsista
- f. Trabalhador em produção para o próprio consumo
- g. Trabalhador não remunerado membro do domicílio
- h. Outro trabalhador não remunerado
- i. Outra forma de trabalho
- j. Atualmente sem trabalho
- k. Aposentado

09. Onde você trabalha? (múltipla escolha)

- a. Em casa
- b. Na região onde mora
- c. Em outro lugar da cidade ou fora do município
- d. Em lugares variados

10. Quais os meios de transporte que você utiliza? (múltipla escolha)

- a. Ônibus
- b. Carro / Moto própria
- c. Táxi / Aplicativo de Carona
- d. Bicicleta
- e. Pés

### **Parte 2, Perguntas Temáticas Semi-Abertas**

#### **AUTONOMIA**

- 11. Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia?
- 12. Você frequenta comércios e serviços nesta região? Quais os locais mais frequentados?
- 13. Você frequenta espaços livres públicos nesta região? Quais os locais mais frequentados?

#### **DISTINÇÃO**

- 14. Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?
- 15. Você gosta de morar nesta região? Por que?

#### **INTERDEPENDÊNCIA**

- 16. Você gosta da sua vizinhança? Por que?
- 17. Você e seus vizinhos já se ajudaram ou têm costume de se ajudar em alguma ocasião?
- 18. Você acha que a região tem serviços suficientes para auxiliar as pessoas nas necessidades diárias?

#### **IMPREVISIBILIDADE**

- 19. Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?
- 20. Você acha que a região tem tido um desenvolvimento satisfatório?

Com as perguntas 11 a 13, planejou-se coletar informações que representassem níveis de *Autonomia* dos entrevistados na Região de Análise, como na realização dos afazeres diários e na utilização de comércios, serviços e espaços livres públicos. Com as perguntas 14 e 15, estimou-se analisar a capacidade da população em identificar uma *Distinção* do seu local de moradia em relação à Cidade, investigando-se possíveis referências urbanísticas limítrofes, bem como se a delimitação técnica da Região de Análise pelo Autor correspondia a referências mais coletivas por parte da população. Com as perguntas 16 a 18, buscou-se por questionamentos que identificassem condições de *Interdependência* na população, tanto em relação às pessoas entre si como também em relação com a localidade, lançando-se foco então sobre as relações de vizinhança e a capacidade do local em suprir necessidades diárias. E com as perguntas 19 e 20, buscou-se sondar possíveis relações dos entrevistados com noções de *Imprevisibilidade*, questionando-os através de perguntas que evocam contextos de mudança e desenvolvimento. Obviamente, estas são perguntas gerais. Cada um dos preceitos de *Autonomia*, *Distinção*, *Interdependência* e *Imprevisibilidade* constitui uma categoria de análise à parte. Nada obstante, o esforço aqui foi o de uma primeira abordagem teórico-empírica a partir da capacidade da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* em apontar a multidimensionalidade da Sustentabilidade.

Nesta Primeira Entrevista Semi-Estruturada, foram realizadas 30 entrevistas, sendo 14 presenciais e 16 virtuais (APÊNDICE D). Dentre todas, 25 entrevistados atendiam ao critério de serem moradores da Região de Análise, enquanto outros cinco não atendiam, de modo que foram desconsiderados, mas cujo registro de suas respostas foi mantido, por motivo de inferências em relação a regiões adjacentes que pudessem vir à tona ao longo das análises. Para a definição da quantidade de entrevistas realizadas, utilizou-se como referência a noção de “Saturação Teórica” encontrada em Silva e Russo (2010) e Fontanella *et al.* (2011). Tratando da Pesquisa Qualitativa de um modo geral, Silva e Russo comentam que o termo “Amostragem Teórica” foi cunhado em 1967, e tem sido utilizado para a identificação de um número adequado de entrevistas em pesquisas semi-estruturadas ou não-estruturadas, no que, partindo-se de uma estipulação inicial, acompanha-se os dados colhidos no que diz respeito ao surgimento de redundâncias ou repetições. E Fontanella *et al.* explicitam melhor essa técnica, com um rigor que os tem permitido aplica-la na área da saúde, e que se mostrou útil para a nossa pesquisa socioespacial. Eles indicam que a saturação teórica de uma amostragem de entrevistas pode ser encontrada a partir de alguns passos gerais, principalmente: a alocação dos temas, enunciados, categorias, etc., e sua computação conforme o surgimento e quantidade de ocorrências. Segundo esses autores, a saturação teórica se dá quando se atinge o “adensamento teórico possível, com base nos dados empíricos disponíveis e nos atributos analíticos e interpretativos dos

pesquisadores”, de modo que “a coleta de novos dados por meio de novas entrevistas acrescentaria supostamente poucos elementos para a discussão em relação à densidade teórica já obtida” (Fontanella *et al.* p. 392). Os autores acrescentam ainda que essa técnica é voltada, portanto, para “abordagens não probabilísticas (intencionais), (...) feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado” (*ibid.* p. 389).

Computando-se os dados coletados na Primeira Entrevista Semi-Estruturada, dividimo-los em quatro tabelas quanto aos preceitos da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* (Tabelas 1 a 4 a partir da página seguinte). Nelas, com base em Fontanella *et al.* (*ibid.*), identificamos e elencamos os principais enunciados dos entrevistados nas respostas coletadas. Alguns deles foram transcritos como pronunciados; outros foram combinados, conforme respostas que, por nossa análise, apresentaram conteúdos similares; e outros, ainda, foram ligeiramente reescritos para se apresentarem mais gerais, e assim serem agregados a enunciados similares. Toda essa computação das Tabelas 1 a 4 pode ser conferida com as respostas do **APÊNDICE D**. Ao analisarmos a Saturação Teórica das 25 Entrevistas, observamos no geral que algumas delas já apresentavam uma baixa probabilidade para o surgimento de novos Enunciados, como a Pergunta 11, com 8% de probabilidade, e a Pergunta 19, com 16%; outras, uma probabilidade moderada, entre 28% e 72%; enquanto a Pergunta 15, uma alta probabilidade de 104%. A tirar por esta última, concorde Fontanella *et al.*, seria conveniente a realização de mais entrevistas. Contudo, considerando-se o corpo geral das respostas, entendemos que a continuidade das entrevistas seria favorável a poucas perguntas com maior probabilidade de ainda surgirem enunciados, enquanto que a maioria já indicava um certo esgotamento probabilístico. E ainda, embora a realização de novas entrevistas pudesse apresentar alguns novos enunciados, nota-se que muitos dos enunciados já surgidos apresentaram-se apenas 1 vez, enquanto outros enunciados principais já haviam sido identificados por uma alta recorrência. Portanto, entende-se que as 25 entrevistas realizadas alcançaram o intuito da coleta de dados quanto aos preceitos investigados.

Quando finalizadas as entrevistas, computamos também os percentuais quanto às suas respostas objetivas de “Sim”, “Não” e “Parcialmente” (**Quadro 6**). E junto a isso, como já comentando, elaboramos ainda uma discreta caracterização social dos entrevistados (**Quadro 7**). Comentários sobre o resultado dessa primeira Entrevista, bem como sobre estes dois últimos quadros, serão realizados no último item da Autoetnografia, em sua Interpretação Conclusiva.

Tabela 1 – Saturação Teórica - Perguntas 11 a 13 - **Autonomia**

Enunciados	Entrevistas																				Ocorrências					
	0 1	0 2	0 3	0 4	0 5	0 6	0 7	0 8	0 9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4	1 5	1 6	1 7	1 8	1 9	2 0		2 1	2 2	2 3	2 4	2 5
<b>Pergunta 11 - Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia?</b>																										
2. Sim, consigo comprar o que quero.					x																					1
3. Não, é mais vantajoso comprar em outros locais.										x																1
<b>Total de novos tipos de enunciados</b>	1				1				8% / resposta																	
<b>Pergunta 12 - Você frequenta comércios e serviços nesta região? Quais os locais mais frequentados?</b>																										
1. Padaria	x					x					x		x	x			x	x			x	x		x		10
2. Mercado / Mercadinho					x	x			x	x	x						x				x	x				8
3. Supermercado		x											x	x	x	x				x		x		x		8
4. Feira-Livre		x			x				x							x			x							5
5. Mercearia	x											x				x			x					x		5
6. Academia										x												x	x	x		4
7. Bar			x								x		x	x												4
8. Ofício / Casa de Peças			x	x									x													3
9. Igreja	x																							x		2
10. Farmácia													x	x												2
11. Açougue																x	x									2
12. Comércio do Bairro em Geral																				x				x		2
13. Gráfica																x										1
14. Lanchonete																						x				1
15. Lojas																							x			1
16. Depósitos																								x		1
17. Posto de Saúde																									x	1
18. Escolas																									x	1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>	3	2	2		1				1				1		2			1	1	1	1	1	1	2	2	72% / resposta
<b>Pergunta 13 - Você frequenta espaços livres públicos nesta região? Quais os locais mais frequentados?</b>																										
1. Praças					x	x			x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x				15
2. Rua																						x			x	2
3. Antes da Pandemia, Sim.					x																					1
4. Quando em eventos ou com amigos.																					x					1
5. Parques																							x			1
6. Metrô																							x			1
7. BR-101																									x	1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>	1				1				28% / resposta																	

Tabela 2 – Saturação Teórica - Perguntas 14 a 15 - **Distinção**

Enunciados	Entrevistas																				Ocorrências						
	0 1	0 2	0 3	0 4	0 5	0 6	0 7	0 8	0 9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4	1 5	1 6	1 7	1 8	1 9	2 0		2 1	2 2	2 3	2 4	2 5	
<b>Pergunta 14 - Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?</b>																											
1. Av Dr. José Rufino – Caçote, Av. Recife	x																										1
2. Daqui de Areias – Av. Recife		x																									1
3. Muro do Makro – Av. da Feira-Livre							x																				1
4. Barro - Estância								x																			1
5. Barro – Zona Norte									x																		1
6. Viaduto da Estância – Igreja do Barro													x														1
7. Até a Galetus, depois é Iburá														x													1
8. Só sei que é Zona Oeste da Cidade																			x								1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>	<b>1</b>	<b>1</b>					<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>				<b>1</b>	<b>1</b>					<b>1</b>								<b>32% / resposta</b>
<b>Pergunta 15 - Você gosta de morar nesta região? Por que?</b>																											
1. É bem localizado, acessível a demais regiões.						x				x						x		x	x	x	x						6
2. É perto de tudo.		x			x					x															x		4
3. Tem tudo perto (comércios/serviços).			x				x						x														3
4. É calmo/tranquilo.				x						x					x												3
5. É perto do Centro da Cidade.					x								x					x									3
6. Onde nasci.	x			x																							2
7. Conheço todo mundo / a maioria.	x														x												2
8. É perto do trabalho.												x	x														2
9. É perto do shopping.		x			x																						2
10. É seguro.				x																							1
11. Já tô acostumada aqui.								x																			1
12. É um bairro pequeno.										x																	1
13. Não tem baderna.											x																1
14. O convívio é agradável.											x																1
15. Os alagamentos atrapalha tudo.											x																1
16. O que é ruim é só o barulho.												x															1
17. É perto do aeroporto		x																									1
18. É perto da praia.		x																									1
19. O que dificulta é o transporte público .																x											1
20. Não, devido às enchentes.																	x										1
21. Um bom ponto de comércio.																			x								1
22. Estrutura e ambiente bem cuidado.																					x						1
23. Não tem muita segurança.																							x				1
24. Poucos supermercados.																								x			1
25. Boas áreas de lazer.																								x			1
26. O trânsito nas avenidas principais é caótico.																									x		1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>104% / resposta</b>											



Tabela 4 – Saturação Teórica - Perguntas 19 e 20 - Imprevisibilidade

Enunciados	Entrevistas																									Ocorrências	
	0 1	0 2	0 3	0 4	0 5	0 6	0 7	0 8	0 9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4	1 5	1 6	1 7	1 8	1 9	2 0	2 1	2 2	2 3	2 4	2 5		
<b>Pergunta 19 - Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?</b>																											
1. Acompanhamento pelas redes sociais.									x				x	x													3
2. Nem sei qual é as mudanças.				x																							1
3. Eu assisto o jornal local.								x																			1
4. Andando pra lá e pra cá, fico sabendo das coisas.												x															1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>				1				2				1															16% / resposta
<b>Pergunta 20 - Você acha que a região tem tido um desenvolvimento satisfatório?</b>																											
1. Tem as invasões / falta moradia de qualidade.						x							x														2
2. Quando chove alaga tudo.											x	x															2
3. As praças estão muito descuidadas, abandonadas.				x																							1
4. O comércio não tem muito progresso, com o tempo fecha.								x																			1
5. O povo joga lixo na rua.											x																1
6. Cavalos, maltratados e a sujeira.											x																1
7. Falta serviços básicos, tem umas áreas que são esquecidas pelo poder público.												x															1
8. As ruas não são calçadas.												x															1
9. Carece bastante de infra-estrutura.												x															1
10. Os serviços públicos tem sido negligenciados.																x											1
11. O bairro de Areias é um excelente bairro para se viver.																					x						1
12. A Av. [José Rufino] onde residio tem moradores de rua, casas abandonadas, pontos comerciais fechados, asfalto esburacado, iluminação deficitária, assaltos...																						x					1
13. Melhorar (e muito) a mobilidade... principal ponto seriam os acessos da BR para a José Rufino. Lá está o ponto chave de travamento de trânsito no local.																							x				1
14. Falta saneamento, saúde básica e lazer.																								x			1
<b>Total de novos tipos de enunciados:</b>				1		1		1			3	1	2		1						1	1	1	1			56% / resposta

Quadro 6 – Respostas Objetivas das Perguntas Temáticas da Primeira Entrevista		
AUTONOMIA	MÉDIA GERAL (Perguntas 11, 12 e 13)	SIM 70,7%      PARC. 17,3 %      NÃO 8%
	11. Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia	SIM 64%      PARCIALMENTE 28%      NÃO 8%
	12. Você frequenta comércios e serviços nesta região? Quais os locais mais frequentados?	SIM 88%      PARC.12%
	13. Você frequenta espaços livres públicos nesta região? Quais os locais mais frequentados?	SIM 60%      PARC.12%      NÃO 28%
	MÉDIA GERAL (Perguntas 14 e 15)	SIM 60%      PARC. 12 %      NÃO 22%
DISTINÇÃO	14. Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?	SIM 52%      PARC. 4%      NÃO 44%
	15. Você gosta de morar nesta região? Por que?	SIM 80%      PARCIALMENTE 20%
	MÉDIA GERAL (Perguntas 16, 17 e 18)	SIM 60%      PARC. 22,7 %      NÃO 17,3%
INTERDEPENDÊNCIA	16. Você gosta da sua vizinhança? Por que?	SIM 72%      PARC. 24%      NÃO 4%
	17. Você e seus vizinhos já se ajudaram ou têm costume de se ajudar em alguma ocasião?	SIM 64%      PARC. 20%      NÃO 16%
	18. Você acha que a região tem serviços suficientes para auxiliar as pessoas nas necessidades diárias?	SIM 44%      PARCIALMENTE 24%      NÃO 32%
	MÉDIA GERAL (Perguntas 19 e 20)	SIM 26%      PARCIALMENTE 32 %      NÃO 52%
IMPREVISIBILIDADE	19. Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?	SIM 36%      PARCIALMENTE 32%      NÃO 32%
	20. Você acha que a região tem tido um desenvolvimento satisfatório?	SIM 16%      PARCIALMENTE 32%      NÃO 52%

Quadro 7 – Caracterização Social dos Entrevistados da Primeira Entrevista		
Sexo Biológico	Feminino <b>52%</b> Masculino <b>48%</b>	
Média da Idade Pessoal	<b>44,6</b> anos	(min. 22 / máx. 80)
Tipo de Moradia	Casa <b>68%</b> Apartamento <b>32%</b>	
Média do Tempo de Moradia	<b>33,2</b> anos	(min. 01 / máx. 59)
Média da Idade de Chegada na Região	<b>11,4</b> anos	(nascido: <b>40%</b> / 1a7: <b>20%</b> / 16a25: <b>24%</b> / 27a55: <b>16%</b> )
Posição Sociofamiliar	*Não foram encontrados dados substantivos pela entrevista proposta.	
Forma de Trabalho	Conta própria <b>36%</b> Empregado <b>20%</b> Aposentado/Pensionista <b>16%</b> Outra forma de trabalho <b>12%</b>	Atualmente sem trabalho <b>8%</b> Trabalhador Doméstico <b>4%</b> Outro trabalhador não remunerado <b>4%</b> Estudante <b>4%</b>
Local de Trabalho	Outro lugar <b>35%</b> Em lugares variados <b>30%</b>	Em casa <b>22%</b> Na região onde mora <b>13%</b>
Meio de Transporte Utilizado	Ônibus <b>30%</b> Carro/Moto Própria <b>28%</b> Pés <b>16%</b>	Táxi/Aplicativo de Carona <b>14%</b> Bicicleta <b>10%</b> Metrô <b>2%</b>

Em complemento à Primeira Entrevista, realizamos a **Segunda Entrevista Semi-Estruturada** com pessoas específicas (Quadro 8). No caso, personagens presentes nas narrativas de nossa *Autoetnografia Socioespacial* que se mostraram oportunos para questionamentos específicos quanto Sustentabilidade e Sociabilidade devido à idade avançada, longo tempo de moradia na Região de Análise, e ainda a realização de trabalhos envolvidos com a comunidade e a sociedade. Assim, foram desenvolvidas perguntas gerais e algumas perguntas direcionadas, verificando-se informações colhidas ao longo de nossas pesquisas, e também deixando o campo aberto para o surgimento de informações. Foram entrevistados então ASS, marceneiro de 80 anos, e VSM, comerciante de 69 anos. Os resultados dessa Segunda Entrevista Semi-Estruturada (**APÊNDICES E e F**) estão comentados ao longo das narrativas da Autoetnografia. E por motivos gerenciais de pesquisa, seu formulário foi acrescido ao formulário físico da Primeira Entrevista, correspondendo à terceira página daquele primeiro formulário (**APÊNDICE A**).

Quadro 8 – Segunda Entrevista Semi-Estruturada com Moradores Antigos
Perguntas planejadas para respostas abertas, podendo resultar em novas perguntas não planejadas.
Pergunta 01 – Como você vê o seu trabalho?
Pergunta 02 – Como você vê a Região onde mora?
Pergunta 03 – Como você vê as mudanças na Região nos últimos 30 anos?
Pergunta 04 – Como você vê o convívio entre as pessoas na Região? Você acha que tem mudado?
Pergunta 05 – Como você vê a relação e a pertença das pessoas com a localidade? Você acha que tem mudado?
Pergunta 06 – Teve alguma transformação na Região que você acha que gerou mais impacto?  *Nesta pergunta, após o entrevistado responder de modo geral, perguntou-se sobre mudanças específicas que parecem ter mais impactado a região, segundo o que será narrado na Autoetnografia: Abertura da Av. Recife; a Mudança de centralidades comerciais após a decadência do Mercado de Areias e inauguração do Mercado Hiper Bom Preço.
Pergunta 07 – De maneira geral, como você vê a qualidade de vida na Região? É boa de se morar?

Todo o procedimento técnico das Entrevistas foi enriquecido com **Observações Socioespaciais de Campo**, ao que cabe-se ressaltar um detalhe: as observações de campo foram realizadas a partir da própria vivência do Autor na Região de Análise, que também é sua Região de Moradia. Afinal, embora fosse possível buscar maiores técnicas de observação, estimou-se que a própria vivência direta da Região, com os fatos e valores que aí ocorrem, é que melhor viabilizaria a identificação de *Minúcias Socioespaciais* multidimensionais que, muitas das vezes, fogem a análises objetivas. Desta feita, as observações socioespaciais de campo acompanham toda a Autoetnografia. E, nesse sentido, também Minayo e Costa (2018) nos auxiliam, ao evocar o

autor Raymond Gold, que, segundo eles, trata de definições gerais quanto a observações de campo, classificadas desde o Participante-Total até o Observador-Total: aquele, um “nativo” do contexto analisado, enquanto este, um “investigador” que praticamente não se comunica com pessoas e lugares analisados. No que compete ao Participante-Total – definição com a qual nos identificamos em nossa *Autoetnografia* –, Minayo e Costa (*ibid.* p. 147) apontam para um cuidado central a partir de Gold, alertando que, “ao se tornar um ‘nativo’ o pesquisador corre o risco de perder uma perspectiva crítica e de estranhamento”. Desta feita, aqui, foi recorrendo à realização das entrevistas e das análises socioespaciais da Região de Análise que se buscou por precauções analíticas baseadas em informações objetivas que foram somadas às observações de campo.

Por fim, toda a *Autoetnografia Socioespacial* também foi complementada com **Registros Fotográficos**, alguns elaborados cotidianamente pelo Autor, outros intencionalmente, mas sempre buscando-se registrar questões levantadas pelas teorias ou pelas narrativas da pesquisa. Junto a isso, também uma pequena **Pesquisa em Documentos da Família do Autor** corrobora com indícios e evidências para as narrativas apresentadas. São documentos de trabalho, registros fotográficos e outros documentos de posse atual ou anterior por avós do autor e outros parentes que ilustram muita das narrativas evocadas. Essas três técnicas complementares, portanto, - Observações de Campo, Registros Fotográficos e Pesquisa Documental – foram desenvolvidas de maneira intrínseca à realização da *Autoetnografia Socioespacial*, de modo que, para elas, não foram buscados maiores embasamentos técnicos na elaboração e execução.

Vale destacar uma última questão. Alguns dos diálogos contidos na *Autoetnografia* não provêm das entrevistas realizadas, mas foram obtidos a partir das vivências do Autor. Em tais diálogos, reconhece-se pouca probabilidade de estarem registrados com fidelidade ao falado, porém, presou-se aí pela conservação do conteúdo informado, e que se mostra relevante para as narrativas e análises. Ademais, estão sempre indicados os diálogos provenientes de entrevistas.

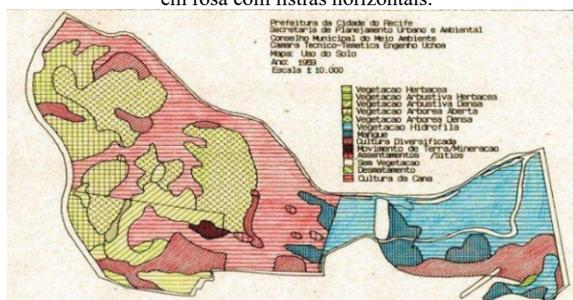
A seguir, começamos a nos voltar para as partes mais biográficas da nossa *Autoetnografia Socioespacial*. Iniciamos com uma Caracterização Socioespacial da Região de Análise (item 4.4), que, embora de conteúdo ainda bastante técnico e etnográfico, isento de grandes narrativas diretas, teve muitas de suas características socioespaciais tanto identificadas a partir de vivências do Autor como também corroboradas a partir de dados técnicos. Assim, também essa caracterização pode ser lida como uma narrativa, isto é, como a história da ocupação e do desenvolvimento da Região de Análise gravada em sua socioespacialidade atual. Posteriormente, nos itens 4.5, 4.6 e 4.7, apresentamos as narrativas mais autobiográficas que nos subsidiam em nossas reflexões quanto à Sustentabilidade e a Sociabilidade. E por fim, no item 4.8, apresentamos uma Interpretação Conclusiva de toda a *Autoetnografia Socioespacial*.

#### 4.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO DE ANÁLISE

Formada por parcelas dos bairros de Areias, Barro e Caçote na Zona Sudoeste do Recife (**Fig. 01**), a Região de Análise constitui-se de uma área urbana bem delimitada no tecido da cidade, sendo este um dos motivos de sua escolha como objeto de análise. Sua ocupação remete ao séc. XVII, com a economia açucareira no Brasil, tendo apresentado ao longo do tempo uma série de expansões e transformações no uso e ocupação do solo, e configurando-se hoje em uma massa construída heterogênea demonstrativa de diferentes épocas. Observa-se em especial: padrões de ocupação ora mais tradicionais e algo espontâneos, configurados até a primeira metade do séc. XX; padrões de ocupação modernos, planejados, configurados a partir da segunda metade desse mesmo século; ocupações informais a partir do final desse séc. XX; e, com a chegada e o avançar do século XXI, dinâmicas ocupacionais mais atuais, como a condominização. Esses padrões serão apresentados mais adiante. Do que se estima, a configuração urbana da Região de Análise é representativa do *Processo de Restrição da Sociabilidade* evocado a partir de D’Incao (cf. p. 91), apesar de que, hoje, parecem coexistir no local condições de *Sociabilidade Ampla e Restrita*. Principalmente, é uma região periférica do Recife que pode parecer comum ou trivial ao olhar externo distanciado de sua vida social cotidiana, mas que apresenta diversidades e peculiaridades socioespaciais que, desde nossas pesquisas, motivam esta *Autoetnografia Socioespacial*. No que segue, são apresentadas características históricas, morfológicas, socioeconômicas, de uso e ocupação do solo e de apropriação do espaço público que sugerem a ocorrência desse Processo.

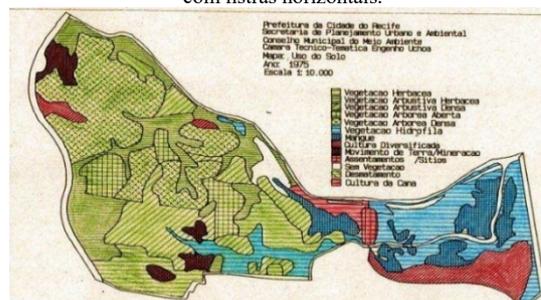
As primeiras ocupações da Região de Análise, no séc. XVII, remetem à instalação de um Engenho de Açúcar, o Engenho Uchôa, às margens do Rio Tejipió (Silva, 2012; PE A-Z, 2012; Davidson, 2011). Até recentemente, às proximidades do ano de 2007, ainda existiam de pé estruturas do antigo engenho, mas que foram demolidas pela expansão de uma Garagem de Ônibus que já há algumas décadas ocupa o seu terreno original. Na imagem aérea da **Fig. 01**, registrada no ano de 2002, ainda é possível observar no local indicado as coberturas de tais construções. A localização do engenho era estratégica pela presença do Rio Tejipió, que servia à época para o escoamento de produtos e o transporte fluvial até a costa da Cidade, bem como, pela presença de terras livres que serviam à plantação de Cana-de-Açúcar. Segundo registros do atual Plano de Manejo da Mata do Engenho Uchôa – uma Unidade de Conservação (Refúgio da Vida Silvestre, Pernambuco, 2013) localizada à margem oposta do rio em relação ao antigo Engenho, e que mantém o seu nome – ainda foi registrado até o ano de 1959 o cultivo de Cana-de-Açúcar na área da mata, em meio a remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, mas que foi sendo reduzido e findado ao longo dos anos seguintes (**Figs. 25 e 26**).

**Fig. 25** Uso do Solo na Mata em 1959, com plantação de cana em rosa com listras horizontais.



Fonte: PERNAMBUCO, 2013.

**Fig. 26** Uso do Solo na Mata, 1975, com plantação de cana em rosa com listras horizontais.



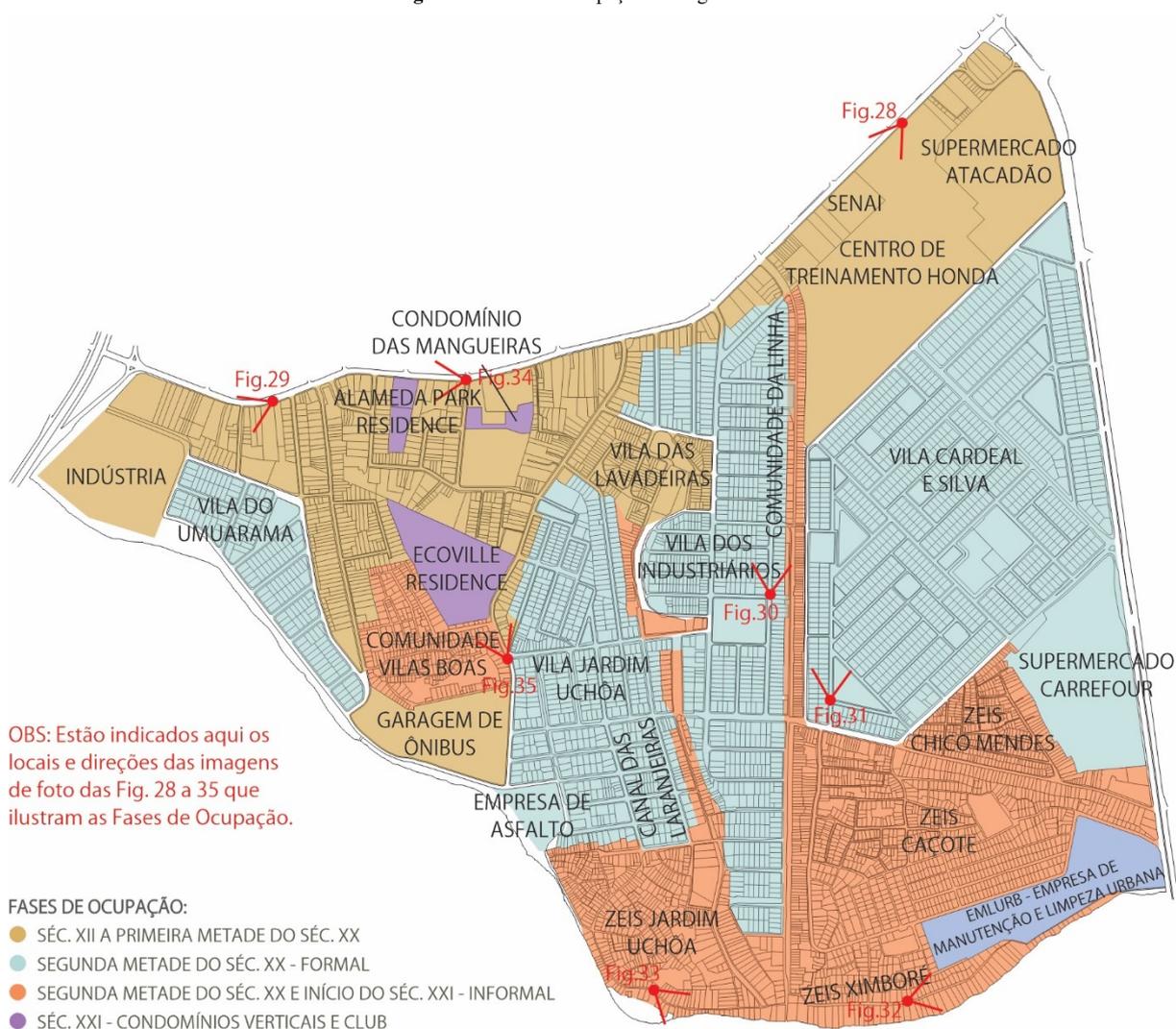
Fonte: PERNAMBUCO, 2013.

Desde a ocupação inicial, a Região de Análise passou por diversas outras ocupações, com indícios ainda presentes no tecido urbano atual. No geral, toda a ocupação se deu no tempo desde o oeste e norte no sentido leste e sul, expandindo-se a partir do antigo Engenho, e posteriormente a partir da Av. Dr. José Rufino, que foi a principal via de acesso para região até a metade do séc. XX, conectando-a com áreas centrais da cidade a leste e municípios vizinhos a oeste. Nas imagens das **Fig. 27-35 (p. 131 e 132)**, pôde-se registrar 4 fases principais de ocupação através de observações *in loco*: **1.** ocupação desde o séc. XVII até o início do séc. XX, constituída por grandes lotes aparentemente oriundos de antigas glebas, e também por lotes estreitos e ou de pequenas dimensões, majoritariamente ocupados por Casarios Ecléticos e outras edificações residenciais ou comerciais relativas ao início do séc. XX; **2.** loteamentos formais estabelecidos na segunda metade do séc. XX, por motivo principalmente de serviços previdenciários, como o Instituto Previdenciário de Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP) e outras entidades, como organizações industriais e militares<sup>15</sup>; **3.** também a partir do séc. XX, ocupações informais que hoje configuram as ZEIS<sup>16</sup> Jardim Uchôa, Chico Medes, Caçote e Ximboré, e a mais recente comunidade Vilas Boas, iniciada em meados dos anos de 2014, e que já apresenta hoje certa consolidação e urbanização; e ainda **4.** Condomínios Clubs verticalizados e com serviços privados, que têm sido implantados desde o início do séc. XX em terrenos amplos remanescentes daquela primeira fase de ocupação. Vale destacar que algumas peculiaridades nas dinâmicas de ocupação correlacionam as diferentes épocas envolvidas, desde tempos coloniais até modernos e contemporâneos, como o fato de que tanto o Condomínio Club Ecoville Residence quanto a Comunidade Vilas Boas se estabeleceram em terrenos do antigo Engenho Uchôa.

<sup>15</sup> Além de alguns documentos observados, também são indícios dessa modalidade de loteamentos por serviços previdenciários o nome de localidades existentes, como o loteamento Vila dos Industriários e o nome de várias ruas da Vila Cardeal e Silva, que se referem a militares.

<sup>16</sup> ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social estabelecidas para áreas de ocupação informal na Cidade do Recife a partir da década de 1980, com a finalidade para o desenvolvimento de uma legislação específica que tem promovido tanto a regularização quanto a proteção fundiária.

Fig. 27 Processo de Ocupação da Região de Análise.



Fonte: Autor, a partir de dados aproximados de observações e de Moreira, 2022, p. 331.

No período da expansão da garagem de ônibus, que demoliu as construções remanescentes do Engenho, o restante de seus terrenos passou a ser explorado, e o que motivou a construção do Ecoville Residence. Já o terreno vizinho da atual Comunidade Vilas Boas, concorde relatos obtidos pelo Autor e corroborados por suas observações, este não chegou a ser formalmente ocupado nessa época devido a ser bastante acidentado, o que deixou o terreno vulnerável para a posterior ocupação informal. Como dito, essa ocorrência permite observar na atualidade a correlação de dinâmicas de ocupação desde a Colonialidade, pelos terrenos do Engenho que ainda se encontravam livres, até a Modernidade, pela ocupação informal característica do séc. XX, e ainda a Contemporaneidade, pela ocupação do Condomínio Club (Fig. 36). Esta é uma primeira peculiaridade que nos sugere a diversidade e heterogeneidade das ocupações locais.

**Fig. 28** Primeira fase de ocupação: grandes terrenos, Centro de Treinamento Honda e SENAI ao fundo, Av. Dr. José Rufino, nº955.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 29** Primeira fase de ocupação: Casario Eclético, Av. Dr. José Rufino, nº435.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 30** Segunda fase de ocupação: Formal, Vila dos Industriários, Rua Oiticica Lins, nº617.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 31** Segunda fase de ocupação: Formal, Vila Cardeal e Silva, R. Cap. Domingos da Costa, nº 470.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 32** Terceira fase de ocupação: Informal, ZEIS Ximboré, ocupação informal urbanizada às margens do Rio Tejiptó. Rua Ximboré, nº138.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 33** Terceira fase de ocupação: Informal, ZEIS Jd. Uchôa, área não urbanizada às margens do Rio Tejiptó. Rua João Paulo II, nº290.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 34** Quarta fase de ocupação: Condomínios Club Verticais, Alameda Park Residence, ao fundo. Vista da Av. Dr. José Rufino, nº1897.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 35** Terceira e Quarta fases de ocupação: Comunidade Vila Boas com Ecoville Residence ao fundo. Vista da Rua Rio Solimões, nº367.



Fonte: Google Earth, 2023.

Como se vê, também, a ocupação do tecido urbano da Região de Análise expõe transições de épocas mais tradicionais para épocas mais modernas, tanto que a sua segunda via delimitadora, a Av. Recife, construída na última década de 70, contrasta em sua modernidade com a Av. Dr. José Rufino. Bem mais larga e retilínea, a Av. Recife foi implantada para consolidar a região no tecido urbano da Cidade, estabelecendo ligações com o norte da cidade, com a BR-101 e, principalmente, com regiões ao sul (Moreira, 2022, p. 298), onde se intensificaram à época

ocupações na região do Aeroporto da Cidade e também em bairros litorâneos, como o Bairro de Boa-Viagem. Este, a propósito, passou a figurar no senso comum como talvez o bairro mais moderno-burguês do Recife. A própria abertura da sua Av. Beira Mar, hoje Av. Boa Viagem, ao início do séc. XX, é comentada pelo historiador Antonio Paulo Rezende (2016, p. 55) como “marco da moderna cidade do Recife”, construída em meio a pântanos, mas que depois apresentaria expressivo desenvolvimento nas décadas seguintes. Essas observações favorecem o entendimento da Região de Análise como palco de um *Processo de Restrição da Sociabilidade* entendido a partir de D’Incao, sugerido aí pelas diferentes constituições e ligações de suas vias delimitadoras e ocupações derredor: a tradicional Av. Dr. José Rufino e a moderna Av. Recife. E ainda, se acrescentamos o Rio Tejipló como via delimitadora colonial, sintetizamos todo o palimpsesto de diferentes épocas que constituem a configuração urbana atual da Região de Análise. E este é um dado que pode parecer simbólico, mas que é bastante significativo para o entendimento territorial e urbano da Região de Análise, e mesmo para o entendimento de suas dinâmicas atuais de urbanização. Afinal, estando atualmente a região já bem delimitada, parece caber à Contemporaneidade não continuar a construir o seu tecido urbano, mas sim transformá-lo. Sobre isso, ilustra-se por exemplo que, nas últimas décadas, o território da Mata do Engenho Uchôa foi alvo de inúmeras propostas de ocupação e expansão urbana, antes de receber proteção legislativa integral. Para a área, já foram propostos Condomínio Residencial de Luxo, Condomínio Verticalizado, Usina de Lixo e uma Arena de Futebol, mas todas essas propostas foram combatidas e inviabilizadas por resistências políticas promovidas pelo Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa, atuante já há mais de quarenta anos e constituído por moradores locais e atores sociais e políticos (Carmo, 2013).

Vale citar ainda, sobre a ocupação local, o papel exercido por sistemas de transporte ferroviário. Em paralelo à Av. Dr. José Rufino, nas imediações da atual Linha Oeste do Sistema de Metrô, percorria entre os séc. XIX e XX uma Linha de Trem que conectava o Recife a cidades do interior. Ao final do séc. XIX e início do séc. XX, , também uma Linha de Bondes passou a integrar a região, conectando-a desde o centro da Cidade, a leste, até o bairro vizinho de Tejipló, a oeste. Este foi, a princípio, um Sistema de Bondes por tração animal que ainda não abrangia a Região de Análise, terminando em bairros vizinhos, mas que depois foi eletrizada e estabeleceu suas conexões com a Região de Análise, impulsionando então o seu desenvolvimento no séc. XX (ANEXOS D e E). Nas décadas seguintes, o Sistema de Bondes foi paulatinamente substituído pelo sistema de Ônibus, e ainda, a partir da década de 1980, deu-se a implantação do Sistema de Metrô nas imediações da antiga Linha de Trem, e o que também impactou a Região com a implantação da Ligação Sul (Fig. 49), uma via de manutenção responsável por conectar a Linha Sul de Metrô com a Linha Oeste, cortando toda a Região de Análise de norte a sul, e motivando ocupações informais que hoje configuram a Comunidade da Linha (Fig. 36 e 37, p.153).

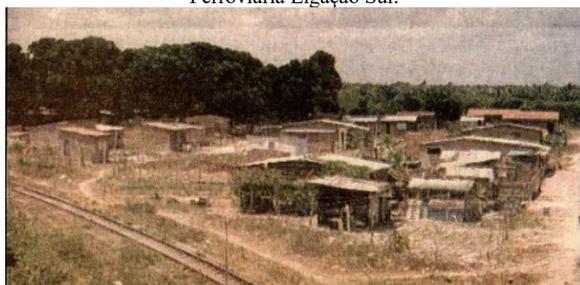
Ilustram essa heterogeneidade urbanística da Região de Análise os seus diferentes Padrões de Ocupação (**Fig. 36**). Refletindo diferenças entre tecidos urbanos tradicionais e modernos, foram estimados aqui por observação 15 Padrões de Ocupação, como: os Padrões 01 e 03, referentes à Rua André de Albuquerque e Vila das Lavadeiras, que apresentam vias irregulares e estreitas, pequenos lotes e ocupações antigas do início do séc. XX (**Fig. 38-39**); e os Padrões 07 e 09, referentes à Vila dos Industriários e Vila Cardeal e Silva, com vias largas e regulares, lotes maiores e ocupações a partir da segunda metade daquele século, além do que, apresentam também uma significativa maior oferta de Espaços Livres Públicos (**Fig. 30-31**). Os espaços livres públicos, a propósito, são uma característica marcante de toda a Região. Também descritos na **Fig. 36**, e embora os diferentes padrões não sejam homogeneamente contemplados, observa-se uma apropriação e uso salutar de tais espaços pela população (**Fig. 40-42**), assim como sugerem as respostas de 17 dos 30 entrevistados que alegaram frequentar praças na Região<sup>17</sup>.

**Fig. 36** Padrões de Ocupação da Região de Análise a partir de observações tipológicas, fundiárias e de localização.



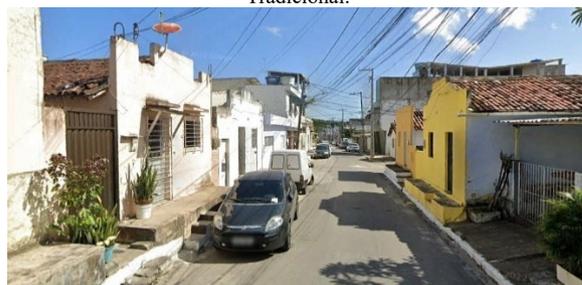
<sup>17</sup> Na **Fig. 36**, considera-se Recantos as pequenas praças ou espaços livres arborizados sem grandes equipamentos esportivos e de lazer, e que atendem mais a moradores mais próximos, enquanto Praças, os espaços livres maiores, com equipamentos significativos, atendendo a uma maior população.

**Fig. 37** Ocupações informais em 1995 ao longo da Linha Ferroviária Ligação Sul.



Fonte: PERNAMBUCO, 2013

**Fig. 38** Rua André de Albuquerque, Padrão de Ocupação Tradicional.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 39** Vila das Lavadeiras, Padrão de Ocupação Tradicional.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 40** Praça das Lavadeiras em dia típico à tarde, em 2023.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 41** Praça Heróis da Restauração em dia de domingo no agosto de 2023, às 16h30.



Fonte: Autor.

**Fig. 42** Praça das Crianças em dia de sábado no agosto de 2023, às 20h30.



Fonte: Autor.

Segundo informações colhidas durante as entrevistas realizadas (**APÊNDICE D**), bem como no que corroboram as observações do Autor, as Praças do Umuarama, das Lavadeiras (**Fig. 41**), do Heróis da Restauração (**Fig. 42**), das Crianças (**Fig. 44**) e Mariano Teixeira, respectivamente A D F H K na **Fig. 36**, correspondem aos Espaços Livres Públicos mais utilizados na Região de Análise. Isso – do que se supõe através das observações –, através de atividades esportivas, encontros, conversas, brincadeiras, etc. Outros comentários sobre os padrões de ocupação e os espaços livres públicos existentes são realizados aqui nas narrativas da Autoetnografia.

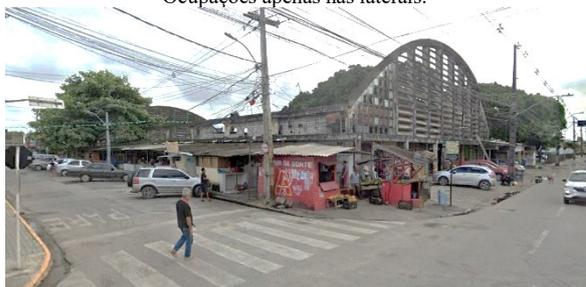
Quanto a dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico da Região, aponta-se primeiras dinamizações comerciais e de serviços oportunizadas a partir de suas principais vias de ligação. A Av. Dr. José Rufino configurou-se ao longo de todo o séc. XX como o principal centro comercial local. Nela, a inauguração em 1959 do Mercado de Areias (**Fig. 43**) conformou em suas imediações uma centralidade secundária na Cidade do Recife, que passou a ser ocupada

também por outros mercados e atividade diversas. Já a implantação da Av. Recife, na década de 1970, estabeleceu novas dinâmicas econômicas (**ANEXO F**). Devido ao seu caráter moderno e a grandes ocupações lindeiras, a avenida passou a atrair tipos diferentes de comércios e serviços em relação a Av. Dr. José Rufino, encontrando-se ocupada hoje por grandes supermercados, lojas de comércios e serviços de automóveis, dentre outros. Na Av. Recife, ressalta-se também a presença do Conjunto Residencial Ignês Andreazza, no lado oposto da avenida à Região de Análise (**Fig. 44**), construído na década de 1980 a partir de um projeto moderno, e que, por décadas, foi considerado o maior conjunto residencial da América Latina.

Com o início do séc. XXI, passou a ocorrer na Região de Análise um certo processo de descentralização ou espraiamento econômico. Ao que indicam as observações do Autor ao longo do tempo, a implantação do grande supermercado onde hoje está localizado o Carrefour (**Fig. 45**) passou a induzir um maior fluxo de pessoas para a região a partir de meados dos anos 2006 (**ANEXO G**). Desta feita, o conjunto contínuo de vias constituído pelas Rua Ipojuca, Rua Cambucá e Av. Capitão Gregório de Caldas (**Fig. 49**), que cruza a Região de Análise e conecta a Av. Dr. José Rufino à Av. Recife, nas imediações exatas do hoje Carrefour, passou a ser mais utilizada pelo tráfego de veículos externos à Região. Desde então, isso tem ocasionado um maior desenvolvimento de comércios e serviços ao longo destas referidas vias, principalmente nas imediações da Feira Livre da Linha (**Fig. 46-48**), que, no final do séc. XX, configurava-se como um ponto de comércio bastante local, mas que tem ganhado maiores proporções. Ao longo das Entrevistas, pudemos constatar algumas menções a esta Feira Livre e ao comércio derredor, sugerindo a importância que têm assumido nas dinâmicas socioeconômicas locais. Corroborando todo esse cenário o atual estado de deterioração do Mercado Público de Areias, que, desde os anos 2000, tem perdido a importância de centralidade comercial, após o desabamento do seu teto, restando apenas a sua área externa ocupada por comércios e serviços. Segundo notícias veiculadas, ainda tramitam propostas de requalificação para o Mercado, mas que esbarram na questão de este estar localizado em terreno privado, que requer desapropriação (**Recife, 2018**).

Quanto a outros aspectos econômicos gerais, como serviços, a Região apresenta uma considerável oferta de estabelecimentos de educação de primeiro e segundo grau, creches públicas, cursos técnicos e profissionalizantes por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Escola Profissionalizante de Areias, etc. Já quanto à Saúde, a Região aparenta ter uma baixa oferta de postos públicos de saúde – apenas 2, na Vila Jardim Uchôa e no Caçote –, no que corroboram observações do Autor e de entrevistas, e possui também algumas clínicas privadas. A esses dados, não dispusemos maiores atenções devido a nossos objetivos centrais. E o mesmo se pode dizer em relação a demais questões sociais, como a configuração racial. De um modo geral, pelas observações do autor, a Região apresenta uma população de classe média e baixa, e uma configuração bastante mista de pessoas pretas, pardas e brancas.

**Fig. 43** Mercado Público de Areias com teto desabado e Ocupações apenas nas laterais.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 44** Conjunto Residencial Ignez Andreazza na Av. Recife.



Fonte: Internet, imagem avulsa.

**Fig. 45** Grandes Supermercados desde 2006 na Av. Recife.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 46** Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h.



Fonte: Autor.

**Fig. 47** Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h



Fonte: Autor.

**Fig. 48** Feira Livre da Linha em dia de sábado, agosto de 2023, às 10h.



Fonte: Autor.

Ainda nesta caracterização, vale comentar hábitos sociais que ilustram um corpo geral das interações sociais existentes na Região de Análise. Para além da utilização de comércios, serviços e espaços públicos, que se mostrou expressiva tanto pelas observações de campo quanto pelas entrevistas, também se pode registrar interações sociais ocorridas no âmbito de Igrejas e Capelas Católicas, diversas Igrejas Evangélicas, Centros Espíritas e Terreiros de Umbanda de diferentes denominações (Fig. 50-53). Ademais, observa-se interações sociais também em bares, lanchonetes, estruturas festivas temporárias em ruas e espaços públicos – organizadas por populares e ou também com auxílio de agentes políticos –, dentre outros, suscitando-se uma apropriação considerável do espaço público, e por hábitos bastante populares (Fig. 54-55). Como exemplificação, pode-se comentar que algumas praças e ruas são utilizadas algumas vezes para a realização de festas familiares, como na comemoração de aniversário. E também, ocorre anualmente a Romaria a São Severino dos Ramos, um município vizinho de atrativo turístico religioso, e da qual participam principalmente moradores locais da Vila Jardim Uchôa: no mês de dezembro, os romeiros reúnem-se na rua para viajarem em charretes e cavalos enfeitados para o município, retornando no dia seguinte, com recepções festivas dos moradores.

Fig. 49 Região de Análise com elementos citados no texto.



Um outro fenômeno observado pelo Autor, e que sugere a apropriação do Espaço Público por hábitos populares, é um tipo peculiar de vendedor ambulante recorrente na região, e que aqui denominamos “Bicicleteiros de Comidas Regionais” (Fig. 57). São homens em bicicletas, equipadas com bagageiros com caixas térmicas, que, ao final da tarde e à noite, percorrem as ruas vendendo comidas regionais, anunciando em autofalantes os itens à disposição, com *jingles* bastante similares: “Pamonha, Canjica, Arroz-Doce, Tapioca, Milho e Manguzá”. Não se pode tecer maiores comentários sobre a ocorrência significativa ou não de tais bicicleteiros em outras regiões do Recife. No entanto, um acontecimento em particular chamou a atenção para essa atividade na localidade. Em meados de agosto de 2023, quando o Autor fez uso desse serviço, ele trocou palavras com um dos vendedores, e o mesmo relatou não residir na localidade, mas no bairro vizinho do Ibura, no lado oposto da Mata. Para chegar na localidade, ele percorre os trilhos da Ligação Sul, e, segundo ele: “Lá não vende nada. Aqui é que sai!”. Além do que, se refletimos de maneira geral, trata-se de um fenômeno pouco propício de ocorrer em configurações urbanas mais modernas e burguesas em que predomine o apartamento ou outras

formas modernas de morar. Para esse tipo de moradia, o crescimento do serviço de entrega de comidas por aplicativos de celular parece se tornar uma necessidade crescente. Afinal, para a ocorrência de ambulantes espontâneos como os “bicicleteiros de comidas regionais”, se faz necessário certa proximidade dos espaços internos da moradia com a rua, para que seja possível ouvi-los e ir até eles. Uma proximidade que, do que se supõe, parece existir na Região de Análise, e que, assim, também a partir daí, sugere a ainda existência de realidades de *Ampla Sociabilidade*.

**Fig. 50** Igreja NSa. da Conceição do Barro, na Av. Dr. José Rufino.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 51** Terreiro de Umbanda de denominação desconhecida, na rua Olímpio Costa



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 52** Centro Espírita na Rua Sebastião Grande.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 53** Igreja Evangélica Assembleia de Deus na Av. Dr. Vilas Boas.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 54** Festividade junina em 2023 na Praça Heróis da Restauração, organizada por populares e agentes políticos.



Fonte: Autor.

**Fig. 55** Comemoração Familiar na Rua Cambucá, em 2023.



Fonte: Autor.

**Fig. 56** Chegada da Romaria a São Severino dos Ramos em 2023, na Vida Jardim Uchôa.



Fonte: Autor.

**Fig. 57** Bicicleteiro de Comidas Regionais.



Fonte: Autor.

#### 4.5 NARRATIVAS EM SUSTENTABILIDADE E *AUTOPOIESE*

Seguimos aqui com o conteúdo mais autobiográfico de nossa *Autoetnografia Socioespacial*. Neste item 4.5, são relatadas ocorrências ligadas a Sustentabilidade e *Autopoiese*, em concomitante a relatos sobre a formação do Autor que possibilitam uma compreensão quanto à construção e de suas compreensões sobre o Desenvolvimento Sustentável. Ao final desta primeira narrativa, comentamos o *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade* através de Capra, no equilíbrio entre *Estruturas e Relações nos Processos Vitais* dos Seres/Sistemas-Vivos. Em seguida, no item 4.6, são relatadas ocorrências sobre Sociabilidade, principalmente no âmbito do isolamento social da Pandemia da Covid-19, que possibilitaram a compreensão do *Processo de Restrição da Sociabilidade* vivenciado pelo Autor, e aí também a exploração de novas possibilidades de sociabilidade na Região de Análise. Depois, no item 5.7, relata-se ainda outras ocorrências socioespaciais que auxiliam a exemplificar a complexidade social da multidimensionalidade da Sustentabilidade em ligação com a Sociabilidade. E por fim, no item 5.8, é tecida uma interpretação conclusiva de toda a *Autoetnografia Socioespacial*, a partir dos entendimentos de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* que, do ponto de vista da pesquisa, oferecem contribuições da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* para maiores compreensões a respeito da multidimensionalidade da Sustentabilidade e, também, da Sociabilidade.

Remontam ainda à infância do Autor os seus primeiros envolvimento com a questão do Desenvolvimento Sustentável. Sempre um interessado nas coisas da Natureza, ele absorveu aos poucos, ao longo do seu desenvolvimento, aquilo que mais tarde entenderia como Sustentabilidade. E isso não é uma ocorrência fortuita. A sua geração, nascida entre as décadas de 1980 e 1990, parece ter sido sensibilizada naturalmente pelos debates sobre Desenvolvimento Sustentável, que, desde aquele tempo precisamente, passaram a ser mais difundidas. Segundo comentado anteriormente, foi na época da Conferência da Cúpula da Terra em 1992 – a Rio-92 – que a Sustentabilidade passou a ser compreendida também como um “modo de ser”, e não apenas como algo analítico voltado para questões transgeracionais e problemas ambientais globais (cf. p. 35). De igual modo, também o acesso já na infância a aparelhos de televisão parece ter contribuído para essa sensibilização. Na grande mídia brasileira, passaram a veicular naquele tempo debates sobre questões ecológicas e da Sustentabilidade, como através da *Novela Pantanal*, transmitida a partir do ano de 1990, e com grandes repercussões de audiência. Notícias pelo país (ANEXO H) relataram o fato de a novela aproveitar a então “onda ecológica” (Jornal A Tribuna, 1990) e ser uma “overdose verde, com fortes conotações ecológicas”, e que transmitia “a necessidade de preservação do meio ambiente” (Jornal A Tribuna Imprensa, 1990), embora esse não fosse

seu foco principal. Elaborada com uma produção cenográfica de alta qualidade para a época, o Autor tem lembranças das cenas do Pantanal Brasileiro que pôde assistir desde a sala de sua casa.

Passado-se o tempo, já adolescente, e quando surgiam as primeiras necessidades de se pensar no futuro profissional, o Autor interessou-se primeiramente em seguir carreiras ligadas ao meio ambiente. A formação em Biologia parecia ser uma ótima escolha, e em seus períodos da Educação Fundamental e Média, buscou sempre se envolver em trabalhos de temas ecológicos. Quando no ensino médio, contudo, nas iminências da realização do vestibular para acesso ao Ensino Superior, o curso de Arquitetura e Urbanismo se mostrou como meta mais almejada. Diferentemente da Biologia, parecia ser uma área mais diversificada, e contribuiu para essa escolha também um natural interesse pelo desenho de cidades, em mapas, perspectivas, etc. Adentrou então para a Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2007.

A primeira ambição do Autor na graduação era tornar-se projetista, um arquiteto típico. Entretanto, ao longo do curso, ele notou um crescente interesse em questões mais críticas do que formalísticas, mais sociais e ambientais do que projetuais, e assim, nas proximidades do final da graduação, a atenção ecológica retomou o seu foco. Na escolha de um tema para a realização do seu Trabalho de Conclusão de Curso, muitas opções se apresentaram, mas se sobressaiu o interesse em trabalhar com a Mata do Engenho Uchôa, presente em sua região de moradia (cf. p. 147). Aí, uma crescente consciência ambiental já levava o Autor a enxergar a necessidade de uma maior aproximação com a sua localidade de origem, com a qual possuía pouca ligação, e a partir do que, começou a refletir sobre questões epistemológicas e sociais que condicionavam a sua formação. Toda a educação do Autor havia sido realizada em colégios localizados em áreas mais centrais na cidade no Recife, e também na UFPE, fora da sua região de moradia, e nos quais passou a maior parte de sua infância, adolescência e início da idade adulta. O interesse em trabalhar com a Mata do Engenho Uchôa surgiu então também como oportunidade não só de lidar com questões ecológicas práticas do urbanismo, mas também de passar a circular e observar melhor a sua localidade. Foi no âmbito do TCC, por exemplo, que o Autor visitou a mata pela primeira vez, e fez contatos com o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa.

À época, também contribuiu para a consciência ambiental do Autor um crescente envolvimento seu com diferentes correntes e conhecimentos sobre ecologia. Em especial, a Permacultura<sup>18</sup> e a filosofia do Bem-Viver (cf. p. 20) lhe oportunizaram, desde então, a compreensão de aspectos mais sutis do Desenvolvimento Sustentável, como a própria questão do “Pensar Global e Agir

---

<sup>18</sup> A Permacultura é uma modalidade de se habitar e cultivar a terra com bastante proximidade à filosofia do Bem-Viver, buscando-se por uma cultura humana que se possa dizer “permanente”, capaz de garantir o seu sustento sem jamais agredir ou ameaçar os recursos naturais.

Local”, que o encorajou em trabalhar com sua região de moradia. E o próprio espaço acadêmico da UFPE também contribuiu nesse sentido. A possibilidade de uma formação transversal e ampliada em uma universidade pública brasileira permitiu que o Autor cursasse disciplinas em diferentes cursos de graduação; dentre elas, a disciplina de Ecopedagogia no Bacharelado em Ciências Biológicas, na qual, ao que esperava aprender melhor sobre os debates convencionais da Sustentabilidade, o Autor obteve, ao contrário, seus primeiros aprendizados sobre Permacultura e Bem-Viver. No correr da disciplina, em especial, uma excursão em 2011 para o sertão do estado da Bahia concretizou no Autor o interesse em trabalhar com novos paradigmas da Sustentabilidade. Na Cidade de Tucano, especificamente ele conheceu o Jardins Marizá, empreendimento coordenado pela suíça-brasileira Marcha Hanzi, e que, nos últimos 20 anos, tem tido resultados positivos em transformar 20ha de areia em uma área que, hoje, em certos pontos, já se aproxima de uma floresta em seus primeiros estágios de desenvolvimento (Fig. 58-69).

**Fig. 58** Jardins Marizá em 2003, ao início, sua terra arenosa.



Fonte: Hanzi, 2003.

**Fig. 59** Jardins Marizá em 2019, em contraste a áreas vizinhas



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxQbzF5HcqG/?igshid=akwmqnj1u79z>. Acesso: 04 set. 2023.

Foi em suas experiências transdisciplinares que o Autor conheceu as perspectivas ecológicas paradigmáticas da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*. O *Conceito de Autopoiese*, ele já o conhecia de sua participação como pesquisador de iniciação científica no Laboratório de Investigação do Espaço na Arquitetura, na UFPE, coordenado pelos professores Maria de Jesus de Britto Leite e Gilson Miranda, e no qual a *Teoria de Santiago* já vinha sendo considerada em investigações epistemológicas sobre a percepção do Espaço. Mas foi naquela disciplina de Ecopedagogia, no curso de Biologia, que o Autor conheceu Fritjof Capra e sua *Visão Ecológica Autopoietica*, que, desde então, têm fundamentado seus entendimentos mais paradigmáticas quanto ao Desenvolvimento Sustentável. Como já comentado anteriormente, a obra de Capra é salutar devido a largas análises realizadas em diversas teorias contemporâneas do Sistemismo e da Complexidade, ao mesmo tempo em que sintetiza essas análises na proposta de um entendimento de *Autopoiese* como o “Padrão da Vida”, no equilíbrio das *Estruturas e Relações* dos Seres/Sistemas-Vivos em seus próprios *Processos Vitais* (cf. p. 55, 68 e 69). Desde que

tomou conhecimento sobre essa abordagem, o Autor empreendeu maiores estudos sobre a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, que não chegaram a ser abordados em seu Trabalho de Conclusão de Curso, mas ensejaram o posterior desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado na Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, também na Universidade Federal de Pernambuco.

As vivências e conhecimentos adquiridos no TCC, bem como uma primeira experiência profissional anterior ao mestrado e ligada a questões urbano-ambientais, oportunizaram ao Autor entendimentos práticos e operacionais sobre a realidade urbano-ambiental no Recife, Aí, a constatação de uma ainda lentidão da administração pública em lidar com questões ambientais, contribuiu para que o Autor se voltasse à pós-graduação. Interessava-o conhecer melhor as abordagens paradigmáticas da Sustentabilidade, que, ao seu ver, contribuía para noções mais “factuais”, e menos conceituais, de Desenvolvimento Sustentável. Nesse período, ao pesquisar melhor sobre a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, o Autor tomou conhecimento do livro *The Autopoiesis of Architecture*, do arquiteto inglês Patrik Schumacher, que levantou estranheza por ir na contramão do entendimento ecológico e paradigmático que o Autor vinha conhecendo na *Autopoiese*. Foi então que, entre os anos de 2017 e 2019, o Autor desenvolveu sua pesquisa de mestrado (Carmo, 2019), tendo como objeto de análise a apropriação do *Conceito de Autopoiese* por Schumacher, e o que o ajudou tanto na melhor apreensão do *Conceito* quanto em sua difusão, devido a ser ainda pouco conhecimento mesmo no espaço acadêmico.

Por tudo o já colhido em nossas pesquisas, entende-se que pensar em Sustentabilidade a partir do *Equilíbrio Vital Autopoiético* dos Seres/Sistemas-Vivos oportuniza fugir aos conceitos mais convencionais de Desenvolvimento Sustentável, refletindo-se mais abrangentemente quanto às interações entre *Estruturas e Relações* de maneira geral. Esta é uma reflexão que, quando lançada ao campo socioespacial, parece sugerir a análise de dinâmicas sociais e urbanas desde pontos de vistas mais precisamente sociourbanos e menos mediados pelas perspectivas ecologizadas que ensejaram a construção do *Discurso Central de Sustentabilidade*. Grosso modo, por exemplo, pensar em Sustentabilidade desde a Dimensão Social parece requisitar pensá-la anteriormente às crises ecológicas do séc. XX e aos próprios discursos da Sustentabilidade; isto é, pensar não isoladamente em problemas ambientais, mas também nas realidades e conjecturas socioeconômicas, socioespaciais... que os precederam e que os ocasionaram, ocasionam e os acompanham. Ou em outras palavras, para além de desequilíbrios socioambientais, pensar na Sustentabilidade à luz das forças sociais que, independentemente do *Discurso Central de Sustentabilidade*, contribuem para a sustentação cotidiana da Vida, apesar dos seus desequilíbrios. Em suma, significa pensar fenomenicamente a Sustentabilidade, para além de qualquer discurso.

Novos paradigmas como a Permacultura e a Filosofia do Bem-Viver parecem ser oportunidades para maiores compreensões sobre as forças gerais que sustentam a vida. Da parte da Ecologia, tais forças são mais evidentes, se mostram pelo próprio existir da Natureza, que, como sabemos, produz o oxigênio que o ser-humano respira, regula as temperaturas e movimentos atmosféricos, oceânicos, dentre outros. Deve-se a essa evidência, talvez, os desequilíbrios ambientais terem ganhado força na origem dos discursos da Sustentabilidade. Já de parte da Sociedade, foi apenas pouco a pouco que as questões socioespaciais passaram a ser consideradas junto às questões ecológicas, e não apresentando ainda hoje bases teórico-conceituais claras para sua tratativa no Desenvolvimento Sustentável: por exemplo, tanto em relação à temática da Família, na qual denunciemos brevemente aqui não haver ainda conceitos qualitativos no Planejamento Urbano; também em relação ao tema da Sociabilidade, que tomamos como objeto de pesquisa por sua maior proximidade com as ciências socioespaciais, mas para o qual também ainda faltam conceitos (cf. p. 88); e também quanto à própria inexistência de um entendimento claro de *Desenvolvimento Urbano Sustentável* (cf. p. 44). É assim que surge a utilidade dos novos paradigmas como a Permacultura e o Bem-Viver, que apontam para a necessidade de um maior equilíbrio e integração do ser-humano consigo mesmo e com a Natureza, e também evocam aí questões mais minuciosas ligadas, por exemplo, ao conhecimento e à ética. Esta é uma questão crucial na qual, via *Autopoiese*, encontra-se caminho sintético para ser trabalhada cientificamente na integração entre as suas dimensões da *Biologia*, da *Cognição*, da *Interação Social* e da *Ética*.

Pela *Autopoiese*, compreende-se como cada uma de suas quatro dimensões (Carmo, 2019) contribuem para o Equilíbrio dos Seres/Sistemas-Vivos (cf. p.54, item 2.5), participando integradamente tanto da Dimensão Ecológica quanto da Dimensão Social. Nesse sentido, pensar em Sustentabilidade a partir do *Equilíbrio Vital* entre as *Estruturas e Relações* dos Seres/Sistemas-Vivos sugere uma possibilidade para novas compreensões teórico-conceituais que oportunizem maiores entendimentos sociais do Desenvolvimento Sustentável. Foi nesse sentido que se desenvolveu esta pesquisa de doutorado após a pesquisa de mestrado do Autor, motivada pela investigação de temáticas socioespaciais para a aplicação desses entendimentos.

Por fim, as questões teóricas da Sustentabilidade e da Sociabilidade que foram investigadas em nossas pesquisas também foram algo vivenciadas pelo Autor, do que resultou a elaboração desta Autoetnografia, entendendo-se que os conhecimentos conceituais obtidos aproximam-se de fenômenos sociais vivenciados. As narrativas do item a seguir contribuem objetivamente para exemplificar essa aproximação, evidenciando vivências do autor ao longo da elaboração desta pesquisa no âmbito da sociabilidade, da socioespacialidade e da Pandemia da Covid-19.

#### 4.6 NARRATIVAS EM SOCIABILIDADE, PATRIMÔNIO FAMILIAR E PANDEMIA

A tônica desta segunda narrativa é a evidenciação de processos sociais que, em experiências do Autor ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas, têm se mostrado pertinentes de serem abordados no âmbito de um Desenvolvimento Sustentável; uma evidenciação que faz jus às críticas anteriormente levantadas de que faltam maiores conceitos e entendimentos para se compreender questões sociais como a da *Sociabilidade Urbana* (cf. p. 88), assim como também estendemos essa ausência epistemológica à dimensão social da *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*. Nesse sentido, são narradas aqui ocorrências de vivências do Autor que, embora pareçam singelas, ilustram uma gama vasta de minúcias socioespaciais relativas ao Desenvolvimento Sustentável. Mesmo os autores anteriormente citados que tratam da pertinência da dimensão social na Sustentabilidade, suas teorizações parecem apresentar ainda distanciamentos entre teoria e prática: Leff (2022) em sua defesa pela consideração dos *Processos Sociais* na Sustentabilidade, devido à dificuldade de se caracterizar o valor social da natureza (cf. p. 42); Boff (2016) e Acosta (2016) em suas abordagens holísticas, que buscam suplantar a primazia ecológica para integrarem-se ao ser-humano (cf. p. 37); Acselrad (2009), que conclama uma *Justiça Ambiental Urbana* (cf. p. 43); e Souza (2005), que denuncia a inexistência de uma ideia clara do que seja o *Desenvolvimento Urbano Sustentável* (cf. p. 44). De outra maneira falando, estas são teorizações que sensibilizam para questões sociais da Sustentabilidade, e detêm sim grande importância; no entanto – e é o que se busca evidenciar nesta segunda narrativa da nossa Autoetnografia –, cada realidade e contexto socioespacial localizado no espaço e no tempo parece ter uma complexidade e singularidade social tão própria que tende a fugir à precisão de qualquer teorização, e que apenas parece ser possível de ser compreendida a partir do contato e do envolvimento direto e diário com os valores sociais – e também ambientais – de cada localidade. Com essa suposição, reiteramos diferentes pesos multidimensionais que parecem distinguir o Ecológico e o Antrópico na Sustentabilidade, dado que a Natureza demonstra possuir leis precisas e universais, cada vez mais conhecidas pela Ciência, enquanto que a Sociedade apresenta realidades e situações as mais diversas, relativas, imprecisas e improváveis, a que as ciências sociais avançam no entendimento, mas sem a exatidão de demais ciências. Reflexo disso é que, na vivência do Autor, conforme se versará aqui, ao precisar lidar diretamente em sua realidade com questões práticas do *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, nenhum de seus conhecimentos convencionais ou paradigmáticos em Sustentabilidade foram suficientes para vencer os desafios encontrados; desafios para os quais ele necessitou realizar o esforço de refletir sobre seus conhecimentos acadêmicos e profissionais

à luz também de outros conhecimentos transversais e pessoais ligados à família, à sociedade, à sua formação, ao seu lugar de moradia, e ainda a várias outras questões. Em suma, essas vivências exemplificaram uma complexidade que parece fugir a toda teoria, mas nas quais a *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese* se mostrou útil como base elementar de raciocínio, permitindo ao Autor compreender melhor a Multidimensionalidade da Sustentabilidade, principalmente em suas distinções entre o ambiental e social, e do que, finalmente, se suscitou a necessidade de conhecimentos distintos, porém complementares, entre essas Dimensões.

A Pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022, foi um cenário decisivo para a realização de todas essas considerações. Momento inédito na história da humanidade, as questões sanitárias e de isolamento social aí imbricadas demandaram mudanças de atitude e reflexões a grande parte da população mundial. No caso específico do Autor, que iniciou nesse período a sua pesquisa de Doutorado, ocorreu o entendimento em sua própria vida do *Processo de Restrição da Sociabilidade* tratado por D’Incao (cf. p. 90). Isso foi evidenciado não só pela necessidade de um maior convívio local pelo Autor devido às limitações impostas pela Pandemia, mas também, pela necessidade correlata de dedicar maior atenção para com um pequeno Patrimônio Construído de sua família em seu local de moradia. Este, para a realização de manutenções e reformas necessárias, demandou igualmente um maior convívio local pelo Autor, acarretando, ambas essas necessidades, em um *Processo de Reampliação da Sociabilidade* que se mostrou crucial para a Sustentabilidade daquele patrimônio e da vida em geral.

A partir da trajetória da formação do Autor, comentada no item anterior, o *Processo de Restrição da Sociabilidade* se mostrou em seu distanciamento do seu lugar de moradia, motivado pelos longos anos vivenciados em ambientes educacionais afastados dessa localidade, desde o ensino básico ao ensino superior. De igual modo, conforme permite entender D’Incao, esse *Processo* também foi marcado na história do Autor pela adoção de uma forma de vida diferente das formas de vida mais tradicionais das gerações anteriores de sua família, tendo sido ele levado, por exemplo, à prática de esportes, cursos de idiomas e outros hábitos ligados a formas de vida burguesa entre os séc. XX e XXI. Também acrescenta-se nessa história a não realização na localidade de alguns ritos comunitários comuns às gerações anteriores do Autor, como os ritos religiosos católicos da Primeira Eucaristia e da Crisma, realizados por antecedentes em igrejas locais, enquanto que o Autor, por motivo de ter estudado em colégios católicos, os realizou nestas instituições, à exceção apenas do Batismo, realizado localmente. Estas foram mudanças entre gerações que corroboraram o *Processo de Restrição da Sociabilidade*, por um menor convívio do Autor com o lugar de moradia, e um conseqüente maior convívio no interior

de classes sociais em espaços urbanos burgueses, diferentes forma de sociabilidade a que D’Incao distingue como *Ampla Sociabilidade* e *Sociabilidade Restrita* (cf. p. 90). O isolamento social da Pandemia da Covid-19 foi decisivo na revelação dessa distinção, por restringir os convívios classistas e burgueses do Autor e demandar maiores convívios locais, o que de certa forma ainda foi atenuado pela utilização de meios de comunicação virtual, mas o que, para a aquisição e supressão de itens e necessidades básicas, demandou atitudes o mais locais possíveis.

Na família do Autor, foi a geração de seus avós que primeiro chegou nesta região de moradia (Fig.01), no bairro de Areias no Recife, tendo procedido em sua maioria de cidades interioranas do Estado de Pernambuco: Garanhuns, Bom Conselho, São Caetano e Cabo de Santo Agostinho. Isso ocorreu em meados das décadas de 1940 a 1960, quando o bairro de Areias começou o seu processo mais intenso de ocupação, bem como sua última delimitação com a implantação da Av. Recife, na década de 1970 (cf. p. 150). Dentre os hábitos da geração dos avós do Autor, que puderam ser observados pelo próprio Autor na infância e adolescência, bem como em registros fotográficos de sua família, destaca-se a frequência em missas e outros eventos religiosos, conversas e atividades sociais cotidianas e festivas em calçadas e no interior das casas, a realização de atividades com grupos comunitários de excursões locais, recreações, viagens, etc. (Fig. 60-62).

**Fig. 60** Festa de aniversário local com presença dos avós paternos do Autor, sem data.



Fonte: Autor.

**Fig. 61** Foto com avó paterna do autor e conhecidos, provavelmente na Vila Cardeal e Silva em Areias, em sua implantação, sem data.



Fonte: Autor.

**Fig. 62** Viagem ao Rio de Janeiro dos avós paternos do Autor com grupo local, em 1974.



Fonte: Autor.

Na geração dos pais do Autor, parece já ter ocorrido uma sociabilidade mais restrita que aquela da geração anterior, devido provavelmente à ocorrência mais intensa de trabalhos profissionais assalariados, distanciados da região de moradia, bem como a um maior acesso às oportunidades da vida burguesa, como a aparelhos de televisão e telefone, maior acessibilidade a outros espaços da cidade, dentre outros. Diferentemente da geração dos avós do Autor, os integrantes da geração dos pais do Autor ou já nasceram na cidade do Recife ou se mudaram para aí bastante jovens. Junto a isso, um discreto acesso a algumas possibilidades de trabalho assalariado por parte da geração dos avós – como o avô materno, que foi militar, e a avó paterna, que realizou durante algum tempo serviços de assistência em consultório médico – proporcionou

à geração dos pais do Autor um maior acesso à educação e profissionalização. Enquanto a maior parte da geração dos avós do Autor teve acesso apenas ao ensino fundamental, e havendo mesmo o avô paterno que não ingressou na escola, e aprendeu a ler já adulto por força do trabalho, a geração dos pais do Autor em sua maioria concluiu o ensino médio, e alguns de seus integrantes puderam realizar cursos técnicos e trabalhos em órgãos públicos ou privados por concurso ou seleção. Assim, embora a geração dos pais do Autor tenha nascido em uma ambiência de sociabilidade ainda algo tradicional, entre os hábitos da geração dos avós do Autor, entende-se uma progressiva adoção de hábitos burgueses, como a visitação a maiores espaços da cidade e, em especial, Shopping Centers, que inauguravam na cidade a partir da década de 1980 (Fig. 63-65).

**Fig. 63** Primeira Comunhão do pai e tio do Autor, em 1962.



Fonte: Autor.

**Fig. 64** Tia do Autor e seu marido em excursão de piquenique para praia, sem data.



Fonte: Autor.

**Fig. 65** Pais e avó materna do autor com amigos em churrascaria no bairro de Candéias, no Recife, sem data.



Fonte: Autor.

A geração do Autor, finalmente, teve origem na década de 1980, em uma ambiência familiar e socioespacial já burguesa e moderna, com hábitos tais quais os já citados. Foi um paulatino crescimento econômico ao longo das gerações, relatado a seguir, o que mais viabilizou a ascensão das condições de vida da família do Autor; uma narrativa que, para além de experiências pessoais e familiares, trata da ambiência histórica da construção do Brasil moderno no séc. XX.

A principal base para a melhoria das condições da família do Autor foi o trabalho autônomo realizado por seus avós paternos, José Alcides do Carmo e Maria de Lourdes do Carmo, na região de moradia. Entre as décadas de 1940 e 1950, eles começaram a trabalhar com uma barraca de frutas e algumas atividades comerciais na região, como a compra e venda de alguns terrenos e habitações, ou “barracas”, construídas ainda em taipa, segundo relatos de familiares e alguns documentos da época (**ANEXO I**). Pela intensificação da ocupação na região naquela segunda metade do séc. XX, as atividades comerciais dos avós do Autor se expandiram aos poucos, passando a abranger outros produtos diversos, como principalmente materiais de construção. Foi assim que, em anos seguintes, eles abriram o Armazém São Jorge, localizado entre as Ruas Dona Ana Aurora e Izabel de Góes, vizinho à própria residência, às margens da linha de trem Ligação Sul; uma realidade bastante modesta, vale salientar, e em uma localidade

ocupada informalmente, à qual o sistema de metrô do Recife por vezes determinou a desocupação, mas que se consolidou com o passar dos anos (Fig. 66-68). Os próprios avós do Autor trabalharam nos serviços do armazém, bem como também integrantes da geração dos pais do Autor, não havendo claras distinções entre proprietários e funcionários, além do que, constituía uma extensão da própria residência, junto também a uma pequena sala comercial para o aluguel de terceiros. Concorde relatos, o próprio avô do Autor carregou muitas vezes carroças com entregas de areia e outros materiais, mas um trabalho que cresceu aos poucos, passando a incorporar, por exemplo, pequenos caminhões de entrega, e o que, junto à comercialização de imóveis e terrenos, também acarretou na construção de alguns imóveis na região e fora dela.

**Fig. 66** Da esquerda para a direita, residência dos avós do autor, sala comercial alugada e antiga localidade do Armazém São Jorge, hoje alugada para Igreja, no início dos anos 2000.



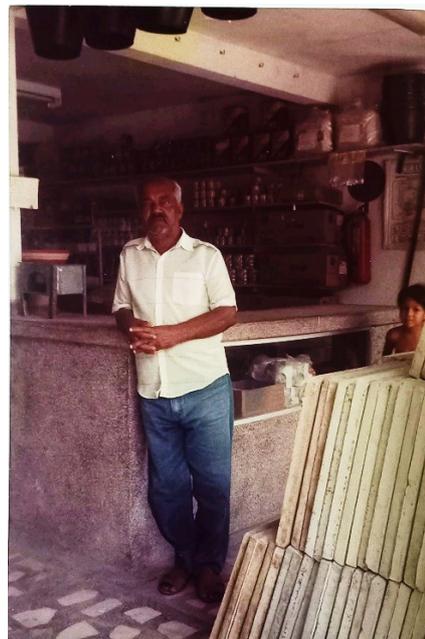
Fonte: Autor.

**Fig. 68** Foto atual dos fundos da casa e antigo armazém dos avós paternos do Autor, em Areias.



Fonte: Google Earth, 2023.

**Fig. 67** Avô do Autor no Armazém São Jorge, sem data.



Fonte: Autor.

Na década de 1990, o Armazém São Jorge fechou as portas. Com os avós do Autor já idosos, e ocorrendo um período de transição geracional, com a geração do Autor já completamente nascida, e aí no período da infância, o Armazém foi transferido para integrantes da geração dos pais do autor, que, por falta de interesse ou habilidade, não lhe deram continuidade. Esse acontecimento marcou a história da família por transformações acarretadas no foco profissional de muitos integrantes, e também, por discussões e querelas que advieram sobre propriedades e herança, além de evidenciar a diferença de habilidades e interesses entre a geração dos avós e dos pais do Autor. Do que se pode supor hoje, a geração dos pais do Autor, já tocada por maiores possibilidades de ascensão burguesa, não dispndiam mais o mesmo zelo da geração dos avós do Autor aos trabalhos familiares das últimas décadas, talvez por estarem localizados em uma

realidade de vida bastante modesta e local. Esse momento da transição geracional se concluiu com o falecimento da avó e do avô paternos do Autor respectivamente nos anos de 2010 e 2017, legando para as gerações seguintes um pequeno Patrimônio Construído constituído de quatro imóveis: 1. a residência dos avós junto à sala comercial e ao espaço do antigo armazém, e tendo este também passado a ser alugado após o fechamento; 2. um duplex com duas unidades habitacionais no bairro de Areias, destinado à moradia das famílias do Pai e do Tio do Autor, que constituíram os dois núcleos familiares oriundos dessa linhagem paterna do Autor; 3. um pequeno bloco residencial com quatro unidades também no bairro de Areias, destinado desde o início ao aluguel por terceiros; e 4. um duplex também de duas unidades habitacionais no bairro de Candeias, fora da Região de Análise (Fig. 69-72). O zelo da geração dos avós do Autor para com os seus trabalhos e construções ficou registrado nas fotos a seguir, que foram realizadas pelo avô do Autor junto a cada imóvel no início dos anos 2000, com o auxílio de um fotógrafo.

**Fig. 69** Avô do autor em frente à sua casa, junto à sala comercial e ao espaço do antigo Armazém São Jorge, década de 2000.



Fonte: Autor.

**Fig. 70** Avô do Autor em frente ao duplex no bairro de Areias, na Região de Análise, destinado aos filhos, década de 2000.



Fonte: Autor.

**Fig. 71** Avô do Autor em frente ao bloco de apartamento em Areias, na Região de Análise, década de 2000.



Fonte: Autor.

**Fig. 72** Avô do Autor em frente ao duplex em Candeias, fora da Região de Análise, década de 2000.

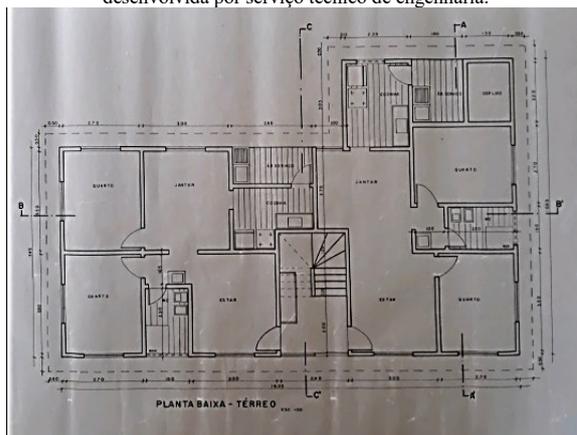


Fonte: Autor.

Esse pequeno patrimônio construído e socioespacial concretizou a transformação, na família do Autor, de realidades de vida tradicional para realidades modernas. Enquanto Espacial, o progressivo crescimento econômico dos avós paternos possibilitou a construção de edifícios em linguagem moderna, sob a contratação de serviços técnicos de engenharia para a realização de seus projetos, mas tendo sido a construção majoritariamente conduzida por pedreiros locais. E enquanto Social, a nova realidade de moradia condicionou não apenas novas possibilidades e condições para a família do Autor, que, pelo simples fato de ter casa própria, pôde investir

maiores recursos na geração do Autor, toda ela nascida e crescida nessa ambiência moderna possível a uma periferia brasileira; mas também, a nova realidade de moradia condicionaram novas dinâmicas de atuação de integrantes da família do Autor, que passaram a ter em seus cotidianos afazeres diversos ligados à manutenção dos imóveis, e conseqüentemente, à sua função social de moradia, principalmente aqueles destinados ao aluguel por terceiros (Fig. 73-75).

**Fig. 73** Planta baixa térrea do Bloco de Apartamentos em Areias desenvolvida por serviço técnico de engenharia.



Fonte: Autor.

**Fig. 74** Avô do Autor e com um irmão na obra de um dos imóveis construídos por ele e sua esposa, sem data.



Fonte: Autor.

**Fig. 75** Aspectos Modernistas do Patrimônio Construído, sendo esquerda para a direita: dois detalhes de escada, detalhe de cobogó e foto interna de um dos apartamentos do Bloco Residencial e detalhe do terraço do Duplex em Areias.



Fonte: Autor.

Do que se entende, a geração dos pais do Autor constituiu-se de uma geração de transição entre Tradicionalidade e Modernidade, de modo que as bases herdadas da geração tradicional anterior conflituaram-se com as novas possibilidades de vida burguesa no Brasil Moderno. Nesse período, por exemplo – e como evidencia a construção de um dos imóveis da família no bairro litorâneo de Candeias –, ocorreu uma grande atratividade de bairros costeiros para a construção de novos imóveis, como o já citado bairro de Boa Viagem. Inclusive, vale citar a partir de observações do Autor que diversos moradores da nossa Região de Análise se mudaram entre as décadas 1980 a 2000 para outros bairros, quando da posse de um maior poder econômico. Na geração do Autor, essa transição entre Tradicionalidade e Modernidade parece já ter sido majoritariamente vencida pela Modernidade, dado que todos os seus integrantes, hoje adultos, têm se mudado para fora da região de moradia, à exceção do Autor, que, pelo desencadeamento dos fatos de sua formação e também de suas pesquisas, tem vislumbrado possibilidades

contemporâneas que talvez não anulem a Tradicionalidade pela Modernidade, mas as conciliem. Nesse processo, vale citar ainda outras questões oportunizadas pela Pandemia da Covid-19.

De um modo geral, o isolamento social ao longo da pandemia ocasionou impactos sobre diversas pesquisas acadêmicas, principalmente aquelas envolvidas com pesquisas de campo. Nesse ínterim, o Método da Autoetnografia passou a ser melhor tratado em diversas instituições e grupos de pesquisa. Foi o que ocorreu por exemplo na Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, quando a disciplina Fazeres Etnográficos em Tempos de Pandemia (Bazzo, 2021) divulgou um *Podcast* com o resultado dos trabalhos realizados ao longo da Pandemia, dentre os quais, abordou-se diferentes possibilidades locais de se realizar Etnografias e Autoetnografias. No caso do Autor, as reflexões socioespaciais aqui apresentadas, bem como o isolamento social, convergiam para a realização de análises locais, que tomaram forma de Autoetnografia no último ano da pesquisa de doutorado. E ainda algumas ocorrências específicas tornaram evidente as correlações de suas vivências com as questões que vinham sendo estudadas em Sustentabilidade e Sociabilidade.

Duas situações principais saltaram à atenção do Autor para a correlação entre o Patrimônio Socioespacial de sua família e as temáticas de sua pesquisa. Primeiro, no ano de 2020, no âmbito do isolamento social, deu-se a necessidade de se reformar um dos apartamento do Bloco Residencial em Areias, voltado ao aluguel por terceiros. Uma antiga inquilina de cerca de 10 anos saíra do imóvel, deixando-o bastante deteriorado, e carecendo de reparos não só em revestimento e esquadrias, mas também de reformas e modernizações em vedações e instalações, dado também a idade do edifício, que já passava dos trinta anos. E segundo, a necessidade de se inventariar o patrimônio herdado dos avós, cuja iniciativa não tinha sido ainda tomada pela geração dos pais do Autor. Fato é que, embora o Autor seja o integrante mais novo de sua geração, a formação como arquiteto urbanista, bem como a disposição para análises socioespaciais e sociofamiliares, permitiram-no observar e considerar melhor essas duas situações. Nada obstante – e é este o delicado limiar entre teoria e prática –, foi diante dessas situações que o Autor pesou com precisão o conhecimento que possuía sobre sustentabilidade e socioespacialidade junto ao conhecimento que de fato se mostrou eficaz para lidar com tais situações. Mais especificamente, o Autor percebeu que muito pouco do seu conhecimento em Sustentabilidade se mostrava aplicável. Quanto à reforma, por motivo da Pandemia, tornava-se unicamente possível realiza-la pelos meios mais locais possíveis, tanto em relação à mão de obra quanto a materiais e insumos. E quanto ao inventário, se mostrou possível buscar por advogados conhecidos da família, para que fosse facilitada a tratativa de todo o contexto.

O que era possível fazer? Que materiais utilizar? Com quem executar? E quem poderia resolver as questões legais? Antes de reconhecer os imperativos locais e sociofamiliares citados, o conhecimento técnico do Autor o impeliu na busca de soluções formais, como consultar uma empresa de pequenas obras para a reforma do apartamento, e a pesquisa em ambiente virtual das condições e possibilidades para a realização do inventário, mas meios estes que não se

efetivaram. Tudo começou a se operacionalizar quando o Autor colocou todo seu conhecimento à serviço da Dimensão Social, reconhecendo existir aí processos próprios, e o que se mostrou para ele como um grande desafio, dada a pouca vivência que possuía com seu lugar de moradia. Para a efetivação da reforma, foi necessário buscar pedreiros locais a partir de contatos dos pais, conhecidos pela realização de serviços anteriores; e de igual modo, quando as precauções sanitárias do isolamento social já o permitiam, foi necessário frequentar mais a rua e armazéns locais para ficar a par dos materiais disponíveis. Assim também, para a realização do inventário, iniciou-se os trâmites legais com advogados conhecidos. Posteriormente, foi com a tomada de conhecimento de D’Incao sobre o *Processo de Restrição da Sociabilidade*, já no terceiro ano da pesquisa, em 2022, que o autor compreendeu enfim que ele fora fruto de uma *Sociabilidade Restrita*, e que os desafios que encontrava então na lida com a Sustentabilidade de sua Socioespacialidade estavam demandando a *Reampliação da Sociabilidade*, o resgate de uma *Ampla Sociabilidade* mais tradicional em que a socioespacialidade do autor havia sido construída.

Da experiência desse *Processo de Reampliação da Sociabilidade*, articulando-se aí teoria e prática, e explicitando-se a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* em sua ligação com a Sociabilidade, questiona-se: como é possível trabalhar o tema da Sustentabilidade, desde o bordão primário de “atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (cf. p. 33) sem sair aí de discursos gerais e adentrar na complexidade socioespacial – da família, da localidade, da sociabilidade, da comunidade, da cidade... – que parece se mostrar imprescindíveis à sustentação de patrimônios construídos e seus valores socioespaciais? E também, como se pode pensar em Sociabilidade sem afastar-se do mero entendimento de Socialização na imediatidade das interações sociais (cf. p. 97), e considerá-la na complexa teia de *Minúcias Socioespaciais* – epistêmicas, econômicas, culturais, históricas... – que condicionam as relações sociais, e que, no caso relatado, precisaram ser evocadas para se compreender as dinâmicas sociais em curso?

Esses questionamentos nos colocam diante das discussões centrais da nossa pesquisa. Aqui, Sustentabilidade e Socioespacialidade se mostram imbricadas via *Sociabilidade Urbana* em um complexo *Sistema Ecológico-Social*, no qual, como se entende, a Dimensão Social apresenta especificidades diferentes daquelas da Dimensão Ambiental, apesar de que complementares. É nesse sentido, mais uma vez, que defendemos a ainda necessidade de conhecimentos mais adequados para se compreender a *Complexidade Multi-Transescalar* da Sustentabilidade, dotada de uma multidimensionalidade que é ecológica e antrópica, temporal e espacial, a à qual, acreditamos possível compreender melhor através da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*.

A seguir, ainda algumas narrativas socioespaciais concluem os relatos desta Autoetnografia, no sentido de esmiuçar a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade* em sua Dimensão Social. No que segue, porém, sai-se um pouco da esfera mais imediata do autor e alarga-se considerações quanto à socioespacialidade da Região de Análise e do Espaço Urbano em geral.

#### 4.7 NARRATIVAS SOCIOESPACIAIS GERAIS

Este último item narrativo ilustra a relevância da Dimensão Social no cotidiano, através do que, concluímos nossos apontamentos sobre minúcias socioespaciais da multidimensionalidade da Sustentabilidade ligadas à Sociabilidade. Depois, na última parte da *Autoetnografia Socioespacial*, concluímos esta com uma interpretação a partir da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*.

Para além das correlações entre teoria e prática aqui comentadas, o *Processo de Reampliação da Sociabilidade* vivenciado pelo Autor acarretou ainda em contribuições sociais pessoais, mas que também se tornaram úteis, muitas vezes, para as análises de nossa pesquisa. Precisamente no período da Pandemia, o Autor passou a vivenciar mais de perto o seu lugar de moradia tanto pelo isolamento social como também por demandas pessoais de convívio e lazer. Conforme as precauções sanitárias começaram a se flexibilizar, ele passou a frequentar, por exemplo, templos religiosos locais, principalmente a Igreja Católica, mas também um Centro Espírita e um Terreiro de Umbanda, devido a um interesse ecumênico seu; também praças e recantos locais, para descanso, caminhadas, pedaladas de bicicleta e conversas com algumas pessoas conhecidas; e ainda, comércios e serviços, principalmente a Feira da Linha, mas também outros mercados e supermercados, lanchonetes, bares, ambulantes e serviços em geral. Nesse sentido, vale citar que a Região de Análise apresenta hoje uma gama maior de comércios e serviços do que em décadas anteriores, devido ao desenvolvimentos econômico já comentado. No âmbito dessas vivências, o Autor pôde também conhecer novas pessoas e lidar com outras situações ligadas à Produção do Espaço e às temáticas aqui investigadas da Sustentabilidade, da Socioespacialidade e da transição entre Tradicionalidade e Modernidade, do que narramos a seguir quatro situações.

Foi frequentando um carrinho de cachorro quente que o Autor chegou a visitar o terreiro de umbanda. Ele ouvira algumas vezes um conhecido seu da igreja falar bem de uma Mãe de Santo que morava em sua rua, mas que não a conhecia. No carrinho de cachorro quente, aos finais de tarde e começo de noite, sempre se reuniam algumas pessoas de passagem e também sentadas em bancos, para comer e conversar, e que era o que interessava ao Autor naqueles tempos de isolamento social. Em uma dessas conversas, ele soube que a proprietária do carrinho era filha da Mãe de Santo comentada, e que a própria Mãe de Santo era uma das pessoas que por vezes aparecia por lá para conversar – e que, por sinal, era bastante conhecida, motivo também pelo qual muitas pessoas paravam naquele local. O que interessa desse relato é que o carrinho de cachorro quente abrisse durante a Pandemia, devido a necessidades econômicas da proprietária, e que passou a atender também a necessidade de socialização de muitas pessoas nos tempos de isolamento social, tornando-se um equipamento eficaz na promoção de uma certa sociabilidade

local, e do que acarretavam outros valores socioespaciais, como a vigilância social. Nada obstante, o carrinho não auferiu o lucro almejado pela proprietária, e precisou fechar após funcionar por cerca de um ano. A proprietária comentou certa vez com o Autor que, se tivesse espaço para investir em outros alimentos, como janta, talvez o negócio se tornasse mais rentável. E próximo dali, havia um pequeno espaço de lanchonete que estava desativado há alguns anos. Então sabendo dos motivos de encerramento do carrinho de cachorro quente, o Autor perguntou à proprietária se ela já havia se informado sobre esse espaço de lanchonete, para possivelmente aluga-lo, ao que ela respondeu positivamente, mas alegou que o aluguel estava impossibilitado, porque o espaço tramitava em um inventário litigioso entre parentes do antigo dono que falecera. O Autor notou aí mais um exemplo da influência de minúcias sociais – familiares, neste caso – sobre o Espaço Construído, que, se haviam impossibilitado a continuidade de um pequeno espaço de lanches, que se dirá de grandes patrimônios edílios e fundiários nos centros urbanos? Ademais, essa é uma influência que, como se vê, pode repercutir na sociabilidade e na socialização.

Uma segunda situação corresponde à mudança do Autor da cada de seus pais, saindo de um dos apartamentos do dúplex em Areias para um dos apartamentos do Bloco Residencial, na mesma rua, o que se mostrou oportuno também por motivos da Pandemia. Embora mudando-se para a mesma rua, a uma distância de cerca de 250m (Fig. 49, p. 156), o autor saiu de um apartamento de primeiro andar, no meio de uma rua predominantemente residencial, para um apartamento térreo na entrada da Comunidade de Jardim Uchôa, e onde há uma atividade maior de comércio e serviços: mercearias, utilidades, mercadinhos... (Fig. 76-77). Isso favoreceu a *Reampliação da Sociabilidade* do Autor, que, para além de um maior convívio na escala da região de moradia, também pôde vivenciar cotidianamente, na rua, aproximações a uma forma de vida mais Tradicional, na qual passou a realizar, inclusive, alguns hábitos como o das gerações de seus avós, como receber maiores visitas em casa, conversar com vizinhos na calçada, etc. Nesse ínterim, a *Reampliação da Sociabilidade* foi favorecida igualmente pela manutenção constante do Bloco de Apartamentos, que, por seu funcionamento para aluguéis dos apartamentos, leva a uma tratativa direta com inquilinos que chegam e saem, e também com profissionais locais como pedreiros, encanadores, eletricitas e carpinteiros devido a necessidades constantes de manutenção. E principalmente, esse contato direto e constante com profissionais da produção do espaço é importante porque, à diferença do serviço de profissionais residentes em qualquer outro local da cidade, são aqueles mais próximos a quem se pode recorrer com rapidez quando em situações de emergência, como uma bomba d'água que para de funcionar de madrugada.

**Fig. 76** Rua do novo local de moradia do Autor, mais tradicional, na entrada da Comunidade de Jardim Uchôa



. Fonte: Autor, março de 2024.

**Fig. 77** Rua do novo local de moradia do Autor, mais tradicional, na entrada da Comunidade de Jardim Uchôa.



Fonte: Autor, março de 2024.

Também nessa lida mais direta com a região e a localidade de moradia do Autor, pode-se destacar igualmente valores ambientais que foram melhor oportunizados pela maior vivência local, e que, imbrincadamente, também oportunizaram contribuições sociais, corroborando-se o entendimento da multidimensionalidade da Sustentabilidade. Um Jardim existente no Bloco de Apartamentos passou a ser melhor cuidado pelo Autor, que se muniu dos meios mais locais e possíveis para cuidá-lo, como por exemplo, conhecer e frequentar floriculturas e comércios afins o mais próximo possível. Do que se vê (Figs.78 e 79), hoje o Jardim já apresenta uma melhor ambiência, e do que acarretam diversas interações sociais entre o Autor e vizinhos, para trocarem, por exemplo, mudas de planta, ou sugerirem meios possíveis de se cuidar de alguma espécie vegetal, onde se plantar algo novo, etc.

**Fig. 78** Jardim do Edf. João Paulo II em 2020, antes do início dos cuidados pelo Autor.



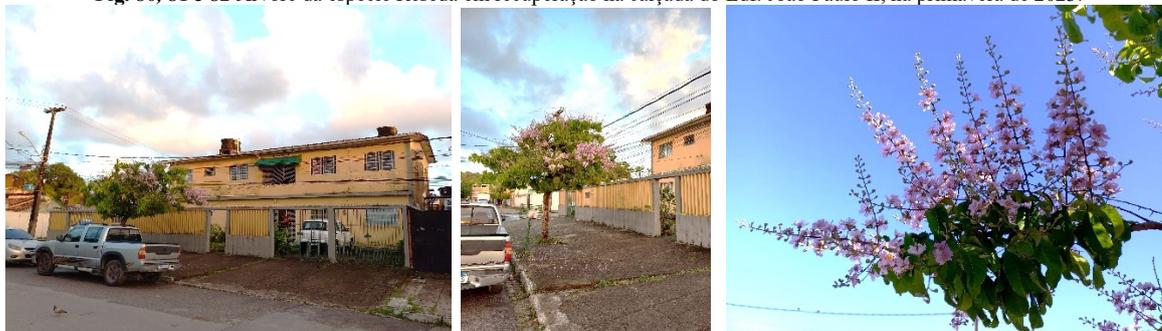
Fonte: Autor.

**Fig. 79** Jardim do Edf. João Paulo II em outubro de 2023, sob os cuidados do Autor.



Fonte: Autor.

**Fig. 80, 81 e 82** Árvore da espécie Resedá em recuperação na calçada do Edf. João Paulo II, na primavera de 2023.



Fonte: Autor.

E é icônico nessa imbrincação entre valores ambientais e sociais um Pé de Resedá existente na calçada do Bloco de Apartamentos (Figs.80-82). Até então mal cuidado, e atingido por

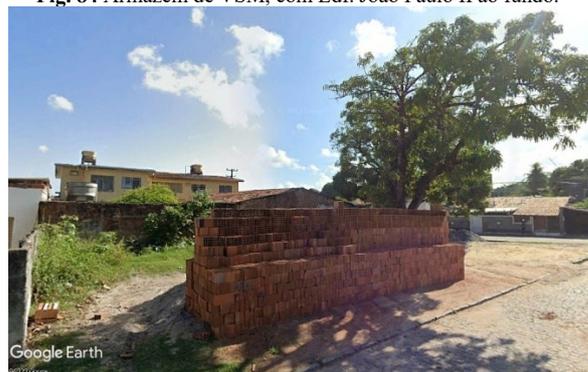
espécies invasoras, o Pé de Resedá já não floria há muito tempo; muitos moradores locais sequer conheciam de que espécie se tratava. Através de um pequeno cuidado de adubação pelo Autor, com insumos encontrados localmente, e também pela retirada das plantas invasoras, o Resedá voltou a florir, fazendo surgir uma admiração e comentários de muitos sobre a sua beleza, que estava apagada. E não somente estético, o valor do Resedá é também de conforto ambiental. A calçada do Bloco de Apartamentos, por ser larga, e estar localizada na entrada da comunidade, é um importante ponto de socialização local, principalmente para jovens e transeuntes em geral que conversam de pé, sentados diretamente na calçada ou recostados em motos e carros, no que a sombra do Resedá é útil para que esse uso também ocorra nos períodos do dia de maior insolação.

E mais do que sua calçada, o Bloco de Apartamentos, de nome João Paulo II, é também um marco na ocupação e no desenvolvimento local. À época de sua construção, nos limites de seu loteamento, muitas das terras em redor encontravam-se marcada por matagais e em processo de ocupação informal, originando-se a Comunidade de Jardim Uchôa. Ao que se supõe, a presença do edifício contribuiu e contribui de alguma maneira para a urbanização e a urbanidade local, e assim também, como se tira de sua calçada, para a socialização e a sociabilidade. Além do que, tendo sido construído pouco tempo depois da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, na última década de 1980, o edifício recebe esse nome assim como a rua que dá acesso à comunidade.

Por fim, duas últimas situações concluem as nossas narrativas. Estas, ligadas também a dois antigos moradores locais, e junto aos quais foram realizadas a nossa Segunda Entrevista Semi-Estruturada (cf. p.134), a fim de se colher maiores informações que nos permitem refletir sobre condições de Sociabilidade e Sustentabilidade locais. A primeira destas entrevistas ocorreu com VSM (APÊNDICE E), mulher de 69 anos e moradora local desde os 8 anos de idade, tendo chegado na região por volta de 1954. Junto a seu marido, ela administra já há décadas um pequeno armazém local (Fig. 83-84), situado atrás do Bloco de Apartamentos da família do Autor. O armazém é conhecido pelo primeiro nome de VSM, dentro e fora da região, motivo de que, segundo relatos já ouvidos pelo Autor, comercializa uma boa areia, além de outros materiais básicos de construção, como britas, tijolos, cimento, etc. Uma maior proximidade do Autor com esse armazém se deu em seu *Processo de Reampliação da Sociabilidade*, pela necessidade de se comprar materiais locais para a manutenção do patrimônio construído de sua família a partir da Pandemia. Anteriormente, mesmo tendo sempre morando na mesma rua do armazém, o Autor apenas sabia da sua existência, por passar em frente, sem nunca ter adentrado.

**Fig. 83** Armazém de VSM, em Areias.

Fonte: Google Earth.

**Fig. 84** Armazém de VSM, com Edif. João Paulo II ao fundo.

Fonte: Google Earth.

Através da entrevista com VSM, pudemos conhecer um pouco desta moradora e trabalhadora local, que possui um estilo de vida simples, e uma rotina dedicada ao seu negócio, desde o dia a dia da semana, com atenção a insumos e funcionários, até o final de semana, com atenção ao pagamento de seus fornecedores. Ela assim nos relatou: “– A minha atividade é os “material” que eu vendo, né?!”. Quando perguntada especificamente sobre a região, o estilo de vida e a sociabilidade em geral, ela endossou a simplicidade da vida no local, desde muito tempo semelhante, sem grandes mudanças, e habitada por “– (...) ”umas pessoas humilde, umas pessoas simples, umas pessoas amiga”. VSM também relatou o progressivo crescimento local tanto habitacional como comercial, comentando que “– (...) aqui só era mais poucas casas, né?!, e agora tá muito desenvolvido, né?!, tem já muitas casas, comércio... E os ônibus que não tinha, só tinha 1, agora são 3, parece que são 3. Cada dia vai crescendo, né? As coisas tá mudando, tá melhorando mais de que era”; também que “– (...) não tinha posto de saúde. Graças a Deus hoje tá tendo. E... comércio, que tá crescendo, né?! Padaria só tinha uma, mas já tem umas três agora”; e ainda que “– Cada dia tá chegando mais gente pra cá, né? Todo mundo tá gostando daqui”.

Quando perguntada sobre transformações socioespaciais mais específicas que identificamos em nossas pesquisas, e no que buscávamos elucidar informações sobre transformações locais em sociabilidade, VSM não explicitou grandes alterações na forma de vida ao longo do tempo, embora tenha suscitado mudanças. Chegamos a pontuar a abertura da Av. Recife, que, conforme vimos, instaurou uma época moderna na região, ligando-a a bairros mais burgueses da cidade, ao que VSM apenas destacou uma certa mudança entre as condições anteriores e posteriores no local da construção da via: “– A Avenida Recife ali era muito... era uma avenida muito, assim... sei lá, não sei nem dizer. Mas agora, não, agora tá muito movimentado, tem muitos prédio, é um movimento muito grande, entendeu?!, as pistas mesmo, graças a Deus tudo...”. E quando perguntada precisamente sobre impactos da abertura da via na região, ela apenas respondeu: “– Mudou”. Também perguntamos a VSM sobre a chegada dos grandes mercados, que também

supúnhamos ter influenciado nas condições locais, ao que ela não alegou transformações significativas. E questionamos ainda sobre o Mercado de Areias, buscando entender possíveis impactos de sua inutilização à localidade, e ela fez entender a perda de um equipamento importante do comércio local, em prejuízo talvez a formas de vida mais tradicionais. Assim ela declarou:

- Olhe, o Mercado de Areias, quando eu vim morar aqui, funcionava. Era um mercado muito... Eu ia com minha vó, com minha mãe fazer feira lá. Hoje em dia tá um mercado acabado. Faz até pena, né?!, a gente olha assim. Quando eu me lembro, assim, dá uma tristeza grande, né?!, a gente olha ali aquele prédio abandonado. Só tem os comércio do lado, que ainda vende alguma coisa, né?!, tem granja de galinha, tem mercadinho, mas é por fora do mercado, não é dentro do mercado. E dentro do mercado tinha tudo isso. Tinha concerto de sapato, lojinha de sapato, tinha, como é que se diz?!, comércio dentro do mercado, e agora não, a maioria tá tudo do lado de fora. Que não tem condições de ficar dentro. Porque o que tá, tá tudo destruído. (VSM, em entrevista, [APÊNDICE E](#)).

Uma última narrativa ocorreu no processo de mudança do Autor. Ele resolveu visitar um dia a casa de seus avós paternos, já falecidos há alguns anos, e que estava fechada. Encontrou lá alguns poucos móveis que não foram aproveitados por outros integrantes da família, e quis levá-los consigo: duas cadeiras de balanço em madeira e palhinha e um aparador de mesa da metade do séc. XX. Este último, em especial, chamou a atenção do Autor. O móvel passou despercebido do restante da família por ser antigo, além de estar um pouco deteriorado e coberto de poeira. Porém, por seu olhar de arquiteto, o Autor notou o valor do móvel: um aparador de mesa com compartimentos diversificados e um nicho espelhado com portas de correr de vidro, situado esteticamente entre as cristaleiras do séc. XIX e os *buffets* desenhados do séc. XX (Fig. 85). Notando isso, o Autor lembrou que o vizinho de seus avós era um marceneiro ainda atuante, embora de idade avançada, e teve a ideia de consulta-lo quanto a restaurar o móvel. O Autor se dirigiu então à casa de ASS.

**Fig. 85** Aparador de mesa dos avós do autor restaurado. Na restauração, foram substituídos os puxadores, que eram bem menores e de metal, e as fórmicas, que, antes todas brancas, agora apresentam detalhes com textura amadeirada. Tudo pensado conforme materiais disponíveis na oficina de marcenaria de ASS e em comércios locais.



Fonte: Autor

Sempre foi do conhecimento do Autor que ASS era marceneiro. Ao longo da infância e juventude, o Autor tivera contato com ele e sua família na casa de seus avós, em momentos de visitas e festas familiares, mas sem grandes proximidades. Ao ser recebido agora em sua casa, o Autor adentrou em sua oficina, localizada em sua garagem, e o consultou sobre a restauração do móvel. Havia muito tempo que o Autor não via ASS, e o momento favoreceu também a troca de conversas gerais, como sobre os avós do Autor e o antigo convívio entre ambas as famílias. Motivado então por curiosidade, o Autor perguntou a ASS sobre a sua formação em Marcenaria:

– Seu ASS, onde o senhor aprendeu marcenaria?

– Em Brasília! – respondeu!

– O senhor trabalhou em Brasília? – retorquiu o Autor, admirado.

– Estive lá ainda novo, trabalhei em umas firmas, depois fui para o Rio. Fiquei um tempo lá e vim para Recife.

Na dimensão pessoal do autor, esse instante marcou simbolicamente o fim da Modernidade e o início da Contemporaneidade. Brasília representou o ideal moderno brasileiro. Enquanto obra de arquitetura e de engenharia, foi uma das grandes inspirações da geração dos avós do Autor para a produção do espaço; um fruto da industrialização nacional e da ascensão de formas de vida burguesas. Anteriormente, devido à busca por perspectivas contemporâneas de Sustentabilidade, o Autor repelia as concepções modernas e progressistas do Espaço, mas que agora, entretanto, pela *Reampliação da Sociabilidade*, ele reencontrava em uma interação social local e tradicional por excelência, entrelaçada à história de sua família e sua comunidade. Esse fato ressignificou compreensões históricas e socioespaciais do Autor, fazendo ele mesmo ter contato com valores da Sociabilidade e da Tradicionalidade que, muitas das vezes, apenas via Sociabilidade e Tradicionalidade, é que podem ser precisamente conhecidos; isto é, via relações sociais por excelência, como *Fenômenos de Acontecimento*, *Gestos-Fio*, tal qual sugere Ribeiro (cf. p. 88), e que agora acontecia com o vizinho de seus avós. De igual modo, em sentido inverso, o Autor passou a valorizar o próprio Modernismo, que apesar de suas problemáticas ambientais e sociais, foi a inspiração espacial de um momento importante da sua família, e na ambiência da qual o Autor nascera e crescera. Enfim, o Autor reconheceu aí o Modernismo não só como o ideal estético de uma época, mas como um importante norteador socioespacial que, bem ou mal, direcionou a concretização de muitas realidades sociourbanas no Brasil e no mundo. A própria vida do autor, diante das oportunidades que este teve para o seu próprio crescimento, já não podia continuar a repelir o Modernismo. Esse movimento histórico, embora imperfeito, auxiliara na sustentação da sua família, e por isso, de algum modo, contém algo de Sustentabilidade.

A Contemporaneidade se apresentou então para o Autor não mais sobre qualquer disjunção entre Modernidade ou Tradicionalidade, mas como conciliação entre esses períodos históricos. Não como fuga ou negação da Cidade Moderna, por qualquer ideal de Sustentabilidade ou por defesas de formas de vida tradicionais, campestres e contracapitalistas como únicas possibilidades de Desenvolvimento Sustentável, mas como reconhecimento da realidade tal como ela é, contendo suas histórias, possibilidades e atitudes concretas que, independentemente de qual seja o ideal bradado, volta-se primeiramente à sustentação da vida através da Dimensão Social, e no que se revela um sentido mais primordial – e não primeiramente ecológico – de Sustentabilidade. E para que esse entendimento seja construído hoje, do que inferimos aqui à luz das teorias e vivências levantadas, parece ser necessária a manutenção e resgate de realidades de *Ampla Sociabilidade*, entendendo-se aí maiores possibilidades para que pessoas possam entrar em contato com os valores familiares e socioespaciais mais específicos de suas realidades, e que, por motivos do *Processo de Restrição da Sociabilidade*, podem já ter sido ofuscados ou perdidos.

Na entrevista com ASS (APÊNDICE F), este também se mostrou um morador local de estilo de vida simples, à diferença de que, nascido no interior de Pernambuco, ele partiu ainda cedo para trabalhar como marceneiro na construção de Brasília, aos seus 22 anos, e tendo chegado em Recife apenas vários anos depois. Nesse tempo em que morou fora, segundo o entrevistado relatou fora do momento registrado na entrevista, ele também trabalhou no Rio de Janeiro, na construção da ponte do Rio Niterói e outros empreendimentos, como na Companhia Brasileira de Transportes Urbanos, que foi dentro da qual ele se mudou depois para a Cidade do Recife. Aqui, sempre morou nas redondezas da nossa Região de Análise, nas imediações do bairro de Areias.

Quando perguntado em específico sobre essa região de moradia, VSM não expressou grandes detalhes. De modo geral, comentou ser uma região “razoável”, com “gente boa”. E nos últimos trinta anos, apesar de ele ter alegado a ocorrência de “bastante mudança”, e enfatizado mudanças negativas quanto ao poder salarial das pessoas, ele não expressou maiores detalhes sobre possíveis transformações na sociabilidade, relatando apenas ter havido mudanças naturais, já que “ – sempre vai mudando, né? Eu acho que o dia a dia vai se passando, sempre vai mudando. Ou pra melhor ou pra pior, mas vai mudando”; e também que “ – sobre o convívio, eu acho que não tem acertado muito não, mas pela população a gente vê que afeta algumas pessoas, né?!, ‘pobrema’ de... de... as pessoas... não tem assim... educação... mais fraca, né?!... mas vai tudo no normal. Eu acho normal.” E ainda de modo geral, ASS comentou que as pessoas costumam gostar da região, relatando que “ – (...) fazem por onde ficar aqui”. Assim como VSM, portanto, ASS apresenta respostas que não trazem grandes informações sobre mudanças nas formas de sociabilidade local, parecendo haver ainda na Região de Análise uma sociabilidade algo tradicional.

Quando perguntado sobre transformações locais mais específicas, ASS relatou serem muitas as coisas que acontecem, mas não recordou de fatos mais significativos. Sobre a abertura da Avenida Recife, por exemplo, ele relatou que esta já estava construída quando este chegou ao Recife, e recordou-se apenas de um impactante evento de desapropriação que teria ocorrido no ato de construção da Avenida, em suas imediações. Assim como VSM, ASS expressou maiores detalhes quando perguntado sobre a destruição do Mercado de Areias, alegando que: “- (...) ali servia muito à população. E ali a gente mesmo sentiu falta do mercado de Areias”. E quanto à chegada dos grandes mercados, ele se expressou como sendo algo positivo, que teria contribuído imensamente para a vida local, aumentando a oferta de locais de compra na região.

Por fim, vale dizer que, na oportunidade da realização dessas duas últimas entrevistas com VSM e ASS, bem como em diversos outros contatos ocorridos com moradores locais, o Autor pôde perguntar informalmente sobre seus avós paternos, e especialmente sobre o avô José Alcides, que ficara conhecido na região pelo seu trabalho direto no balcão e nas ruas a serviço do Armazém São Jorge. Foi inclusive relatando ser neto de “Seu Alcides” que muitos novos contatos e diálogos com moradores locais foram facilitados para o Autor. Esta tornou-se a técnica mais ágil de aproximação com moradores locais, expondo-se prontamente a ligação do Autor com essa região de moradia e sua história. Ademais, informações sobre hábitos antigos e também relatos desconhecidos sobre os avós do Autor também puderam ser colhidos. José Alcides, ainda enquanto vivo, passou a ser chamado por muitos de “Amigo”, que era como ele gostava, por ser uma pessoa comunicativa. Do relato de um técnico de ar-condicionado, por exemplo, o Autor ouviu que, muitas vezes, quando criança, este mudava de calçada quando via “Seu Alcides”, pois sabia que ele conversaria longamente. Esses são também indícios, enfim, de que a geração dos avós do Autor possuía uma *Ampla Sociabilidade*. E desse modo, indícios que igualmente corroboram os processos de *Restrição e Reampliação* da Sociabilidade vividos pelo Autor, de maneira que este necessitou ampliar suas relações socioespaciais – reampliar as relações socioespaciais de sua família – para que pudesse identificar, resgatar e nutrir valores sociais de Sustentabilidade que ainda estão gravados tanto nas Estruturas Espaciais quanto nas Relações Sociais do seu lugar de moradia. Por fim, do que se entende através da *Visão Ecológica Autopoiética* de Capra, tudo isso foi um processo que contribuiu para reacender o equilíbrio local entre *Estruturas e Relações*, que se trata mais especificamente na conclusão interpretativa a seguir.

#### 4.8 INTERPRETAÇÃO CONCLUSIVA DA *AUTOETNOGRAFIA SOCIOESPACIAL*

Neste último item, realizamos uma interpretação das narrativas e dados colhidos na *Autoetnografia Socioespacial* à luz da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, principalmente à luz da nossa construção do *Entendimento Autopoietico de Sustentabilidade*, com as qualidades de *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade* que, de nossas pesquisas, dizem respeito às dimensões autopoieticas da *Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética*. Com isso, busca-se endossar também a *Visão Ecológica Autopoietica* de Capra, que permite melhor considerar a multidimensionalidade da Sustentabilidade, principalmente na Dimensão Social, com maior respeito ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*. O objetivo após termos versado sobre minúcias socioespaciais é, então, interpretá-las junto aos dados teóricos e empíricos da pesquisa, no que compete aos atendimentos da Sustentabilidade e da Sociabilidade que são os objetos teóricos pelos quais investigamos a Dimensão Social. E todo esse entendimento, como já comentado, é corroborado pelas convergências teóricas sugeridas entre a *Autopoiese* e o conceito de *Resiliência* (cf. p.70), reforçando-se maiores noções autopoieticas de Desenvolvimento Sustentável em que integram-se a Dimensão Ambiental e a Dimensão Social através de considerações a respeito dos *Sistemas Ecológico/Econômico-Sociais (SES)*.

Quanto à primeira qualidade, ***Autonomia***, referente à *Dimensão da Organização Biológica*, defendemos anteriormente que o grau de autonomia de um ser/sistema-vivo, sob o *Conceito da Autopoiese*, seria importante para este exercer autorreconstituição, igualmente como, sob conceitos da *DHMAG*, o grau de autonomia de um *SES* seria importante para este exercer *Resiliência* (cf. p. 70). Do que se vê nas narrativas da Autoetnografia, esta qualidade de *Autonomia* se mostrou crucial para que o Autor fosse capaz de explorar, na Região de Análise, diferentes possibilidades de Sociabilidade, assim como refleti-las à luz das transformações históricas locais. É uma *Autonomia* que, como visto, não diz respeito apenas a uma liberdade de ir e vir no espaço urbano, mas também, a fatores socioespaciais complexos, como formas de vida, relações sociofamiliares e bases epistemológicas; fatores que também parecem condicionar padrões de Sociabilidade além do desenho urbano. Afinal, para que o Autor pudesse empreender o seu *Processo de Reampliação da Sociabilidade*, foi necessário redimensionar não somente sua perspectiva acadêmico-profissional, e o que foi possível pelo tempo de dedicação exclusiva a esta pesquisa, mas também, suas relações sociofamiliares ligadas ao patrimônio construído e à história de sua família inserida em sua comunidade, realizando-se conjuntamente a construção de novos entendimentos para a compreensão de toda a complexidade envolvida.

A *Autonomia*, portanto, seria um aspecto relevante do *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, para que indivíduos e grupos sociais sejam capazes de se apropriarem de suas socioespacialidades. Para tanto, como vemos, se faz necessária a compreensão crescente das bases epistemológicas de seus conhecimentos e perspectivas de vida; e também, dos contextos e histórias pessoais, sociais, familiares, econômicas, etc. Isso, segundo a *Visão Ecológica Autopoiética*, para que eles sejam capazes de dinamizar o *Processo Vital* de seus *SES*, através de um maior equilíbrio entre as suas *Estruturas* e *Relações*, e para que proporcionem, enfim, autorreconstituição, ou Sustentabilidade. Finalmente, esse é um processo que parece mais viável pela *Ampla Sociabilidade*, na medida em que aí se favorece o reconhecimento e a lida com minúcias socioespaciais, que parecem ser mais dificilmente acessadas por limitações existentes em *Sociabilidades Restritas*. A *Ampla Sociabilidade*, em suma, seria favorável à *Autonomia* no *Desenvolvimento Sustentável*.

Em nossa Primeira Entrevista Semi-Estruturada, as perguntas 11, 12 e 13, elaboradas para estimar níveis de *Autonomia* da população da Região de Análise (cf. Tabela 1, p.140), apontam para consideráveis níveis desse aspecto. Apresentou-se uma média positiva de 70,7%, parcial de 17,3%, e negativa de apenas 12%, condizendo com declarações expressivas dos entrevistados sobre frequentarem comércios, serviços e espaços públicos na Região de Análise, principalmente estabelecimentos de primeiras necessidades (Padaria, Mercadinhos, Mercados, Supermercados, Feira Livre e Mercearias). E esse resultado também parece ser corroborado por nossa Segunda Entrevista Semi-Estruturada com VSM e ASS, que, apesar das transformações socioespaciais já ocorridas na Região de Análise, não indicaram aí grandes mudanças em Sociabilidade, do que inferimos a ainda existência de formas de vida tradicionais, sugestivas de uma *Ampla Sociabilidade*, assim como se parecem as formas de vida dos próprios entrevistados.

Quanto à segunda qualidade, ***Distinção***, referente à *Dimensão da Cognição*, defendemos anteriormente que o distinguir, o compreender de uma unidade funcional e estrutural por um *SES*, por um ser/sistema-vivo, se mostra como qualidade necessária tanto na *Autopoiése* como na *Resiliência* (cf. p. 70). Assim, em nossas Entrevistas Semi-Estruturadas, investigamos com as perguntas 14 e 15 (cf. Tabela 2, p.141) se moradores da Região de Análise apresentavam alguma compreensão de delimitação socioespacial do lugar em que vivem, distinguindo-o do território maior da Cidade, e o que, segundo entendemos, corroboraria processos locais de Sociabilidade e Sustentabilidade. Da parte do Autor, sua formação em Arquitetura e Urbanismo e seu olhar atento à Região de Análise lograram-lhe uma percepção acurada do tecido urbano da cidade e da localidade, do que se estimava, aqui, que outros moradores da Região de Análise pudessem ter percepções diferentes sobre a morfologia urbana local, principalmente quanto às suas delimitações, que o Autor compreendia pelo Rio Tejipió, a Mata do Engenho Uchôa, a Av.

Dr. José Rufino e a Av. Recife. De um modo geral, as respostas colhidas nas entrevistas apontam uma certa capacidade de distinção – delimitação – da Região de Análise por sua população, tendo havido uma média de 60% de respostas positivas, 18% parciais e 22% negativas quanto a saber onde “começa e termina” a extensão da região. E, principalmente, aos reunirmos os enunciados apresentados pelos entrevistados, notamos semelhança com as delimitações identificadas pelo Autor. As duas avenidas delimitadoras – Dr. José Rufino e Recife – foram enunciadas respectivamente pelos Entrevistados 01 e 02, e outros entrevistados, de maneira indireta, enunciaram localidades e elementos lindeiros ou vizinhos a estas vias, como: o muro do Makro, hoje muro do Atacadão; o bairro da Estância, localizado do lado oposta da Av. Recife; o bairro do Barro, localizado majoritariamente no lado oposto da Av. Dr. José Rufino; o bairro do Ibura, localizado do lado oposto da Mata do Engenho Uchôa, e do qual o próprio território da Mata faz parte; e o viaduto da Estância, a igreja do Barro e o restaurante Galetus, localizados naquelas duas vias. Concluimos, assim, que parece haver sim tendências ao reconhecimento dos elementos identificados pelo Autor como definidores da Região de Análise pela população. Desse resultado, inferimos ainda o talvez maior peso das *Relações* Sociais do que das *Estruturas* Físicas na capacidade de *Distinção*. Veja-se que houve mais enunciados sobre localidades existentes nas avenidas delimitadoras do que sobre as vias em si. Assim também, foram feitas referências à Feira Livre da Linha, que está no centro da Região de Análise, mas talvez no limite da vivência da Entrevistada 07 que a mencionou, uma mulher aposentada de 78 anos; e também à Zona Norte, que sugere uma maior escala de vivência na cidade pelo Entrevistado 09 que a mencionou, um homem de 22 anos que trabalha em outro local da cidade e também fora do município. Corroborar nesse sentido a Segunda Entrevista Semi-Estruturada com ASS, quem não guardou lembranças sobre mudanças socioespaciais pela implantação da Av. Recife, mas sim sobre os seus acontecimentos sociais mais marcantes de desapropriação.

Mas em suma, identifica-se correlações tanto espaciais quanto sociais na capacidade de *Distinção*. Quando os entrevistados que alegaram gostar de morar na região foram perguntados sobre o motivo para tal, os enunciados mais expressivos relatam que a Região de Análise “é bem localizada, acessível a demais regiões”, “é perto de tudo” e “perto do trabalho”, sugerindo correlações espaciais. Junto a isso, também enunciados menos expressivos, como o de que “tem tudo perto”, é “onde eu nasci”, onde “conheço todo mundo”... sugerem correlações sociais. Enfim, o reconhecimento da *Distinção* foi também um aspecto central que o Autor considerou em suas vivências locais, identificando uma configuração de comunidade da Região de Análise dentro do território da Cidade, na qual empreendeu suas novas vivências em *Ampla Sociabilidade*, e que foram úteis à Sustentabilidade do patrimônio construído de sua família, bem como de outros valores socioespaciais correlacionados. Uma qualidade, portanto, a da *Distinção*, que seria importante para a *Sociabilidade Urbana* e para o *Desenvolvimento Urbano Sustentável*.

Quanto à terceira qualidade, *Interdependência*, referente à *Dimensão da Interação Social*, defendemos anteriormente que, na *Autopoiese*, o desenvolvimento dos sistemas autopoieticos, mesmo sendo autorreferentes, é dependente também dos estímulos recebidos da interação com outros indivíduos e o ambiente; e que, na Resiliência, seria a interação entre os diferentes níveis de *SES* que manejaria as quatro fases de *exploração, conservação, liberação e reorganização*, de modo que a *Interdependência* se colocaria como importante fator propulsor das capacidades de autorreconstituição e de resiliência (cf. p. 70). Nas vivências do Autor, a questão da *Interdependência* se mostrou principalmente no reconhecimento de que suas relações socioespaciais locais deveriam ser melhor consideradas, tanto ou mais que relações socioespaciais ocorridas em outros âmbitos, como nos espaços educacionais e acadêmicos da sua formação. Corroborou nesse sentido o isolamento social da pandemia da Covid-19, que fez o Autor enxergar a importância das relações locais nas situações adversas que comprometem o ir e vir. Junto a isso, ao entender na *Autopoiese* a *Interdependência* como fruto da interação social, sendo esta um processo necessário à autorreconstituição do Ser, compreende-se também que toda relação social transforma o próprio Ser, tornando-o interdependente daqueles com quem ele se relaciona.

Em linhas gerais, as diferentes esferas sociourbanas vivenciadas na escala da cidade – profissional, educacional, social... – constituem certos tipos de comunidades, ou especificamente, classes. Estas, contudo, à diferença do lugar de moradia – e evocando-se aqui a concepção de Harvey sobre a *Compressão do Espaço-Tempo*, e a concepção de D’Incao sobre o *Processo de Restrição da Sociabilidade* –, são estruturadas por interesses mais efêmeros, e que, para serem sustentadas, necessitam que indivíduos transpassem diariamente “espaços-tempo” locais para acessarem espaços burgueses. No caso da Universidade, por exemplo, a realização dessa dinâmica sustenta concepções epistemológicas para a construção do conhecimento científico, em meio a *Sociabilidades Restritas* de classes acadêmico-institucionais. Em contrapartida, nas comunidades, nos “espaços-tempo” locais de moradia, os indivíduos podem estar mais integrados por aspectos socioespaciais concretos que propiciem *Amplas Sociabilidades*: as estruturas físicas, o acesso comum de todos aos comércios e serviços locais, etc. Assim, transformações sociais de aspectos mais efêmeros podem mais facilmente desmanchar *Sociabilidades Restritas*, como o fim de uma pesquisa, de um curso, uma demissão, uma greve universitária... enquanto que *Amplas Sociabilidades* parecem tender a ser mais dificilmente desmanchadas assim, devido às maiores concretudes socioespaciais contempladas. A *Interdependência*, portanto, seria uma qualidade crucial no *Entendimento Autopoietico de Sustentabilidade*, principalmente se entendida não de modo relativo, referente a qualquer interação social, mas coligada à *Ampla Sociabilidade*, entendendo-se a *Interdependência* com o lugar de moradia, na sua espacialidade e comunidade.

Em nossa Primeira Entrevista Semi-Estruturada, quando questionamos moradores da Região de Análise sobre aspectos ligados à *Interdependência*, nas perguntas 16, 17 e 18 (cf. Tabela 3, p. 142), principalmente quanto a relações de vizinhança e ao atendimento de necessidades no lugar de moradia, identificamos uma média expressiva de 60% de respostas positivas, junto a 22,7% parciais e 17,3% negativas. Entende-se, assim, a existência de alguma *Interdependência* na socioespacialidade da Região de Análise, e que pode estar ligada às condições de vida tradicionais que ainda parecem existir, como sugerem as entrevistas realizadas com VSM e ASS. Além disso, muitos dos enunciados proferidos na Primeira Entrevista corroboram nesse sentido, como 10 dentre os 19 enunciados da Pergunta 16, que alegam que os vizinhos “não incomodam, são tranquilos”, são “prestativos, cooperativos”, é “tudo unido”, que se gosta da vizinhança por se ter “nascido e criado aqui”, etc; apesar de que, 5 enunciados relatam certa indiferença, como “mal vejo os vizinhos”, “não conheço ninguém”, “tem nada o que dizer”, “é uma relação de amor e ódio”, etc; e ainda 4 enunciados relatam negatividades, como que os vizinhos “são barulhentos”, “falta higiene” e “falta educação”. Estas são considerações gerais, já que não estabelecemos aqui definições precisas a partir das quais compreender, por exemplo, a noção de comunidade, de modo que um entendimento geral de vizinhança se mostrou efetivo para a realização das Entrevistas. E corroboram ainda a existência de *Interdependência* local os enunciados das Respostas 17 e 18, que também sugerem uma certa relatividade na vivência em comunidade, como naquela pergunta 16 anterior, mas que apontam a prestação de auxílio entre indivíduos em situações de maiores necessidades. Essas situações são expressas em ajudas que ocorrem “se precisar”, “na cheia” ocorrida no ano de 2022, e também na pandemia, “quando isso ficou mais forte”. E há também indicações de *Interdependência* com a localidade, em apontamentos positivos de que a população consegue atender suas necessidades sem maiores deslocamentos, embora haja a ausência de alguns serviços, como mais postos de saúde. A *Interdependência*, portanto, compreendida no espaço-tempo local da moradia – na comunidade social e na localidade espacial – comporia igualmente uma base na ocorrência de maiores níveis de sociabilidade, e conseqüentemente, maiores níveis de *Desenvolvimento Urbano Sustentável*.

Quanto à quarta e última qualidade, *Imprevisibilidade*, referente à *Dimensão da Ética*, defendemos anteriormente que, por ser imprevisível a totalidade de interações em um *SES* – o que leva a *Resiliência* a lidar com a incerteza –, e devido ao desenvolvimento de um sistema autopoietico depender não apenas da sua autorreferência, mas também das relações com outros sistemas – diga-se, relações sociais –, é que se destaca na *Autopoiese* um sentido Ético. Esse sentido aponta para a necessidade constante de uma *Unidade Autopoietica* equilibrar suas relações junto às relações de outros sistemas e metassistemas autopoieticos com que interaja (cf. p. 70).

Em síntese, o entendimento de *Imprevisibilidade* corresponderia ao reconhecimento da improbabilidade – ou mesmo incapacidade atual – de se lidar completamente com a *Complexidade Multi-Transescalar* dos *SES* em seus inúmeros fatores, dimensões, sistemas, subsistemas, metassistemas, etc., e assim, conseqüentemente, de se lidar com a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*, de modo que se demandaria igualmente posturas analíticas e éticas. Em nossa *Autoetnografia Socioespacial*, esta questão se evidenciou no processo de *Reampliação da Sociabilidade*, quando no reconhecimento do Autor de que seus conhecimentos até então sobre Desenvolvimento Sustentável se mostravam insuficiente para lidar como o patrimônio construído de sua família e demais valores socioespaciais da sua comunidade e da sua localidade. Assim, uma nova postura ética surgiu junto à *Reampliação da Sociabilidade*, na identificação de novos entendimentos e valores mais efetivos às demandas da Sustentabilidade.

Em nossa Primeira Entrevista Semi-Estruturada, a *Imprevisibilidade* apresentou a menor média de respostas positivas, através das perguntas 19 e 20 (cf. Tabela 4, p. 143): apenas 26%, junto a 32% de respostas parciais e significativos 52% de respostas negativas. Para a coleta dessa estimativa, tomou-se uma noção geral de *Imprevisibilidade* a partir do acompanhamento geral da população quanto ao desenvolvimento e mudanças locais, supondo-se que um olhar atento a tais transformações pode significar alguma capacidade de se lidar com a *Imprevisibilidade*, favorável então a comportamentos Éticos. Corroborando as médias encontradas, a maioria das respostas da pergunta 20 enunciaram aspectos negativos da Região de Análise, como a existência de invasões, alagamentos em períodos de chuva, lixo nas ruas, falta de calçamentos em vias, falta de saneamento, etc. Especialmente, pelos elementos expressos nesses enunciados, observamos uma maior percepção Espacial do que Social pela população. Com isso, embora o entendimento de Ética seja talvez o menos objetivo dentre as Dimensões da *Autopoiese*, essa aparente maior correlação da noção de *Imprevisibilidade* com o Espaço pode contribuir com reflexões sobre Ética. Embora os dados colhidos não possibilitem grandes inferências, mas entendendo-se haver na Região de Análise algum mínimo comprometimento na lida com a *Imprevisibilidade*, talvez a Dimensão Ética possa ser compreendida como indicadora culminante da correlação entre as demais Dimensões da *Autopoiese*, assim como a Dimensão da *Estrutura Espacial* é a resultante das *Relações Socioespaciais* que constituem uma cidade em seu *Processo Vital*. Mas *Estruturas* que, em sentido contrário, também passam a condicionar as *Relações*, assim como a Ética condicionaria as demais dimensões do *SES*. Por fim, todo esse entendimento autopoietico a respeito do *Desenvolvimento Urbano Sustentável* parece partir da concretude da Biologia e sua *Autonomia*, perpassar a *Cognição* e sua *Distinção*, a *Interação Social* e a sua *Interdependência* e culminar na concretude socioespacial na qual se destaca a Ética e a sua *Imprevisibilidade*.

## 5 CONCLUSÕES

Conclui-se pela validade da nossa Hipótese Central de que são necessários maiores conhecimentos para se lidar com a *Complexidade Multidimensional* do Desenvolvimento Sustentável, especialmente quanto à sua Dimensão Social, dizendo respeito direto ao *Desenvolvimento Urbano Sustentável*. Nossa Autoetnografia pôde expor uma série de minúcias socioespaciais ligadas a questões da Sustentabilidade e outros saberes e práticas que se fizeram úteis para a manutenção de um pequeno patrimônio edilício e seus valores socioespaciais. Mesmo *Perspectivas Paradigmáticas em Sustentabilidade e Abordagens Contemporâneas* não ofereceram compreensões suficientes para esse desafio, embora tenham contribuído na construção de reflexões. A contribuição decisiva veio da *Visão Ecológica Autopoiética* de Fritjof Capra, que sugere a mudança crucial de se reconhecer as *Relações no Equilíbrio Vital* junto às *Estruturas*, em um *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*. Destarte, através da *Teoria de Santiago/Conceito de Autopoiese*, e em diálogo com o conceito de *Resiliência*, pôde-se reconhecer esse *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade* na imbricação ontológica entre as Dimensões Ecológica e Social dos Seres/Sistemas-Vivos, ou *Sistemas Ecológico- Sociais*. Compreendeu-se aí uma *Complexidade Multi-Transescalar* em que se opera a interação das dimensões autopoiéticas da *Organização Biológica, Cognição, Interação Social e Ética*, e que também puderam ser interpretadas à luz de seus atributos centrais sugeridos: *Autonomia, Distinção, Interdependência e Imprevisibilidade*. Esses atributos foram observados na *Autoetnografia Socioespacial*, ilustrando, enfim, a possibilidade de uma perspectiva mais prática e cotidiana de *Desenvolvimento Sustentável*, no âmbito de relações e práticas sociais. A anterior Interpretação Conclusiva da *Autoetnografia Socioespacial* constitui nossa conclusão mais formal. Já nesta Conclusão final, comentamos seus resultados e levantamos ainda algumas discussões correlatas, seguindo-se a ordem em que os diferentes temas abordados foram apresentados ao longo da Tese.

A evolução do *Discurso Central de Sustentabilidade* passa definitivamente – ou precisa passar – por uma transformação paradigmática. Especialmente, como se viu aqui, esta transformação não é de ordem apenas teórica, mas multidimensional e fenomênica, urgindo pela compreensão complexa das várias dimensões imbricadas à Sustentabilidade. Do que vimos em nossas pesquisas, ainda carecemos de novos conceitos para isso. Infere-se, assim, que há ainda largos abismos entre teorizações avançadas de *Perspectivas Paradigmáticas e Abordagens Contemporâneas de Sustentabilidade* para com diversas realidades e contextos vividos, principalmente em seus aspectos sociais. São importantes a consideração da Dimensão Social e a crítica pela necessidade de uma abordagem de *Desenvolvimento Urbano Sustentável* implícita ao Planejamento Urbano, mas o reconhecimento de realidades sociais em suas minúcias, particularidades, especificidades,

contextualizações... é um desafio que está colocado. A isso, dizem respeito questões de diferentes ordens, como da família, sociabilidade, propriedade, herança, posse, valores socioespaciais, formas de vida, produção econômica, reprodução da força de trabalho, divisão internacional do trabalho, tecnologias, etc. Por exemplo, tratar da fome no âmbito teórico da Sustentabilidade é diferente de solucionar qualquer cenário de fome em algum lugar no mundo. Uma solução assim necessita tratar da questão em diferentes dimensões, desde níveis macro e quantitativos da produção e comercialização de alimentos, até níveis micro e qualitativos, como das mãos ou máquinas que efetivam cultivos no solo – determinando modelos de agricultura, e assim a constituição nutricional de alimentos – e também dos ordenamentos sociais que possibilitam que comida chegue regularmente na mesa, na boca e processos fisiológicos das pessoas. Nessa rede, mesmo um intestino ruim pode colocar em risco todo o processo, e pode ser necessário o acesso social a serviços de saúde para tratá-lo. Para ilustrar cabalmente esse abismo entre teoria e prática, vale notar que, enquanto se discute na atualidade os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, têm sido crescentes, ao menos no cenário brasileiro que nos é cotidiano, críticas e ataques contra atores sociais que partilham o pão. E vale dizer ainda, diante de todo o quadro investigado, que as discussões mais convencionais sobre Sustentabilidade são talvez questões da esfera da Governança, enquanto que, na esfera da população comum, do cidadão, deveriam ser promovidas abordagens práticas e sociais de Desenvolvimento Sustentável. Por exemplo, entendemos que a promoção de debates populares sobre questões do aquecimento global, do efeito estufa, crises internacionais... não amenizam a distância entre teoria e prática, por serem fenômenos que o indivíduo comum apenas pode ser informado sobre, sem mensurar ou controlar no seu dia a dia. Ao contrário, tais questões amplas deveriam ser tratadas no nível da Governança, e a partir daí serem traduzidas em políticas públicas estruturadas e socialmente definidas, como sistemas de reciclagem, arborização e agricultura urbanas, informações sobre a rede hídrica de rios e canais da cidade, promoção da socialização... estes sim são conhecimentos através dos quais o cidadão comum pode contribuir no seu cotidiano, mesmo discretamente, mas com maior controle na observação de ações e resultados, efetivando-se aí também um processo pedagógico.

A distância entre teoria e prática no Desenvolvimento Sustentável aponta igualmente para um desafio epistemológico. A consideração de esferas microqualitativas de discussão e ação junto a esferas macroquantitativas demanda saberes que sejam capazes de ver, reconhecer e entender minúcias socioespaciais. E isso, ao que parece, é minimamente possível de ser aprendido apenas em salas de aulas, na perspectiva de modalidades tradicionais de ensino, mas, indispensavelmente, no convívio direto com a sociedade e seus inúmeros valores socioespaciais. E é possível dizer mais: não apenas no convívio direto com a sociedade, mas, especificamente,

no convívio direto com alguma comunidade. Afinal, são tantas as questões e valores socioespaciais existentes que, no âmbito da Sociedade, estes podem ser ainda vivenciados em superficialidades, enquanto que, no âmbito de uma Comunidade, é possível vivenciá-los na profundidade de suas múltiplas minúcias históricas, culturais, familiares, pessoais, contextuais... Não foi à toa, portanto, que o Método da Autoetnografia se mostrou oportuno para a evidenciação de minúcias socioespaciais em nossas pesquisas. Foi através dele que foi possível construir um arcabouço científico capaz de correlacionar teoria e empiria junto à complexidade social fenomênica. Quando se foge à experiência pessoal e se elege qualquer outro cenário de investigação, há aí a tendência a condicionamentos ideológicos que podem impactar sobre toda experiência possível. Se antes a Antropologia Urbana se muniu de novas técnicas de pesquisa para a investigação de cenários sociourbanos do qual o pesquisador se reconheceu como integrante, agora parecem ser necessárias novas epistemologias capazes de alcançar a esfera das minúcias socioespaciais, e que, além do mais, parecem se apresentar como transdisciplinares. Esse debate nos direciona para campos como, por exemplo, o do Pensamento Complexo, que auxilia a lidar com questões como a relatividade e a imprevisibilidade; e também o da Decolonialidade, que auxilia a lidar com questões da interculturalidade. Afinal, se mesmo o Autor desta pesquisa – homem branco, em seu lugar de origem e com formação científica – encontrou desafios para entender e expressar com fundamentos a sua realidade socioespacial, que se dirá de indígenas, quilombolas, refugiados, povos do sul e outras tantas minorias cujos horizontes epistêmico-culturais – diferentes *Selves* – não são ainda contemplados pelas visões de mundo hegemônicas? A questão do Desenvolvimento – *Urbano* – Sustentável perpassa inevitavelmente toda essa discussão!

Quanto à *Sociabilidade Urbana*, entende-se que todo o debate é evidenciado pela ainda necessidade das próprias Ciências Sociais de entendê-la à luz do fenomenismo das relações socioespaciais, isto é, como fenômeno espontâneo de acontecimento, *Gesto-Fio*, como sugere Ana Clara Torres Ribeiro. Esta é uma demanda conceitual que se coaduna à demanda teórica aqui apontada para a *Complexidade Multidimensional da Sustentabilidade*, e em especial à sua Dimensão Social. Nesse mesmo sentido, na esfera da prática, a *Sociabilidade Urbana*, e especificamente a *Ampla Sociabilidade* que versa Maria Ângela D’Incao, surge como um possível fio condutor por qual investigar e experimentar efetivações de um *Desenvolvimento Urbano Sustentável*: a possibilidade primeira, como aqui nos referimos, a partir da conceituação última da *Autopoiese*, que amalgama o Ecológico e o Social. É via *Sociabilidade Urbana*, afinal, que o debate maior entre *Modelos de Cidade Tradicional, Moderna e Contemporânea* parece melhor se evidenciar na Dimensão Social. E por isso é salutar a aproximação atual de abordagens do *Desenho Urbano Sustentável* ao fenômeno da sociabilidade, entendendo-a prejudicada pela

*Cidade Moderna*, e reconhecendo seus benefícios pela *Cidade Tradicional*, mas necessitando reconcilia-la de modo original na *Cidade Contemporânea*. Por isso, também, a oportunidade de enfatizar-se, aqui, a necessidade de se fortalecer a *Sociabilidade Comunitária* junto à *Sociabilidade Societária*, como permite entender Ferdinand Tönnies, mas atentando-se que estas diferentes formas de sociabilidade parecem estar vinculadas inevitavelmente às suas correspondentes condições socioespaciais *Tradicionais* ou *Modernas*. Sob esta ótica, não se faz possível tratar de *Formas de Sociabilidade Urbana* sem tratar de *Modelos de Cidade*, e aí, cabe enfatizar outras contribuições de nossas pesquisas para o debate da *Sociabilidade Urbana*.

São centrais as inferências que levantamos quanto a imprecisões atuais do entendimento da *Sociabilidade Urbana*; e não apenas aquela imprecisão teórica maior a que remete Ribeiro, mas também as imprecisões de análises empíricas que parecem entender a Sociabilidade mais a partir da Socialização, que é apenas um de seus fatores. Em nossas pesquisas, pudemos observar em diferentes abordagens da *Morfologia Urbana Sustentável* o possível condicionamento sobre a *Sociabilidade Urbana* por diferentes aspectos da *Macroesfera do Planejamento Urbano*, da *Microesfera do Projeto Urbano* e da *Esfera Arquitetônica influente sobre o Espaço Urbano*, e através especificamente dos nichos do *Transporte Intermodal*, da *Ocupação, Uso e Desenho Urbano Sustentáveis* e da *Sustentabilidade Ecológica no Espaço Urbano*. Entende-se, assim, que a questão da *Sociabilidade Urbana* suplanta imensamente o campo do *Desenho Urbano Sustentável*, e diz igual respeito a aspectos tanto maiores do Planejamento como menores da Arquitetura, de modo que parece não caber analisar a Sociabilidade prioritariamente à luz do fenômeno da socialização em espaços públicos. Nesse sentido, muitas pesquisas já avançam na aplicação de técnicas de análise que abrangem maiores condicionantes socioespaciais, mas seus resultados continuam identificando fatores imprevisíveis às hipóteses que são levantadas. E ainda, D’Incao suscita em seu *Processo de Restrição da Sociabilidade* que a transformação de *Amplas Sociabilidades* para *Sociabilidades Restritas* teria se iniciado com a mudança de hábitos sociais e espacialidades arquitetônicas, e só depois influido sobre o espaço urbano público. A consideração dessas críticas é importante para um melhor enfrentamento do *Cenário Crítico Atual da Sociabilidade Urbana*, que, embora os crescentes esforços na promoção da sociabilidade, continua marcado pela Segregação Socioespacial e os fenômenos associados da *Verticalização*, *Multiplicação de Espaços Públicos Privativos e Semi-Privativos* e *Virtualização da Sociabilidade*. Estes parecem ser os principais agentes construtores, hoje, das Cidades. Assim, para se resgatar e promover *Amplas Sociabilidades*, é útil considerar que a Segregação Socioespacial apenas se expressa no espaço urbano público, mas talvez se inicia nos hábitos dos cidadãos, e também no próprio projeto arquitetônico e *Modelo de Cidade*, de modo que já o local de moradia de cada

indivíduo influencia em suas condições de Sociabilidade: afazeres, costumes, oportunidades sociais e trabalhistas, acessos a serviços e equipamentos. Condicionamentos como esses se materializam nas condições apresentáveis do ser – grupo social, vocabulário, vestimenta... –, e costumam ser identificados quando na utilização do espaço público, propiciando ou impedido a construção de sociabilidades já antes da possibilidade de ocorrência de qualquer socialização. Esta é uma explicação da mútua influência entre *Relações e Estruturas* nos *Processo Vitais* do Urbano. Sob esse prisma, o contato entre pessoas diferentes pode ser considerado uma *utopia* no espaço público – talvez aquela mesma utopia do espaço público moderno a que alude Teresa Caldeira –, e que passa a ser possível de ocorrer apenas no âmbito de espaços controlados por relações de poder, como no ambiente de trabalho, e que assim parece tornar improvável a possibilidade de *Amplas Sociabilidades* em realidades de *Sociabilidades Restritas*. Mas esse cenário crítico carrega em si uma oportunidade. Afinal, se as relações de segregação ditam a ordem social urbana, talvez intervenções concretas e integradas na Cidade, principalmente em condições de habitabilidade, trabalho, serviços, etc., e não apenas na esfera do desenho urbano, são ainda uma oportunidade importante de se investir na construção de *Amplas Sociabilidades*.

Quanto à *Autoetnografia Socioespacial*, vale pontuar a capacidade analítica desse método qualitativo de pesquisa, que é abrangente e ao mesmo tempo adequável a particularidades do investigado, muito embora encare ainda resistências nos campos científicos mais convencionais. Na nossa pesquisa, pudemos combinar o método a outras técnicas de coleta de dados para a fundamentação das narrativas apresentadas, reconhecendo-se, embora esse esforço, que nossa estrutura analítica apoiou-se mais na integração entre diferentes dados, e nas inferências daí propiciadas, do que em evidências terminantes. Isso denota uma maior capacidade do método da Autoetnografia de possibilitar a convergência de dados de diferentes natureza do que em métodos tradicionais de pesquisa. Talvez porque a análise autoetnográfica possibilita analisar contextos gerais de mundo, em que incidem fatores e objetos de análise de diversos campos do conhecimento, diferentemente das técnicas de pesquisa tradicionais e seus olhares especializados - a bem saber, como supomos, a Autoetnografia parece ser mesmo um convite à Transdisciplinaridade.

Mesmo em relação à prática Etnográfica mais comum das Ciências Sociais, nos arriscamos a comentar que a Autoetnografia amplia significativamente o horizonte de análise dessa técnica, dado que descortina na Ciência a ainda criticamente questionada dimensão do Eu, do *Self*. Este é um divisor de águas epistemológico. Mas, junto a isso, para a devida aplicação do Método, cabe lançar com precisão as bases teóricas de investigação e suas relações com as técnicas de pesquisa e coleta de dados aplicadas, para se ter consciência sobre o quanto interpretações de

relatos pessoais coadunam-se com análises científicas. Afinal, seja pela própria natureza da Autoetnografia, seja também pelas novas possibilidades analíticas e epistemológicas que esta abre para o cenário atual da Ciência, esse Método favorece que ocorram descobertas ao longo da sua aplicação, o que pode acarretar na identificação de novos dados ou ainda na necessidade de se abordar novas teorias para se fundamentar os fenômenos vivenciados. Foi o que ocorreu em nossa pesquisa, principiada com o objeto de análise da Família, mas que se reconheceu bastante complexo para nossas capacidades investigativas atuais. Aí, foi necessário aprofundar então na teoria, no que tomamos conhecimento da teorização de D’Incao sobre o *Processo de Restrição da Sociabilidade*, e o que oportunizou um novo entendimento sobre os fenômenos socioespaciais que estavam sendo vividos e analisados pelo Autor. Nesse sentido, reconhecemos como bastante sólida a tecitura teórica que alcançamos em nossa pesquisa, mas ainda passível de críticas e sugestiva de maiores investigações, como sobre a convergência que apontamos entre D’Incao e a *Compressão do Espaço-Tempo* em Harvey. Esta última é uma teorização muito mais complexa do que a síntese que apresentamos, mas que suscita a ligação dos estudos brasileiros de D’Incao com processos socioespaciais mais amplos da Modernidade. Em paralelo, reconhecemos também que nossa estrutura empírica também tinha a possibilidade de maiores refinamentos. As *Entrevistas Semi-Estruturadas* que realizamos buscaram coletar dados a partir das bases teóricas tomadas da *Sociabilidade Urbana* e do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*. Mas talvez tais bases ainda pudessem ser melhor confrontadas com dados socioespaciais brutos, como adensamento populacional, renda, composições familiares, etc. Vale dizer, por exemplo, como já comentado em nossa introdução, que na consideração inicial de utilizarmos como método empírico a Análise Multicritério, víamos a possibilidade de confrontar diretamente dados socioespaciais dos padrões de ocupação Região de Análise com dados sociais da população local, para investigar correlações entre *Sociabilidades Amplas e Restritas* e indicadores de *Morfologia Urbana Sustentável*. Contudo, segundo o que verificamos na qualificação da pesquisa, esse método não auferiu clareza às bases teóricas adotadas, que são ainda pouco convencionais, e do que optamos então pelo método mais qualitativo da Autoetnografia.

Vale pontuar ainda, em relação à Autoetnografia, as contribuições que a aplicação desse método suscitou aqui para a Arquitetura e Urbanismo e para as Ciências Sociais. Quanto à Arquitetura e Urbanismo, foi necessário acrescentar o termo *Socioespacial* à Autoetnografia para evidenciar a dimensão principal a que lançamos nossas análises. Nesse sentido, acrescentamos com base nos trabalhos de Brockington & Cicmil (2016), Phillips (2011) e Clarke (2022) que a adequação da Autoetnografia à Arquitetura e Urbanismo carece ainda de uma acurada correlação quanto aos aspectos pessoais – *Auto* –, culturais e contextuais – *Etno*

–, teóricos e expressivos – *Grafia* –, *Sociais e Espaciais*. Isso, para que uma “*Auto-Etno-Grafia Socio-Espacial*” não se limite, como já existem exemplos, a apreciações de espaços construídos a partir de visitas pessoais, mas sem considerar análises sobre moradores ou usuários desses espaços, ou sem investigá-los junto a teorias relacionadas pré-existentes; a análises espaciais culturalmente contextualizadas, mas que perdem a oportunidade de alcançar dados concretos da relação individual e também pessoal com o espaço; e a análises aprofundadas em dados sociais, mas que não contribuem para a interpretação desses dados na dimensão do Espaço. No geral, afinal, ainda é pouco o conhecimento difundido quanto ao condicionamento que a Socioespacialidade realiza sobre a constituição dos indivíduos, e é esta a contribuição que a Arquitetura e Urbanismo inaugura para as ciências sociais puras na aplicação do Método da Autoetnografia, expandindo-a para abranger a Dimensão Espacial, que é igualmente Social.

Por fim, quanto à *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, reconhecemos termos tocado ainda apenas algumas profundidades teóricas e empíricas que esta teoria abre para a ciência contemporânea, e particularmente para a Sustentabilidade. A imbricação ontológica que esse arcabouço teórico estabelece entre as Dimensões Biológica e Social é talvez uma das maiores contribuições epistemológicas do séc. XX, que não apenas descortina novas possibilidades de entendimento para o Desenvolvimento Sustentável, mas é também conciliadora entre abordagens holísticas, teóricas e empíricas. Embora a integração ontológica entre homem e natureza na *Filosofia do Bem-Viver* seja o ponto alto a que chegam estudiosos holísticos como Leonardo Boff e Alberto Acosta, esta abordagem integrativa ainda carece de maiores entendimentos operacionalizadores, no que corroboram as críticas empíricas em Sustentabilidade Urbana de Enrique Leff, Henri Acselrad, Marcelo Lopes de Souza e Manoel Rebêlo Júnior, que buscam por noções mais objetivas de sustentabilidade na dimensão sociourbana das Cidades. Nesse sentido, contribuí ainda a *Visão Ecológica Autopoiética* de Capra, que permite entender a integração entre homem e natureza de modo analítico e essencial na integração entre *Relações e Estruturas nos Processos Vitais* dos seres/sistemas-vivos. Aí, finalmente, o relacional, o topológico, o contextual, o relativo, o imprevisível... encontram lugar em uma abordagem científica amalgamada a bases biológicas concretas da vida. E junto a isso, estudos como o desta Tese exploram caminhos objetivos para a aplicação de toda essa concepção integracional. O social, o socioespacial, a sociabilidade... são identificados aqui em contribuições diretas para o *Desenvolvimento Urbano Sustentável*; não contribuições mediadas por discursos generalistas ou ecológicos, mas firmadas em processos sociais autênticos e também na concretude socioespacial. Aí, enfim, as *Relações* e as *Estruturas*, ou melhor, as imbrincadas Dimensões Social e Ecológica, começam a ser contemporaneamente compreendidas na prática do *Processo Vital do Urbano*.

Obviamente, as Dimensões Biológica e Social possuem profundidades que demandam maiores investigações. O mesmo se pode dizer das qualidades de *Autonomia*, *Distinção*, *Interdependência e Imprevisibilidade* que sugerimos às dimensões autopoieticas. Entretanto, o trunfo da integração entre essas dimensões parece estar exatamente na evidenciação dessas possíveis qualidades centrais, o que não deixa de ser um aprofundamento teórico-empírico; um aprofundamento que se dá não nos campos especializados de cada termo, mas na integralidade fenomênica da vida e do viver, da vida biológica e do viver social, que não separa – ou não deveria ser separada em – dimensões, exceto no exercício necessário da construção do conhecimento.

Se possível ainda algumas palavras finais, talvez devidas por nossa opção ao Método da Autoetnografia, esta Tese culmina um amplo processo de pesquisa iniciado com o trabalho de conclusão de graduação do Autor. Como comentado em nossas narrativas, aproximamo-nos desde lá aos debates ecológicos e urbanos da Sustentabilidade. Depois, no mestrado, aprofundamo-nos na *Teoria de Santiago / Conceito de Autopoiese*, vislumbrando seus potencialidades. E no Doutorado, enfim, vimos o desafio de aplicar objetivamente a *Visão Ecológica Autopoietica* de Capra em alguma temática socioespacial ligada à Sustentabilidade. Aí, o investimento inicial na questão da *Família* deveu-se à sua importância na organização da sociedade e na sustentação da vida. Parece ser a *Família* o que melhor pode integrar ontologicamente o Biológico e o Social: o transcurso biológico da vida e a construção de base humana social! Mas este é um tema desafiador, que foi então substituído pela análise mais viável da *Sociabilidade Urbana*, sem que mudasse totalmente nosso foco, e tocando-se então dois importantes núcleos da sociedade.

Todo esse esforço é menos intelectual do que cotidiano. As bases intelectuais são buscadas pela necessidade de um entendimento prático de Desenvolvimento Sustentável, necessidade que o Autor vislumbrava, mas que sentiu na pele ao longo da elaboração desta pesquisa. No geral, todo esforço em Sustentabilidade é válido. É crucial combater as problemáticas ambientais identificadas desde o séc. XX, e que continuam a agravar-se. Mas há que se estabelecer hierarquias; há que se estruturar adequadamente os conhecimentos e atuações desse desafio na estrutura social; há que se identificar os níveis de entendimento e objetos de combate devidos a cada uma das esferas da sociedade. Na noção comum, tratar de Sustentabilidade é ainda sinônimo de tratar apenas da crise ambiental. Fala-se tanto sobre essa questão que alguns estudos já apontam a existência da Eco-Ansiedade<sup>19</sup>, o medo que algumas pessoas apresentam de sofrer consequências de desastres ambientais. Isso, claro, não é uma questão retórica, já que cada vez mais indivíduos convivem com ameaças ambientais, mas há que se reconhecer que um discurso

---

<sup>19</sup> Por exemplo, assim trata a Associação Americana de Psicologia em SCHREIBER, Melody. **Addressing climate change concerns in practice.** Schreiber. *American Psychological Association*. Disponível em: <https://www.apa.org/monitor/2021/03/cc-climate-change>. Acesso: 11 abr. 2024.

focado apenas em problemáticas não contribui de outra maneira. Ao contrário, debates sobre Sustentabilidade não podem ser priorizados em detrimento a aspectos naturais da sustentação da vida.

Discursos da Sustentabilidade surgem ao final da Modernidade, em resposta à própria insustentabilidade da *Forma de Vida Moderna*, enquanto que o fenômeno natural da sustentação da vida tem sido realizado por todo o sempre, através de valores e práticas efetivos da sociedade, da agricultura, da família..., anteriormente tradicionais, mas em detrimento aos quais a própria *Forma de Vida Moderna* se lançou. Desse modo, infere-se como o *Discurso Central de Sustentabilidade* talvez seja, por si só, parte do problema da insustentabilidade atual. Ao contrário, independentemente dos debates em voga sobre Sustentabilidade, cidadãos comuns deveriam ser incentivados no cultivo daquelas práticas e valores mais variados herdados dos antepassados, bem como na criação de novos valores e práticas efetivos: no cultivo das redes ecológico-sociais já constituídas, que sustentaram muitas gerações ao longo do tempo, e que enchem a vida de realização e sentido. A ecoansiedade só pode existir em um Espaço-Tempo desvinculado do Espaço-Tempo da vida, seja por uma ameaça real, de fenômenos ambientais, seja por uma ameaça retórica, de debates inconsequentes. Mas, contrariamente, a *Forma de Vida Moderna* esvazia os indivíduos de realizações e de sentido, através da *Restrição da Sociabilidade*, da *Compressão do Espaço-Tempo* e outros vários processos, para que tenham suas necessidades atendidas, ou não, pelo sistema capitalista de produção e consumo, na busca diária tanto de bens materiais quanto de ideais publicizados. É desta feita que, ao ser possível compreender, por exemplo, a *Ampla Sociabilidade* como um fator de *Desenvolvimento Urbano Sustentável*, se pode compreender aí igualmente a necessidade do cultivo de formas de vida tradicionais, que remetam também à comunidade e à família, e o que repercute igualmente nas concepções que podemos desenvolver para o Espaço Urbano: sua escala, suas delimitações, seus espaços... Afinal, cultivar família e comunidade é hoje um desafio para muitas pessoas, na medida em que o tempo psicológico do dia a dia é tomado pelo trabalho; em que a socioespacialidade encontra-se cada vez mais extratificada e fragmentada; em que se extinguem limites urbanos e limites de tempo; em que rarefazem-se relações interpessoais, memórias familiares, ligações territoriais... que sejam capazes de evidenciar a história e definir o aqui e agora do cotidiano. Um aqui e agora em que a extensão do espaço – *Estruturas* –, deveria adequar-se a uma extensão do tempo – *Relações* – em que a vida fosse satisfatoriamente sustentada: a extensão da *Ação Social*, como em Lefebvre. A própria evolução humana parece depender desse processo, o que, via *Autopoiese*, entendemos a *Interação Social* como fator intrínseco à *Organização Biológica*.

Ademais, parece ficar claro que está ultrapassada a noção de Sustentabilidade no atendimento

das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades. Isso parece só atender ao sistema capitalista, que precisa fazer da vida uma necessidade, um eterno consumo, e que é conseqüente à escassez de recursos. Ao contrário, podemos falar hoje em atender adequadamente às novas gerações para que sejam capazes de construir uma vida integralmente sustentada, antes de pretensamente sustentável. Assim sendo, o que mais motiva nossas pesquisas é a possibilidade de desmistificar a noção de Sustentabilidade e lograr para a próxima geração entendimentos mais conseqüentes, palatáveis e práticos, para que ganhem tempo na efetivação de um Desenvolvimento Sustentável. Na construção desse entendimento, esta Tese é apenas uma amostra. Do que entendemos, afinal, cada família, cada comunidade, cada menor grupo social, possuem histórias peculiares no escopo de diferentes valores tradicionais e modernos cultivados ao longo das gerações, e também transformados ao longo do tempo, e até mesmo perdidos. Cabe, portanto, a cada núcleo social, reconhecer suas histórias e horizontes epistemológicos e práticos. Afinal, quando nenhum discurso se torna capaz de atender a uma necessidade que se apresenta, pode-se dizer que é nos recursos sociais e ambientais mais reais do entorno mais imediato que se pode angariar forças para a manutenção da sustentação da vida. E aí, encontra-se definitivamente a realidade qualitativa da família, da comunidade e da sociedade, independentemente de suas culturas e composições, e o que não pode ser traduzido fielmente em números. Daí, enfim, a oportunidade da *Ampla Sociabilidade* para o *Desenvolvimento Urbano Sustentável*. E o desafio da *Reampliação da Sociabilidade* é hercúleo. Não basta mudar uma mentalidade, uma ideia, uma mera vontade de ir ou não para um espaço público ou para alguma área da cidade; é necessário transformar-se integralmente, desde a constituição biológica até as condicionantes cognitivas, aptidões sociais, preceitos éticos e, dizemos também, condições socioespaciais, para ter-se a capacidade de construir autonomia de vida individual e social; ter fôlego para lidar com os mais variados fenômenos sociais que se apresentam; distinguir a extensão espaço-temporal da ação social e entender os adequados locais e desenhos sociais para as mais diferentes relações familiares, comunitárias, societárias, trabalhistas, etc. Veja-se, por exemplo, como a mera mudança de imóvel por parte do Autor, ainda na mesma rua, foi capaz de transformar imensamente suas condições de Sociabilidade. Parece estar em tudo isso, portanto, a força que emana do *Entendimento Autopoiético de Sustentabilidade*, que começamos a debater nesta Tese!

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**, uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Brenda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264p.
- ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p. ISBN 978-85-98271-66-8.
- ALMEIDA, Adiel Teixeira de. **Processo de Decisão nas Organizações: construindo modelos de decisão multicritério**. São Paulo: Atlas, 2013.
- APPLEYARD, Donald; *Livable Streets*. Berkeley, CA: University of California Press, 1981.
- APPLEYARD, Bruce; APPLEYARD, Donald. *Livable Streets 2.0*. Cambridge, MA, EUA: Elsevier, 2020. ISBN: 978-0-12-816028-2.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Título original em inglês: *The Human Condition* [1958]. Tradução Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- BAZZO, Juliane (org.). **Podcast ‘Fazeres etnográficos em tempos de pandemia’**: possibilidades de pesquisa antropológica em ambientes digitais e para além deles. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). Publicado em: Primavera nos Dentes, Antropologia, Educação & Cultura, fev. 2021. Disponível em: <https://blogprimaveranosdentes.wordpress.com/2021/02/01/podcast-fazeres-etnograficos-em-tempos-de-pandemia-possibilidades-de-pesquisa-antropologica-em-ambientes-digitais-e-para-alem-deles/>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BECKER, Howard. A Escola de Chicago. In: **MANA, Estudos de Antropologia Social**, 2(2):177-188, 1996. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- BERTHOZ, Alain. *Le sens du mouvement*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- BICHIR, Renata Mirandola; Marques, Eduardo. *Poverty and Sociability in Brazilian Metropolises: comparing poor people’s personal networks in São Paulo and Salvador*. **Connections**. vol. 12, nº01, 2012, . 20-32. *Editorial Headquarters. University of the West of England-Bristol*. Disponível em: <[https://assets.noviams.com/novifileuploads/insna/Connections\\_Archive/2012\\_Volume\\_32\\_Issue\\_1.pdf](https://assets.noviams.com/novifileuploads/insna/Connections_Archive/2012_Volume_32_Issue_1.pdf)>. Acesso: 21 mar. 2019. ISSN: 0226-1776
- BILSKY, Wolfgang. A Teoria das Facetas: Noções básicas [Facet Theory: Basic notions]. **Estudos de Psicologia**, 8(3), 357–365. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300002>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2004-15677-001>. Acesso: 16 jan. 2013.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Leonardo Boff. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. ISBN 978-85-326-4298-1.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais (RCS)**, v. 39, n. 2, (2008). Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>. Acesso: 03

jan. 2023.

BROCKINGTON, Roy; CICMIL, Nela. Brutalist Architecture: An Autoethnographic Examination of Structure and Corporeality. *M/C Journal*, Vol 19, No 1 (2016). Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:de3b9c53-fc63-4fc0-a261-2b6eb5804b09>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**, crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2003. 400p.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Título original em inglês: *The Web of Live, a new scientific understanding of living systems* [1996]. Tradução Newton Roberval. São Paulo: Editora Cultrix, 2010. 256 p.

\_\_\_\_\_. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergentes. Título original em inglês: *The Turning Point* [1982]. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1995. 447 p.

\_\_\_\_\_. **O Tao da Física**, Um Paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental. Título original em inglês: *The Tao of Physics* [1975]. Tradução José Fernandes Dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

CARMO, Alison J. A. do. **Arquitetura, Urbanismo e Autopoiese**: conceitos, contextos e críticas de um complexo campo ampliado. Recife, 2019. 228f.: il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34607>>. Acesso: 07 jun. 2022.

CARMO, Alison J. A. do. **Requalificação e Parque Linear em Fundo de Vale Urbano**, Rio Tejió na Mata do Engenho Uchôa. Recife, 2013. 167f.: il. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2013.

CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, T. **Public Places, Urban Spaces, the dimension of urban design**. Oxford, UK: Elsevier, Architectural Press, 2010, 2ª ed.

CARTA DA TERRA BRASIL. **A Iniciativa da Carta da Terra**. Carta da Terra Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/iniciativa-carta-da-terra.html>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CASARIL, Carlos C.; FRESCA, Tania M. Verticalização Urbana Brasileira: histórico, pesquisadores e abordagens. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v.9, n.10, p.169, 2000. DOI: 10.48075/rfc.v9i10.7535. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7535>. Acesso em: 2 jan. 2023.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as Method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

CHANG, Heewon; NGUNJIRI, Faith W., Hernandez, Kathy-Ann C. *Living Autoethnography: connecting life and research [Editorial]*. **Journal of Research Practice**, 6(1), Article E1, 2010. Disponível em: <<http://jrp.icaap.org/index.php/jrp/article/view/241/186>>. Acesso em: 19 jul.2023.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** Título original em francês: *L'Urbanisme: Utopies et Réalités, Une antologie* [1965]. Tradução Dafne Nascimento Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 350p. (Coleção Estudos, 67).

CLARKE, Anthony. *Chapter Four - Autoethnographic reflections on architectural design for neurodivergence.* In: Clarke, A. Boys, J. Gardner, J. (ed.) **Developments in Neuroethics and Bioethics**, Academic Press, Volume 5, 2022, pp. 69-95. ISSN 2589-2959. ISBN 9780128245620. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589295922000017>. Acesso em: 08 ago. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum.** Título original em inglês: *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future: Our Common Future* [1987]. Tradução n/i. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CORDEIRO, Graça Índias. A Antropologia Urbana, entre a tradição e a prática. In: Cordeiro, G. I.; BAPTISTA, L. V.; COSTA, A. F. da. **Etnografias Urbanas.** Oeiras: Celta, 2003. Xxx p.

CORREIO BRASILIENSE. **Sustentabilidade: mais do que moda, modo de ser e agir,** 2008. ISSN 1808-2661 versão impressa. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&pesq=ecologicamente%20correto,%20socialmente%20justo&past=a=ano%20200&hf=memoria.bn.br&pagfis=203304](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&pesq=ecologicamente%20correto,%20socialmente%20justo&past=a=ano%20200&hf=memoria.bn.br&pagfis=203304). Acesso em: 31. mar. 2022.

DAVIDSON, James. **História de Cavaleiro,** 2011. Disponível em: <http://jaboataodosguarara pes.blogspot.com.br/2011/05/historia-de-cavaleiro.html>. Acesso em 03 abr. 2023.

DÁVILA, X.; MATURANA, H.; MUÑOZ, I.; GARCÍA, P. **¿Sustentabilidad o armonía biológico-cultural de los procesos?** in: ROCHA, R. C. da. Sustentabilidade XXI, educar e inovar sob uma nova consciência. São Paulo: Editora Gente, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. **Modos de Ser e de Viver: a sociabilidade urbana.** Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, n. 4(1-2). p.95-110. 1992a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/5wJfPD3SgrrktfBYcQQyCkq/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso: 18 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **A Casa, a Família e Modos de Vida.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 34. p.65-83. fev. 1992b. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Maria%20Angela%20Dincao%20-%20A%20Casa,%20a%20Familia%20e%20os%20Modos%20de%20Vida.pdf>>. Acesso: 18 fev. 2022.

DOUSTI, Fatemeh; Kazemi, Abbas Varij; Behzadfar, Mostafa. *A New Reading of Sociable Public Spaces: the nexus between urban design and microsociology.* **Armanshahr Architecture and Urban Development**, *Jornal of Architecture, Urban Design and Development*, 11(2), p.39-49. 2018. Disponível em: [http://www.armanshahrjournal.com/article\\_64733.html?lang=fa](http://www.armanshahrjournal.com/article_64733.html?lang=fa)>. Acesso: 21 mar. 203. DOI: 10.22034/AAUD.2023.294858.2508.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social.** Título original em francês: *De la Division du Travail Social* [1930]. Tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleção Tópicos. 483 p.

\_\_\_\_\_. **As Regras do Método Sociológico.** Título original em francês: *Las Règles de la Méthode Sociologique*. [1895]. Tradução Eduardo Lúcio Nogueira. 9 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004. 167 p.

EARTH CHARTER. **A Carta da Terra.** Earth Charter Comission, 2000. Disponível em: <<https://earthcharter.org/read-the-earth-charter/download-the-charter/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E. *The Purposes, Practices, and Principles of Autoethnographic Research*. In: LEAVY, Patricia (org.). **The Oxford Handbook of Qualitative Research**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 254-276. ISBN: 78-0-19-981175-5.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. *Autoethnography: an overview*. **Historical Social Research**, 36(4), 273-290, 2011. DOI: <<https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.273-290>>

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; JONES, Stacy H. **Autoethnography**. New York: Oxford University Press, 2015. 203 p. ISBN 978-0-19-997209-8

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado:** em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Título original em alemão: *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* [1884]. Tradução Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de Pesquisa.** Pós-Graduação em Sistema da Informação. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/382099060/Metodos-de-Pesquisa#>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FONSECA, João D. **Autopoiésis**, Uma Introdução às Ideias de Maturana e Varela. S/e: S/1, 2008.

FONTANELLA, B. J. B. F.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. **Amostragem em pesquisas qualitativas:** proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.

FRÚGOLI JR. Heitor; ADERALDO, Guilherme A.; RODRIGUES, Weslei E. Antropologia urbana (em língua) portuguesa: entrevista com Graça Índias Cordeiro. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 57, n. 2, 2014, pp. 449-484. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2014.89120.

FRY, Peter. **Nas Redes Antropológicas da Escola de Manchester:** reminiscências de um trajeto intelectual. UFRJ: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/245489/mod\\_resource/content/0/Peter%20FRY%20sobre%20escola%20de%200manchester-1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/245489/mod_resource/content/0/Peter%20FRY%20sobre%20escola%20de%200manchester-1.pdf). Acesso: 08 abr. 2024.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas.** Título original em inglês: *Cities for People* [2010]. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013. 2ª ed.

\_\_\_\_\_. **La Humanización del Espacio Urbano, la vida social entre los edificios.** título original en ingles: *Live between Building, using public spaces* [2003]. Tradicción María Teresa Valcarce. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.

\_\_\_\_\_. *Live between Buildings, using public spaces. Translation Jo Koch. Washington: Island Press, 2011.*

GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture. Cambridge: Harvard University Press, 1959.*

HANZI, Marsha. **O Sítio Abundante**, co-criando com a natureza. 2ªed. Lauro de Freitas: Edição da Autora, 2003. 48p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Título original em inglês: *The Condition of Postmodernity, an enquiry into the origins of cultural change* [1989]. Tradução Adail Ubirajara e Maria Stela. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 17ª ed.

HELLINGER, Bert. **A simetria oculta do amor**: por que o amor faz os relacionamentos darem certo. Título original em inglês: *Love's Hidden Symmetry* (1998). Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 6ªed. São Paulo: Cultrix, 2006.

HILLIER, B. **Space is the Machine**. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

HOGAN, D. J. *Human Dimensions of Global Environmental Change. Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 161-166, 2007. ANPPAS, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade: 2007.

HOLLING, C. S. *Understanding the Complexity of Economic, Ecological and Social Systems. Ecosystems*, 2001, 4: 390-405. Springer-Verlag, 2001. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s10021-001-0101-5>>. Acesso: 02 jun. 2022.

HOPPE, Hans-Hermann. **Uma Breve História do Homem**: progresso e declínio. Tradução Paulo Polzonoff. São Paulo: LVM Editora, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Comércio**, notas técnicas. v. 32, p.1-37, 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020 Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac\\_2020\\_v32\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2020_v32_notas_tecnicas.pdf)>. Acesso: 14 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**, primeiros resultados. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. ISBN 978-85-240-4505-9. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso: 18 maio. 2023.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores, 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso: 16 jan. 2023.

INTERNATIONAL HUMAN DIMENSIONS PROGRAMME ON GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE (IHDP). **IHDP Update**, IHDP Newsletter. Vol. 02/2003. Disponível em: < <http://www.ihdp.unu.edu/>>. Acesso: 26 maio 2022. ISSN: 1727-155X.

ISSC. International Social Science Council. **Social Sciences in the World**. ISSC, 2012. Disponível em: <<https://www.worldsocialscience.org/>>. Acesso em: 26 maio 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Título original em Inglês: *The Death and Life of Great American Cities* [1961]. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. 3ªed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JORNAL DO BRASIL. **Desenvolvimento, ONGs e empresários Sociais**, 1993. Versão Impressa. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pesq=%22economicamente%20vi%C3%A1vel%22%20%22socialmente%20justo%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=105664](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22economicamente%20vi%C3%A1vel%22%20%22socialmente%20justo%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=105664)>. Acesso em: 31 mar. 2022.

JUSTO, Rui Pedro M.; AMADO, Ana Elizabete M. Sociabilidade: a forma urbana na vida pública da cidade de Lisboa. **Espaços Vividos e Espaços Construídos**: estudos sobre a cidade. vol. 01, nº01, 2015, p.38-58. Disponível em: [http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos\\_vividos\\_e\\_espacos\\_construidos01.pdf](http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos01.pdf). Acesso: 21 mar. 2013. ISSN: 2183-4644.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 22, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202006>>.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Título original em francês: *La production de l'espace* [1974]. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: *Éditions Anthropos*, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Título original em francês: *Le vie quotidienne dans le mond moderne* [1968]. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Título original em francês: *Le droit à la ville* [1968]. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 494p.

LETTVIN, J. Y.; MATURANA, H.; McCULLOCH, W. S.; PITTS, W. H. **What Frog's Eye Tells Frog's Brain**. *Proceedings of the IRE*, Volume 47, Issue 11, Nov. 1959. Disponível em: <<https://ieeexplore.ieee.org/document/4065609/authors#authors>>. Acesso: 05 jul. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Título original em alemão: *Der Baum der Erkenntnis: Die Biologischen Wurzeln des menschlichen Erkennens* [1987]. Tradução Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Editora Psy II, 1995. 281 p.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and Cognition, The Realization of the Living**. Originally published in spanish: *De Maquinas y Seres Vivos, Autopoiesis: La*

*Organizacion de lo Vivo* [1972]. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**, Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n.40, p. 139-153, 2018. DOI: 0.24140/issn.1645-7250.rle40.edit.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) (Brasil). **Agenda 21 Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente, s/d. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MONTEIRO, Circe. *The Experience of Place: a comparative analysis of middle class neighborhoods, public housing states and favela in Brazil*. Oxford: University of Oxford, 1989.

MOREIRA, Fernando Diniz (org.). **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura**. Recife: Cepe, 2022. 400p. :il. (Coleção Recife 500 anos).

MOTA, Alice A. S. A Autoetnografia Indígena de Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.20, n.1, p. 209-223, jan./jun. 2015. ISSN: 1516-2664.

NEGREIROS, Emílio de Britto. **Natureza Mínima**, política ambiental e unidades de conservação em pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa. Recife, 2008. 253p.: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. **Psicologia & Sociedade**, 17 (2), 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200008>.

OLSSON, P.; GALAZ, V.; BOONSTRA, W. J. *Sustainability transformations: a resilience perspective*. **Ecology and Society**, 19(4): 1. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5751/ES-06799-190401>>. Acesso: 02 jun. 2022.

OECD (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). **Handbook on Constructing Composite Indicators, methodology and user guide**. Paris: OECD Publishing, 2008. Disponível em: <<https://www.oecd.org/sdd/42495745.pdf>>. Acesso: 13 abril 2023.

PE A-Z. **Várzea**. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/editorias/bairros-dorecife/1140-v%C3%A1rzea.html>. Acesso em 03 abr. 2023.

PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JR, Heitor (Orgs.). **Shopping Centers: Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992, 129 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR). Casa Civil. **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso: 16 jan. 2023.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchoa**. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Agência Estadual de Meio Ambiente; texto Giannina Cysneiros Bezerra; equipe técnica Ana Cláudia Sacramento ... [et al.]. – Recife: A Secretaria, 2013. 90p. : il. Disponível em: [https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/plano\\_de\\_manejo\\_uchoa.pdf](https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/plano_de_manejo_uchoa.pdf). Acesso: 22 ago. 2023.

PHILLIPS, Christine. *Experiencing constructed landscapes: the use of autoethnography in the practice of architectural history*. Audience: *Proceedings of the XXVIII International Conference of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand, 2011*, pp.1-17. Disponível em: <https://researchrepository.rmit.edu.au/esploro/outputs/conferenceProceeding/Experiencing-constructed-landscapes-the-use-of/9921861921901341>. Acesso em: 08 ago. 2023.

RAMIRES, Julio César de L. O Processo de Verticalização das Cidades Brasileiras (1998). **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 97-106, 24 jan. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v16i1.12156>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/bolgeogr/article/view/12156>. Acesso: 2 jan. 2023.

RESILIENCE ALLIANCE (RA). *Advancing research and understanding...on social-ecological systems for resilient and sustainable futures*. RA, s/d. Disponível em: <https://www.resalliance.org/>. Acesso em: 26 maio 2022.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização**. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

RECIFE. CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **Projeto sugere desapropriação do Mercado de Areias**. Comunicação, Notícias, 2018. Meio Eletrônico. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-quer-desapropriar-mercado-de-areias>. Acesso em: 24 ago. 2023.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. 2ª ed. Recife: Editora UFPE, 2016. 277 p. il.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sociabilidade, Hoje: leitura da experiência urbana**. Caderno CRH [on-line]. 2005, 18(45). <https://doi.org/10.9771/ccrh.v18i45.18535>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ROCA MUÑOZ, Marta. **Sociabilidad urbana: explorando las relaciones entre perfiles sociales y espaciales de Recife, PE**. 2018. 222f.: il. (Dissertação em Desenvolvimento Urbano. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33403>. Acesso: 16 mar. 2023.

ROCA MUÑOZ, M.; MONTEIRO, C. M. G. Sociabilidade urbana de vizinhança: explorando as relações entre perfis espaciais e padrões sociais no bairro. O caso da Vila Tamandaré, Recife - PE. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e00073, 2019. DOI: [10.47235/rmu.v7i1.73](https://doi.org/10.47235/rmu.v7i1.73). Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/73>. Acesso em: 16 jan. 2023.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; Eckert, Cornelia. **Antropologia da e na cidade**,

interpretações sobre as formas da vida humana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013. 304 p.

SANTOS, Boa Ventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A.: Coimbra, 2009. ISBN: 978-972-40-3738-7

SANTOS, Silvio M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**, as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araujo Watanabe. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SILVA, Leonardo Dantas. **Várzea**. Disponível em: [basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=752%3Avarzea-bairro-recife&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=752%3Avarzea-bairro-recife&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1). Acesso em 03 abr. 2023.

Silva, Luciano Ferreira da. Russo, Rosária de Fátima S. M. Aplicação de Entrevistas em Pesquisa Qualitativa. **Revista Gestão de Projetos**. Vol. 10, n.1, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/gep.v10i1.13285>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano: Um Estudo Sobre a Problemática Sócio- Espacial nas Metrôpoles Brasileiras** [1999]. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 368p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial** [2013]. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. 320p.

SPECK, Jeff. **Walkable City: how downtown can save America, one step at a time**. Unites States: Farrar, Straus and Giroux, 2012. Disponível em: <<https://www.petkovstudio.com/bg/wp-content/uploads/2017/03/Walkable-City.pdf>>. Acesso: 01 fev. 2024.

THAO, Trân Duc. **Investigations into the origin of language and consciousness**. Originally published in french: *Recherches sur l 'origine du langage et de la conscience* (1973). *Boston studies in the philosophy of science*, v. 44. Netherlands: D. Reidel Publishing Company, 1984.

THIBES, Mariana Zanata; MANCINI, Pedro Felipe de Andrade. A apresentação do eu na sociabilidade virtual: a economia libidinal da amizade. **Ide, Psicanálise e Cultura**, São Paulo, v. 35, n. 55, p. 149-163, jan. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062013000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 16 jan. 2024.

UNITED NATIONS (UN). **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**, Stockholm, 5-16 June 1972. Kenya: UNEP, 1973. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

UNITED NATIONS (UN). **Report of the United Nations Conference on Environment and Development**, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992. Vol. I. New York: UNEP, 1993. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

UNITED NATIONS (UN). **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015**, New York, 21 October 2015. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/en>>

vironment newyork2015>. Acesso em: 31 mar. 2022.

VELHO, Gilberto. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In: VALLADARES, L. do P. (org.). **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. In: **MANA, Estudos de Antropologia Social**, 17(1): 161-185, 2011. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 37, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>>. Acesso em: 23 out. 2023.

WALKER, B.; HOLLING, C. S.; CARPENTER, S. R.; KINZING, A. *Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems*. **Ecology and Society** 9 (2): 5. [online]. 2004. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5>>. Acesso: 02 jun. 2022.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO FÍSICO DA PRIMEIRA ENTREVISTA  
SEMI-ESTRUTURADA**

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ÁREA RESIDENCIAL DO RECIFE**

**página 1**

Entrevista de Campo – Universidade Federal de Pernambuco – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Pesquisador Responsável: Alison Jorge Alves do Carmo – Contato (81) 996931337 / alison.carmo@ufpe.br

01. Sexo Biológico	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
02. Você mora aqui mesmo na região de <b>Areais, Barro</b> ou <b>Caçote</b> ?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
03. Qual o nome da sua rua?		
04. Qual a sua idade?		
05. Em que tipo de moradia você reside?	<input type="checkbox"/> Casa	<input type="checkbox"/> Apartamento <input type="checkbox"/> Cômodo
06. Com quem você mora?	<input type="checkbox"/> Pais, Pai ou Mãe	<input type="checkbox"/> Pensionista
	<input type="checkbox"/> Pessoa(s) de referência	<input type="checkbox"/> Empregado doméstico
	<input type="checkbox"/> Parceiro ou Cônjuge	<input type="checkbox"/> Parente do empregado doméstico
	<input type="checkbox"/> Filho	<input type="checkbox"/> Irmão(s) / Irmã(s)
	<input type="checkbox"/> Outro parente	<input type="checkbox"/> Sozinho
	<input type="checkbox"/> Agregado	
07. Há quantos anos você mora na região?		
08. Qual a sua forma ou formas de trabalho?	<input type="checkbox"/> Empregado	
	<input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico	
	<input type="checkbox"/> Conta própria	
	<input type="checkbox"/> Empregador	
	<input type="checkbox"/> Bolsista	
	<input type="checkbox"/> Trabalhador em produção para o próprio consumo	
	<input type="checkbox"/> Trabalhador não remunerado membro do domicílio	
	<input type="checkbox"/> Outro trabalhador não remunerado	
	<input type="checkbox"/> Outra forma de trabalho	
	<input type="checkbox"/> Atualmente sem trabalho	
	<input type="checkbox"/> Aposentado	
09. Onde você trabalha?	<input type="checkbox"/> Em casa	
	<input type="checkbox"/> Na região onde mora	
	<input type="checkbox"/> Em outro lugar da cidade ou fora do município	
	<input type="checkbox"/> Em lugares variados	
10. Quais os meios de transporte que você utiliza?	<input type="checkbox"/> Ônibus	
	<input type="checkbox"/> Carro / Moto própria	
	<input type="checkbox"/> Táxi / Aplicativo de Carona	
	<input type="checkbox"/> Bicicleta	
	<input type="checkbox"/> Pés	

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ÁREA RESIDENCIAL DO RECIFE** **página 2**

Entrevista de Campo – Universidade Federal de Pernambuco – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Pesquisador Responsável: Alison Jorge Alves do Carmo – Contato (81) 996931337 / alison.carmo@ufpe.br

11. Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
12. Você frequenta comércios e serviços na região? Quais os locais mais frequentados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
13. Você frequenta espaços livres públicos na região? Quais os locais mais frequentados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
14. Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?	
15. Você gosta de morar nesta região? Por que?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
16. Você gosta da sua vizinhança? Por que?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
17. Você e seus vizinhos já se ajudaram ou têm costume de se ajudar em alguma ocasião?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
18. Você acha que a região tem serviços suficientes para auxiliar as pessoas nas necessidades diárias?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
19. Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
20. Você acha que a região tem tido um desenvolvimento satisfatório?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ÁREA RESIDENCIAL DO RECIFE**

página 3

Entrevista de Campo – Universidade Federal de Pernambuco – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Pesquisador Responsável: Alison Jorge Alves do Carmo – Contato (81) 99693 1337 / alison.carmo@ufpe.br

21. Como você vê o seu trabalho?

22. Como você vê a Região onde mora?

23. Como você vê as mudanças na Região nos últimos 30 anos?

24. Como você vê o convívio entre as pessoas na Região? Você acha que tem mudado?

25. Como você vê a relação e a pertença das pessoas com a localidade? Você acha que tem mudado?

26. Teve alguma transformação na Região que você acha que gerou mais impacto?

1. Abertura da Av. Recife?
2. Mudança de centralidades comerciais?
3. Decadência do Mercado de Areias?
4. Inauguração do Mercado Hiper Bom Preço.

27. De maneira geral, como você vê a qualidade de vida na Região? É boa de se morar?

## APÊNDICE B – FORMULÁRIO VIRTUAL DA PRIMEIRA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### Sustentabilidade Social em Área Residencial no Recife

*Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.  
ENTREVISTA DE CAMPO - Pesquisador Responsável: Alison Jorge Alves do Carmo.  
Contato para dúvidas e esclarecimentos: (81) 996931337 / alison.carmo@ufpe.br*

Esta é uma entrevista individual para moradores dos bairros de **Areias, Barro e Caçote**. O objetivo é investigar se diferentes condições de **Habitação** e **Sociabilidade** influenciam diferentes condições de **Sustentabilidade Urbana**. **A entrevista ajuda a colher dados necessários à nossa pesquisa. Ela contém 20 questões e toma cerca de 10 minutos.**

Para participar da pesquisa, você precisa aceitar o [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que está contido neste link](#). Após a leitura do termo, clique a seguir em: **ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA** ou em **NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA**.

A sua participação é voluntária e se resume a esta entrevista, não ocasionando em obrigações com o desenvolvimento da pesquisa ou em outros contatos futuros.

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, você pode entrar em contato com o pesquisador.

 alison.carmo@ufpe.br (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

**\*Obrigatório**

NOME:

Alison Jorge Alves do Carmo

CPF:

08001796418

Tendo em vista todos os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto o meu consentimento para participar da pesquisa. \*

ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

Próxima  Página 1 de 3 [Limpar formulário](#)

## DADOS CENSITÁRIOS

1. Você mora no bairro de **Areias, Barro** ou **Caçote** na Cidade do Recife?

- Sim  
 Não

2. Qual o nome da sua Rua?

Sua resposta \_\_\_\_\_

3. Qual o seu sexo biológico?

- Masculino  
 Feminino

4. Qual a sua idade?

Sua resposta \_\_\_\_\_

5. Em que tipo de moradia você reside?

- Casa  
 Apartamento  
 Cômodo

6. Com quem você mora?

- Pais, Pai ou Mãe  
 Pessoa(s) de referência - outro(s) homem ou mulher responsável  
 Parceiro ou Cônjuge  
 Filho  
 Outro parente  
 Agregado  
 Pensionista  
 Empregado doméstico  
 Parente do empregado doméstico  
 Irmão(s) / Irmã(s)  
 Sozinho

7. Há quantos anos você mora na região?

Sua resposta

8. Qual a sua forma ou formas de trabalho?

- Empregado
- Trabalhador doméstico
- Conta própria
- Empregador
- Bolsista
- Trabalhador em produção para o próprio consumo
- Trabalhador não remunerado membro do domicílio
- Outro trabalhador não remunerado
- Outra forma de trabalho
- Atualmente sem trabalho
- Aposentado

9. Onde você trabalha?

- Em casa
- Na região onde moro
- Em outro lugar da cidade ou fora do município
- Em lugares variados

10. Quais os meios de transporte que você costuma utilizar?

- Ônibus
- Carro ou Moto própria
- Táxi ou Aplicativo de carona
- Bicicleta
- Pés

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 2 de 3 [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Universidade Federal de Pernambuco. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

**DADOS ESPECÍFICOS**

11. Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia?

- Sim
- Parcialmente
- Não

12. Você frequenta comércios e serviços nesta região onde mora?

- Sim
- Parcialmente
- Não

Se sim ou parcialmente na resposta acima, quais os locais mais frequentados?

Sua resposta \_\_\_\_\_

13. Você frequenta espaços livres públicos (ruas, praças...) nesta região onde mora?

- Sim
- Parcialmente
- Não

Se sim ou parcialmente na resposta acima, quais os locais mais frequentados?

Sua resposta \_\_\_\_\_

14. Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?

Sua resposta \_\_\_\_\_

15. Você gosta de morar nesta região?

- Sim
- Parcialmente
- Não

De acordo com a resposta acima, qual o motivo?

Sua resposta \_\_\_\_\_

16. Você gosta da sua vizinhança?

- Sim
- Parcialmente
- Não

De acordo com a resposta acima, qual o motivo?

Sua resposta \_\_\_\_\_

17. Você e seus vizinhos já se ajudaram ou têm costume de se ajudar em alguma ocasião?

- Sim
- Parcialmente
- Não

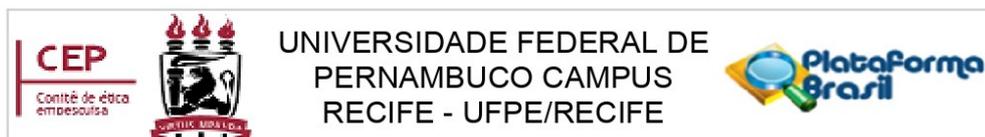
18. Você acha que a região tem serviços suficientes para auxiliar as pessoas nas necessidades diárias?

- Sim
- Parcialmente
- Não

19. Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?

- Sim
- Parcialmente
- Não

## APÊNDICE C – APROVAÇÃO DAS PESQUISAS PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Sustentabilidade Social em Área Residencial no Recife

**Pesquisador:** ALISON JORGE ALVES DO CARMO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 68112823.1.0000.5208

**Instituição Proponente:** Centro de Artes e Comunicação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.038.433

#### Apresentação do Projeto:

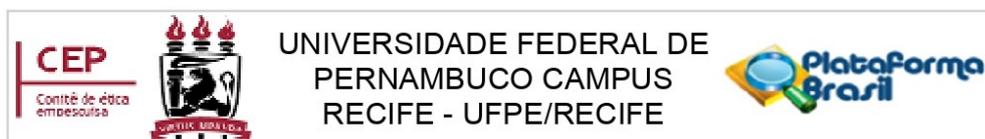
Trata-se da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, proposto pela pesquisador Alison Jorge Alves do Carmo (discente), com a orientação do Profa. Dra. Maria de Jesus de Britto Leite (docente).

O protocolo de pesquisa descreve que serão convidados a participar, como voluntárias de pesquisa, 30 pessoas, sem restrição de gênero, com idade acima de 18 anos. O local da pesquisa empírica, e de suas respectivas entrevistas pretendidas, é estimado para o recorte espacial constituído por um polígono urbano localizado na cidade do Recife, em sua Zona Sudoeste. Trata-se de uma área urbana com cerca de 2,3 km<sup>2</sup>, constituída por parcelas dos bairros de Areias, Barro e Caçote, sendo delimitada pela BR-101 a oeste, Av. Dr. José Rufino a norte, Av. Recife a leste e Rio Tejiipi ao sul, que margeia a Mata do Engenho Uchôa.

#### Objetivo da Pesquisa:

Este protocolo de pesquisa tem por objetivo geral investigar em teoria e empiria a Sociabilidade Urbana como fator de Desenvolvimento Sustentável. Teoricamente, analisar literaturas e críticas sobre Desenvolvimento Sustentável e Sociabilidade Urbana. E empiricamente, analisar em um determinado espaço urbano se indivíduos com diferentes condições de sociabilidade apresentam

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.038.433

diferentes condições de sustentabilidade. E, como objetivos específicos: (i) Investigar e apresentar um apanhado histórico e crítico sobre eventos, documentos e teorias ligadas à sustentabilidade, tanto em discursos convencionais como paradigmáticos. (ii) Apresentar o Conceito de Autopoiese e identificar nele Categorias de Análise para a identificação de condições de sustentabilidade que possam ser investigadas na escala do indivíduo, dado ser um conceito que integra dimensões tanto ecológicas como sociais. (iii) Apresentar o conceito de Resiliência e, com ele, tecer paralelismos com o Conceito de Autopoiese que contribuam na identificação das Categorias de Análise em Sustentabilidade (iv) Investigar o tema da Sociabilidade Urbana na arquitetura e urbanismo, antropologia e sociologia, colhendo-se aí aportes teóricos para uma abordagem crítica atual da temática. (v) Apresentar os conceitos de Ampla Sociabilidade e Sociabilidade Restrita da socióloga Maria Ângela D'Incao (1992<sup>a</sup>, 1992b), que, segundo inferimos, permitem identificar critérios e categoria de análise para definição de condições de sociabilidade em indivíduos. (vi) Adotar uma metodologia e método de pesquisa adequados para a identificação de condições de sociabilidade e de sustentabilidade em indivíduos residentes em uma mesma localidade. (vii) Confrontar dados e analisar se diferentes condições de sustentabilidade existentes nos indivíduos analisados correspondem também a diferentes condições de sustentabilidade.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

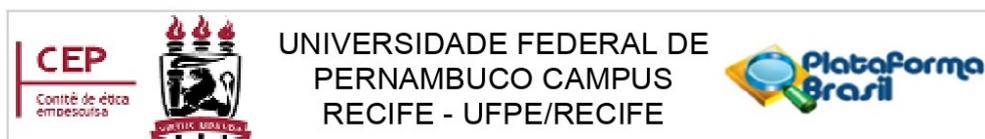
Quanto aos riscos elencados pelo pesquisador responsável, o mesmo relaciona os riscos possíveis na coleta presencial e virtual de natureza psicológica relacionadas neste protocolo, e apresenta a forma de minimização deste no protocolo.

Quanto aos benefícios elencados, segundo o pesquisador responsável " pesquisa e a entrevista não oferecem benefícios diretos para o Entrevistado, mas apenas benefícios indiretos. Se for do livre interesse do Entrevistado, este poderá acompanhar o desenvolvimento e os resultados da pesquisa por meio do site pesquisa. Afinal, o tema da pesquisa pode ser do interesse geral da população, por tratar-se de uma temática bastante atual na questão do Desenvolvimento Sustentável. De igual modo, o Entrevistado terá à sua disposição as informações de contato do Pesquisador responsável, podendo contactá-lo posteriormente no caso de querer tirar dúvidas ou obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisa". Neste sentido, são apresentados eventuais benefícios para dos resultados da pesquisa, que podem ser caracterizados como benefícios sociais ou indiretos.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O pesquisador apresenta um protocolo de pesquisa largamente fundamentado, com elementos

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.038.433

que denotam sua viabilidade e consonância com a metodologia proposta, também alinhada aos objetivos declarados, com critérios de exclusão específicos para a amostrar. O pesquisador também apresenta de forma coerente a responsabilidade de descrever quais medidas serão tomadas para minimizar os riscos citados.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos de apresentação obrigatória foram anexados, conforme segue:

1. FOLHA DE ROSTO – anexado
2. CARTA DE ANUÊNCIA – dispensa anexado.
3. TCLE – anexado.
4. CURRÍCULO LATTES – anexados do pesquisador, e do orientador.
5. PROJETO DETALHADO (conforme as normas da ABNT) – anexado.
6. PDF DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO – anexado.
7. TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE – anexado.
8. DECLARAÇÃO DE VÍNCULO – anexado.
9. DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS – não se aplica.
10. INSTRUMENTO de coleta de dados – anexado.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

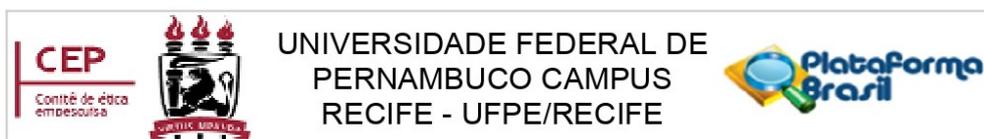
Projeto bem estruturado e condizente com os objetivos da pesquisa. Não foram identificadas pendências ou inadequações, sendo considerado o projeto aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO, com autorização para iniciar a coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final disponível em [www.ufpe.br/cep](http://www.ufpe.br/cep) para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.038.433

Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada com a devida justificativa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2099784.pdf	20/03/2023 15:35:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5_Projeto_Sustentabilidade_Social_em_Area_Residencial_do_Recife.pdf	20/03/2023 15:35:07	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	8_Carta_de_Anuencia_DISPENSA.pdf	20/03/2023 15:33:29	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	7_Instrumento_de_Coleta_de_Dados.pdf	20/03/2023 15:32:43	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4_TCLEColetaVirtual.pdf	20/03/2023 15:30:30	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4_TCLEMColetaPresencial.pdf	20/03/2023 15:30:22	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	3_Termo_Confidencialidade.pdf	20/03/2023 15:30:06	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	2_Curriculo_Lattes_Maria_de_Jesus.pdf	20/03/2023 15:29:24	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	2_Curriculo_Lattes_Alison_do_Carmo.pdf	20/03/2023 15:27:31	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_Rosto_Alison_MDU.pdf	15/03/2023 14:31:51	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	6_Declaracao_de_Vinculo.pdf	15/03/2023 14:31:11	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito

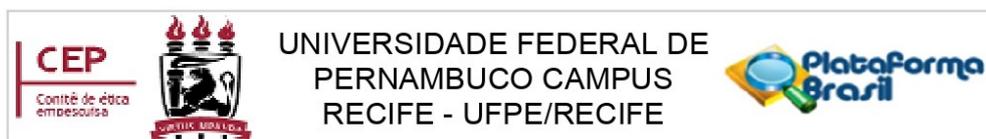
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



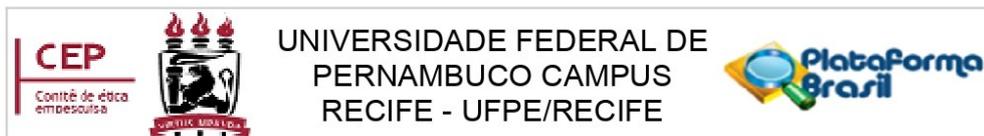
Continuação do Parecer: 6.038.433

RECIFE, 03 de Maio de 2023

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Sustentabilidade Social em Área Residencial no Recife

**Pesquisador:** ALISON JORGE ALVES DO CARMO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 68112823.1.0000.5208

**Instituição Proponente:** Centro de Artes e Comunicação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.312.174

#### Apresentação do Projeto:

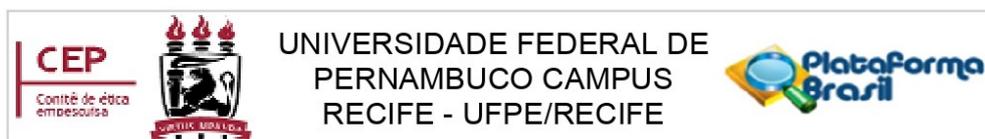
Trata-se da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, proposto pela pesquisador Alison Jorge Alves do Carmo (discente), com a orientação do Profa. Dra. Maria de Jesus de Britto Leite (docente).

O protocolo de pesquisa descreve que serão convidados a participar, como voluntárias de pesquisa, 30 pessoas, sem restrição de gênero, com idade acima de 18 anos.

#### Objetivo da Pesquisa:

Este protocolo de pesquisa tem por objetivo geral investigar em teoria e empiria a Sociabilidade Urbana como fator de Desenvolvimento Sustentável. Teoricamente, analisar literaturas e críticas sobre Desenvolvimento Sustentável e Sociabilidade Urbana. E empiricamente, analisar em um determinado espaço urbano se indivíduos com diferentes condições de sociabilidade apresentam diferentes condições de sustentabilidade. E, como objetivos específicos, (i) Investigar e apresentar um apanhado histórico e crítico sobre eventos, documentos e teorias ligadas à sustentabilidade, tanto em discursos convencionais como paradigmáticos. (ii) Apresentar o Conceito de Autopoiese e identificar nele Categorias de Análise para a identificação de condições de sustentabilidade que possam ser investigadas na escala do indivíduo, dado ser um conceito que integra dimensões

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.312.174

tanto ecológicas como sociais. (iii) Apresentar o conceito de Resiliência e, com ele, tecer paralelismos com o Conceito de Autopoiese que contribuam na identificação das Categorias de Análise em Sustentabilidade. (iv) Investigar o tema da Sociabilidade Urbana na arquitetura e urbanismo, antropologia e sociologia, colhendo-se aí aportes teóricos para uma abordagem crítica atual da temática. (v) Apresentar os conceitos de Ampla Sociabilidade e Sociabilidade Restrita da socióloga Maria Ângela D'Incao (1992<sup>a</sup>, 1992b), que, segundo inferimos, permitem identificar critérios e categoria de análise para definição de condições de sociabilidade em indivíduos. (vi) Adotar uma metodologia e método de pesquisa adequados para a identificação de condições de sociabilidade e de sustentabilidade em indivíduos residentes em uma mesma localidade. (vii) Confrontar dados e analisar se diferentes condições de sustentabilidade existentes nos indivíduos analisados correspondem também a diferentes condições de sustentabilidade.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

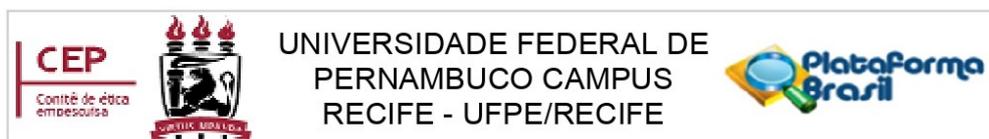
Quanto aos riscos elencado pelo pesquisador responsável, o mesmo relaciona os riscos possíveis de natureza psicológica ou mesmo decorrentes da exposição dos voluntários as ferramentas, relacionadas neste protocolo, e elenca a estratégia para minimiza-lo ou reduzi-lo.

Quanto aos benefícios elencados, segundo o pesquisador responsável " pesquisa e a entrevista não oferecem benefícios diretos para o Entrevistado, mas apenas benefícios indiretos. Se for do livre interesse do Entrevistado, este poderá acompanhar o desenvolvimento e os resultados da pesquisa por meio do site pesquisa. Afinal, o tema da pesquisa pode ser do interesse geral da população, por tratar-se de uma temática bastante atual na questão do Desenvolvimento Sustentável. De igual modo, o Entrevistado terá à sua disposição as informações de contato do Pesquisador responsável, podendo contactá-lo posteriormente no caso de querer tirar dúvidas ou obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisa". Neste sentido, são apresentados eventuais benefícios para dos resultados da pesquisa, que podem ser caracterizados como benefícios sociais ou indiretos.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O pesquisador apresenta um protocolo de pesquisa largamente fundamentado, com elementos que denotam sua viabilidade e consonância com a metodologia proposta, também alinhada aos objetivos declarados, com critérios de exclusão específicos para a amostra, TCLE com linguagem acessível. O pesquisador também apresenta de forma coerente a responsabilidade de descrever quais medidas serão tomadas para minimizar os riscos citados. Contudo deverá acrescentar no projeto detalhado, abaixo do Orçamento apresentar: a frase "O orçamento será de inteira

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.312.174

responsabilidade do pesquisador principal (ou informar qual será a fonte de financiamento e apresentar um comprovante)".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos de apresentação obrigatória foram anexados, conforme segue:

1. FOLHA DE ROSTO – anexo
2. CARTA DE ANUÊNCIA – dispensa anexo.
3. TCLE VIRTUAL E PRESENCIAL – anexo.
4. CURRÍCULO LATTES – anexados do pesquisador, e do orientador.
5. PROJETO DETALHADO (conforme as normas da ABNT) – anexo.
6. PDF DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO – anexo.
7. TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE – anexo.
8. DECLARAÇÃO DE VÍNCULO – anexo.
9. DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS – não se aplica.
10. INSTRUMENTO de coleta de dados – anexo.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto bem estruturado e condizente com os objetivos da pesquisa. Não foram identificadas pendências ou inadequações, sendo considerado o projeto aprovado.

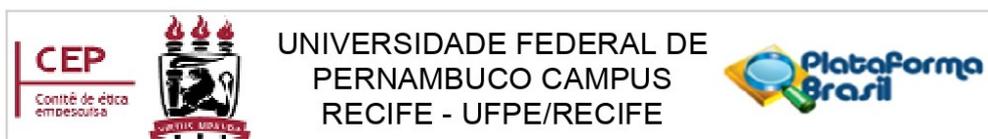
**Considerações Finais a critério do CEP:**

A emenda foi avaliada e APROVADA pelo colegiado do CEP.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2207056_E1.pdf	05/09/2023 11:52:55		Aceito
Outros	10_Justificativa_da_Emenda.pdf	05/09/2023 11:49:07	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Brochura Pesquisa	9_Projeto_Completo_com_Emenda.pdf	05/09/2023 11:48:18	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	4_TCLEMColetaPresencial.pdf	01/09/2023 12:29:21	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 6.312.174

Ausência	4_TCLEMColetaPresencial.pdf	01/09/2023 12:29:21	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4_TCLEColetaVirtual.pdf	01/09/2023 12:29:09	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5_Projeto_Sustentabilidade_Social_em_Area_Residencial_do_Recife.pdf	20/03/2023 15:35:07	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	8_Carta_de_Anuencia_DISPENSA.pdf	20/03/2023 15:33:29	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	7_Instrumento_de_Coleta_de_Dados.pdf	20/03/2023 15:32:43	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	3_Termo_Confidencialidade.pdf	20/03/2023 15:30:06	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	2_Curriculo_Lattes_Maria_de_Jesus.pdf	20/03/2023 15:29:24	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	2_Curriculo_Lattes_Alison_do_Carmo.pdf	20/03/2023 15:27:31	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_Rosto_Alison_MDU.pdf	15/03/2023 14:31:51	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito
Outros	6_Declaracao_de_Vinculo.pdf	15/03/2023 14:31:11	ALISON JORGE ALVES DO CARMO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 20 de Setembro de 2023

Assinado por:  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

## APÊNDICE D – RESULTADO DA PRIMEIRA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

MODELO DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS		
Nome:	Sexo Biológico:	Nome da Rua:
Idade:	Tipo de Moradia:	Tempo de Moradia
Posição Sociofamiliar:		
Forma ou formas de trabalho:		
Locais de Trabalho:		
Meios de Transporte:		
Pergunta 11: (Sobre esta região onde mora, você consegue realizar todas as atividades que necessita no dia a dia?)		
Pergunta 12: (Você frequenta comércios e serviços nesta região? Quais os locais mais frequentados?)		
Pergunta 13: (Você frequenta espaços livres públicos nesta região? Quais os locais mais frequentados?)		
Pergunta 14: (Sobre esta região onde mora, você consegue dizer onde ela começa e termina na cidade?)		
Pergunta 15: (Você gosta de morar nesta região? Por que?)		
Pergunta 16: (Você gosta da sua vizinhança? Por que?)		
Pergunta 17: (Você e seus vizinhos já se ajudaram ou têm costume de se ajudar em alguma ocasião?)		
Pergunta 18: (Você acha que a região tem serviços suficientes para auxiliar as pessoas nas necessidades diárias?)		
Pergunta 19: (Você costuma acompanhar as mudanças que acontecem na região?)		
Pergunta 20: (Você acha que a região tem tido um desenvolvimento satisfatório?)		

Entrevista 01 - Presencial					
Nome:	JMPD	Sexo Biológico:	Masculino	Nome da Rua:	3ª Travessa Sebastião Grande
Idade:	24	Tipo de Moradia:	Casa	Tempo de Moradia	24 anos
Posição Sociofamiliar:		Filho			
Forma ou formas de trabalho:		Conta Própria			
Locais de Trabalho:		Em diversos lugares			
Meios de Transporte:		Carro/Moto Própria			
Pergunta 11: SIM (-)					
Pergunta 12: SIM - Padaria Solimões, Mercearia do Bierge, Igreja de Jardim São Paulo.					
Pergunta 13: NÃO (-)					
Pergunta 14: SIM - Começa na Avenida Doutor José Rufino e termina no Caçote, ou na Avenida Recife.					
Pergunta 15: SIM - Porque foi a região que eu nasci, convivo e conheço praticamente, bem dizer, todos os moradores.					
Pergunta 16: SIM (-)					
Pergunta 17: SIM - Na cheia.					
Pergunta 18: NÃO - Falta farmácia.					
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)					
Pergunta 20: NÃO (-)					

Entrevista 02 - Presencial					
Nome:	GAN	Sexo Biológico:	Feminino	Nome da Rua:	Rua Novo Horizonte
Idade:	76	Tipo de Moradia:	Casa	Tempo de Moradia	48 anos
Posição Sociofamiliar:		Esposa, Mãe			
Forma ou formas de trabalho:		Aposentada			
Locais de Trabalho:		(-)			
Meios de Transporte:		Carro/Moto Própria / Táxi/Aplicativo de Carona			
Pergunta 11: SIM (-)					
Pergunta 12: SIM - Big Bompreço, Feira Livre da Linha, Atacadão.					
Pergunta 13: NÃO (-)					
Pergunta 14: SIM - Daqui de Areias até a Avenida Recife.					
Pergunta 15: SIM - Porque é tudo perto. Tem aeroporto perto. Tem praia perto. Supermercado à vontade. Tem de tudo aqui. E shopping. Shopping perto.					
Pergunta 16: SIM (-)					
Pergunta 17: SIM (-)					
Pergunta 18: NÃO (-)					
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)					
Pergunta 20: NÃO (-)					

Entrevista 03 - Presencial				
----------------------------	--	--	--	--

Nome: <b>MPD</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: 3ª Travessa Sebastião Grande
Idade: 49	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia 30 anos
Posição Sociofamiliar:	Esposo, Pai	
Forma ou formas de trabalho:	Conta Própria	
Locais de Trabalho:	Na região onde mora	
Meios de Transporte:	Carro/Moto Própria	
Pergunta 11: SIM (-)		
Pergunta 12: SIM - Casas de Peças, Bar		
Pergunta 13: NÃO (-)		
Pergunta 14: NÃO (-)		
Pergunta 15: SIM - São tudo perto. Mercadinho tudo.		
Pergunta 16: SIM - Não incomoda. São tranquilos.		
Pergunta 17: SIM (-)		
Pergunta 18: SIM (-)		
Pergunta 19: NÃO (-)		
Pergunta 20: NÃO (-)		

Entrevista 04 - Presencial		
Nome: <b>EJSF</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Rua Femeb
Idade: 55	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia 50
Posição Sociofamiliar:	Esposo, Sogro, Pai	
Forma ou formas de trabalho:	Conta Própria	
Locais de Trabalho:	Na região onde mora	
Meios de Transporte:	Carro/Moto Própria	
Pergunta 11: SIM (-)		
Pergunta 12: SIM - Casas de Peças, Silvano.		
Pergunta 13: NÃO - Antes da pandemia sim.		
Pergunta 14: NÃO (-)		
Pergunta 15: SIM - Bem dizer, nasci aqui. É calmo. Chego e saio e ninguém mexe com ninguém.		
Pergunta 16: SIM - Principalmente da vizinha. A bicha é boa!		
Pergunta 17: SIM - Lá a gente se ajuda. A gente como amigo.		
Pergunta 18: NÃO - Falta indústria.		
Pergunta 19: SIM (-)		
Pergunta 20: SIM (-)		

Entrevista 05 - Presencial		
Nome: JAN	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Capitão Domingos da Costa
Idade: 80	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia 59
Posição Sociofamiliar:	Irmã, Tia	
Forma ou formas de trabalho:	Aposentada	
Locais de Trabalho:	(-)	
Meios de Transporte:	Ônibus, Táxi/Aplicativo de Carona, Pés	
Pergunta 11: SIM - Consigo comprar o que quero.		
Pergunta 12: SIM - Feira livre, Mercados.		
Pergunta 13: SIM - Praça da padaria (Praça Mariano Teixeira).		
Pergunta 14: NÃO (-)		
Pergunta 15: SIM - É tudo próximo. É pertinho de shopping, farmácias, mercado, da cidade. Tudo é próximo.		
Pergunta 16: SIM - Tem nada o que dizer. Casa um na sua casa. Bom dia, boa tarde, boa noite. E pronto.		
Pergunta 17: SIM - Se precisar se ajuda.		
Pergunta 18: SIM (-)		
Pergunta 19: NÃO - Nem sei. Nem sei qual é as mudanças.		
Pergunta 20: NÃO - As praças estão muito descuidadas, abandonadas.		

Entrevista 06 - Presencial			
Nome: <b>JKS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Capitão Domingos da Costa	
Idade: 43	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	43
Posição Sociofamiliar:	Filha, Sobrinha		
Forma ou formas de trabalho:	Atualmente se trabalho		
Locais de Trabalho:	(-)		
Meios de Transporte:	Ônibus, Táxi/Aplicativo de Carona, Pés		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	SIM - Mercados, Padaria		
Pergunta 13:	SIM - Praça das Crianças		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - Porque é acessível.		
Pergunta 16:	PARCIALMENTE - Porque tem vizinho que é muito barulhento, bota o som lá nas alturas.		
Pergunta 17:	PARCIALMENTE - Às vezes.		
Pergunta 18:	NÃO - Falta posto de saúde, as praças estão muito destruídas.		
Pergunta 19:	NÃO (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE (-)		

Entrevista 07 - Presencial			
Nome: <b>GAS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Capitão Domingos da Costa	
Idade: 78	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	59
Posição Sociofamiliar:	Irmã, Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Aposentada		
Locais de Trabalho:	(-)		
Meios de Transporte:	Táxi/Aplicativo de Carona		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	PARCIALMENTE		
Pergunta 13:	NÃO (-)		
Pergunta 14:	SIM - Começa ali no muro do Makro pra cá, até a avenida ali da feira.		
Pergunta 15:	SIM - Porque tem tudo perto. Aqui tudo o que a gente quer tem perto.		
Pergunta 16:	PARCIALMENTE - Porque são todos prestadores.		
Pergunta 17:	NÃO (-)		
Pergunta 18:	SIM (-)		
Pergunta 19:	NÃO (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE - Tem as invasão. Tudo o que a gente quer tem perto.		

Entrevista 08 - Presencial			
Nome: <b>ACMS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Sebastião Grande	
Idade: 55	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	55
Posição Sociofamiliar:	Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Aposentada		
Locais de Trabalho:	(-)		
Meios de Transporte:	Táxi/Aplicativo de Carona		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	SIM - Supermercado.		
Pergunta 13:	SIM - Academia, pracinhas.		
Pergunta 14:	SIM - Começa do Barro e termina na Estância.		
Pergunta 15:	SIM - Eu gosto daqui de Areias. Já tô acostumada aqui em Areias.		
Pergunta 16:	SIM - Mal vejo o pessoal. Bom dia, boa tarde. Não é um pessoal barraqueiro.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	PARCIALMENTE - Faltam algumas coisas. Candeias tem lojas de móveis que aqui não tem. Ali no Caçote tem mais coisas que aqui em Areias.		
Pergunta 19:	NÃO (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE		

Entrevista 09 - Presencial			
Nome: <b>WSC</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Rua João Paulo II	
Idade: 22	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	22
Posição Sociofamiliar:	Filho, Irmão		
Forma ou formas de trabalho:	Contra Própria		
Locais de Trabalho:	Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus, Bicicleta, Metrô		
Pergunta 11:	NÃO - Porque eu trabalho fora, e apesar de haver comércio, é mais vantajoso em outros locais, como o centro e outros subúrbios.		
Pergunta 12:	SIM - Bem pouco. Mercadinhos e academia.		
Pergunta 13:	SIM - Praça do Heróis (Praça Heróis da Restauração).		
Pergunta 14:	SIM - Até o Barro é Recife, depois é Jaboatão. E depois da Zona Norte é Olinda.		
Pergunta 15:	SIM - É próximo de tudo. Daqui eu consigo me mobilizar para vários lugares. Eu consigo ir pra qualquer lugar de Recife.		
Pergunta 16:	SIM - É relativamente calmo, sem muito estresse.		
Pergunta 17:	PARCIALMENTE - Raramente.		
Pergunta 18:	NÃO - Tem um mercadinho aqui, outro lá longe.		
Pergunta 19:	SIM - Eu assisto o jornal local e sigo as páginas no Instagram.		
Pergunta 20:	NÃO - O comércio não tem muito progresso. Fecha muitos comércios aqui. Tem um potencial, mas com o tempo fecha.		

Entrevista 10 - Presencial			
Nome: <b>MPRS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Brocotó	
Idade: 29	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	29
Posição Sociofamiliar:	Esposa, Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Conta própria		
Locais de Trabalho:	Em casa, Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus, Pés		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	SIM - Mercados.		
Pergunta 13:	SIM - Praça do Heróis (Praça Heróis da Restauração).		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - Por ser um bairro pequeno, e não tem aquela baderna. Pelo convívio mesmo, que é agradável.		
Pergunta 16:	SIM - Porque eu não me incomodo em nada. Não perturba o juízo de ninguém.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	NÃO (-)		
Pergunta 19:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 20:	NÃO (-)		

Entrevista 11 - Presencial			
Nome: <b>KCV</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Rua Brocotó	
Idade: 30	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	6
Posição Sociofamiliar:	Esposo, Pai		
Forma ou formas de trabalho:	Empregado		
Locais de Trabalho:	Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus, Bicicleta		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	SIM - Mercado, Padaria, Bar		
Pergunta 13:	SIM - Praça das Crianças.		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - Eu acho tranquilo. Na minha concepção é tranquilo. Tirando só os alagamentos que atrapalha tudo.		
Pergunta 16:	SIM - Eu acho uma vizinhança em compensação assim, independente do que aconteça, é tudo unido.		
Pergunta 17:	SIM - Já desenrolou várias coisas aqui.		
Pergunta 18:	PARCIALMENTE - Tem e não tem.		
Pergunta 19:	NÃO (-)		
Pergunta 20:	NÃO (-)		

Entrevista 12 - Presencial			
Nome: <b>RCSV</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Capitão Ponciano	
Idade: 31	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	31
Posição Sociofamiliar: Filha			
Forma ou formas de trabalho: Estudante			
Locais de Trabalho: Em outro lugar da cidade ou fora do município			
Meios de Transporte: Ônibus, Carro/Moto Própria			
Pergunta 11: SIM (-)			
Pergunta 12: SIM - Mercearia do Bierge.			
Pergunta 13: SIM – Praças.			
Pergunta 14: PARCIALMENTE - Eu sei que é bem grande.			
Pergunta 15: SIM - O que é ruim aqui é só o barulho.			
Pergunta 16: SIM - Não conheço ninguém. Não tenho problemas com ela.			
Pergunta 17: NÃO - Eu não conheço ninguém, mas se precisar, sim. Só minha tia que mora ali atrás.			
Pergunta 18: SIM (-)			
Pergunta 19: NÃO (-)			
Pergunta 20: NÃO - O cocô, quando enche ali. A Emlurb colocou um negócio de lixo ali, mas o povo só joga do lado. Ai quando chove, alaga tudo. E o povo reclama. E também os cavalos, maltratados, e a sujeira.			

Entrevista 13 - Presencial			
Nome: <b>MLS</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Rua Sebastião Grande	
Idade: 36	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	9
Posição Sociofamiliar: Esposo			
Forma ou formas de trabalho: Conta própria			
Locais de Trabalho: Em lugares variados			
Meios de Transporte: Carro/Moto Própria			
Pergunta 11: SIM			
Pergunta 12: SIM – Oficinas, Supermercados, Padaria, Farmácia, Bares.			
Pergunta 13: SIM – Praças.			
Pergunta 14: SIM - Da ponte ali da Estância até a Igreja do Barro.			
Pergunta 15: SIM - Porque é perto do trabalho da minha esposa. E como eu trabalho aqui e acolá, dei prioridade a ela.			
Pergunta 16: SIM - O bairro é de boa, mas os galerosos e os crentes pertuba.			
Pergunta 17: NÃO - Quando você tá em casa você tá trabalhando. Falta fluxo, falta convívio, mas se precisar a galera tá aí.			
Pergunta 18: SIM - Eu tiro pelos coroas. Em geral, todo mundo consegue fazer as coisas por aqui.			
Pergunta 19: SIM - Pelas redes sociais também e no trânsito, andando pra lá e pra cá, eu fico sabendo das coisas.			
Pergunta 20: NÃO - Falta ampliar e universalizar serviços básicos para a região. Tem umas áreas que são esquecidas pelo poder público.			

Entrevista 14 - Presencial			
Nome: <b>SBA</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Sebastião Grande	
Idade: 34	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	9
Posição Sociofamiliar: Esposa			
Forma ou formas de trabalho: Empregado			
Locais de Trabalho: Em lugares variados			
Meios de Transporte: Carro/Moto Própria			
Pergunta 11: SIM (-)			
Pergunta 12: SIM – Supermercados, Padaria, Farmácia, Bares			
Pergunta 13: SIM – Praças.			
Pergunta 14: SIM - Talvez, até a região ali da Galetus, talvez. Passou da Galetus já é Ibura.			
Pergunta 15: SIM - Eu gosto. Primeiramente porque é perto dos meus trabalhos. E também a posteriori eu gosto porque aqui tem muitos serviços, é próximo ao centro também.			
Pergunta 16: PARCIALMENTE - Rapaz, é uma relação é amor e ódio. Eu gosto de morar em comunidade. Eu gosto dessa coisa de saber das pessoas, saber o nome. Mas aqui não é tão convidativo em relação ao barulho. Minha reclamação maior é essa.			
Pergunta 17: PARCIALMENTE - Na pandemia isso ficou acho que um pouco mais forte. Mas atualmente não costuma ajudar muito não. Acaba que os horários não favorecem tanto assim uma relação social.			
Pergunta 18: SIM - Eu acredito que sim. Acho que aqui a gente consegue ter uma rede de serviços básicos sem precisar sair para o centro.			
Pergunta 19: PARCIALMENTE - De certa forma, na Rede Social a gente costuma acompanhar o que acontece.			
Pergunta 20: NÃO - Porque eu acredito que carece bastante de infraestruturas. E a gente vê isso principalmente quando é período de chuva. Entra água nas casas, ruas aqui não são calçadas, tem as invasões, falta moradia de qualidade.			

Entrevista 15 - Virtual			
Nome: <b>CSM</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Capitão Alfredo passos	
Idade: 37	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	37
Posição Sociofamiliar: Filha, Mãe			
Forma ou formas de trabalho: Outro trabalhador não remunerado			
Locais de Trabalho: Em outro lugar da cidade ou fora do município			
Meios de Transporte: Ônibus, Bicicleta, Pés			
Pergunta 11: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 12: SIM – Mercadinho, Mercearias			
Pergunta 13: SIM - Praça das Lavadeiras			
Pergunta 14: NÃO (-)			
Pergunta 15: SIM - Acho aqui mais tranquilo, do que os outros bairros, e aqui conheço a maioria.			
Pergunta 16: SIM - A maioria nascido e criado aqui.			
Pergunta 17: SIM (-)			
Pergunta 18: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 20: PARCIALMENTE (-)			

Entrevista 16 - Virtual			
Nome: <b>LS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Jupiracy	
Idade: 40	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	40
Posição Sociofamiliar: Filha, Mãe			
Forma ou formas de trabalho: Empregado			
Locais de Trabalho: Em outro lugar da cidade ou fora do município			
Meios de Transporte: Ônibus			
Pergunta 11: PARCIALMENTE			
Pergunta 12: SIM - Açougue Padaria, Mercadinho, Feira Livre, Supermercado, Gráfica Rápida			
Pergunta 13: SIM - Praça			
Pergunta 14: SIM (-)			
Pergunta 15: SIM - Tempo de deslocamento para outras regiões da cidade é relativamente curto. O que dificulta é o transporte público.			
Pergunta 16: SIM - Vizinhança antiga que me viu nascer.			
Pergunta 17: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 18: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 20: NÃO - Os serviços públicos tem sido negligenciados e prejudicam fortemente a população da região.			

Entrevista 17 - Virtual			
Nome: <b>MP</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: R. Eraldo Gueiroz Leite	
Idade: 26	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	25
Posição Sociofamiliar: Esposa, Mãe			
Forma ou formas de trabalho: Trabalhador Doméstico			
Locais de Trabalho: Na região onde moro			
Meios de Transporte: Pés			
Pergunta 11: SIM (-)			
Pergunta 12: SIM – Padaria, Açougue, mercearia.			
Pergunta 13: SIM – Praça.			
Pergunta 14: SIM (-)			
Pergunta 15: PARCIALMENTE - Devido as enchentes.			
Pergunta 16: PARCIALMENTE - Falta de higiene.			
Pergunta 17: SIM (-)			
Pergunta 18: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 19: SIM (-)			
Pergunta 20: PARCIALMENTE (-)			

Entrevista 18 - Virtual			
Nome: <b>GR</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Avenida Capitão Gregório de Caldas	
Idade: 28	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	28
Posição Sociofamiliar:	Sozinho		
Forma ou formas de trabalho:	Outra forma de trabalho		
Locais de Trabalho:	Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus, Táxi/Aplicativo de Carona		
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 12:	SIM - O comércio da Aurora caçote, popularmente conhecido como a "linha".		
Pergunta 13:	PARCIALMENTE - Costumo frequentar quando tem algum evento ou uma vez ou outra com amigos.		
Pergunta 14:	SIM (-)		
Pergunta 15:	SIM - Acredito que o bairro é bem localizado no Recife e facilmente se tem acesso as demais regiões da cidade e ao centro.		
Pergunta 16:	SIM - Tenho boa relação com a vizinhança .		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	SIM (-)		
Pergunta 19:	SIM (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE (-)		

Entrevista 19 - Virtual			
Nome: <b>PFS</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Rua Frei Manuel Calado	
Idade: 33	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	33
Posição Sociofamiliar:	Filha, Mãe, Irmã, Outro parente		
Forma ou formas de trabalho:	Atualmente sem trabalho		
Locais de Trabalho:	(-)		
Meios de Transporte:	Ônibus, Táxi/Aplicativo de Carona, Pés		
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 12:	SIM - Ponto de comercial do bairro.		
Pergunta 13:	SIM – Praças.		
Pergunta 14:	SIM - Só sei que é Z.O da cidade.		
Pergunta 15:	SIM - Um lugar "centralizado" com acesso fácil a outros bairros e lugares, um bom ponto de comércio.		
Pergunta 16:	SIM - São bons de convivência.		
Pergunta 17:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 18:	SIM (-)		
Pergunta 19:	SIM (-)		
Pergunta 20:	SIM (-)		

Entrevista 20 - Virtual			
Nome: <b>CES</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Rua Olinda	
Idade: 34	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	33
Posição Sociofamiliar:	Filho		
Forma ou formas de trabalho:	Empregado		
Locais de Trabalho:	Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus, Carro/Moto Própria		
Pergunta 11:	SIM (-)		
Pergunta 12:	SIM – Lanchonetes, Padarias, Mercados, Supermercados.		
Pergunta 13:	PARCIALMENTE - Praça das Lavadeiras.		
Pergunta 14:	SIM (-)		
Pergunta 15:	PARCIALMENTE - Bom deslocamento, e boa acessibilidade.		
Pergunta 16:	PARCIALMENTE - Alguns são bem barulhentos.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	SIM (-)		
Pergunta 19:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE (-)		

Entrevista 21 - Virtual					
Nome:	Ch	Sexo Biológico:	Masculino	Nome da Rua:	Rua Goiãna
Idade:	35	Tipo de Moradia:	Casa	Tempo de Moradia	19
Posição Sociofamiliar:	Filho, Irmão				
Forma ou formas de trabalho:	Conta própria, Outra forma de trabalho				
Locais de Trabalho:	Em casa, Em lugares variados				
Meios de Transporte:	Carro/Moto, Própria, Bicicleta, Pés				
Pergunta 11:	SIM (-)				
Pergunta 12:	SIM – Padaria, Mercados, Academias, Lojas				
Pergunta 13:	SIM – Praças, Parques, Ruas, Metrô				
Pergunta 14:	SIM (-)				
Pergunta 15:	SIM - Localização, estrutura e ambiente bem cuidado pelo poder público.				
Pergunta 16:	SIM - Comunidade cooperativa, unida e com senso de respeito pelo bairro.				
Pergunta 17:	PARCIALMENTE				
Pergunta 18:	SIM (-)				
Pergunta 19:	SIM (-)				
Pergunta 20:	SIM - O bairro de Areias é um excelente bairro para se viver.				

Entrevista 22 – Virtual (Entrevista desconsiderada. Entrevistado não reside na Região de Análise)					
Nome:	JFS	Sexo Biológico:	Feminino	Nome da Rua:	Rua Paulo Afonso
Idade:	38	Tipo de Moradia:	Casa	Tempo de Moradia	38
Posição Sociofamiliar:	Filha, Mãe				
Forma ou formas de trabalho:	Trabalhador em produção para o próprio consumo				
Locais de Trabalho:	Em casa, Em lugares variados				
Meios de Transporte:	Táxi/Aplicativo de Carona, Ônibus, Pés				
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)				
Pergunta 12:	SIM - Mercadinho				
Pergunta 13:	SIM - Carmela Dutra, o Moarama e Jardim São Paulo.				
Pergunta 14:	SIM (-)				
Pergunta 15:	SIM - Por que me sinto perto de tudo.				
Pergunta 16:	SIM - Por que são pessoas prestativas.				
Pergunta 17:	SIM (-)				
Pergunta 18:	SIM (-)				
Pergunta 19:	SIM (-)				
Pergunta 20:	PARCIALMENTE - Aqui essa região não tem muitas mudanças, apenas pontos de lixo transformados em praças. Mais tem que ter uma casa lotérica para evitarmos ir até Areias e Jardim São Paulo.				

Entrevista 23 – Virtual (Entrevista desconsiderada. Entrevistado não reside na Região de Análise)					
Nome:	MC	Sexo Biológico:	Feminino	Nome da Rua:	Rua Pery
Idade:	22	Tipo de Moradia:	Casa	Tempo de Moradia	22
Posição Sociofamiliar:	Filha, Mãe				
Forma ou formas de trabalho:	Atualmente sem trabalho				
Locais de Trabalho:	(-)				
Meios de Transporte:	(-)				
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)				
Pergunta 12:	SIM (-)				
Pergunta 13:	NÃO (-)				
Pergunta 14:	SIM (-)				
Pergunta 15:	NÃO - Pouca segurança.				
Pergunta 16:	PARCIALMENTE - Não temos muito contato.				
Pergunta 17:	NÃO (-)				
Pergunta 18:	NÃO (-)				
Pergunta 19:	SIM (-)				
Pergunta 20:	NÃO (-)				

Entrevista 24 - Virtual			
Nome: <b>GLR</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Avenida Dr. José Rufino	
Idade: 57	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	2
Posição Sociofamiliar:	Esposa, Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Conta própria		
Locais de Trabalho:	Em lugares variados		
Meios de Transporte:	Carro/Moto Própria		
Pergunta 11: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 12: PARCIALMENTE – Academia, Supermercado, Igreja			
Pergunta 13: NÃO (-)			
Pergunta 14: NÃO (-)			
Pergunta 15: PARCIALMENTE - Não tem muita segurança, poucos supermercados e boas áreas de lazer.			
Pergunta 16: SIM - Não conheço muitas pessoas na vizinhança, mas gosto dos que tenho contato.			
Pergunta 17: SIM (-)			
Pergunta 18: NÃO (-)			
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 20: NÃO - A av. onde resido tem moradores de rua, casas abandonadas, pontos comerciais fechados, asfalto esburacado, iluminação deficitária, assaltos...			

Entrevista 25 - Virtual			
Nome: <b>RL</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Avenida Dr José Rufino	
Idade: 38	Tipo de Moradia: Apartamento	Tempo de Moradia	1
Posição Sociofamiliar:	Esposo		
Forma ou formas de trabalho:	Outra forma de trabalho		
Locais de Trabalho:	Em lugares variados		
Meios de Transporte:	Carro/Moto Própria		
Pergunta 11: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 12: SIM - Mercados, Padarias, Mercarias, Depósitos			
Pergunta 13: PARCIALMENTE - Acredito faltar espaço público como uma grande praça ou parque nas proximidades. Por isso, corro na rua e na br.			
Pergunta 14: NÃO (-)			
Pergunta 15: PARCIALMENTE - O Trânsito na São Miguel e na José Rufino final da tarde é caótico, principalmente nas ligações com a BR.			
Pergunta 16: PARCIALMENTE - Falta de educação geral da população de Recife e muita gente folgada.			
Pergunta 17: SIM (-)			
Pergunta 18: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 19: SIM (-)			
Pergunta 20: PARCIALMENTE - Melhorar (e muito) a mobilidade... principal ponto seriam os acessos da BR para a José Rufino. Lá está o ponto chave de travamento de trânsito no local.			

Entrevista 26 – Virtual (Entrevista desconsiderada. Entrevistado não reside na Região de Análise)			
Nome: TNT	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Travessa Maragogipe	
Idade: 32	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	32
Posição Sociofamiliar:	Esposa, Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Trabalhador não remunerado membro do domicílio, Atualmente sem trabalho		
Locais de Trabalho:	(-)		
Meios de Transporte:	(-)		
Pergunta 11: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 12: SIM – Supermercado.			
Pergunta 13: PARCIALMENTE - Praça de Jardim São Paulo.			
Pergunta 14: NÃO (-)			
Pergunta 15: PARCIALMENTE - Rua não pavimentada, sitio abandonado.			
Pergunta 16: SIM (-)			
Pergunta 17: SIM (-)			
Pergunta 18: NÃO (-)			
Pergunta 19: PARCIALMENTE (-)			
Pergunta 20: NÃO (-)			

Entrevista 27 - Virtual			
Nome: <b>GSR</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Avenida capitão Gregório de Caldas	
Idade: 34	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	34
Posição Sociofamiliar:	Sozinho		
Forma ou formas de trabalho:	Empregado		
Locais de Trabalho:	Em lugares variados		
Meios de Transporte:	Ônibus		
Pergunta 11:	NÃO (-)		
Pergunta 12:	PARCIALMENTE – Comércio.		
Pergunta 13:	NÃO (-)		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	PARCIALMENTE		
Pergunta 16:	SIM - Os conheço desde criança.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	NÃO (-)		
Pergunta 19:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 20:	NÃO - Falta saneamento, saúde básica e lazer.		

Entrevista 28 - Virtual			
Nome: <b>CGAF</b>	Sexo Biológico: Feminino	Nome da Rua: Avenida Justiça e Paz	
Idade: 34	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	27
Posição Sociofamiliar:	Esposa, Mãe		
Forma ou formas de trabalho:	Conta própria		
Locais de Trabalho:	Em casa		
Meios de Transporte:	Ônibus		
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 12:	SIM - Posto de Saúde, Supermercados, Escolas.		
Pergunta 13:	SIM – Praças.		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - Estamos próximos de coisas úteis.		
Pergunta 16:	NÃO - Povo barulhento, desunidos.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	NÃO (-)		
Pergunta 19:	SIM (-)		
Pergunta 20:	SIM (-)		

Entrevista 29 – Virtual (Entrevista desconsiderada. Entrevistado não reside na Região de Análise)			
Nome: <b>RHNS</b>	Sexo Biológico: Masculino	Nome da Rua: Barão de Ladário	
Idade: 23	Tipo de Moradia: Casa	Tempo de Moradia	23
Posição Sociofamiliar:	Filho		
Forma ou formas de trabalho:	Atualmente sem trabalho		
Locais de Trabalho:	Em casa		
Meios de Transporte:	Ônibus, Carro/Moto Própria, Pés		
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 12:	SIM – Mercado, Farmácia		
Pergunta 13:	NÃO (-)		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - Um local mais tranquilo mesmo que nos arredores tenha uma criminalidade mais acentuada.		
Pergunta 16:	SIM - Vizinhança tranquila, onde conheço meus vizinhos desde pequeno.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 19:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 20:	PARCIALMENTE (-)		

Entrevista 30 – Virtual (Entrevista desconsiderada. Entrevistado não reside na Região de Análise)			
Nome:	CMSC	Sexo Biológico:	Masculino
		Nome da Rua:	Barão de Ladário
Idade:	23	Tipo de Moradia:	Casa
		Tempo de Moradia	23
Posição Sociofamiliar:	Outro Parente		
Forma ou formas de trabalho:	Empregado		
Locais de Trabalho:	Em outro lugar da cidade ou fora do município		
Meios de Transporte:	Ônibus		
Pergunta 11:	PARCIALMENTE (-)		
Pergunta 12:	SIM – Mercadinhos, Padarias, Lanchonetes.		
Pergunta 13:	PARCIALMENTE - Por vezes, a praça ou as ruas para fazer caminhada.		
Pergunta 14:	NÃO (-)		
Pergunta 15:	SIM - A região não é de fácil acesso e é mal desenvolvida.		
Pergunta 16:	PARCIALMENTE - Pessoas bem comunicativas e pela simplicidade bem educadas, em geral. Algumas porém, não são tão fáceis de lidar, música alta em horários indesejados, por exemplo, é um problema recorrente.		
Pergunta 17:	SIM (-)		
Pergunta 18:	NÃO (-)		
Pergunta 19:	NÃO (-)		
Pergunta 20:	NÃO - Não vejo grandes mudanças desde que me mudei para cá.		

Fonte: Autor.

## APÊNDICE E – ENTREVISTA VSM, 69 ANOS, COMERCIANTE, MORADORA LOCAL

[Entrevistador, **Pergunta 21**] – Como você vê o seu trabalho?

- Gosto, né?!, de trabalhar! Gosto de levantar de manhã, fazer minhas coisas, né?! Faço as coisas em casa e venho “mimbora” para o meu trabalho. A minha atividade é os “material” que eu vendo, né?! E tem que ter o dinheiro pra pagar os funcionários, pagar os fornecedores. A minha atividade é mais essa. Tem a minha preocupação que é final de semana fazer pagamento, né?

[Entrevistador] – E aí no caso 25 anos, né?!, que você disse que tem aqui esse comércio?

- É, 25 anos que eu “tô” aqui.

[Entrevistador] - Certo! E há quanto tempo você mora aqui na região? Saber dizer?

- Eu vim morar aqui com oito anos de idade. “Tô” com 69 anos.

[Entrevistador, **Pergunta 22**] – Como você vê a região onde mora?

- Eu gosto dessa região. São umas pessoas humilde, umas pessoas simples, umas pessoas amiga, graças a Deus. [pequena pausa] Eu não sei se eles tem raiva de mim, mas graças a Deus até aqui eu sou bem quista com as pessoa. A gente tem que saber viver também com as pessoa, né?!, saber levar. Se a gente tem nossos problemas a gente deixa em casa, no trabalho não.

[Entrevistador, **Pergunta 23**] – Jóia! E em relação à região, como você vê as mudanças nela nos últimas 30 anos?

- Quando eu vim morar aqui, né?!, aqui só era mais poucas casas, né?!, e agora tá muito desenvolvido, né?!, tem já muitas casas, comércio... É os ônibus que não tinha, só tinha 1, agora são 3, parece que são 3... Cada dia vai crescendo, né? As coisas tá mudando, tá melhorando mais de que era.

[Entrevistador, **Pergunta 24**] – Jóia! E em relação ao convívio das pessoas na região, como é que você vê o convívio?

– São boas, graças a Deus!

[Entrevistador] – Mas você acha que tem mudado ao longo do tempo, ou não?

- Não, são a mesma coisa.

[Entrevistador, **Pergunta 25**] – E em relação à sensação das pessoas de pertencimento aqui da região?

- Como assim?

[Entrevistador] – Assim, pertencendo aqui à região, de gostar de morar aqui...?

- Cada dia tá chegando mais gente pra cá, né? Todo mundo tá gostando daqui.

[Entrevistador, **Pergunta 26**] – [pequeno riso] Tão gostando, né?! E teve alguma transformação na região que você acha que gerou mais mudança? Que teve algum impacto maior?

- Eu achei assim, né?!, que não tinha posto de saúde. Graças a Deus hoje tá tendo. E... comércio, que tá crescendo, né?! Padaria só tinha uma, mas já tem umas três agora. Graças a Deus que tá crescendo mais.

[Entrevistador] – E por exemplo, algumas coisas que, assim, na região geral, como a abertura da Avenida Recife, você lembra alguma coisa da época?

- A Avenida Recife ali era muito... era uma avenida muito, assim... sei lá, não sei nem dizer.

Mas agora, não, agora tá muito movimentado, tem muitos prédio, é um movimento muito grande, entendeu?!, as pistas mesmo, graças a Deus tudo...

[Entrevistador] – É boa, né? Mas em relação à localidade de uma maneira geral, você acha que ela teve um impacto grande?

- Mudou!

[Entrevistador] – E por exemplo, o comércio você já disse, né?!, que tá aumentando, e em relação ao Mercado de Areias, que antiga funcionava mais, né?!, hoje em dia tá mais...

- Olhe, o Mercado de Areias, quando eu vim morar aqui, funcionava. Era um mercado muito... Eu ia com minha vó, com minha mãe fazer feira lá. Hoje em dia tá um mercado acabado. Faz até pena, né, a gente olha assim. Quando eu me lembro, assim, dá uma tristeza grande, né?!, a gente olha ali aquele prédio abandonado. Só tem os comércio do lado, que ainda vende alguma coisa, né?!, tem granja de galinha, tem mercadinho, mas é por fora do mercado, não é dentro do mercado. E dentro do mercado tinha tudo isso. Tinha concerto de sapato, lojinha de sapato, tinha, como é que se diz?!, comércio dentro do mercado, e agora não, a maioria tá tudo do lado de fora. Que não tem condições de ficar dentro. Porque o que tá, tá tudo destruído.

[Entrevistador] – Tô entendendo. E outra coisa também que aconteceu nos últimos anos, nas últimas décadas, por exemplo, o Hiper Bom-Preço que abriu, esses mercados grandes, você vê algum impacto disso na região também, no comércio?

- Não, a mesma coisa.

[Entrevistador, **Pergunta 27**] – Pronto, para fechar. E de maneira geral, como é que você vê em relação à região a qualidade de vida? É boa de morar?

- Aqui é ótimo [riso de satisfação].

[Entrevistador] – É né?

- Bom demais!

[Entrevistador] – Tá jóia [riso]. Pronto, só isso mesmo, VSM.

**APÊNDICE F – ENTREVISTA ASS, 80 ANOS, MARCENEIRO, MORADORA LOCAL**

[Entrevistador, **Pergunta 21**] – Como você vê o seu trabalho, como marceneiro de modo geral?

- Rapaz, isso aí, eu vejo, assim, como um cumprimento de trabalho, né, como uma ajuda mais, do meu emprego que eu tive. E eu trabalhava sempre com a marcenaria, com negócio de marceneiro, né, nas empresas que trabalhava. Sempre fazia um “biscaiti” [biscate] por fora. Esse “biscaiti” terminou eu saindo da empresa, e me aposentei, né?!, e continuei trabalhando, né, com a ajuda de... foi bom pra mim.

[Entrevistador] – Aí o senhor tá com quantos anos agora?

- Oitenta!

[Entrevistador] – E mora aqui há quanto tempo?

- Rapaz, aqui eu moro desde noventa e oito... não... oitenta e oito, rapaz... oitenta e nove, oitenta e nove.

[Entrevistador, **Pergunta 22**] – Certo! Como você vê a região onde você mora?

- Rapaz, aqui é... eu acho que... é mais ou menos. Não tem muito o que dizer não. Como a região é de gente classe pequena mesmo, é razoável, né?!, gente boa.

[Entrevistador, **Pergunta 23**] – E nos últimos trinta anos, como é que você vê as mudanças na região?

- As mudanças a gente vê bastante, né?!, bastante mudança.

[Entrevistador] – Sim. Mas alguma mais específica, assim que o senhor repara mais?

- Eu mais especificado é... é sobre o aumento das coisas e também a defasagem dos salários. Os salários das pessoas também... mais desativado, mais vulnerável, né?!

[Entrevistador, **Pergunta 24**] – Tô entendendo. E em relação ao convívio das pessoas na região? Você acha que tem mudado?

- Olha, eu acho que mudou alguma coisa, né? Que mudava... sempre vai mudando, né? Eu acho que o dia a dia vai se passando, sempre vai mudando. Ou pra melhor ou pra pior, mas vai mudando.

[Entrevistador] – Mas em relação ao convívio, assim, tem alguma coisa que o senhor...

- Não! Sobre o convívio, eu acho que não tem acertado muito não, mas pela população a gente vê que afeta algumas pessoas, né?!, “pobrema” de... de... as pessoas... não tem assim... educação... mais fraca, né... mas vai tudo no normal. Eu acho normal.

[Entrevistador, **Pergunta 25**] – Certo! E em relação às pessoas se sentirem pertencendo assim à localidade... você acha que, as pessoas, assim, de antigamente pra hoje, as pessoas já se interessavam mais por aqui, gostavam mais, ou mudou alguma coisa?

- Eu acho que não mudou muito não. As pessoas sempre... eu acho as pessoas sempre gostam do lugar e fazem por onde ficar aqui.

[Entrevistador] – Eu sei. É um lugarzinho bacana, né?!

- É bacana, é.

[Entrevistador, **Pergunta 26**] – E teve alguma transformação na região, alguma intervenção, que o senhor acha que gerou mais impacto?

- Rapaz, é tantas coisas que acontece que eu não recorde não, viu?!

[Entrevistador] – Assim, por exemplo, a Avenida Recife, quando abriu. Quando o senhor chegou já tinha, né?

- Ah, já tinha. Um impacto muito grande aqui quando eu cheguei em oitenta e nove... oitenta e nove não, oitenta e sete, foi ali na Avenida Recife. Foi uma invasão muito grande, rapaz, ali. Foi precisado de o exército vir e resolver a bronca. Ah, o trator arrancando casa, botando cabo de aço nos trezinho e derrubando tudo. Eu acho que tu não era nascido, né?

[Entrevistador] – Não, eu sou de oitenta e oito. Mas qual foi essa invasão, o senhor lembra?

- Eu lembro não... me lembro não. A invasão... fizeram a invasão... aí veio uma pessoa, foi e falou... tavam derrubando tudo. Era demais, era um escândalo muito grande. Aí vai, vai uma pessoa ligou pra um deputado, não sei quem era o deputado, em Brasília. Aí ele foi e resolveu, parar tudo, parou tudo, e parou a derrubada das casas. Era casa de primeiro andar... era da entrada ali da ponte do caçote até o Bom-Preço.

[Entrevistador] – Sim, tô entendendo. Naquela área ali na...

- Não, até aquele Bompreço antigo que fizeram ali, que fechou. Até ali. Ali foi uma revolução muito grande, ali, nessa época. Agora através de político, né? Aí entrou um político no meio ali e resolveram a bronca. Empataram a derrubada. Foi resolvendo. Aí eles fizeram um sorteio pra justamente ver quem podia ficar pagando pra morar ali. Fazer a habitação de novo.

[Entrevistador] – E em relação, também, ao mercado de Areias, que tinha antes o mercado, né?!, e hoje caiu o teto dele né?

- Ali foi bom não.

[Entrevistador] – Foi não, né?

- Porque ali servia muito à população. E ali a gente mesmo sentiu falta do mercado de Areias.

[Entrevistador] – E sobre essas intervenções, em relação aos mercados, quando chegaram... o Hiper... esses mercados maiores?

- Pra gente foi bom!

[Entrevistador] – Foi bom, né?! Mas só trouxe coisa positiva, então?

- Foi, só trouxe coisa positiva depois disso.

[Entrevistador] – E pra fechar, de maneira geral, a qualidade de vida na região é boa?

- Eu acho que a qualidade de vida não é ruim não.

[Entrevistador] – É bom de morar, né?

- É bom de morar, e, tem o mercado, pra onde se vira tem o mercado, né?!, pra gente ir. Melhorou bastante. Nesse caso melhorou bastante.

## AANEXO A – REPORTAGEM NO BRASIL JÁ NA DÉCADA DE 1990 COM UM CONCEITO ALARGADO DE DESENVOLVIMENTO ORIÚNDO DA RIO-92

### Desenvolvimento, ONGs e empresários sociais

RICARDO OLIVEIRA NEVES \*

Um documento do Banco Mundial (Brd), produzido na década passada, dedica-se a analisar o papel das ONGs no contexto do desenvolvimento. Ao examinar a baixa performance da maioria dos países do chamado "Terceiro Mundo", realizada com os recursos financeiros neles investidos, este documento propõe uma comparação: por que a ajuda para a reconstrução após a Segunda Grande Guerra, dirigida aos países da Europa e ao Japão, efetivamente alavancou o desenvolvimento destes países e por que o mesmo não ocorre com os países do "Terceiro Mundo"?

Como uma das hipóteses, o texto relembra que a ajuda pós-guerra foi para nações que estavam fisicamente destruídas, mas que tinham uma sociedade civil viva, organizada e ativa. No caso dos países do "Terceiro Mundo", a sociedade civil é fracamente organizada e a iniciativa está quase sem exceção nas mãos de uma elite centralizadora e corrupta, que desvia os recursos alocados de acordo com seu próprio interesse venal.

O texto, preparado por consultores externos ao Brd, finaliza recomendando que o banco, para o cumprimento de sua missão institucional, deve procurar catalisar a participação das ONGs nos projetos por ele apoiados. Dentro desta lógica, explica-se porque, durante a Eco 92, as ONGs assumiram uma importância nova e estratégica.

À luz desta hipótese, vejamos o caso do Brasil. Fisicamente não é um país destruído, mas um país rico, décimo-primeiro PIB mundial, industrializado, e que, apesar do desastre recessivo, possui produção expressiva e diversificada.

Mas as iniciativas da sociedade civil independentes do estado ainda estão em estágio muito incipiente, com o agravante de que se aprofunda em nosso país o *apartheid* social.

Até bem pouco tempo, era quase consensual que um governo democrático era a condição necessária e suficiente para regular a vida humana associada, incluindo as atividades de mercado. Na atualidade, começamos a nos convencer de que: se governo é necessário, suficiente não é, por mais democrático que este seja.

O colapso do Leste Europeu sinalizou a incapacidade do planejamento centralizado de administrar e ocupar todos os espaços produtivos. Mas acreditar que o mercado por si só é auto-regulado é um axioma duvidoso, pois mercado-livre não existe: ou é regulado por normas e leis, ou então pela violência. No fundo, todos sabem que é necessário calibrar, corrigir e até intervir de forma democraticamente negociada. Não é esta, no entanto, tarefa exclusiva do governo. A sociedade civil deve ter papel ativo neste processo.

Não se trata apenas de regulação e controle das atividades de mercado. Questões diversas e complexas emergem a cada dia e criam impasses que a democracia das massas, por mais azertada que seja, não dá conta. Por exemplo, Aids, drogas, gangues, devastação e recuperação ambiental, tecnologias de risco, minorias, direitos humanos, direitos do consumidor, controle social teleinformático, desagregação familiar, corrupção, entre outras questões, colocam a necessidade de novas respostas, sobretudo na forma de políticas públicas.

O conjunto das ONGs, que se guiam mais por princípios valora-

tivos do que pela busca do lucro, começa a ser identificado como o "terceiro setor", ao lado do governo e da iniciativa privada. Esse setor vai sendo aos poucos visto como o veículo institucional capaz de organizar a vitalidade da sociedade civil. Não para realizar funções que o Estado privatiza. Mas para, sobretudo, catalisar e aperfeiçoar o processo de evolução e transformação da sociedade.

As ONGs crescem, se multiplicam e tornam-se mais complexas. Especializam-se e ganham sofisticação. Formam redes locais, regionais e transnacionais. Exigem novos talentos para equacionar suas necessidades específicas de financiamento, recursos humanos, planejamento estratégico, marketing social, administração, contabilidade, legislação, etc.

Para os desafios novos e complexos de capitanear estas organizações no contexto de um mundo em crise — mundo este que governos e iniciativa privada exclusivamente voltada para a realidade de mercado não conseguem equacionar —, um novo tipo de liderança vai se configurando: o empresário social.

Estes novos *entrepreneurs* (empresendedores) compartilham uma certeza: a integração de governos democráticos com a iniciativa privada e com uma sociedade civil altamente organizada em ativas e influentes ONGs é que pode viabilizar o verdadeiro desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente sustentável, culturalmente adequado, democrático e pluralista.

\* Engenheiro

ANEXO B – REPORTAGEM DO ANO DE 2008 DISCUTINDO A SUSTENTABILIDADE  
 COMO MODO DE SER E AGIR

# Sustentabilidade: mais do que moda, modo de ser e agir

FLÁVIO RESENDE

Jornalista

**É** difícil imaginar como, durante tanto tempo, alguns conceitos e valores seguiram na contramão do que hoje entendemos por sustentabilidade. Nas mais simples atitudes — como jogar o lixo na lixeira, de preferência separando o que é orgânico, reciclável ou não — até a implementação de políticas de responsabilidade social em grandes, médias e, mais recentemente, pequenas corporações, sem contar o surgimento de instituições voltadas exclusivamente para essa questão, como o Instituto Ethos, a consciência socioambiental preenche, a cada dia, mais espaço na sociedade organizada.

No campo empresarial, adotar uma gestão transparente; estabelecer um vínculo de respeito e ética com todos os stakeholders; produzir de forma a garantir a sustentabilidade não só da empresa como de todo planeta; e atuar de maneira socialmente responsável são mais do que uma tendência. Diria que se

trata de modelo moderno de gestão empresarial, dissociado, conceitualmente, do aspecto filantrópico, permitindo ao empresário descobrir que ser socialmente responsável também garante sustentabilidade ao negócio.

Por definição, sustentabilidade é atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as futuras gerações atenderem às próprias necessidades. Para ser sustentável, qualquer empreendimento humano deve ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito. Mas esses conceitos, que parecem óbvios, simples sinais de bom senso, infelizmente ainda estão longe de constituírem prática cotidiana de muitas pessoas, grupos, empresas e governos.

Caminhamos numa direção em que o público terá, em pouco tempo, leitura crítica suficiente para discernir o que constitui verdadeiramente uma cultura sustentável empresarial. Muitas organizações acreditam que usar papel reciclado, por exemplo, constrói uma imagem positiva e aliada à questão socioambiental. Mas, para o público, vale muito mais a postura

dessa mesma empresa frente a seus clientes, colaboradores e fornecedores, do que ações isoladas, muitas das quais oportunistas e visivelmente artificiais.

Para agir de forma sustentável, devemos ter visão de longo prazo, consciência de que nossas relações sociais e nosso estilo de vida impactam diretamente a realidade à nossa volta — e que devemos ter solidariedade com nossos descendentes. Para que isso aconteça de fato, é preciso entender a construção da sustentabilidade como desafio de muitas faces. Só assim conseguiremos encontrar as múltiplas respostas que o problema impõe.

Sustentabilidade é tema em construção. Há muito o que aprender a respeito. Mas já sabemos que tem a ver com atos de nosso cotidiano. Desde e de cada um de nós até a forma como lidamos ou deixamos de lidar com o que produzimos. Tem a ver com a maneira como usamos os recursos disponíveis. Mais do que modismo, a sustentabilidade deve representar, conscientemente, para pessoas e organizações em geral, perspectiva de futuro melhor para todos.

## ANEXO C – PÁGINA INICIAL DO PORTAL VIRTUAL DA RESILIENCE ALLIANCE (RESILIENCE ALLIANCE, s/d.)

**Resilience Alliance** MEMBER LOGIN

HOME ABOUT PUBLICATIONS RESEARCH IN PRACTICE NEWS

Advancing research and understanding  
...on social-ecological systems for resilient and sustainable futures.

Photo credit: pixabay.com

Who Are We? Publications Research Themes Key Concepts Resilience Assessment

**News**

**APPLICATIONS OPEN  
RESILIENCE SHORT COURSE  
ONLINE  
AUGUST 22-26, 2022**

NSERC  
RESNET  
Resilience Alliance

Short course on resilience assessment and SES methods  
MAY 04, 2022

A collaboration of the Resilience Alliance and ResNet, the course will explore key methods used in resilience practice. **NEW DEADLINE** for applications: June 15, 2022.

**Applied Panarchy: Applications and Diffusion across Disciplines**

APR 19, 2022

Edited by: Gunderson, L., C.R. Allen and A.S. Garmestani

**NEW - The Routledge Handbook for Research Methods of Social-Ecological Systems**

AUG 18, 2021

Open-access book targets students and researchers of social-ecological systems, offering the first comprehensive guide to SES research methods.

**Tweets by @resilience\_RA**

Resilience Alliance @resilience\_RA  
Application deadline extended to June 15! Join an international cohort of graduate students & young scholars interested in resilience assessment. More information: [resilience.org/courses](https://resilience.org/courses) Apply online: [forms.gle/Lg7xSA1eB3n7P9...](https://forms.gle/Lg7xSA1eB3n7P9...) @NSERC\_ResNet

RESILIENCE ASSESSMENT SHORT COURSE  
Social-ecological systems methods  
AUGUST 22-26, 2022 | ONLINE  
APPLY NOW

Resilience Alliance Retweeted  
**Belinda Meyers** @BelindaReyers

Holling Memorial Fund

Ecology and Society

Resilience Connections Network

Sign up for the RA Newsletter  
Email:   
Sign Up  
[Privacy Policy](#)

**Resilience as pathway diversity: linking systems, individual, and temporal perspectives on resilience**

NOV 19, 2020

RA members Steven Lada, Brian Walker & Jamilla Halder propose a new approach to assessing resilience using the concept of pathway diversity.

**Identifying pathways to reduce discrepancies between desired and provided ecosystem services**

MAY 26, 2020

McGill University researcher Dalal Hanna, along with her co-authors, present a case study from the Outaouais region of Québec, Canada.

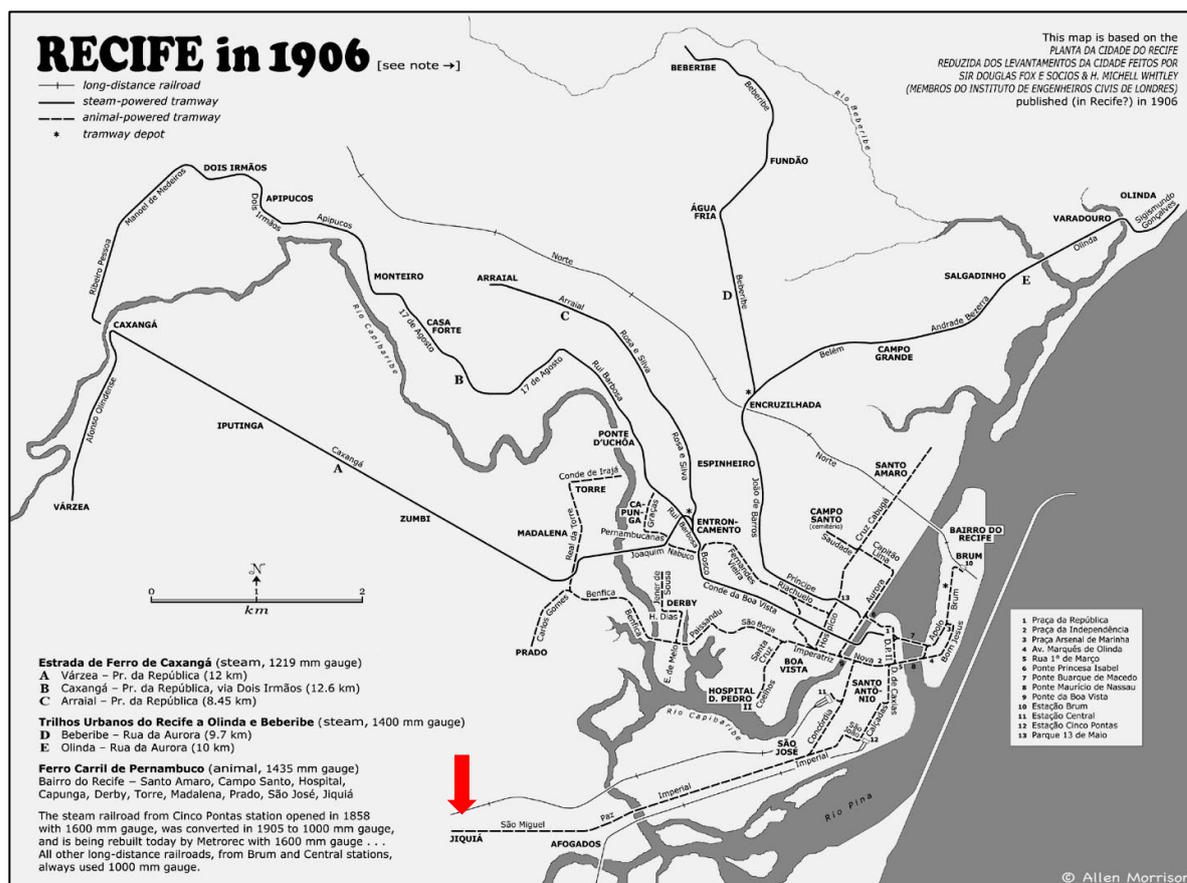
**Coerced regimes: management challenges in the Anthropocene**

APR 03, 2020

In the latest issue of Ecology & Society David Angeler and colleagues introduce the term 'coerced regimes' to describe systems propped up by management inputs.

## ANEXO D – SISTEMA DE BONDES POR TRACÇÃO ANIMAL NO RECIFE, ATÉ 1912

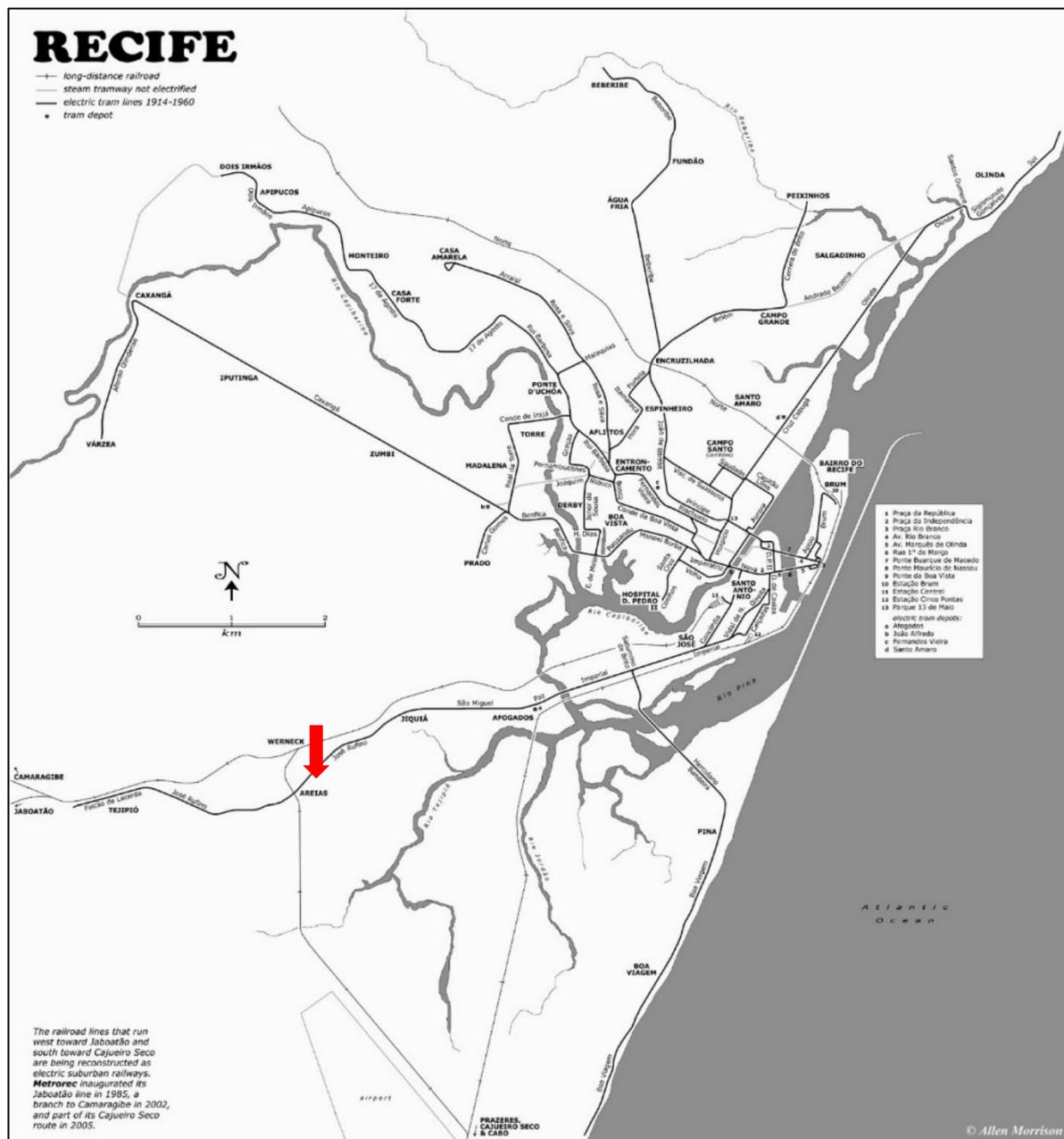
O Sistema de Bondes por tração animal chegava até o bairro vizinho leste do Jiquiá (seta em vermelho no mapa), não alcançando a Região de Análise.



Fonte: Desconhecida. Indicação em vermelho nossa.

## ANEXO E – SISTEMA DE BONDES ELÉTRICOS NO RECIFE, A PARTIR DE 1914

O Sistema de Bondes Elétricos chegou até o bairro vizinho oeste de Tejiptió, integrando-se à Região de Análise (seta em vermelho no mapa).

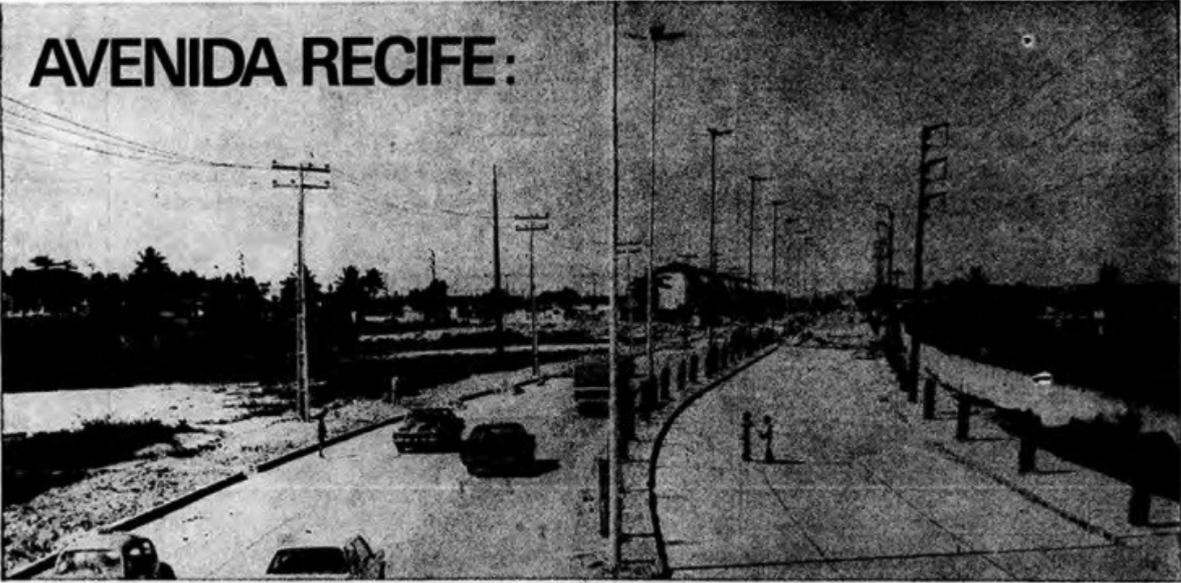


Sistema de Bondes Elétricos no Recife, a partir do ano de 1914. Fonte: Desconhecida.

## ANEXO F – NOTÍCIAS RESPECTIVAS À REGIÃO DE ANÁLISE E À AV. RECIFE

**O povo do Recife festeja hoje a inauguração de uma grande Avenida na cidade**

**AVENIDA RECIFE:**



**Um traço de união definitivo - com cinco quilômetros - entre a Zona Sul e a Zona Norte da Cidade.**

Esta é uma "radiografia" da Avenida Recife: 5 mil metros de extensão com 30 metros de largura. Ligação entre a Avenida José Rufino e Mascarenhas de Moraes, possibilitando comunicação expressa das Zonas Sul e Norte da Cidade.

Pavimentação com placas de concreto de cimento Portland: 3 faixas de rolamentos em cada sentido; refúgio central de 2 metros e passeios laterais de 3,50 metros.

Iluminação com postes metálicos de 17 metros. Fiação subterrânea e luminárias tipo pétalas para lâmpadas a vapor de mercúrio.

Sua construção tomou necessária uma nova ponte sobre o rio Tejo, cuja largura será de 30 metros e um vão de 25 metros. Avenida Recife: 5 quilômetros unindo os pólos de desenvolvimento da nossa Cidade, atingindo mais um objetivo da atual administração da Prefeitura Municipal, que humaniza o Recife, urbanizando-o em ritmo acelerado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE** 

• O futuro da cidade no trabalho presente

Reportagem sobre a inauguração da Avenida Recife, na década de 1970. Fonte: Diário de Pernambuco, 05/11/1976, p.A-8.  
In: MOREIRA, 2022.

ANEXO G – FOLHETO PUBLICITÁRIO QUE EVIDENCIA A INAUGURAÇÃO EM  
2006 DE GRANDES SUPERMERCADOS NA REGIÃO DE ANÁLISE

**Hiper**  
bompreço

Para nosso povo trabalhador,  
o Hiper Av. Recife tem  
**preço baixo.**

LEITE EM PÓ NINHO NESTLÉ\*  
Integral ou instantâneo  
400 gramas  
**3,85**

O MINISTÉRIO DA SAÚDE INFORMA:  
"O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E  
ALERGIAS E É RECOMENDADO ATÉ OS 2 ANOS DE  
IDADE OU MAIS.

FRANGO BRASÍLIA  
Temperado  
congelado  
Quilo  
**1,97**

WHISKY  
TEACHER'S  
1000 ml  
**19,98**

DVD DURABRAND  
Ref: 1002  
À vista ou  
a prazo R\$ 96,84  
ou **0+10** de  
**9,68**  
\$/ juros

Antônio Reinaux:  
gerente a sua  
disposição

**Grande  
Inauguração  
23/11 às 7h**

Quem nasceu aqui sabe o que a nossa gente gosta e merece. Por isso, o Hiper Avenida Recife já abre as suas portas oferecendo preço baixo e muito mais variedade. Venha conhecer.  
Preços válidos de 23 a 26/11/2006.

\*ESTE PRODUTO NÃO DEVE SER UTILIZADO NA ALIMENTAÇÃO DOS LACTENTES NOS SEUS PRIMEIROS MESES DE VIDA, SALVO SOB ORIENTAÇÃO DO MÉDICO OU NUTRICIONISTA.

BEBA COM MODERAÇÃO

PRODUTO IMPORTADO

com MP3

SÃO PRODUZIDAS A VENDA E A ENTREGA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 (DEZOTO ANOS) (art. 171, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Fonte: Acervo de parente do Autor

# ANEXO H - NOTÍCIAS SOBRE A NOVELA PANTANAL E A QUESTÃO ECOLÓGICA

Pois é

## Pantanal bota Globo no brejo

E aconteceu, ou melhor está acontecendo o que a Globo temia: a novela Pantanal, apresentada pela Manchete, está batendo sua programação em audiência, e nem Delegacia de Mulheres, que é um programa novo e bem feito, conseguiu superá-la no confronto direto. Ou seja, Pantanal é verdadeiramente um sucesso, o que indica que quando a qualidade e a perseverança andam juntas a coisa tende a dar certo. Aliás, deve ser a primeira vez que um pantanal leva alguém ou alguma instituição para o brejo. Por enquanto Pantanal não ameaça as novelas da Globo pelo simples fato de que a Manchete, sabidamente, fugiu do en-

frentamento cara a cara, e criou um novo horário para apresentá-la, o das 9 e meia da noite. Assim, quem quiser pode assistir à novela da Globo, e depois mudar para a Manchete e ver a produção desta emissora. Digase de passagem, a anterior, Kananga do Japão, já estava muito boa e recebeu muitos elogios. Pantanal, por sua vez, aproveita muito bem a onda ecológica e joga o espectador num mundo de jacarés, pajelanças, pores-de-sol e outras manifestações da Natureza. Naturalmente, a intenção da Manchete é tentar o mercado externo, onde um tema como este certamente encontrará fre-

quentamento cara a cara, e criou um novo horário para apresentá-la, o das 9 e meia da noite. Assim, quem quiser pode assistir à novela da Globo, e depois mudar para a Manchete e ver a produção desta emissora. Digase de passagem, a anterior, Kananga do Japão, já estava muito boa e recebeu muitos elogios. Pantanal, por sua vez, aproveita muito bem a onda ecológica e joga o espectador num mundo de jacarés, pajelanças, pores-de-sol e outras manifestações da Natureza. Naturalmente, a intenção da Manchete é tentar o mercado externo, onde um tema como este certamente encontrará fre-

ferente a Documento Especial, mas a direção da Manchete tem-se mostrado muito entusiasmada com esta produção, principalmente porque alguns documentários têm sido vendidos para o Exterior. Ai, é até compreensível, pois os gringos, como se sabe, do Brasil só querem saber de coisas que reflitam nosso elevado grau de miserabilidade. Portanto, um programa do gênero mundo cão, que mostra o dia-a-dia dos menores abandonados, ou das prostitutas, ou uma favela que pode ser considerada a maior da América Latina, certamente interessará os compradores estrangeiros.

No mais, vamos tentar acompanhar Pantanal, mesmo tendo de equacionar o aparentemente inquestionável problema da nossa mansão localizada no aristocrático bairro de Big Field. Quanto a Rainha da Sucata, que aparentemente é o carro-chefe da Globo para o horário nobre, e, portanto, deve ser cotejada com Pantanal, que me desculpem os globistas fanáticos, mas ela perde feio numa comparação taco a taco. Falta a novela da Globo um pouco mais de conteúdo, apesar, evidentemente, de não ser um mau trabalho.

Enfim, é isso aí.

Zego

Reportagem sobre a Novela Pantanal. Fonte: Jornal A Tribuna, São Paulo, 17/04/1990, p.23. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_04&pasta=ano%20199&pesq=&pagfis=26102](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_04&pasta=ano%20199&pesq=&pagfis=26102). Acesso: 04 set. 2023.

# Uma aventura no pantanal

Carlos Heli de Almeida (texto)  
Leticia Tracador (fotos)

Pantanal", gerada durante seis anos pelo novo-velho Benedito Ruy Barbosa e só agora posta em prática, tem no elenco os nomes de Cláudio Marzo, Paulo Gorgulho, Cassia Kiss, Nairália Timberg e Sérgio Brito. Mas, a pouco mais de um mês de sua estreia, ainda enfrenta um problema que tem virado rotina nos projetos da casa: a falta da estrela principal. Até Kado Moliterno já foi sondado, mas a associação do ator ao companheiro André Di Biase acabou sepultando a ideia.

"Pantanal" nasceu em esquema de superprodução. Vai custar as despesas das empresas Bloch cerca de US\$ 7 milhões, o equivalente gasto com a realização de "Kananga do Japão", incluindo aí o custo de manutenção da cidade cenográfica. "Pantanal" não precisará desse artifício cenográfico, pois 70% de suas cenas serão geradas in loco, nas centenas de quilômetros de charcos que compõem o pantanal marossense. Os outros 30% serão divididos entre Rio e São Paulo. O alto custo da produção, então, tem origem nas dificuldades de acesso às fazendas-cenários - a Rio Negro, de propriedade do fazendeiro Oriando Rondom, em Aquidauana, e a do cantor e double de ator Sérgio Reis, no município vizinho de Picosão, ambas a 200 km, em média de distância, do centro urbano mais próximo, Campo Grande, a capital. Nos períodos de cheia, como agora, a comunicação só é feita através de aviões monomotores, aguardando o orçamento. E assim que têm sido transportados alimentos, equipamentos, técnicos e elenco.

A novela é uma overdose verde, com fortes conotações ecológicas, embora desprovida de qualquer oportunismo, jura de galochas juntas ou neu atual diretor, Jaime Monjardim. "Pantanal" não é uma novela "verde", não pretendemos discutir ecologia, não se trata de nenhuma causa partidária. Não é nosso interesse", promete Monjardim. O que não quer dizer que ela seja alienada de suas potencialidades ecológicas. É claro que esse dever estará implícito nos diálogos e nas cenas. E através deles transmitiremos esta necessidade de preservação do meio ambiente, se apressa em completar o pensamento. Menos emocional e bem mais racional, o diretor de planejamento de marketing da emissora, Xerxes Guimarães, confirma a ligação temática de "Pantanal" com o boom universal da consciência ecológica: "O pantanal é um santuário ecológico do mundo. Não será visto apenas como um personagem. E, claro, não fazemos mais novela pensando apenas no mercado interno". O efeito Chico Mendes acaba de fazer mais uma vítima na televisão brasileira.

É óbvio o apelo ideológico-comercial de "Pantanal". Por outro lado, Monjardim descarta qualquer comparação de sua novela com o gênero ar-puro-do-campo praticado nos últimos anos. "Esta novela foge totalmente ao gênero rural. Tem mais a ver com o pantaneiro, o habitante tradicional dessa pan-

A média de 17 pontos, no Rio, e os 9 de São Paulo, alcançada pela novela "Kananga do Japão", da Rede Manchete, tiraram da beira da cova o departamento de dramaturgia da Rede Manchete. Tanto que, há algumas semanas, cerca de 30 pessoas daquele setor, incluindo aí o diretor artístico Jaime Monjardim, estão acampadas na fazenda Rio Negro, município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, gravando os primeiros capítulos da novela "Pantanal", uma verdadeira saga ecológica esquematizada para substituir a produção atual no início de março.

O diretor Jaime Monjardim jura de pés juntos que "Pantanal" não é uma novela ecológica.

gem". Difícil é convencer os principais coadjuvantes - a flora e a fauna locais - sobre isso. Monjardim tem um forte argumento mercadológico para optar por essa estratégia. "Se quisermos competir com a Globo não adianta fazer novela sobre o dia-a-dia. Se com coragem e ousadia é que poderemos derrubar o monopólio da Globo", dispara, completamente no mundo acadêmico nas últimas duas décadas: "A novela já faz parte da cultura do povo brasileiro. E o carro-chefe da produção artística de uma emissora. E não podemos mais ignorar isso".

Monjardim, por conta dessa constatação, ao contrário, não pretende estimular a criatividade em cima de um padrão novelesco. "Estos, sempre experimentando novas linguagens em cada novo projeto de novela", orgulha-se. E esse esforço "neo-realista" foi ampliado para os integrantes principais do elenco. "Os atores vieram para cá algumas semanas antes para sentir o tempo das pessoas que moram aqui", explica Monjardim. Por conta deste laboratório pantaneiro, Paulo Gorgulho, que na novela interpreta o riofazeiteiro José Ledônio, na fase jovem. "Pantanal" em cinco períodos de tempos distintos, em 47, 55, 60, 65 e 90, passou os primeiros dias pré-gravação, convivendo com os

peões locais, dormindo nas alas determinadas a eles, montando e aprendendo a manejar o berrante.

Cássia Kiss, por exemplo, não precisou de muito tempo para se acostumar com os novos ares. Comemorou seu aniversário (16 de janeiro) em meio a uma autêntica festa de vaqueiros e já na primeira semana de gravação fazia uso da sabia medicina local: "Me recomendaram colocar polvora e limão", dizia, apontando para as pequenas "porebinhas" que marcavam o seu corpo. Kiss interpreta Maria Marruá, uma cabocla reclusa na mata marcada pelo extermínio da família, salva do veneno de uma sucuri por um hermitão misterioso, interpretado por Cláudio Marzo. Ela já não lembra mais a garota-propaganda voluntária que andou mostrando os seios num comercial preventivo do câncer da mama. Sua passagem pela novela também será breve, vai até o 16.º capítulo quando acaba a primeira fase da novela. Kiss acabou de contracenar com Peter Coyote em "A grande arte", filme de Walter Morris Salles, filmado no pantanal dos arredores de Corumbá, mas não deixa de se deslumbrar com a paisagem. "O meu jeito de viver tem tudo a ver com isso aqui, sabe? Meus hábitos alimentares, meu amor à terra...". E não fez por menos, trouxe a própria despena naturalista de casa: arroz integral, etc. etc. Kiss gostou da mudança de emissora ("não tinha mais prazer em trabalhar na Globo") e concordou com a grandiosidade do projeto. "É uma ousadia do rio gravar aqui, não é?" Só a futura audiência dirá.

## Para entender a novela

Novelas de grande apelo regional vêm sempre acompanhadas de um forte toque linguístico, repleto de palavras e expressões características da região retratada. "O Pantanal" da Manchete não foge a regra. Jaime Monjardim garante que essa particularidade da produção será devidamente estudada e trabalhada. O que significa que o telespectador ouzra perfeitamente o linguajar pantaneiro, resultado da mistura de pelo menos três dialetos diferentes. Mas, e o significado? Nas próximas linhas segue um pequeno glossário para que o eventual telespectador comece a se acostumar com os termos e expressões que serão usadas correntemente durante os oito meses de duração de "O Pantanal".

- CURRUTÉIAS** - gíria para prostíbulo, zona. (EX.: "Com dezesseis anos, se tanto, já fazia suspirar e já se deixava com as moças das currutéis.")
- MARRUÁ** - moçoilo não domesticado, selvagem, expressão que virá sob renome de uma das personagens, Maria Marruá, por seu caráter indomável. (EX.: "E virou prova de fogo submeter o maruá ao cativeiro, no cerrado da fazenda.")
- ALONJADO** - Denominação dada a animal doméstico que foge para o mato e não volta. (EX.: "Tanto o pai quanto o filho viraram especialistas na caça ao boi alonjado.")
- COCHO** - Vasilhama, geralmente esculpido em madeira, que acondiciona água ou comida do gado. (EX.: "Ele tinha feito um cocho à beira da mata... para atrair os maruás.")
- CHAIANA** - Pequena embarcação de fundo chato, meio de transporte muito comum no tráfego de pequenos rios e lagos das regiões pantaneiras. (EX.: "O muito pouco que ele produzia ali trocava por munição e querosene, quando chegava a chailana das compras.")
- ANHUMA** - Ave de cor preta predominante, característica das regiões pantaneiras. (EX.: "Ele já tinha outra mulher, que já lhe dera dois filhos.")
- GUAIÇA** - Cinto largo, de couro ou camurça, provido de bolsos, usado para guardar dinheiro, armas e outras miudezas. (EX.: "Estava com a guaiça cheia.")
- GARATUJADA** - Rabiscada, escrita, conjugação do verbo garatujar. (EX.: "O que chafis, sua verdade, foi uma rabiscada, garatujada pelo próprio...")



Jose Ledônio, pedindo instruções de como manejar as mesas do gado. (EX.: "Ele tinha feito um cocho à beira da mata... para atrair os maruás.")

Na foto, um autêntico piaç

Reportagem sobre a Novela Pantanal. Fonte: Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 16/01/1990, p.23. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_04&pasta=ano%20199&pesq=&pagfis=26102](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_04&pasta=ano%20199&pesq=&pagfis=26102). Acesso: 04 set. 2023.

**ANEXO I – ESCRITURA DA COMPRA DE UMA CASA EM TAIPA REALIZADA  
PELO AVÔ DO AUTOR EM 1950, NO BAIRRO DE AREIAS, NA REGIÃO DE ANÁLISE.**

